



# **EDUCAÇÃO BRASIL**

**VOLUME VIII**

**JOSIANE MÜLLER**  
[ ORGANIZADORA ]

**EDUCAÇÃO BRASIL**  
**VOLUME VIII**



Josiane Müller  
(*organizadora*)

**EDUCAÇÃO BRASIL – VOLUME VIII**

Editora Livrologia  
Chapecó-SC  
2019

---

**EDITORA LIVROLOGIA**

Rua Vicente Cunha, 299  
Bairro Palmital - Chapecó-SC  
CEP: 89.815-405  
Telefone e Whatsapp:  
(49) 98802-4703  
franquia@livrologia.com.br  
www.livrologia.com.br

**CONSELHO EDITORIAL**

Jorge Alejandro Santos - Argentina  
Francisco Javier de León Ramírez - México  
Ivo Dickmann - Brasil  
Ivanio Dickmann - Brasil  
Viviane Bagiotto Botton – Brasil  
Fernanda dos Santos Paulo - Brasil

---

© 2019 - Editora Livrologia Ltda.

Coleção: Educação Brasil  
Edição: Editora Livrologia.  
Capa e projeto gráfico: Ivanio Dickmann  
Imagem da capa: Freepik.com  
Preparação e Revisão: Equipe Livrologia.  
Diagramação: Ana Laura Baldo  
Impressão e acabamento: META

---

**FICHA CATALOGRÁFICA**

---

E244 Educação Brasil 8 / Josiane Müller (organizadora).  
v.8 - Chapecó: Livrologia, 2019. (Coleção Educação Brasil; 08).

ISBN: 978-65-80329-11-3

1. Educação. I. Müller, Josiane. II. Série.

CDD 370.1

---

Ficha catalográfica elaborada por Karina Ramos – CRB 14/1056

© 2019

Proibida a reprodução total ou parcial nos termos da lei.

Impresso no Brasil.

**NOTA:** Dado o caráter interdisciplinar desta coletânea, os textos publicados respeitam as normas e técnicas bibliográficas utilizadas por cada autor. A responsabilidade pelo conteúdo dos textos desta obra é dos respectivos autores e autoras, não significando a concordância dos organizadores e da editora com as ideias publicadas.

© **TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos é punível como crime (art.184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (art. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).



## SUMÁRIO

### **EDUCAÇÃO NO BRASIL: UNIDADE NA DIVERSIDADE**

*Ivo Dickmann e Ivanio Dickmann ... 11*

### **REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA NO BRASIL E SUA PRÁTICA NO ENSINO MÉDIO**

*Francisco Cleyton Antonio ... 13*

### **CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES ACERCA DAS TEORIAS EDUCACIONAIS E O DISTANCIAMENTO COM AS PRÁTICAS**

*Marli França Silva ... 27*

### **CONSIDERAÇÕES FREIREANAS SOBRE O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO**

*Francisco Cleyton Antonio ... 43*

### **O PROGRAMA “CINEMA & EDUCAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Marli França Silva Rita de Lourdes Carnevale Santos ... 53*

### **HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: MUDANÇAS E SIMILARIDADES**

*Fernando Pizoni ... 67*

### **OS COLEGIADOS ESCOLARES COMO INSTÂNCIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA**

*Maria de Lourdes Perez ... 77*

### **INCLUSÃO E AFETIVIDADE: ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Luana Priscila Rodrigues Silva de Melo ... 87*

### **VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE**

*Diego George Cavalcante Marialva, Jemiffer Karol Rodrigues Vieira, Mirlândia Arruda De Castro, Patricia Alves Da Silva ... 99*



**ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR COMO LIGAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO**

*Dione Dos Anjos Pantoja, Ana Maria Silva Pantoja ... 113*

**EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA:  
A EXPERIÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL DE BOA VISTA DO RAMOS-AM**

*André de Oliveira Melo ... 125*

**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL EM MANAUS**

*Jucinara Figueiredo Pinheiro, Luiz Claudio Pires Costa ... 137*

**PRÁTICAS DE CIDADANIA E EDUCAÇÃO**

*Roberta Franklin dos Santos ... 155*

**OS DESAFIOS DO DOCENTE NO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA**

*Morgana Secchi, Alisson Secchi ... 165*

**TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS VALIDADAS PARA A SAÚDE: ESTUDO DAS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

*Camila Baldissera, Aline Baldissera Leal, Iarema Fabieli Oliveira de Barros, Martieli Silva da Silva ... 175*

**O TRABALHO DAS MERENDEIRAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA: DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES**

*Alisson Secchi, Morgana Secchi ... 195*

**O PAPEL DO SUPERVISOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

*Andréia Roso, Bruna Eduarda Rocha, Marivane Casa Zordan, Sílvia Mara Zanatta ... 205*

**ORIENTADOR-COACH: PERFORMANCE INOVADORA NA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL**

*Josiane Müller, M<sup>a</sup> Dinora Baccin ... 215*

**ESCOLA DE VIDA: EDUCAR, HUMANIZAR E TRANSFORMAR**

*Sílvia Regina Ricci ... 231*

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO ONCOLÓGICO: ESTRATÉGIAS DE  
EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE EM UMA SALA DE ESPERA**

*Camila Baldissera, Martieli Silva da Silva, Lauren Xavier Pairé,  
Melissa Medeiros Braz... 243*

**O EMOJI SOB O VIÉS ENUNCIATIVO: A VISÃO INTERSUBJETIVA DO  
“EU” CANDIDATO INTERPRETADA PELA LÍNGUA**

*Roberta Costella, Claudia Toldo ... 253*

**ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE DOIS OBJETOS FÍLMICOS:  
POCAHONTAS X AVATAR**

*Álison Secchi Ricardo Moura Buchweitz ... 267*

**A IMPORTÂNCIA DO AFETO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS  
DE 0 A 7 ANOS**

*Maria Angélica Lopes Morbach ... 279*

**A MÚSICA E A APRENDIZAGEM INFANTIL**

*Adriane Cilene Da Silva, Bruna Eduarda Rocha, Fernanda Pichek,  
Sílvia Mara Zanatta ... 293*

**A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NOS ANOS INICIAIS**

*Maria Angélica Lopes Morbach ... 303*

**SOBRE OS AUTORES ... 313**

**ÍNDICE REMISSIVO ... 317**



## PREFÁCIO

### EDUCAÇÃO NO BRASIL: UNIDADE NA DIVERSIDADE

Educação é algo sério, não se faz de forma improvisada, espontânea, nem de qualquer jeito. É preciso método, conhecimento, diálogo entre os sujeitos que se envolvem com ela, como um processo em que todos crescem em comunhão.

Independentemente se estamos tratando de formação inicial de educadores na universidade ou se falamos sobre a práxis pedagógica dos professores na sala de aula de uma escola, seja de uma capital de um estado brasileiro ou dos mais longínquos recantos do interior do país, tanto num lugar, quanto no outro, o processo educacional precisa valorizar o contexto local, mas sempre com um olhar global. Pés no chão, mas cabeça aberta para a totalidade.

Esta obra que tens em mãos, é uma união de esforços e de partilhas de vários educadores e várias educadoras que fizeram o esforço de sintetizar suas leituras e práticas em artigos acadêmicos para dialogar – mesmo à distância - e através das páginas deste livro, com os leitores e leitoras. Você é convidado/a a fazer esta experiência. Ao mesmo tempo que se debruça sobre a leitura terá que imaginar quem escreveu estas palavras pra você. É um diálogo em potencial... pense assim... você pensa sobre o texto porque houve alguém que o escreveu. É a pessoa que escreveu, também o fez porque sabia que haveria quem leria suas linhas. É lindo imaginar esse movimento intencional de ambos os lados. Esse movimento será feito sobre os mais variados temas que os artigos desta coletânea propõe. Deste os debates sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, como se fosse o “tema da moda” na educação brasileira, há espaço para outros olhares, outros debates, outras miradas... Questões ligadas a educação ambiental (tema tão presente nos dias atuais), a educação inclusiva que trata dos estudantes com necessidades especiais e que merecem todo um tratamento diferenciado das educadoras que se

preparam para as mais diversas experiências com eles/elas na sala de aula, a alfabetização dos nossos meninos pequenos e meninas pequenas, as metodologias ativas ou a ativação das metodologias com o teatro, a dança, o trabalho de grupo, as séries das plataformas *streaming*, os vídeos do YouTube, as pesquisas com o Google, as redes sociais, aplicativos de mensagens instantâneas, entre tantas outras maneiras de fazer educação, são reflexões presentes nos diversos textos da Coleção Educação Brasil.

Assim é a educação brasileira: diversa, multifacetada, repleta de pluralidades de vivências e de experiências. Por isso, pensamos essa coletânea, para possibilitar aos leitores e leitoras da educação no país, conhecer um pouco do que se pensa e faz na escola, na faculdade, na universidade, na educação popular e nos mais diversificados espaços/tempos educativos.

É muito importante manter os olhos sobre as novidades no campo da educação. E elas se manifestam na escrita de quem faz e pensa a educação. Então, ter acesso e participar de uma coletânea como esta é um privilégio e um compromisso. Um privilégio porque nos coloca no meio onde pouquíssimas pessoas estão, no lugar de quem escreve e, assim, produz conhecimento organizado. E é um compromisso porque não podemos escrever de qualquer jeito, precisamos ser rigorosos sobre nossa produção e sobre nosso texto. Há nele um imperativo ético de sermos o mais claro e eficiente possível para oportunizar a quem lê, um avanço em sua capacidade de atuar enquanto educador e educadora.

Esperamos que cada um e cada uma consiga, a partir dos relatos e reflexões dos textos, aprender como dinamizar sua práxis, melhorar sua atuação como educador e educadora – e até mesmo como estudante – visto que o discurso dos outros sempre tem o que nos ensinar.

Então, agora é com você! Boa leitura!

**Ivo Dickmann e Ivania Dickmann**

## REFLEXÕES SOBRE A FILOSOFIA NO BRASIL E SUA PRÁTICA NO ENSINO MÉDIO

*Francisco Cleyton Antonio*

### **Introdução e justificativa:**

Com a evolução tecnológica e científica, ocorrida no século XX, houve profundas e notáveis alterações no modo pelo qual o homem se informa, se posiciona e se identifica no mundo, criando-se novos lugares, papéis e contextos onde o conhecimento é disseminado: o cibernundo.

Os movimentos de globalização e as facilidades de acesso à informação iniciadas no século XX, influenciaram de forma decisiva o exercício de pensar do ser humano. Em decorrência deste processo, cada vez mais, informações resumidas, digeridas e redigidas com ares de totalidade circulam livremente pela mídia, pelos jornais e principalmente pelas redes sociais, promovendo um estado de euforia e impulsividade nunca antes vivenciado, resultado de uma inflexão sobre a realidade.

Todos esses movimentos acabam impactando no ensino da filosofia, fazendo-se necessário estudar e compreender estes novos lugares, papéis e contextos, mostrando o sentido e a importância da filosofia no ensino médio.

É neste sentido que se estabelece a relevância e a escolha do tema de pesquisa, tendo como proposta levar estas mudanças comportamentais ocorridas nos últimos anos, para o debate e problematização nas aulas de filosofia no Ensino Médio, analisando seus desdobramentos no contexto educacional e promovendo reflexões sobre a velocidade em que os acontecimentos se espalham pelo mundo e impactam na humanidade, alterando seu modo e ritmo de vida.

### **Fundamentação teórica e objetivos de pesquisa:**

Diante da velocidade das informações e dos lugares onde circulam o conhecimento, torna-se cada vez menor o tempo que gastamos pensando, formulando e interpretando conceitos, novos conhecimentos e principalmente, opiniões. Essa redução no tempo de processo de análise da realidade está relacionada diretamente com o exercício

filosófico, que por sua vez, divide-se em três etapas, de acordo com o entendimento de Cipriano LUCKESI (1980)<sup>1</sup>:

A primeira etapa refere-se à prática filosófica realizada a partir de um processo de transvaloração dos valores, que conforme Nietzsche (1998) norteiam a vida humana dentro das esferas individuais e coletivas, podendo despertar alguns questionamentos referentes a todo e qualquer valor que as oriente, a exemplo: da conduta familiar, econômica, moral, ética, estética e educacional, de tal modo que possamos realizar um balanço sobre as possíveis consequências a curto e longo prazo das ações escolhidas pelo homem, e por qual motivo tais escolhas são consideradas corretas. Cabendo aqui a seguinte pergunta: partindo-se do pressuposto de que são resultados de uma consciência individual, podem elas ser derivadas da sociedade na qual nos encontramos inseridos e adaptados, ou de uma consciência híbrida?

Partindo-se destas indagações, chegamos, então, à segunda etapa do exercício filosófico: a construção da crítica, ainda conforme Luckesi (1980), que se refere ao ato de questionar no contexto no qual nos encontramos inseridos, adotando posturas críticas, com argumentações precisas e de forma realista, e que, por isso, é sempre desafiador ao ser humano e requer um constante exercício de autocrítica.

Com relação à autocrítica, um dos maiores desafios dos educadores de filosofia é despertar o pensamento crítico em seus alunos, buscando nas suas relações com os nichos, e redes sociais, formas de questionar pensamentos considerados como verdades absolutas, fundamentadas ou incontestáveis.

Com base neste questionamento, passamos a última etapa do exercício filosófico, que ocorre por meio do momento de reconstrução de valores e conceitos considerados ultrapassados ou incabíveis à vivência do sujeito. Neste momento, os questionamentos deixam de ser objetivos e passam a ser mais relacionados com aquilo que o homem espera dele mesmo, e de como pretende adequar-se na sociedade em que está inserido.

Partindo destes questionamentos, foram estabelecidos como objetivos da pesquisa: contribuir para a formação de alunos como cidadãos críticos, tendo o professor o papel de levar o discente a refletir sobre sua ação e atuação no mundo; mediante problemas contemporâneos por meio de abordagem de temas ou problematizações filosóficas; e investigar como as discussões e debates levantados pela filosofia podem contribuir para o exercício da cidadania dos alunos e seus possíveis impactos nas gerações futuras.

Valendo ressaltar que todo esse processo exige um ensino contundente no aspecto filosófico, o qual propicie ao aluno entender e transformar sua realidade. O debate e a construção de ideias, através das discussões filosóficas em sala, são tomados como condição essencial para a formação de alunos críticos e autônomos na sociedade e, portanto, indispensáveis nas aulas de Filosofia.

---

<sup>1</sup> Professor Aposentado, orientador de pós-graduandos e integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Ludicidade da Universidade Federal da Bahia, com mais de 40 anos de especialização em Avaliações de Aprendizagem Escolar.

## A importância da filosofia no ensino médio

Com bases nos documentos nacionais para o ensino médio, a pertinência da filosofia no Ensino médio perpassa pelas discussões com relação às suas finalidades, que se encontram situadas no artigo 35 da LDB, conforme Parecer CEB nº 15/98 (p.14), no qual ressalta que: “[...] III- o aprimoramento do educando, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”.

Conforme este parecer, com relação especificamente ao artigo 36 da mesma Lei, situamos a importância da proposta de pesquisa, em sua base documental, como o disposto abaixo:

Parágrafo primeiro – Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre: [...] III. Domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p.14).

Evidentemente, de acordo com as orientações expressas pela Lei de Diretrizes e Bases, a filosofia no ensino médio se apresenta como uma área de conhecimento indispensável para o preparo integral do educando para exercer a cidadania, sobretudo, quanto ao desenvolvimento ético do cidadão.

Desse modo, o Currículo do Estado de São Paulo (2012), vem reafirmar sua importância como uma disciplina que possibilita ao educando, a capacidade de refletir sobre o meio em que está inserido, compreendendo, de maneira crítica, as relações culturais, políticas, éticas, percebendo, assim, a educação como um importante mecanismo de transformação social, quando refere que:

O retorno da Filosofia ao Ensino Médio deve ser entendido como o reconhecimento da importância da disciplina para ampliar o significado e os objetivos sociais e culturais da educação. Para tanto, é imprescindível a presença, nos programas escolares, de disciplinas que – como a Filosofia – proponham reflexões que permitam compreender melhor as relações histórico-sociais e, ao mesmo tempo, inserir o educando no universo subjetivo das representações simbólicas. (SÃO PAULO, 2012, p.115).

Assim, com o retorno da filosofia como disciplina obrigatória no ensino médio, faz-se necessário problematizar sobre seu papel na educação básica e os objetivos a serem alcançados, levando o educando a pensar de forma crítica, temas fundamentais levantados por meio dos debates filosóficos, criando situações de aproximação dos problemas filosóficos estudados com a realidade social do aluno. Dessa forma, temas como a ética e as questões fundamentais da bioética ligados a impasses sobre a clonagem em seres humanos, a eutanásia, a discriminação do aborto ou o direito fundamental da



vida humana, se tornam fundamentais para o processo do desenvolvimento da argumentação e da reflexão crítica.

Chamando-se a atenção para a relevância do debate sobre tais questões na contemporaneidade, o Currículo de Ciências Humanas do Estado de São Paulo, trazendo um alerta sobre a necessidade de abordar estas discussões na sala de aula no ensino médio e não a restringir aos espaços acadêmicos, evitando-se assim, o risco do educador ver sua responsabilidade transferida à mídia, como formadora de opiniões, conforme esclarece o currículo paulista SÃO PAULO (2012, p.115):

Quem pode discordar, por exemplo, de que já está mais do que na hora de levar os debates sobre ética para fora das aulas e seminários especializados, produzidos para meia dúzia de especialistas de fala nem sempre compreensíveis? Do mesmo modo, por maior que seja a influência dos meios de comunicação sobre a opinião pública, ao exercitar positivamente seu direito de denúncia social, nenhum educador imagina transferir à mídia a responsabilidade pelo estabelecimento de valores éticos para a formação de crianças e adolescentes. (SÃO PAULO, 2012, p.115).

Dessa forma, os debates outrora reduzidos aos muros das universidades, tomados como conhecimentos inacessíveis, são sistematizados nas salas de aula do ensino médio através das leituras de textos filosóficos.

Partindo das discussões debatidas nas aulas de filosofia, o aluno é levado a compreender os principais desdobramentos políticos de seu tempo, fundamentado em uma análise historiográfica da sociedade, percebendo as transformações político-sociais.

Sobre tal processo, RODRIGUES (2017, s.p) apresenta uma importante contribuição quando menciona que:

Certamente, o Brasil é um dos países mais revolucionários do mundo. Em menos de três décadas instalou mudanças radicais que foram da ditadura até a plena democracia, viveu a abertura comercial regulada pelo mercado neoliberal até a atual intervenção com a mão forte do Estado de um governo social democrata e elevou o padrão de vida de milhões de brasileiros pobres. Por outro lado, manteve velhas estruturas inalteradas e, assim como no processo de Independência, o povo se manteve como expectador das principais mudanças que lhe diz respeito.

Permite-se, então, entender que o Brasil vem sofrendo constantes mudanças em sua estrutura governamental: política, econômica e social especialmente após o início do processo de redemocratização; no entanto, houve a permanência das velhas estruturas e, por consequência, as mudanças não ocorreram no mesmo ritmo. Não foram tão significativas, quando se trata da consciência do povo a respeito da democracia e cidadania, do seu lugar e posição no mundo.

Com isso, a filosofia é mais do que necessária para compreender que todo esse processo ocasionou uma considerável perda na capacidade de transformação da

sociedade, o que é tratado através da fundamentação crítica e emancipatória de Adorno e Horkheimer (1991), em *Dialética do Esclarecimento*, onde esclarece que houve uma instrumentalização do pensamento, objetivando o controle e a dominação da razão, fato esse que caracteriza a perda da capacidade crítica do ser humano.

Dessa forma, “A anti-razão do capitalismo totalitário, determinada pela dominação, torna impossível a satisfação das necessidades e impele ao extermínio dos homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 61).

Essa anti-razão, expressa por Adorno e Horkheimer (1991) na *Dialética do Esclarecimento*, impede a construção e o desenvolvimento da autonomia no indivíduo, levando-o a perceber os conflitos sociais como movimentos naturais, tornando os sujeitos incapazes de interpretar e compreender a realidade.

Conceitos históricos que antes pareciam bem definidos se tornam confusos e adaptáveis, visto que o próprio tempo presente não possui precedentes históricos conhecidos ou semelhantes que já foram compreendidos em sua totalidade. De tal forma que medidas simples são hiper-problematizadas, enquanto assuntos complexos e que pedem alto grau de aprofundamento antes que se emitam opiniões concretas, são analisados de forma superficiais, visto que todos os assuntos surgem e para logo desaparecerem na mesma velocidade.

Este cenário, que inicialmente pode parecer caótico e inexplicável, encontra algum respaldo na história do ensinamento filosófico nas escolas brasileiras, e é também nele que podemos vislumbrar possibilidades contundentes de, senão uma solução, ao menos uma melhoria.

A sociedade brasileira em geral, sofre de uma falha coletiva em relação à sua capacidade de compreender sua própria realidade. Tal afirmação pode ser comprovada por meio da colocação do Brasil em segundo lugar na pesquisa “Os Perigos da Percepção”, liderada pelo Instituto Ipsos<sup>2</sup> no ano de 2018, que comparou as respostas dos entrevistados acerca de temas como saúde, segurança, violência geral e sexual, educação, religião e políticas internacionais, com os dados oficiais destes países. Participaram do último estudo 37 nações.

Com base na pesquisa, é seguro afirmar que falta ao povo brasileiro uma consciência de sua realidade, facilitando, assim, todo o processo de manipulação das massas, sendo este fato, um fator dificultante quando se trata de percorrer um caminho para a construção e desenvolvimento crítico de qualquer nação, feito a partir da Educação.

Neste ponto, o Ensino da Filosofia torna-se ainda mais indispensável, como forma de discussão, em relação à manipulação exercida mídia, de políticos, empresários e de sistemas ideológicos, impossibilitando qualquer forma de posicionamento crítico

---

<sup>2</sup> O Instituto Ipsos é a terceira maior companhia de pesquisa e de inteligência de mercado do mundo. Sua sede se encontra na França, país onde foi fundado no ano de 1975, e atualmente conta com mais de 16.000 funcionários espalhados em escritórios presentes em 87 países ao redor do mundo, incluindo o Brasil, desde 1995. Fonte: [www.ipsos.com/pt-br/quem-somos-nos](http://www.ipsos.com/pt-br/quem-somos-nos). Acesso 24/05/2019.

do cidadão com relação à sua própria realidade.

Um exemplo gigantesco em proporções e de simples entendimento de como o desconhecimento acerca da realidade em que nos inserimos, e que revela a incapacidade do povo brasileiro de adotar uma postura crítica, podendo desestabilizar uma sociedade, foram as eleições presidenciais de outubro de 2018, vivido recentemente pelo povo brasileiro. Nesta ocasião, vimos acontecer uma das mais conturbadas eleições presidenciais de nossa história.

O foco, aqui, não é defender ou analisar diretamente os vencedores, partidos e candidatos, mas voltar o olhar para o comportamento dos eleitores brasileiros no decorrer do período de campanhas, que foram marcadas, do início ao fim, por polarizações ideológicas, trocas incessantes das chamadas “*fake news*”, interpretações distorcidas de conceitos históricos, morais e éticos, e um questionamento feroz dos chamados “direitos humanos”.

Todas essas questões, sem nenhuma exceção, encontram encaixe, em algum momento, dentro das reflexões levantadas pela filosofia, com a manipulação e o controle do pensamento através das redes sociais ou da mídia. Não estamos falando dos debates infinitos e exaltados que se fizeram presentes nas redes sociais. Dos protestos contra ou a favor de determinados candidatos, que aconteceram como pressupostos para que as pessoas pudessem ir às ruas defender as ideologias políticas ou mesmo religiosas com as quais se identificaram. Não falamos, também, de ódio partidário, indignação seletiva, e todos os outros diversos termos utilizados incessantes que, muitas vezes, são interpretados erroneamente, numa tentativa, em todo o país, de encontrar argumentos capazes de silenciar os adversários. Assim, falamos em uma sociedade que, de forma geral, não soube interpretar “quadros de oposições entre proposições categóricas, inferências imediatas em contexto categórico; conteúdo existencial e proposições categóricas”.

Trata-se, aqui, da incapacidade da população, independentemente de sua classe econômica, estrutura familiar ou região do país, de reconhecer a chamada “ética do dever”, proposto pelo filósofo prussiano Immanuel Kant (2004), ou de exercer a ética dialógica, ou, ética do discurso, proposta pelo filósofo contemporâneo Jürgen Habermas (1990) quando trata do agir comunicativo, pautado em um discurso racional e coerente.

Sobre essa questão, Habermas contextualiza que:

O conceito da ação comunicativa alude a um tipo de ação (social) mediada pela comunicação. A linguagem é o meio de comunicação que serve ao entendimento, porém os atores, ao se entenderem entre si para coordenar suas ações, perseguem cada um, uma determinada meta. De modo que não se trata primariamente de atos de comunicação, mas de um tipo de interação coordenada mediante atos de fala. (HABERMAS, 1990, p. 145-146)

Com isso, linguagem é tomada como instrumento de dominação quando não coordena e orienta as ações humanas. A teoria do agir comunicativo, proposta por

Habermas (1990) ilustra a importância da linguagem e seus signos para o processo da ação comunicativa, se ela não norteia as ações humanas direcionando para a compreensão das estruturas sociais, torna-se um instrumento de manipulação e dominação do outro. Dessa forma, a incapacidade social de um povo de exercer o agir comunicativo como possibilidade de emancipação política, gera uma sociedade passiva diante dos desdobramentos político-ideológicos.

Não obstante, o ensino de filosofia no Brasil inserido de forma pragmática no ensino médio, objetiva, evidentemente, a superação de uma sociedade marcada pela incapacidade de pensar a realidade a partir de um olhar crítico, autônomo, reflexivo, questionador e argumentativo, levando o aluno a pensar sobre sua condição humana e sua ação no mundo a partir de uma análise crítica.

Nesse sentido, é importante ressaltar que, não se pretende discutir, portanto, se há ou não uma importância no aprimoramento e na preocupação com o aproveitamento legítimo do conteúdo filosófico no ensino médio no Brasil, mas a relevância de sua ação prática, tendo-se em vista os rumos que a sociedade vem tomando atualmente.

Portanto, ao fundamentar a necessidade do ensino da filosofia no ensino médio, especificamente quanto à formação proporcionada, podemos recorrer às considerações levantadas por Rodrigo Pelloso Gelamo (2009, s.p), enquanto analisava a filosofia Kantiana, afirmando que:

A formação cultural do homem ocorre por meio da preparação crítica do sujeito. A filosofia tem, assim, um papel central nesse processo, pois é capaz de formar o homem moral e culturalmente, promovendo-o do seu estado natural de menoridade em direção à maioridade, ou seja, um estado de liberdade.

### **A importância de um ensino consistente:**

Com relação à importância de se garantir ao aluno um ensino consistente, garantindo sua formação enquanto cidadão na sociedade, tornando-o capaz de transformar sua realidade, Paulo Freire (2001, p.67) ressalta que: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

A sentença acima defendida por Paulo Freire<sup>3</sup> é ideal para que possamos pensar na urgente necessidade da sociedade brasileira de valorizar os benefícios que o ensi-

---

<sup>3</sup> Conhecido como patrono da educação brasileira, o pedagogo, educador e filósofo pernambucano Paulo Freire é o terceiro teórico mais citado em trabalhos que contemplam a área de humanas, em nível mundial, pela sua obra “Pedagogia do Oprimido”, lançada em 1968. Reconhecido internacionalmente (29 títulos de “doutor honoris causa” lhe foram concedidos por universidades da Europa e América), Paulo Freire continua extremamente atual. A leitura de sua obra permite amadurecer conceitos como a necessidade de uma educação praticada a partir de uma perspectiva crítica e autônoma para a formação de sujeitos capazes de transformar político e socialmente suas realidades. Fonte: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/guia-definitivo-da-bibliografia-de-paulo-freire> Acesso 24 de maio de 2019.

no de filosofia, quando bem aplicado, traz não apenas para as gerações presentes, mas principalmente para as futuras.

Assim, faz-se necessária a sobreposição do conteúdo curricular filosófico de maneira transversal durante o ensino médio, sempre em contato e diálogo frequente com os conteúdos curriculares de outras áreas de conhecimento, por meio da interdisciplinaridade, citando-se como exemplos: a História, a Geografia (com ênfase especial em discussões relacionadas à geopolítica), bem como a Literatura e a Interpretação de Textos. Partindo dessa abordagem, o currículo paulista discorre:

Essa produção de conhecimentos pode ser fortemente dinamizada se o professor de Filosofia promover o debate interdisciplinar. Assim, por exemplo, as discussões sobre violência urbana ou racismo podem ser mais bem desenvolvidas pelos professores de Sociologia ou História, a partir de um diálogo com o professor de Filosofia. Desse modo, a Filosofia pode assumir uma de suas principais funções, a de ser uma ferramenta conceitual, produtora de síntese, animando o debate multidisciplinar e elevando os padrões da educação básica. (SÃO PAULO, 2012, p.117).

Esta percepção de ensino interdisciplinar contribui para o desenvolvimento da competência leitora, repercutindo na constituição de uma geração de alunos aptos a entender não só o mundo como ele já foi, suas origens e seus pontos de ruptura e reformulação, mas também a entender exatamente os motivos pelos quais estas rupturas e reformulações foram necessárias para compreender o homem em sua integralidade e as transformações sociais. Dessa forma, percebemos uma maior preocupação expressa no currículo paulista, quando estabelece que “todas essas preocupações visam a valorizar a Filosofia no universo escolar, tentando fazer com que os estudantes sejam envolvidos em práticas de ensino”. (SÃO PAULO, 2012, p.118).

Este cuidado, expresso nos documentos oficiais da educação básica brasileira, como o currículo paulista, por exemplo, este pensar analítico e com olhar crítico, é a esperança de solução de alguns dilemas enfrentados pelo homem nos dias atuais, e que exigem soluções não apenas inovadoras, mas também extremamente conscientes no porvir.

Neste contexto, questões ambientais vêm à tona, como: a precariedade do respeito e consideração da Declaração dos Direitos Humanos ao redor do mundo, o desca- so para com o meio ambiente, à medida que vêm se esgotando os recursos naturais do planeta e alterando o seu funcionamento normal e seguro, a questão da fome nos países subdesenvolvidos, entre outros, que, já dependem quase que exclusivamente da habili- dade de entender o lugar de cada um no mundo, seu papel para que a espécie continue existindo e evoluindo, e os limites da humanidade em si.

Neste sentido, temos o entendimento de Guilherme Assis de Almeida<sup>4</sup>, em seu artigo “Filosofia do Direito e Direitos Humanos: uma proposta de reflexão”, publicado na Revista Cult:

A não-violência é o princípio de orientação para criação das normas do Direito Internacional dos Direitos Humanos. A mobilização a favor da proteção dos direitos humanos tem a possibilidade de se aproveitar desse aspecto e propiciar uma ação conjunta geradora de poder.

Educação em direitos humanos é um dos paradigmas centrais fundamentado pela ética filosófica, sendo um meio de alcançar uma convivência harmônica que envolve cada sociedade na qual ela se desenvolve, e também as convivências entre indivíduos com culturas, costumes e conceitos completamente diferentes, o que acaba por ressaltar a possibilidade real e maravilhosa de um mundo onde a multiculturalidade não seja tão utópico quanto é hoje.

Não obstante, a principal finalidade do ensino filosófico no ensino médio, em nosso caso especificamente, nas escolas brasileiras, se encontra na capacidade de desenvolver gerações que possuam alta capacidade de realizar análises críticas bem feitas, fundamentadas, e que guiem a nação, para um patamar existencial cada vez mais alto, redefinindo, conforme Kant (1996), os conceitos de “humanidade” assimilados por nossos alunos, para que entendam de fato a importância de, realmente, “ser humano”, e respeitar essa condição em si e nos outros, e não simplesmente “nascer humano”.

Seguindo-se nesta reflexão sobre o processo da educação filosófica no sentido da construção da humanidade, Kant (1996), em sua obra *Sobre a Pedagogia*, afirma que: “o homem não pode tornar-se um verdadeiro homem senão pela educação. Ele é aquilo que a educação dele faz.” (KANT, 1996, p. 15).

Desse modo, Kant (1996) vê a educação como o único instrumento capaz de levar o ser humano a desenvolver habilidades que aperfeiçoam sua própria essência. A educação, segundo Kant (1996), é transformadora, humanizadora e produtora de relações fundadas em uma visão antropológica do homem.

Partindo dessa abordagem, a educação filosófica leva à reflexão sobre a condição humana, sobretudo, a partir de uma construção crítica sobre a realidade.

Kant parte da possibilidade emancipatória da educação. Não obstante, a educação passaria a despertar, através da prática filosófica, o pensamento crítico e autônomo no aluno, possibilitando sua ação política no mundo, ensinando-o a pensar: “não é suficiente treinar as crianças; urge que aprendam a pensar” (KANT, 1996, p.27).

---

<sup>4</sup> Doutor em Filosofia do Direito (USP), com pós-doutorado em Ciência Política no NEV/USP. Autor de Direitos Humanos e Não-Violência (Atlas). Professor de Direitos Humanos do UNICEUB e consultor de Direitos Humanos e Cooperação Internacional

Ao possibilitar a construção crítica e autônoma dos indivíduos, a filosofia kantiana pode ser considerada uma atividade prática, priorizando o desenvolvimento de pensar por conta própria.

Desse modo, faz-se necessário pensar a forma em que o professor de Filosofia realiza a transposição didática. A abordagem dos conteúdos, a temática e a problematização dos conceitos filosóficos devem ser abordadas a partir de um movimento dialético, envolvendo os alunos nas contextualizações abordadas de forma clara e concisa. Assim, passamos a construir o que Kant (1996) caracterizava como a construção do pensamento.

No entanto, segundo ainda Immanuel Kant (1989), em sua arquetípica obra *Crítica da Razão Pura*, “não se ensina filosofia, mas a filosofar” (KANT, 1989, p. 660). Partindo dessa premissa, a construção do pensamento ocorre por meio da problematização, análise e reflexão da realidade de modo sistemático.

Analisando, com isso, a importância dada ao ensino filosófico, faz-se necessário realizar um movimento em direção à construção do senso crítico e argumentativo, de forma significativa em relação aos alunos, apresentando-se como um dos maiores desafios enfrentado pelo educador da área de Filosofia no Brasil.

Em relação a tais desafios educacionais, a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, homologada em 14 de dezembro de 2018 destaca que:

Para formar esses jovens como sujeito crítico, criativo, autônomo e responsável, cabe às escolas de Ensino Médio proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentada. (BRASIL, 2018, p. 463)

O desafio maior encontra-se em conseguir estabelecer, dentro de um país de proporções continentais e diferenças religiosas, étnicas, financeiras e culturais tão intensas como o nosso, um elo que estabeleça, simultaneamente, uma unidade curricular quanto à sua abordagem, respeitando e valorizando realidade cultural, social e regional do aluno.

Este desafio encontra obstáculos linguísticos e espaciais que tornam difícil uma identificação genuína entre, por exemplo, o adolescente de classe média que vive em São Paulo, capital, e aquele que mora com a mãe e os irmãos em um quarto de aluguel em uma cidade pequena no interior nordestino. Ainda que as diretrizes educacionais sejam as mesmas nos dois casos, as percepções de realidade e as distâncias entre os dois são tamanhas que muitas vezes a prioridade nos estudos, o acesso à educação, e a forma de lidar com estes conhecimentos seja completamente diferente e praticamente impossível de comparar ou explicar por parte do professor.

Ainda que, no cotidiano, as formas como estes alunos costumam lidar e fundamentar o exercício filosófico é de vital importância que eles consigam ao menos com-

prender o fato de que essas diferenças não os separam na hora de sofrer consequências pelos atos praticados pela sociedade como um todo, como por exemplo, o exercício eleitoral em âmbito de governo federal, o direito de cobrar transparência e acesso justo e igual de serviços básicos que protegem a dignidade humana, como saúde, segurança e educação, entre outros.

Essa homogeneidade da concepção de cidadania<sup>5</sup> em todo o país, que é direito de todos os brasileiros, foi extremamente negligenciada pelos próprios brasileiros de maneira preocupante nos últimos anos, e revela que o jovem brasileiro ainda insiste no conceito de que “se eu não vejo, e não me afeta o dia a dia de forma incisiva, não é problema meu”.

A força com que este pensamento permanece enraizado na mentalidade social geral evidencia a enorme distância que ainda precisamos percorrer para que a Filosofia esteja, de fato, cumprindo seu papel primordial na educação brasileira.

### **Considerações finais:**

A filosofia enquanto disciplina obrigatória do currículo escolar inserida no sistema educacional brasileiro, não possui caráter secundário. Sendo assim, não representa apenas uma disciplina auxiliar no aprimoramento de leitura, interpretação de texto e construção de raciocínio lógico, sua existência tem como premissa o aprofundamento com relação à formação antropológica, cultural e social de cada aluno, indo além das próprias realidades e contextos, permitindo ao indivíduo transcender em sua análise sobre a realidade e transforma - lá.

Desde a inserção de seu ensino, no período colonial, quando sua função era a de basicamente doutrinar e limitar as condutas de cada indivíduo, passando pela era ditatorial brasileira, em que a finalidade crucial da filosofia em si foi distorcida e, mascarada em prol da ordem social, chegando aos dias atuais, é que se espera do ensino filosófico forme cidadãos aptos a exercer a consciência crítica. Ressaltamos que o exercício de pensar é, absolutamente, o mais libertador, perigoso e poderoso artifício que um ser humano pode desenvolver. Sendo, possivelmente, uma das atividades mais temidas por parte dos políticos conservadores.

A democracia brasileira é um acontecimento recente, e com relação às diretrizes educacionais, apesar de já terem sido revistas e estarem em constante atualização desde a redemocratização do Brasil em 1985, observa-se que ainda não contemplam de maneira eficaz a sociedade em que vivemos atualmente.

---

<sup>5</sup> Cidadania na concepção de COVRE, estando relacionado ao surgimento da cidade, à capacidade de os homens exercerem seus direitos e deveres de cidadão (COVRE, 1994), como o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo.



Assim, não é apenas um problema de adaptação ou necessidade de maior aprofundamento e valorização da área da filosofia em si, mas no seu papel em contribuir nas reflexões sobre as condições diferenciadas em que a diversidade (pessoas de regiões diversas do país) encontra-se vivendo e se reproduzindo socialmente, permitindo uma nova configuração de currículo que considere essas diferenças, sejam elas: regionais, culturais, econômicas, religiosas e políticas.

Em um mundo no qual realidades, fatos, verdades e ideologias correm aos ventos em constante mudança, a filosofia, se faz indispensável para que possamos entender exatamente o que, como, e porque vivemos da forma como vivemos nos dias de atuais.

Ser professor, no Brasil, é ter a consciência de seu papel de transformador da realidade, não como o centralizador do conhecimento, mas como o mediador que auxilia o aluno a descobrir e a buscar, de forma apaixonante, os desdobramentos que o conduzirá ao encontro do conhecimento.

Não se trata, apenas, de um desafio na formulação de uma grade curricular satisfatória, mas também dos requisitos e cuidados que os profissionais devem atender ao ensinar. Existe, ainda, um longo caminho a ser percorrido pelos educadores, políticos e alunos brasileiros para que o ensino de filosofia no ensino médio seja considerado adequado, mas podemos observar que há uma preocupação crescente com estes aspectos por parte da população.

A sociedade brasileira vive hoje um momento ímpar de sua história. Os passos recentes do país na convivência democrática, a insurreição popular contra os escândalos de corrupção nas altas esferas do governo e a cobrança cada vez maior por educação de qualidade, honestidade e melhorias na qualidade de vida colocam a filosofia, e a forma como ela vem sendo debatida e ensinada, no centro das discussões nacionais, ainda que de maneira discreta, e muitas vezes inconsciente por parte da maioria da pessoa.

Todos os dias, mais e mais pessoas começam a questionar a veracidade das notícias veiculadas diariamente pela mídia. Questiona-se a qualidade e a imparcialidade da educação histórica da nação. Até que ponto os chamados “temas da vez” – doutrinação e excesso de ideologias – estão presentes na sociedade, e afetando a forma como as pessoas se comportam, exercem seus direitos e deveres tanto na esfera da vida privada quanto na vida em conjunto.

O brasileiro vem praticando, cada vez mais, o maior exercício filosófico que existe: o de questionar, surgindo, então, um novo momento na didática filosófica brasileira: a adequação de seu ensino, que já vive em constante evolução e mudança, a essa nova sociedade cheia de discussões, opiniões e questionamentos que começou a surgir nos últimos anos. É de suma importância que se defina uma nova direção para o desenvolvimento e melhoramento no universo estudantil, como o compromisso em conscientizar a sociedade da extrema importância do filosofar na sociedade.

Enquanto o ensino falhar em conceituar a sociedade como sendo apenas uma, por mais variada que esta seja em termos de características gerais próprias, os objetivos finais continuarão distantes de serem alcançados.

Portanto, acreditamos que somente por meio do entendimento de sua totalidade, delimitação realista e aprofundada dos problemas e de sua autocrítica individual e coletiva, constante e abrangente, é que esses problemas devem ser resolvidos criando a capacidade de pensar e criar novas soluções, ou ao menos, inovar em atitudes pequenas que possam se tornar hábitos difusos com o passar do tempo, dentro das células familiares, salas de aula, ruas, espaços de trabalho e convívio social em geral. Dessa forma, o Brasil irá alcançar não apenas o patamar de destaque educacional no mundo, mas, sobretudo, um “país de todos”.

### Referências bibliográficas:

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.

ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Filosofia do direito e direitos humanos: Uma proposta de reflexão*. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/filosofia-do-direito-e-direitos-humanos-uma-proposta-de-reflexao/>. Acesso em 27 de maio de 2019.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 27 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em 27 de maio de 2019.

BRASIL. MEC. CNE. *Parecer CEB nº 15/98*. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, p. 40.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. Editora Brasiliense, 3ª Ed., 1994. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4290664/mod\\_resource/content/1/7-%20MANZINI-COURE.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4290664/mod_resource/content/1/7-%20MANZINI-COURE.pdf). Acesso em: 27 de maio de 2019.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos*. 2º Ed. São Paulo: UNESP, 2001.

GELAMO, RP. *O ensino da filosofia no limiar da contemporaneidade: o que faz o filósofo quando seu ofício é ser professor de filosofia?* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

HABERMAS, Jürgen. *Pensamento Pós-metafísico: estudos filosóficos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes e Outros Escritos*. São Paulo: Martin Claret: 2004.

LUCKESI, Cipriano C. *Compreensão filosófica e prática educacional: avaliação em educação*. In: *filosofia e ação educativa*. Rio de Janeiro, 1980.

\_\_\_\_\_, *Crítica da Razão Pura*. Trad. Valério Rohden e Udo B. Moosburger. Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª Ed, Lisboa, 1989.

\_\_\_\_\_, *Sobre a Pedagogia*. Trad. Francisco Fontanella. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1996.

## EDUCAÇÃO BRASIL

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Genealogia da moral: uma polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RODRIGUES, Robson. *História da política no Brasil*. Em poucos lugares do mundo houve tantas mudanças significativas em pouco tempo como no Brasil. Disponível: <http://leiturasdahistoria.com.br/historia-da-politica-no-brasil/>. Acesso em 27 de maio de 2019.

SÃO PAULO. SECRETARIA ESTADUAL DA EDUCAÇÃO. *Currículo do Estado de São Paulo: Ciências Humanas e suas tecnologias / Secretaria da Educação; coordenação geral, Maria Inês Fini; coordenação de área, Paulo Miceli*. – 1. Ed. atual. – São Paulo: SEE, 2012. 152 p.

## CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES ACERCA DAS TEORIAS EDUCACIONAIS E O DISTANCIAMENTO COM AS PRÁTICAS

*Marli França Silva*

### **Introdução e objetivos**

O artigo que está sendo apresentado foi baseado em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), no curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas-SP), relacionado ao trabalho pedagógico com crianças da Rede Municipal de Campinas. A escolha deu-se por constituir-se em local onde as teorias e as práticas pedagógicas apresentam aproximações com o tema estudado.

A proposta envolve concepções sobre criança e o seu contexto sócio cultural, propondo-se investigar a práxis educacional no interior de um Centro de Educação Infantil de Campinas, tendo como questionamento, a pergunta: É possível uma aproximação entre teoria e prática no cuidar e educar na educação infantil.

Neste sentido, concepções de infância e de cuidar e Educar tornaram-se fundamentais, ao perceber que a relação entre eles ainda não está consolidada na percepção dos educadores, o que gera um conflito (dicotomia) na educação infantil.

Conforme TIRIBA (2005, p.85) pelo fato desses dois pólos (cuidar e educar) estarem relacionados ao corpo e mente, há uma dificuldade de integração que provoca essa dicotomia. Para verificar como essa relação ocorre na prática pedagógica, utilizou-se a pesquisa com profissionais das Unidades Educacionais, com base na legislação pertinente à Educação Infantil.

Ao adentrar no processo histórico que constituiu essa relação, consegue-se perceber que essa dicotomia apresenta sua origem no fato das unidades de Educação Infantil terem iniciarem seu trabalho, com um caráter assistencial, ocasionando na desvalorização dos profissionais que se destinam ao cuidado das crianças na creche.

As Diretrizes Curriculares da Educação Básica (2013) afirmam que tal construção da identidade da creche é historicamente, sendo caracterizada por uma política de atendimento assistencial à infância. O que repercute na percepção da creche (por parte de pais) como uma extensão de sua família, gerando cobranças de posturas e serviços não condizentes com o atendimento, e, por consequência, o próprio profissional não vê o seu trabalho ser valorizado pelos seus pares e, inclusive, por ele mesmo.

Em contrapartida, as legislações tem sido: estudadas, aplicadas e difundidas, visando-se alavancar no processo de construção da educação infantil como verdadeiramente educacional, surgindo avanços em direção ao atendimento em creches e pré-escolas como um direito social da criança. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) há o reconhecimento da Educação Infantil como dever do Estado, preconizado desde a Constituição de 1988, com ampla participação de movimentos comunitários, construindo uma nova identidade de atendimento.

Essa nova identidade surge como forma de valorizar o atendimento dessa criança e melhorar o seu processo cognitivo, refletindo-se como as teorias educacionais estão sendo trabalhadas na prática pedagógica, do ponto de vista da pesquisa qualitativa, conforme Gamboa (2003), que defende que: esse tipo de pesquisa se faz necessária na área educacional, pois coloca-se em oposição aos reducionismos quantitativo presentes nas concepções positivistas.

A metodologia de pesquisa inicial foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa focal com base na percepção de FREIRE (2002, s.p), quando afirma que: [...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.

A pesquisa baseada na técnica de grupo focal, na busca de identificar coerências entre as orientações e diretrizes que são sugeridas pela Rede Municipal de Campinas (RMC) e a motivação para sua aplicação, visando sugestões para a melhoria da qualidade da educação infantil a partir dos dados coletados.

As relações entre os profissionais da educação infantil – Agentes e Professores – no que se refere ao binômio cuidar e educar foram abordadas na pesquisa, através da aplicação de um questionário de grupo focal.

### **Procedimentos metodológicos**

A metodologia tendo sido de cunho qualitativo baseada no método: a coleta de dados, caracterizando-se por uma técnica que envolve a escolha de um grupo de pessoas com características em comum, no caso da pesquisa, todos são profissionais da educação; têm vivências em comum, trabalham na educação infantil numa mesma unidade e, finalmente, por serem capacitados para discutir o tema da pesquisa que se refere, sobre a teoria e prática no cuidar e educar na educação infantil. (GATTI, 2005)

O Grupo Focal consiste em reunir um grupo de profissionais da educação para discutir temas pertinentes à pesquisa, como por exemplo, as formações educacionais, cuidar e educar, políticas educacionais dentre outros; trabalhando com o registro das reuniões: com escritas, vídeo e áudio para posteriores transcrições e organizações dos dados, além de questionários individuais descritivos. Os participantes da pesquisa totalizaram 18 profissionais, sendo 06 professores, 11 agentes de educação e um orientador pedagógico.

As informações pessoais e profissionais dos professores e orientador pedagógico (Quadro 1) e dos agentes de educação infantil (Quadro 2) foram relevantes na análise dos dados da pesquisa, sendo necessário direcionar o seu foco para as questões relevantes à pesquisa diante da enormidade de informações coletadas.

### **Quadro: 1- Formação e tempo de atuação das professoras e orientadora pedagógica**

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador. P- professores, OP – Orientadora pedagógica, EI – Educação Infantil, UEI – Unidade de educação Infantil.

Professor	Idade	Formação	Tempo de atuação na Educação	Tempo de atuação na EI	Tempo nessa UEI
P1	49	Normal superior e Psicopedagogia	09 anos	07 anos	06 meses
P2	50	Pedagogia	24 anos	13 anos	12 anos
P3	49	Pedagogia	28 anos	23 anos	23 anos
P4	54	Pedagogia e Psicopedagogia	38 anos	32 anos	08 anos
P5	48	Pedagogia e Didática	26 anos	20 anos	12 anos
P6	54	Pedagogia	23 anos	23 anos	23 anos
OP		Adm. Escolar	11 anos	1 ano e 1/2	02 meses

Quadro: 2- Agentes de Educação Infantil

Agentes	Idade	Formação	Tempo de atuação	Tempo de atuação na EI	Tempo nessa UEI
AG 1	45	Pedagogia	13 anos	13 anos	7 anos
AG 2	35	Pedagogia	13 anos	13 anos	2 anos

EDUCAÇÃO BRASIL

AG 3	35	Pedagogia	10 anos e 7 meses	Anos e 7 meses	8 anos
AG 4	55	Pedagogia	15 anos	15 anos	1 ano
AG 5	35	Pedagogia	8 anos	8 anos	8 anos
AG 6	43	Pedagogia	18 anos	18 anos	18 anos
AG 7	33	Pedagogia	7 anos	7 anos	1 ano
AG 8	51	Pedagogia, letras e Psicopedagogia	11 anos	11 anos	11 anos
AG 9	51	Nível Médio	4 anos e 08 meses	4 anos 08 meses	1 ano
AG 10	25	Pedagogia (cur-sando)	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses	1 ano
AG 11	52	Pedagogia (in-completo)	26 anos anos	26 anos anos	26 anos anos

**Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.**

**AG. - Agente de educação Infantil.**

As informações acima descritas foram retiradas a partir dos questionários enviados aos sujeitos da pesquisa e ainda, como: coleta de dados, no qual foram analisadas as discussões proferidas durante as reuniões do grupo focal que se deram em dois momentos, um reunião com os professores e orientador pedagógico e outra com os agentes de educação infantil.

Basicamente ao construir os questionamentos a serem trabalhados no Grupo Focal os mesmos tinham algumas categorias iniciais para que houvesse um direcionamento quanto ao que se queria obter, são eles: 1 – Concepção de Criança/Infância; 2 – Educação; 3 - Cuidar e educar; 4 – Políticas / Teorias / Diretrizes.

Essas categorias iniciais apenas fizeram parte de um primeiro momento de análise, mas foi fundamental para a caracterização final que se deu após as análises das discussões entre os profissionais que foram as seguintes: 1- Concepção de criança: Criança como foco do trabalho na Educação Infantil e a criança na sociedade 2- Cuidar e educar na Educação Infantil: Prática reflexiva 3- Escolarização e letramento na educação Infantil 4- Planejamento e projeto educacional 5- Formações e orientações das NAEDs

6- Teoria e prática: Um processo de reflexão 6.1- Dificuldades de aplicação das teorias estudadas. Em síntese, os dados obtidos com os questionários, pelo grupo focal (gravados e filmados) estão no quadro 3, obtidos por perguntas envolvendo o posicionamento dos profissionais em relação às frases abaixo:

**Quadro 3- Frases correspondentes à dinâmica inicial no grupo focal junto às professoras e agentes de educação infantil.**

Não tenho interesse por projetos	Os projetos são soluções para o trabalho pedagógico	As formações são muito importantes
Não dou sugestões nos projetos de outros agrupamentos	Planejar é fundamental para o desenvolvimento do meu trabalho	A criança é o foco principal no desenvolvimento do meu trabalho
Eu jamais me preocupo com alunos de outros agrupamentos	As orientações das NAEDs são importantes para o processo pedagógico na creche	Não sugiro projetos isso não faz parte das minhas atribuições
Adoro quando os agrupamentos se juntam	As questões pessoais são as que mais atrapalham o trabalho pedagógico	Não faço nada que não seja da minha alçada
Não gosto de formações nem de GEM		

**Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.**

Quando questionados quanto às Formações Continuidas serem ou não necessárias quase todos os agentes concordaram que são necessárias, exceto a Ag1 que diz ser desnecessária, no entanto quando perguntado por que são necessárias ou desnecessárias as respostas foram às transcritas nos quadros: 4 e 5.

**Quadro 4- respostas dadas pelas Agentes de Educação Infantil:**

Agentes de educação Infantil	As formações são necessárias por quê?
AG 2	Porque sempre é preciso refletir sobre suas práticas e a educação está sempre em movimento, às formações, grupo de estudos, troca de experiências são importantes para a constante reflexão e transformação.



## EDUCAÇÃO BRASIL

AG 3	Nessas reuniões que tiramos dúvidas e aprofundamos em questões de dificuldades que estamos vivenciando. Além de poder ser um curso para acrescentar em nosso conhecimento
AG 4	Todos devem ter consciência de sua prática. E acompanhar o que há de inovador na educação.
AG 5	Método necessário para aprimorar nosso conhecimento
AG 6	Sempre atualizar
AG 7	Porque acredito que estamos em constante aprendizagem e as formações trazem informações e podem nos auxiliar no trabalho, servem para refletir, pensar e repensar a prática.
AG 8	Adquirir visão ampla da situação. Desenvolve a cooperação entre os educadores. Renova e forma nova equipe de trabalho
AG 9	Direciona melhor nosso trabalho
AG 10	São fundamentais para estimular o bom trabalho dos educadores se feito da maneira correta.
AG 11	Enriquece nossos conhecimentos

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.

### Quadro 5- Resposta dada pela Agente de Educação Infantil

Agente de Educação	As formações são desnecessárias por quê?
AG 1	A maneira como é oferecida não tem nada haver com a realidade. Não vejo acréscimo nisso.

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador.

Quando houve o questionamento sobre as Formações Continuadas serem necessárias ou não para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, as professoras e a Orientadora Pedagógica acharam por unanimidade que eram necessárias e se posicionaram da seguinte maneira em relação aos seus porquês (quadros 6 e 7).

**Quadro 6- Respostas dadas pelos professores de educação infantil:**

<b>Professores</b>	<b>As formações são necessárias por quê?</b>
P1	O professor dever estar sempre estudando e aprimorando seus conhecimentos.
P2	São momentos únicos de encontro do grupo inteiro onde podemos trocar, dividir, ampliar, discutir, etc.
P3	É um suporte para todas as inovações na educação
P4	Para que haja um trabalho coletivo de qualidade
P5	O professor precisa se reciclar sempre
P6	Importante para nos deixar atualizadas com os diversos temas e aprendizados que nos ajudarão no desenvolvimento do nosso trabalho.
OP	Para estarmos sempre aprendendo mais a respeito de como articular a teoria às nossas práticas; além de que em formações encontramos colegas e é um ótimo momento para juntos refletirmos nosso fazer pedagógico.

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador

Em relação às dificuldades com as práticas, o quadro a seguir (Quadro: 7) revela os obstáculos mais pertinentes enfrentados pelos professores na prática com a educação infantil de acordo com o que foi respondido no questionário. (Interpretação das respostas).

**Quadro 7- Respostas dos professores sobre as dificuldades com a prática na Unidade Educacional.**

<b>Professores</b>	<b>Dificuldade com a prática</b>
<b>P1</b>	Quantidade de crianças por adulto, falta de profissionais e falta de limites dos alunos
<b>P2</b>	Estrutura pública, arbitrariedade por quem não vive o cotidiano da educação infantil.

EDUCAÇÃO BRASIL

<b>P3</b>	Falta de profissionais, rotina, número elevado de crianças por adulto, pouca participação dos pais.
<b>P4</b>	Entrosamento das equipes
<b>P5</b>	Número de crianças por adulto, crianças doentes.
<b>P6</b>	Falta de limite das crianças, pouca participação dos pais, falta de profissionais, número de alunos por sala.
<b>OP</b>	Separação de agentes e professores nas formações (TDC e GEM)

**Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador**

Analisando o mesmo questionamento sobre a prática pedagógica, as agentes de educação infantil apresentaram as maiores dificuldades enfrentadas por elas, de acordo com o quadro 8..

**Quadro 8: Respostas dos agentes de educação infantil sobre as dificuldades com a prática na Unidade Educacional.**

<b>Agentes</b>	<b>Dificuldade com a prática</b>
AG 1	Falta entrosamento entre os profissionais (professores e monitores)
AG 2	Falta de reconhecimento do agente, que não faz parte do quadro da educação, número elevado de crianças por adulto, estrutura das salas. PMC quer acabar com a demanda na Educação Infantil construindo Naves-mãe.
AG 3	Número elevado de crianças por adulto, estrutura das salas.
AG 4	Falta de entrosamento com a equipe de trabalho, número elevado de crianças por adulto, rotina (tempos e espaços), falta de limite das crianças.
AG 5	Número elevado de crianças por adulto que afeta a qualidade de ensino.
AG 6	Número elevado de crianças por adulto
AG 7	Número elevado de crianças por adulto, infraestrutura das salas
AG 8	Falta de entrosamento na equipe
AG 9	Número elevado de crianças por adulto, infraestrutura da sala.

AG 10	Falta de entrosamento na equipe e até com os pais
AG 11	Infraestrutura das salas, famílias que só vêm a Unidade de Educação Infantil como “creche”

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador

## RESULTADO

As análises dos dados, inicialmente, nos apontam os participantes da pesquisa como indivíduos com formação em nível superior, em sua maioria, e com idade média de 45 anos e com uma média de mais de 10 anos de atuação na educação.

Os profissionais acima descritos possuem experiências diversas na área da educação infantil e como se trata de uma pesquisa qualitativa as respostas obtidas são subjetivas e os resultados relativos.

Durante o processo inicial do grupo focal foi elaborado uma dinâmica onde os participantes opinaram sobre assuntos pertinentes à pesquisa e os resultados obtidos em relação a essa dinâmica, em primeiro lugar foi o de fazer com que o grupo ficasse mais comprometido com as demais discussões que se seguiram, como sugere Gatti (2005, p. 36-37):

Vários autores consideram que se podem usar algumas técnicas de animação de grupo ou exercícios – evidentemente escolhidos de forma adequada a um grupo de pesquisa, e dentro dos propósitos desta – para aquecer os participantes, fazendo com que estes se voltem uns para os outros, (...) que se percebam e atuem em busca da cooperação, e já exprimindo suas diferenças ou concordâncias. (...) O exercício a ser proposto deve ter seu conteúdo ligado ao problema em exame e não ser mera brincadeira ou joguinho.

Nesse sentido, as frases abordadas no quadro: 3 foram lidas por todos os participantes do grupo focal e discutidas de forma que todos opinassem sobre o assunto e pode verificar alguns pontos importantes nessas discussões, como por exemplo: Todos consideram a criança como foco principal no desenvolvimento de trabalho na Unidade educacional, no entanto alguns profissionais não sabem e não querem trabalhar com projetos que são sugeridos pelos NAEDs e, ainda existem profissionais que não se envolvem em projetos coletivos por achar que não faz parte de suas atribuições.

A maioria dos profissionais não gosta de ficar com outros agrupamentos principalmente de idades diferentes, pois os conflitos são maiores que as aprendizagens, segundo alguns agentes de educação.

Os agentes de educação infantil se sentem excluídos da elaboração dos projetos da sala em que atuam e mesmo que alguns professores não saibam como lidar com o fato de não ser atribuição de um agente elaborar projeto, como ficou claro em determi-

nado momento da pesquisa, os agentes esperam que possam colaborar nos trabalhos em sala de aula.

Dando sequência, a pesquisa iniciou-se o processo de análise dos dados em relação às questões do grupo focal: Concepção de criança.

Os agentes de Educação Infantil concebem a criança como foco do trabalho na UEI, alguns a acha frágil, outros nem tanto, mas todos concordam que a família ainda precisa participar mais da educação da criança e os professores precisam ficar mais atentos a sua responsabilidade junto a essa criança.

Os professores concordam com a importância da criança na unidade educacional e que a mesma é o foco do trabalho, no entanto enfatiza o quanto a rotina atrapalha esse trabalho junto às mesmas.

Outra categoria abordada foi relacionada ao cuidar e educar na educação infantil e que a maioria dos educadores afirma que o fator “quantidade de criança por sala” atrapalha o trabalho pedagógico nas unidades de educação.

Essa discussão sobre quantidade de alunos por sala é uma questão muito abrangente e que envolve uma série de fatores sociais e políticos e que mereceria uma abordagem mais ampla, mas para essa análise basta o fato de se saber que é um fator impactante na qualidade de ensino das crianças pequenas e que os agentes de educação apontam como empecilho no desenvolvimento de um trabalho mais qualificado.

O posicionamento dos professores desta unidade sobre cuidados com a criança ainda inspira certa resistência, pois durante muito tempo ficou estabelecido que o professor tinha a função de educar e o agente que era denominado monitor, tinha a função de cuidar.

Essa questão é um desafio para a educação infantil e por esse motivo é tão discutida teoricamente e de fato, merece uma atenção especial, pois ainda é polêmica, “em especial quando se trata de professores das redes públicas, que, em inúmeros casos, não assumem para si a função de cuidar por entendê-la como atividades relacionadas ao corporal...” (TIRIBA, 2005, p.68-69).

Segundo Kramer (2005, p. 62) “quando se propôs que se considerassem as creches dentro da área da educação foi exatamente pelo fato de se querer afirmar que dentro da mesma já havia um processo educativo, “desde aquele momento educar já englobava o cuidar [...]”.

As questões sobre o cuidar e educar na educação infantil são colocadas nos RCNEIs como um “panorama de fundo sobre o qual se constroem as propostas sobre educação infantil” (BRASIL, 1998a, p.18).

Ainda há profissionais que, mesmo trabalhando com crianças pequenas, não se sentem à vontade em fazer a higiene delas por achar que é um trabalho de menor expressão.

Outro ponto da discussão foi a escolarização e letramento na educação infantil. Em relação ao letramento na Educação Infantil, houve algumas questões divergentes quanto ao conceito de letramento e, muitas educadoras ficaram em dúvida sobre a própria definição da palavra, porém foram esclarecidas no decorrer das discussões. Uma

das preocupações dos agentes diz respeito à observação da capacidade cognitiva da criança pequena. Essa percepção é de extrema importância tendo em vista que o trabalho com crianças pequenas envolve a capacidade de cognição da criança e a capacidade do educador em perceber isso na criança fugindo do senso comum em acreditar que a criança não seja capaz de aprender uma linguagem mais elaborada, segundo a agente de educação: AG 10.

Uma palavra mais difícil, todo mundo tenta mudar, acha que a criança não tem habilidade. A criança tem que lidar com isso ela vai aprender como todas as outras...Eu posso falar libélula para uma criança, não preciso falar borboletinha, um bichinho, não...

Os professores enfatizaram mais o fato da criança que está indo para a escola de ensino fundamental sofrer com a falta de estrutura para o seu atendimento, e quanto a isso a professora P5 diz “ uma atrás da outra na carteira, não pode brincar, lá acabou a brincadeira.”

Em relação à questão abordada pela professora P5, o texto que trata sobre o Ensino Fundamental de nove anos ressalta que, este governo atual, ao reafirmar a urgência da construção de uma escola inclusiva, cidadã, solidária e de qualidade social para todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros, assume, cada vez mais, o compromisso com a implementação de políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos tempos e dos espaços escolares (BRASIL, 2007, p.11).

É o que se espera nessa transição, no entanto não é ainda o que se vê, pelo menos em relação à estrutura, no entanto através do PNAIC<sup>6</sup> a Rede Municipal de Campinas realizou um curso de formação de 230 profissionais alfabetizadores em 2013 que atuam nas escolas Municipais de Campinas<sup>7</sup>.

Quando se trata da passagem para a escola os RCNEIs sugerem que para evitar as ansiedades e inseguranças o professor deve verificar as atitudes que as crianças manifestem frente à mudança e promovam algumas ações como, por exemplo, uma visita à escola, entrevista com professores e outros. (BRASIL, 1998a, p.84).

Planejamento e projeto foram temas abordados no grupo focal e, para os professores, a questão sobre projeto foi controversa, pois a orientação da NAED sobre a necessidade de implementação de projetos em todas as unidades de Educação, fez com que o grupo de professores dessa unidade, tivesse muitas dúvidas de como conceber projeto para a unidade.

Esclarecendo o que se diz sobre projeto e planejamento nos documentos oficiais da RMC, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para a Educação infantil afirma:

---

<sup>6</sup> PNAIC - O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um compromisso formal assumido pelos governos federal, do Distrito Federal, dos estados e municípios de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Disponível em <http://pacto.mec.gov.br/o-pacto> acesso em 09.05.2015

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=18314> acesso em 09.05.2015

## EDUCAÇÃO BRASIL

Entende-se como projeto aquele trabalho em que a escolha do objeto de estudo irá partir da realidade em que um grupo de bebês e crianças pequenas está inserido, aquilo que irá despertar a curiosidade, a vontade de investigar, de conhecer mais profundamente, de olhar, de sentir, de experimentar o entorno. (CAMPINAS, 2013, p. 19).

O processo de planejamento se dá em vários níveis: Nacional, Estadual, Municipal, nível de escola e de sala de aula, de modo abrangente, sendo assim:

Entende-se por planejamento um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego dos meios materiais e dos recursos humanos disponíveis, a fim de alcançar objetivos concretos, em prazos determinados e em etapas definidas, a partir do conhecimento e avaliação científica da situação original. (MARTINEZ & OLIVEIRA LAHONE, 1977, apud MENEGOLLA 1996, p.18)

Em relação às formações continuadas verificadas nos quadros 9 e 10 pode-se fazer uma comparação entre as necessidades de cada profissional em relação as mesmas e o resultado se deu da seguinte forma:

### Quadro 9- Motivos para formação entre os agentes de educação:

Agentes	Nº	%
Conhecimento pessoal	4	40
Ambos	4	40
prática	3	20

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador

### Quadro 10- Motivos para formação entre os professores:

Professores	Nº	%
Conhecimento pessoal	4	58%
Ambos	2	28%
prática	1	14%

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador

O conhecimento pessoal é o fator mais importante para a Formação continuada para a maioria dos Professores, enquanto para os Agentes de Educação o conheci-

mento pessoal sozinho e o conhecimento pessoal aliado com a prática são igualmente importantes. Em contrapartida, as formações continuadas pensadas somente para a prática, foram consideradas menos importantes pelos Professores e Agentes De Educação Infantil.

Outro tema abordado no grupo diz respeito à teoria e à prática na educação infantil e os agentes de educação apontaram fatores fortemente observados em sala de aula, como por exemplo: a falta de interação entre as equipes, discriminação da função, professores que ainda não aceitam higienizar as crianças, mas acreditam que a formação de novos professores e as novas diretrizes educacionais elaboradas por SME, acabarão com esse tipo de preconceito.

Os professores, pelo contrário, se preocupam com as orientações dadas pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas, que muitas vezes não são coerentes com as necessidades das Unidades de Educação, impactando nas práticas pedagógicas.

Ainda com o tema das práticas educativas, foram abordadas as dificuldades (obstáculos) que os profissionais de educação encontram em suas práticas pedagógicas e os levantamentos apresentados nos quadros 11 e 12 deram o seguinte resultado:

**Quadro 11: Obstáculos na prática do trabalho, segundo os Agentes de Educação Infantil:**

Ordem	Principais obstáculos	Números de agentes
1º	Nº elevado de crianças	07
2º	Infraestrutura das salas/escola	05
3º	Infraestrutura das salas/escola	04
4º	Rotina	01
5º	Limite das crianças	01
6º	Falta de reconhecimento profissional dos agentes de educação	01

Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador

**Quadro 12- Obstáculos na prática do trabalho, segundo os Professores de Educação Infantil:**

ORDEM	Principais obstáculos	Nº de Professores
1º	Nº elevado de crianças	04



## EDUCAÇÃO BRASIL

2º	Falta de profissionais	03
3º	Falta de limite dos alunos	02
4º	Falta de participação dos pais	02
5º	Estrutura pública	01
6º	Rotina	01
7º	Entrosamento das equipes	01
8º	Crianças doentes	01
9º	GEM e TDC separados	01

**Fonte: Elaborado pelo próprio pesquisador**

Pelos dados acima apontados pode-se verificar que, o número elevado de crianças por adulto, é um dos fatores que tanto: os professores, quanto os agentes, apontaram como sendo um grande obstáculo para o desenvolvimento do trabalho pedagógico na sala de aula e, no entanto a estrutura das salas e do prédio foi apontada pelos agentes como o segundo mais importante obstáculo, os professores, entretanto, não o consideraram como dificuldade no trabalho pedagógico.

Outro fator que de certa forma foi inesperado foi a questão do “limite” das crianças que foi apontado em 3º lugar pelos Professores e em 5º lugar pelos Agentes de Educação Infantil. A falta de profissionais não foi mencionada pelos Agentes de Educação Infantil e ficou em 2º lugar como obstáculo pelos Professores. A estrutura pública e as crianças doentes não foram mencionadas pelos Agentes como obstáculos para desenvolvimento do trabalho na UEI.

A Orientadora Pedagógica mencionou que a grande dificuldade no desenvolvimento do seu trabalho é o fato das reuniões do grupo de monitores (GEM) e TDC (professores) ocorrerem em horários e dias diferentes.

Pode-se verificar que os professores consideraram que a falta de limite das crianças, falta de participação dos pais, falta de profissionais e, principalmente a grande quantidade de criança na sala de aula, prejudicam o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Unidade de Educação infantil.

### **Conclusão**

Quando se começou a pensar a criança como sujeito histórico, é que de fato o processo educacional dela foi modificado, através da criação de instituições que atendes-

sem a essa nova realidade; a princípio era somente assistencialista, devido a fatores sociais da época pesquisada e, com o interesse de alguns estudiosos da educação os modelos educacionais da Europa foram modificados, com o surgimento dos Kindergarten e foram expandidos para outros países e inclusive no Brasil.

Com o surgimento das creches no Brasil, surge também a necessidade de legislações específicas que dessem direcionamento ao trabalho pedagógico, deste modo é que a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional surge partindo de princípios da Constituição Federal, servindo de orientação para um Plano Nacional de Educação, e assim vão surgindo as demais diretrizes educacionais, buscando-se alcançar maior qualidade na educação.

Em se tratando da Rede Municipal de Campinas, os documentos em construção para orientação do trabalho pedagógico são a Diretrizes Curriculares da Educação Básica para Educação Infantil do Município de Campinas. Tem-se dessa maneira, instrumentos norteadores para o atendimento das crianças na educação infantil, no entanto são fortemente percebidos nesse atendimento, fatores que ainda trazem as questões assistencialistas no trabalho educacional dessas crianças pequenas.

As questões sobre cuidar e educar são colocadas na pesquisa por fazer parte do contexto da educação infantil, ora são indissociáveis para as questões educacionais das crianças, ora são colocadas de maneira a associar o cuidar com o “corpo” e o educar como a “mente” numa alusão a separação das duas concepções.

As reflexões sobre a prática educacional são necessárias na medida em que se almeja a formação específica para o atendimento das crianças pequenas e se queira trabalhar numa perspectiva histórico-crítica.

Cada categoria foi analisada em dois momentos, um para os agentes de educação e outro para os professores e, nessa ordem, tem-se que, em relação à categoria Concepção de criança: Criança como foco do trabalho na Educação Infantil e a criança na sociedade os Agentes de Educação Infantil concebem a criança como foco do trabalho na UEI e, que os professores precisam ficar mais atentos com a educação dessa criança.

Os agentes e professores apontaram como fator principal à dificuldade do desenvolvimento do trabalho pedagógico o número elevado de crianças nas salas de aula.

Finalmente pôde-se concluir que as teorias devem ser consideradas norteadoras e que é necessário que haja reflexão em toda prática, pois só assim se poderá ser crítico às teorias que são impostas e aos documentos que aparentemente são vistos como bons instrumentos para o trabalho pedagógico.

As subjetividades devem ser levadas em consideração, pois cada indivíduo faz uma leitura própria a partir de documentos da mesma natureza. É necessário ainda que a categoria de educadores participe ativamente da elaboração de todos os documentos relacionados à educação e que as políticas municipais ajam no sentido de avançar na qualidade da educação considerando o número de alunos adequado por sala de aula e ainda a valorização da categoria de professores e agentes de educação.

São de fato preocupantes as relações entre as políticas educacionais, que são responsáveis pelos encaminhamentos da educação, e os profissionais de educação que, através da sua prática, sentem a qualidade da educação cada vez mais reduzida.

O artigo, tendo sido baseado em Trabalho de Conclusão, mediante tentativa de apontar mais reflexões das teorias e práticas educativas, mostrou a necessidade de busca de mais referenciais de pesquisa, questionando-se o fato de documentos oficiais acabarem se constituindo como norma para as práticas pedagógicas, restringindo avanços na Educação Infantil. O objetivo principal foi o de verificar a aproximação entre a teoria e a prática e ao finalizar este estudo, permanece a certeza de que todo o esforço valeu a pena e que a jornada educativa é infinita.

### Referências

- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2013.
- \_\_\_\_\_. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Ensino Fundamental de Nove Anos: Orientações para Inclusão da Criança de seis anos de idade. Brasília, DF, 2007
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil V-1. Brasília: MEC/SEF, 1998a
- CAMPINAS, Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares da Educação Básica para Educação Infantil: um processo contínuo de reflexão e ação. Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, SP, 2013.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à prática educativa. Ed. Ega, 2002.
- GAMBOA, Silvio Ancisar Sánchez. Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos. Revista Contrapontos - volume 3 - n. 3 - p. 393-405 - Itajaí, set./dez. 2003.
- GATTI, Bernadete Angelina. Grupo Focal na pesquisa ciências sociais e humanas – Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- KRAMER, Sonia (Org.) Profissionais de Educação Infantil: Gestão e Formação. - São Paulo. Ática, 2005.
- MENEGOLLA, Maximiliano. SANT'ANNA, I.M. Porque planejar? Como planejar? Currículo - área - aula. Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.
- TIRIBA, Léa. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: Kramer, Sonia. Profissionais de educação infantil: gestão e formação. São Paulo: Ática, 2005. P. 66-86

## CONSIDERAÇÕES FREIREANAS SOBRE O PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO

*Francisco Cleyton Antonio*

### **Introdução**

Paulo Reglus Neves Freire, nascido em Pernambuco no ano de 1921 foi um educador, filósofo e pedagogo brasileiro com obras e métodos educacionais mundialmente reconhecidos e estudados nas mais renomadas universidades nacionais e internacionais.

Reconhecido como patrono da educação brasileira pela Lei Federal nº 12.612, pensou a educação no Brasil a partir de uma perspectiva humanista, libertadora e conscientizadora, buscando, através da ação dialógica, a inserção de cidadãos marcados pela marginalização e pela opressão social, no processo de transformação de sua realidade social.

Pensar a educação contemporânea é um desafio que nos remete a uma análise contundente sobre os caminhos permeados pela educação.

Partindo de uma abordagem essencialmente crítica, as obras freireanas permeiam uma prática educativa que possibilita ao educando perceber-se como sujeito participativo na construção de uma sociedade fundada na equidade social, considerando a educação como a principal via capaz de libertar o indivíduo de sistemas opressores.

Nesse sentido, somos levados a indagar o papel da educação escolar e suas possibilidades de transformação social: a escola, como instituição comprometida na formação de competências e habilidades, desempenha seu papel social de modo a garantir, em sua totalidade, uma educação fundamentada no princípio de isonomia, possibilitando aos cidadãos transformar a sociedade em que vive, rompendo as bases de uma educação elitista, tão comum na historiografia de nosso país? Ou se mantém reprodutora de uma educação bancária, não permitindo uma atuação prática dos indivíduos que a compõem?

Com bases nesses questionamentos, o princípio orientador de nossa análise parte do conceito freireano de educação como prática libertadora contra uma concepção de educação “bancária” assentada na transmissão de conteúdos sem a devida reflexão sobre eles.

Segundo Freire (2002, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimentos”, isto é, o processo educativo é um vínculo de envolvimento dialético entre o que se ensina e o que se é ensinado. Dessa forma, levar o aluno não somente a compreender o que lhe é ensinado, mas levá-lo também a estabelecer relações com sua realidade, é fornecer bases processuais para sua ação transformadora.

A educação proposta por Freire (2011) apresenta possibilidades de uma educação emancipatória que, através da dialogicidade e da humanização do ensino, possa superar a visão ingênua da realidade do oprimido, buscando assim sua libertação.

Dentro dessa concepção, o diálogo é a condição fundamental que promove a ação educativa buscando a relação dos conteúdos curriculares com a realidade do educando, instaurando uma consciência libertadora e transformadora, “onde o momento deste buscar é o que inaugura o diálogo da educação como prática da liberdade.” (Freire, 2011, p. 91).

Nesse sentido, na medida em que o homem desenvolve sua criticidade, passando a compreender a dinâmica das relações sociais pautadas em um processo de opressão e dominação, passa a reconhecer a relevância social da educação para o processo de emancipação dos cidadãos.

### **Reflexões sobre uma práxis transformadora a partir de Paulo Freire:**

Educação, do latim “educere”, significa extrair, tirar, desenvolver. Consiste na formação do homem em sua integralidade. Em vista disso, partindo de uma análise essencialmente global do ser humano, Paulo Freire propõe uma educação legitimada pelas bases da reflexão filosófica sobre a natureza humana, afirmando a impossibilidade de pensar a educação sem antes se perguntar pelo próprio homem e seu agir em sociedade.

*Não é possível fazer uma reflexão sobre o que é educação sem refletir sobre o próprio homem (...) é preciso fazer um estudo antropológico-filosófico e pensar sobre nós mesmos. Construir o núcleo fundamental onde se sustenta o processo de educação. (FREIRE, Paulo, Pedagogia do Oprimido, 1987, p. 27).*

A partir do exposto, é preciso compreender que a educação, em seu sentido amplo, consiste na necessidade de uma reflexão antropológica sobre o ser humano como condição indispensável para a compreensão de sua finitude no mundo, percebendo-se como um ser inacabado. Assim, “o homem pode refletir sobre si mesmo [...] como pode fazer essa auto-reflexão, pode descobrir-se como um ser inacabado, que está em constante busca. Eis aqui a raiz da educação” (FREIRE, 2011, p. 14).

Assim sendo, o homem como um ser inacabado, é um ser de relações e de buscas, onde tais relações são consideradas estruturas fundamentais que possibilitam ao homem compreender e refletir, por meio da educação, os conflitos sociais que se estabelecem a partir de uma intencionalidade.

Sobre tal processo, Freire (2011, p. 14) menciona que “a educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto o leva à sua perfeição”.

Dessa forma, Paulo Freire reafirma a educação como prática de humanização, assim, a ideia de uma sociedade justa, que objetiva constantemente transpor o problema da opressão social, não constitui um mero sonho ideológico.

Ora uma educação só é verdadeiramente humanista se, ao invés de reforçar os mitos com os quais se pretende manter o homem desumanizado, esforça-se no sentido da desocultação da realidade. Desocultação na qual o homem existencialize sua real vocação: a de transformar a realidade. Se, ao contrário, a educação enfatiza os mitos e desemboca no caminho da adaptação do homem à realidade, não pode esconder seu caráter desumanizador (FREIRE, 1997, p.13).

Segundo essa concepção, a prática educativa deve propiciar aos alunos condições para a compreensão dos desajustes sociais que por muito tempo foram naturalizados.

Dessa forma, faz-se necessário uma pedagogia que impulse o educando a pensar de modo crítico a própria sociedade o qual faz parte, assim como a política e sua historicidade, atuando como um agente reacionário frente a violência causada pelos opressores. O que, na concepção de Paulo Freire, “a violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem o fez menos. (1987, p. 30 – 31).

Partindo dessa possibilidade, a educação aqui pensada como libertadora, condiciona o homem a lutar contra um sistema político-social opressor que (re) produz conflitos sociais como as desigualdades e as injustiças. Não obstante, a sociedade, consciente da necessidade de sua participação na luta contra a opressão, deve lutar pela emancipação e correção das desigualdades sociais. Desse modo, o homem perde o caráter significativo da vida quando é oprimido ou injustiçado socialmente. Instaura, com isso, uma desumanização da pessoa. No entanto, o homem ciente de sua alienação coloca-se em numa luta constante pelo reestabelecimento de sua humanidade, implicando em um processo reacionário contra a classe opressora em vista de sua autonomia. Assim, conforme Freire:

Libertação em que não chegaram por acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento sua necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe devem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido. (FREIRE, Paulo, Pedagogia do Oprimido, 1987, p. 30 – 31).

Nesse sentido, a educação libertadora possibilita ao educando condições próprias para sua emancipação, pois atua como práxis transformadora. Partindo dessa ação, cabe ao educador apresentar problemas que despertem no aluno uma consciência trans-

formadora do contexto social em que vive, causando uma inquietação que o levará à percepção de que a realidade opressora em que vive é passível de mudanças.

Falar da realidade como algo parado, estático, como não falar sobre algo completamente alheio a experiência existencial dos educandos, vem sendo a suprema inquietação desta educação. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, cuja tarefa é “encher” os educandos dos conteúdos de sua narração. (FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*, 1987, p. 30 – 31).

Dessa forma, uma educação fundamentalmente preocupada apenas com a simples transmissão de conteúdos, sem problematizar e levar o aluno a atingir uma consciência crítica e ativa, soa como palavra oca, sem sentido, e não como uma característica transformadora como deve ser.

Nessa dinâmica, a educação conteudista objetiva somente a aprendizagem conceitual: ler e escrever, e não uma educação capaz de refletir e pensar os problemas e as dificuldades estruturais sentidas pela sociedade oprimida (FREIRE, 2002).

Sabemos que a educação deve agir como um princípio transformador na vida do educando para estimular não só o aprendizado tradicional, mas a luta pela superação dos problemas que a modernidade nos apresenta. Isso é um meio viável para a educação. Quando se deixa essa questão em segundo plano, o educando passa a ser somente mero recipiente onde recebe e arquiva todos os conteúdos apresentados pelo educador sem ao menos refletir sobre eles. Assim sendo, há apenas a memorização mecânica, automática, assimilada pelo aluno.

Por isso mesmo é que uma das características desta educação dissertadora é a “sonoridade” da palavra e não sua força transformadora. A narração, de que o educador é o sujeito, conduz aos educandos a memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. (FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*, 1987, p. 30 – 31).

Paulo Freire (1987) ressalta que a educação se torna injetora de conteúdo, onde o aluno somente recebe do educador informações sem refletir sobre elas. Por conseguinte, essa relação entre educador-educando, constitui-se como uma educação “bancária” na qual o aluno torna-se meramente um banco de depósito de informações implicando apenas a memorização dos conteúdos apresentados pelo educador. Nesta visão bancária da educação, o aluno apenas recebe as informações arquivando-as na memória, não havendo a criatividade transformadora. Assim, conforme Freire:

A educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação em que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los (...) não há criatividade, não há transformação. (FREIRE, Paulo, *Pedagogia do Oprimido*, 1987, p. 30 – 31).

Do ponto de vista da práxis transformadora, um dos aspectos fundamentais do pensamento pedagógico freireano diz respeito ao processo de conscientização social, possibilitando a ruptura de idéias defendidas pela lógica elitista que visa a manutenção e a dominação de uma classe opressora sob as massas sociais. Sobre o aspecto de opressão, que visa a impossibilidade de politização da sociedade e de sua emancipação, Freire (1987, p. 17), defende que a educação transformadora:

Tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará.

Nesse sentido, o processo de ensino-aprendizagem que ocorre nas salas de aula, deve colocar o aluno no cerne das questões contemporâneas, analisando as transformações políticas e ideológicas que objetivam manter a naturalidade das disparidades sociais. Dentro do processo emancipatório, a educação coloca-se como precursora de um processo cíclico trabalhando a criticidade como mecanismo essencial para a inserção de indivíduos protagonistas das transformações sociais (FREIRE, 1967).

Dessa forma, o educador contemporâneo, segundo Paulo Freire, deve dinamizar sua prática pedagógica a ponto de relacionar teoria e prática, envolvendo, dessa maneira, o educando na reflexão sobre a importância da atuação crítica das massas como fundamento da mudança da realidade social. Sobre esse aspecto, Freire, acreditava que:

Uma sociedade que vinha e vem sofrendo alterações tão profundas e às vezes até bruscas e em que as transformações tendiam a ativar cada vez mais o povo em emersão, necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo. Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional em outras instituições ultrapassando os limites mesmos das estritamente pedagógicas. (FREIRE, 1967, p. 88)

Todavia, o que se percebe no sistema educacional brasileiro, a partir da ascensão de ideias liberais advindas pela nova classe política liberal que emergiu das eleições de 2018, é um retorno a uma educação tecnicista e fundamentalmente bancária, enfatizando uma constante redução do papel do Estado na educação. Nesse aspecto, tais políticas educacionais representam um retrocesso educacional sem precedentes, contrariando, evidentemente, Paulo Freire quando afirmava que:

Não há nada que mais contradiga e comprometa a emersão popular do que uma educação que não jogue o educando às experiências do debate e da análise dos problemas e que não



## EDUCAÇÃO BRASIL

lhe propicie condições de verdadeira participação. Vale dizer, uma educação que longe de se identificar com o novo clima para ajudar o esforço de democratização, intensifique a nossa inexperiência democrática, alimentando-a. (FREIRE, 1967, p. 93).

Sendo assim, observa-se que Freire ambicionava, justamente, “uma educação corajosa, que enfrentasse a discussão com o homem comum, de seu direito àquela participação” (FREIRE, 1967, p. 93).

Sob esse aspecto, “a educação teria de ser, acima de tudo, uma tentativa constante de mudança de atitude” (FREIRE, 1967, p. 94). Aqui, cabe ressaltar a notável contribuição do memorável Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932 (AZEVEDO, 2010) ao sair em defesa de uma nova concepção de escola como uma reação contra as velhas tendências exclusivamente passivas e verbalistas, dirigida à passividade das massas sociais ante ao imperialismo das elites.

Em vista disso, a práxis educativa ocorre substancialmente dentro da sala de aula, partindo da atitude dialógica que permite a reflexão crítica da relação estabelecida entre os homens e o mundo, buscando sua autêntica libertação. “É práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (Freire, 1987, p. 67).

Partindo dessas considerações, negar a educação libertadora, oferecendo ao aluno uma educação conteudista, sem problematizar e relacionar os fatos com sua realidade, é possibilitar a manutenção de uma educação opressora e antidemocrática. “A sala de aula libertadora é exigente, e não permissiva. Exige que você pense sobre as questões, escreva sobre elas, discuta-as seriamente”. (Freire & Shor, 2008, p. 25)

Nesse sentido, Freire (1980, p. 39) argumenta que:

É preciso que a educação esteja – em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos – adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história.

Diante o exposto, o pensamento do educador Paulo Freire, leva-nos a levantar questões sobre o papel da escola como um espaço não somente de abordagens curriculares tradicionais, mas como um ambiente democrático capaz de promover debates em torno de questões marcadas por conflitos políticos, sociais e culturais inerentes a realidade dos indivíduos. A cultura escolar libertadora deve promover a democratização do ensino crítico. Assim, concordamos com Pimenta (2002) quando afirma que:

A democratização das relações internas da escola constitui mediação para a democratização da educação, o que não significa diminuir sua importância. As relações democráticas da escola, a participação nas decisões, são mediações básicas ao objetivo do trabalho docente – ensinar de modo que os alunos aprendam. (Pimenta, 2002, p. 53).

## Considerações finais

O processo educativo perpassa a simples transmissão de conhecimentos. Ensinar exige uma relação transcendental entre o aluno, o professor e os movimentos que permeiam nossa realidade. Evidentemente, essa relação ocorre por meio de uma ação pedagógica que busca levar o educando a refletir sobre sua participação nas mudanças ocorridas na sociedade. A reflexão entre teoria e prática, possibilita o desdobramento de uma consciência crítica pautada em um processo participativo de modo a garantir a autonomia dos indivíduos (FREIRE, 2002).

Pensando a educação a partir de uma formação antropológico-filosófica, Paulo Freire apresenta uma proposta veementemente humanizadora, pensando o desenvolvimento humano através de uma prática pedagógica iniciada pelo processo da dialogicidade.

A prática social é vista como um dos pressupostos básicos do processo educativo. Ela é o objetivo central da educação escolar. Nesse sentido, educação visa preparar o aluno para um convívio social justo e é a partir da formação integral do aluno que podemos transformar a sociedade em uma sociedade justa e igualitária. A prática social, no trabalho ou nas relações sociais, é o ponto de partida e o ponto de chegada do processo educativo.

A escola como um espaço de autonomia na sociedade, deve promover a emancipação dos sujeitos a partir da reflexão dos saberes transmitidos por ela. A formação integral do aluno é de extrema importância para seu relacionamento social, pois será na sociedade que essa formação irá se refletir. Por isso, a educação ocupa um papel social singular para o bom desenvolvimento das estruturas sociais.

Cabe à escola ocupar seu espaço de autonomia, cumprindo seu papel de levar os sujeitos a atuarem como construtores de uma nova sociedade, exercendo um papel ativo de construção da realidade social. Nesse sentido, a função política da escola é: socializar o conhecimento, tornando-se um instrumento às classes populares na aquisição de conhecimentos para a luta contra as desigualdades sociais.

Assim, a escola deve tomar o aluno em seu sentido integral, como pessoa participativa na sociedade, formando, assim, uma visão crítica da realidade social em que ele vive. A visão freireana de educação, não concebe o aluno como receptivo, cuja mente cabe depositar conhecimentos, num processo essencialmente reprodutor que não pressupõe a reelaboração crítica dos conhecimentos. Freire concebe uma educação libertadora.

A práxis transformadora só é possível através da autonomia desenvolvida pelos sujeitos em um processo educativo comprometido em romper com as estruturas tradicionais de ensino, onde o aluno não participa do processo educativo de forma ativa.

As contribuições de Paulo Freire para o sistema educacional no Brasil revolucionaram a prática educativa no Brasil. Se antes os alunos eram vistos como receptores de saberes, com Freire o aluno passa a ser visto como aquele que transforma a sociedade

através da educação. Não basta assimilar conhecimentos se não houver uma reflexão crítica sobre a prática.

Nesse ponto, a práxis transformadora implica em um movimento entre teoria e prática, assumindo uma autonomia capaz de levar cidadãos a um processo permanente de libertação, buscando uma reconstrução autêntica de sua história.

Com uma visão essencialmente crítica da práxis pedagógica, as ideias freireanas são fundamentais para romper as barreiras que insistem em manter uma educação ingênua em relação à realidade.

A naturalidade, defendida por uma elite política e social de nosso país, em relação a conflitos sociais que mantém grande parte das classes populares sobre domínio e opressão, ainda é observado no Brasil contemporâneo.

Paulo Freire enfrentou as amarras de um sistema opressor construído para manter privilégios de uma classe em detrimento de outra. Sua filosofia nos leva a perceber com propriedades a luta de classes existente em nossa sociedade.

Dessa forma, somos levados a desenvolver um olhar de estranhamento da realidade, onde os conflitos considerados naturais, passam a ser percebidos como construção para garantir a não participação das massas no processo de transformação do país.

Enquanto houver uma sociedade organizada em classes, não será possível o diálogo. O que há são formas de diálogos, e não exatamente o diálogo. Contudo, a luta existente entre a classe dominante (opressora) e a classe oprimida deve ser superada através de uma educação libertadora.

Certamente é essa constante luta de classes entre opressor-oprimido que sustenta a falta de diálogo. Essa dialogicidade é a ação buscada pelos oprimidos buscam para superar a condição de inferiores. Esse diálogo implica a superação do conflito. Com isso, a classe dominante não se abre ao diálogo.

Obviamente, em uma sociedade onde a possibilidade do diálogo é zero, haverá sempre a abertura para a questão da marginalidade, para uma educação precária e para o aumento das injustiças.

Teoricamente, as relações sociais sempre foram marcadas por dois fatores substancialmente cruciais que caracterizam uma dualidade inautêntica: a dificuldade do diálogo entre classes sociais extremamente opostas e a luta dialética existente entre essas classes, enquanto a classe dominante sobrepõe e oprime a classe popular. Karl Marx já havia denunciado a existência da luta principalmente da elite para se manter no poder como classe dominante que impõe valores e estilos de vida em relação à massa. Do ponto de vista prático, os direitos da classe dominada são vistos como imoralismo.

As classes populares conscientes de seu poder, sempre representaram uma ameaça à elite. Por isso, a elite dominante, ao sentir-se ameaçada, dificulta a participação popular no poder, fechando-se em um corporativismo oligárquico mantendo uma roupagem socialista democrática. Tais elites adotam um posicionamento reacionário perante a luta popular impedindo assim uma possível mudança.

Diante deste aspecto, a educação se coloca em uma posição transformadora e conscientizadora. A educação deve manter uma postura de responsabilidade com a

sociedade, conscientizando as pessoas dos problemas estruturais que a sociedade vem sofrendo tendo sempre como meta e objetivo a igualdade social.

Não obstante, Freire nos convida a um movimento de desnaturalização social, onde a educação ocupa um papel de mediação entre os saberes necessários, iniciando um processo de tomada de consciência do sujeito sobre sua participação na práxis transformativa.

Freire denunciou, com sua pedagogia transformadora, um sistema social marcado pela opressão da classe abastarda sobre as classes populares. Assim, durante sua trajetória na história da educação de nosso país, defendeu uma prática educativa capaz de despertar a criticidade do aluno buscando atingir sua autonomia.

Dessa forma, com uma educação que ensine a pensar, o ensino se torna um mecanismo de luta contra os sistemas opressores, tornando-se uma educação libertadora, crítica, prática e transformadora.

Mesmo diante da eminente crise vivenciada pela educação atual, advinda no Brasil por um movimento político-liberal que busca a descaracterização das ideias freireanas no sistema educacional brasileiro, Paulo Freire ainda se constitui como um ícone da educação de nosso país.

Portanto, dentro de uma abordagem participativa do aluno como sujeito que constrói sua história transformando sua realidade, a educação exerce um papel social que busca promover a transformação de uma sociedade oprimida atingindo a conscientização dessa realidade, atuando no sentido de transformação social, constituindo-se como uma educação crítica. É nisto que reside o fundamento da educabilidade humana. Os homens se educam na e pela atividade.

### Referências bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959. –Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_, *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1987

\_\_\_\_\_, Paulo; SHOR, Ira. *Medo e ousadia: o cotidiano do professor*. 12. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_, *Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 4. Ed. São Paulo: Moraes, 1980.

\_\_\_\_\_, *Educação e mudança*, Editora: Paz & Terra, 2011.

\_\_\_\_\_, *Papel da educação na humanização*. FEAABA, nº 7, p.7–18, Salvador, 1997.

\_\_\_\_\_, *Educação como prática de liberdade: a sociedade brasileira em transição*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

PIMENTA, S.G. *De professores, pesquisa e didática*. Campinas: Papyrus, 2002.

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12612.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12612.htm) Acesso em: 03 de agosto de 2019.



## O PROGRAMA “CINEMA & EDUCAÇÃO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

*Marli França Silva*  
*Rita de Lourdes Carnevale Santos*

### **Introdução e justificativa:**

O encontro com o cinema pode transformar uma escola antiga e com uma reduzida concepção de arte e linguagem artística. A linguagem cinematográfica permite leituras e significados múltiplos, conforme seus elementos são agrupados desde a concepção do filme, sua estrutura narrativa e montagem. Tempo e espaço são ordenados de acordo com o interesse do realizador da forma como os planos são combinados produz interpretações que dependem do olhar e do repertório do espectador. (STECZ, 2015, P. 144).

O programa “Cinema & Educação: a experiência do cinema na escola de educação básica municipal”, desde quando foi criado em 2016, visando o encontro do cinema com a arte e a Educação foi criado em 2016, utilizando a linguagem cinematográfica, e tomando por base documental à Lei Federal 13.006/2014.

A lei representa, no coletivo das escolas da escolas municipais, uma proposta que:

“[...] Pressupõe a formação de público entre crianças e adolescentes e novos espaços para o cinema brasileiro. Sua inserção na legislação que regulamenta as diretrizes e bases da educação poderia significar uma demonstração de força da indústria cinematográfica nacional, dos produtores independentes e dos professores do sistema de ensino público, já formados para as linguagens da cultura nacional, em particular o cinema.[...]”.(STECZ, 2015, p. 140).

“A Lei 13.006/2014 obriga que todas as escolas de educação básica exibam no mínimo, duas horas de cinema nacional por mês, como componente curricular complementar, integrado à proposta pedagógica da escola”.( FREQUEST, 2015, p. 04). Sobre os efeitos que o uso do cinema brasileiro para a Educação, Migliorin & Frequest (2015, p.11) afirmam que:

Levar filmes brasileiros às escolas pode criar ainda a curiosidade de conhecer seus autores, diretores, roteiristas, personagens, isto é, pode borrar os muros para o encontro com artistas e produtores, convidá-los a dialogar com eles sobre os filmes, propiciar uma interação entre a escola e o universo do cinema. Bom para a escola, melhor para o cinema. Para isso é decisivo que possamos partir de uma curadoria constituída por profissionais responsáveis pelas áreas em diálogo, ao mesmo tempo, que esteja próxima da comunidade [...].

A regulamentação da Lei deu respaldo político para a realização da proposta de cinema nas escolas. O que possibilitou a Prefeitura Municipal de Campinas aprovar o programa, que teria por base o diálogo entre Educação e cinema, tendo como parcerias: MIS (Museu da Imagem e do Som) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), através do Grupo OLHO – Faculdade de Educação.

A pesquisa foi realizada com base na proposta de experimentar o cinema na sala de aula, de acordo com três crenças, conforme Migliorin (2015, p. 07-08):

“[...] a primeira crença é no cinema e na sua possibilidade de intensificar as invenções de mundo. A segunda é na escola, como espaço em que o risco destas invenções é possível e desejável. O terceiro é na criança, como aquele que tem a criar com o mundo, com os filmes”.

Nossa pesquisa consiste em analisar como o programa pode contribuir para a Educação Infantil, considerando todo o processo das ações formativas realizadas no cenário das escolas, como sessões e mostras de cinema, oficinas e cursos de formação de professores enquanto estratégias de fomento/criação de cineclubes a exemplo do realizado desde 2016, com o “Cineclubes em Rede”, onde foram criados estes espaços se efetivaram nas CEIs como: a CEI Agostinho Pattaro (2016), CEI Regente Feijó (2016), CEI Chao Il Chun, CEI Fernando Alpheo Miguel e CEI Recanto da Alegria.

### **Objetivos e metodologias:**

O artigo tem por objetivo abordar as contribuições do programa “Cinema e Educação” da Prefeitura Municipal de Campinas no estado de São Paulo, promovido em consonância com a Lei Federal 13.006/2014, para a prática pedagógica na Educação Infantil nas escolas municipais de Campinas.

Considerando não somente o trabalho de formação direcionado ao incentivo com relação a exibição, mas também ao desenvolvimento de estratégias de produção de filmes em sala de aula e criação de cineclubes que possam abranger públicos internos e externos à Unidade de Educação (comunidade escolar), dentre outros.

A pesquisa tem como referência teórica a publicação contida na Resolução SME 07/2016, de 28 de março de 2016 (p.5), que estabelece os objetivos do Programa “Cinema & Educação: a experiência do cinema na escola de educação básica municipal”, tais como:

- I - planejar e coordenar ações que subsidiem os profissionais de educação, na aplicação da Lei 13.006, de 26 de junho de 2014 na Rede Municipal de Ensino de Campinas;
- II - incentivar o desenvolvimento, bem como a divulgação, de estratégias pedagógicas que estimulem a formação de atitudes, posturas e valores que contribuam para uma vida em sociedade na qual, todos possam se reconhecer na cultura nacional;
- III - enfatizar o cinema como arte e promotor de experiências estéticas, estabelecendo relações por um lado com a fotografia, com o teatro e também com a música; por outro,

## EDUCAÇÃO BRASIL

com a literatura e a poesia, tomando como referência as vivências cotidianas dos educandos e educadores, além de considerar a especificidade dessa expressão artística no contexto escolar;

IV - revitalizar e ampliar os títulos do acervo material e digital de filmes de curta e longa duração, para acesso das Unidades Escolares e comunidade;

V - organizar as formas de acesso e utilização do acervo material e digital de filmes de curta e longa duração, pelas Unidades Escolares e comunidade;

VI - desenvolver, gerenciar e disponibilizar, para todos os educadores da Rede Municipal de Ensino de Campinas, plataforma on-line para:

Sistematização de registros de memória;

Divulgação de relatos de experiências, pesquisas e produção de conhecimento, vivenciadas nos diversos espaços formativos;

Mediação do fórum permanente de discussão sobre temas educacionais relacionados às exposições e produções de filmes.

VII - revitalizar e ampliar o acervo bibliográfico específico que subsidia a reflexão sobre a educação nas relações que o cinema permite instaurar entre o sujeito e a realidade social, a arte em geral, o conhecimento e a cultura;

VIII - promover intercâmbios, mostras, seminários, encontros, publicações ou outros eventos, que possam oferecer subsídios sobre a temática aos Projetos Pedagógicos das Unidades Educacionais, às propostas e ações dos Núcleos de Ações Educativas Descentralizadas, das Coordenadorias/ Departamento Pedagógico e outras instâncias da SME;

IX - elaborar estudos e propostas visando a progressiva implementação de cineclubes nas Unidades Educacionais da SME, pressupondo-os como espaços de interação de educandos, educadores e comunidade com expressões artísticas do cinema, mobilizadoras de experiências estéticas que promovam a construção de novos sentidos em meio a debates e reflexões sobre produções cinematográficas;

X - propor, organizar e avaliar formação específica para implementação e desenvolvimento do Programa, objetivando impulsionar a construção de conhecimentos teóricos e práticos entre educadores e educandos e integrar diferentes saberes e campos de conhecimentos que possam vir a enriquecer as relações propostas, e

XI - estabelecer parcerias objetivando a qualificação do desenvolvimento do Programa com: Museu da Imagem e do Som, da Secretaria Municipal de Cultura;

Universidades públicas, em especial com institutos e Faculdades de artes e de educação, cinematecas e centros de estudos sobre o cinema;

Cineastas, atores, escritores, poetas, educadores e cinéfilos em geral,

Instituições sociais e educacionais que visem contribuir com o desenvolvimento do cinema na escola.

### **Importância do programa para a educação infantil:**

Em se tratando da educação infantil, é necessário que haja uma sensibilidade por parte dos educadores quanto à exibição de filmes, para as crianças e estes, não sejam: necessariamente comerciais. A escola exerce um papel relevante neste processo de contato da criança com os filmes, como afirma Bergala (2008): a escola não pode negligenciar esse momento, e para isso, ele aponta quatro ordens nessa questão: a primeira diz respeito à organização das possibilidades do encontro das crianças com os filmes que eles não veriam em outro lugar que não fosse a escola.



Esse ponto é interessante no sentido de apresentação do diferente, não necessariamente do que pode ou não agradar, mas da novidade, das formas diversas.

Na segunda ordem, Bergala (2008) aponta o designar, iniciar, tornar-se passador, nesse sentido o autor fala sobre as escolhas pessoais do professor nessa fase inicial de exibição, que pode ser vista como posição de influência emocional e enfraquecedora do espírito crítico do aluno. Podemos dizer que nesse sentido tudo pode ser negociado, os alunos e professores poderão fazer suas escolhas com alteridade, sempre respeitando um ao outro.

Ainda seguindo o pensamento do autor, entramos na terceira ordem quando o mesmo fala em aprender a frequentar os filmes, nesse sentido, a escola deverá facilitar o acesso das crianças a exibições cinematográficas, tornando-se frequentes, iniciando-as numa leitura e releitura ativas (BERGALA, 2008). Assim, pensamos que o hábito de ver e rever poderá causar diferentes impressões a cada olhar e que esse mesmo hábito suscitará aprendizagens diferentes a cada exibição.

Por último, a quarta ordem fala sobre tecer laços entre os filmes, entre outras coisas, Bergala (2008) fala sobre o prazer de ver um filme, que não deve ser tirado da criança, mas que além desse prazer natural possa ser construído outro prazer da relação com a obra e que a escola possa ter papel importante nessa construção.

No “fazer cinema” na escola cria-se toda uma expectativa de como se deve iniciar, o que de acordo com Migliorin (2015), em seu livro *Inevitavelmente cinema: Educação, política e mafuá*, ele revela a possibilidade de realização de experiências voltadas para a criação de filmes, mas que o processo exige o compartilhamento de saberes entre professores, alunos, famílias e comunidade. No livro, aborda a importância da relação entre o professor e o aluno, com o saber e as descobertas transitando pelas trocas e enriquecendo o processo educativo, o que requer:

O apagamento do mestre como o princípio de igualdade necessário para que o estudante, e os mafuás que o acompanham e que com ele se inventam, assumam a possibilidade de produzir conhecimentos e inventar com o mundo e com a necessidade da diferença” (MIGLIORIN, 2015, pag. 200)

Portanto no desencadear da criação do cinema na escola, a relação de igualdade de professor-aluno torna-se princípio decisivo para que a criatividade e a inventividade do aluno aconteçam.

É neste processo de livre criação e aceite do mundo e da diferença, que Migliorin nomeia como: mafuá. Conceitualizando a Pedagogia do Mafuá, o que para nós nos remete a um processo criativo e potente de criação do conhecimento, para alguns pode parecer desordenado ou bagunçado, mas que consiste em meio potente de aprendizado para o aluno.

Como afirma Migliorin: “o mafuá é a tentativa de incluir a criança no conhecimento que ela adquire e produz...” (MIGLIORIN, 2015, pag. 201).

Em nosso entendimento a Pedagogia do Mafuá rompe com o engessamento metodológico e didático dos planos de ensino tão apreciado por alguns professores, que

de tão rígido e controlado ignoram a contribuição inusitada de seus alunos, buscando somente um produto final ou nota.

Uma questão importante também a se abordar diz respeito ao que podemos classificar como “gosto do aluno pelo cinema”. Essa abordagem é muito importante, numa era tecnológica em que nossos alunos vivem, onde tudo tem resposta muito rápida, embora os pequenos da educação infantil estejam ainda em processo de desenvolvimento cognitivo, os mesmos vivem cercados por tecnologias e, principalmente audiovisuais, que os fazem selecionar os gostos.

Daí a importância de aguçar esse gosto audiovisual de maneira diferente, apresentando outras possibilidades para os alunos. Não é tarefa fácil, mas Bergala (2008) em seu livro *Hipótese-Cinema* já questionava o avanço das tecnologias fazendo com que a magia do cinema tivesse que ser resgatada, e, ainda afirma que, o gosto pelo que deve ser visto, não é uma escolha pessoal, mas é uma escolha que segundo o autor foi “eleita pelos espectadores”, isso se explica porque um determinado filme, de tanto se falar nele pelas várias mídias, cai no gosto das crianças.

Estamos diante de um desafio, pois além de apresentar novas possibilidades audiovisuais, teremos que fazê-lo de modo que as crianças gostem e se identifiquem e, além disso, devemos usar as tecnologias a nosso favor como um novo dispositivo, que acrescente uma forma inovadora de pedagogia.

### **Resultados:**

O programa “Cinema & Educação: a experiência do cinema na escola de educação básica municipal” vem, atualmente, realizando cursos para implantação de cineclubes nas escolas públicas municipais, tendo como resultado um aumento considerável de profissionais da Rede (professores, Agentes de Educação Infantil, coordenadores e diretores de escola) interessados em participar dos cursos de formação continuada promovidos pelo CEFORTEPE (Centro de Formação Tecnológica para Profissionais da Educação), a exemplo do curso intitulado “O cinema na Escola: realização de cineclubes a partir do acervo do programa “Cinema & Educação”, que está em andamento.

A exibição dos filmes e dispositivos de cinema como: filmes-carta, minuto lumière e Kino-máquina tendo sido de suma importância na prática pedagógica das Unidades de Educação Infantil, proporcionando experiências das crianças e educadores com o cinema, por meio da exibição dos filmes do acervo municipal e/ou com a criação de filmes, com a participação ativa das crianças no processo de produção.

A metodologia segue a linha metodológica adotada no projeto: “Inventar com a diferença: cinema e direitos humanos” (BRASIL, 2014), sendo utilizado como recurso pedagógico: os filmes-dispositivos, compreendidos como:

“[...] exercícios, jogos, desafios com o cinema, um conjunto de regras para que o estudante possa lidar com os aspectos básicos do cinema e, ao mesmo tempo, se colocar, inventar com ele, descobrir sua escola, seu quarteirão, contar suas histórias (BRASIL, 2014, p.10).

A partir deste livreto do Projeto Inventar com a Diferença, podem-se conhecer técnicas e noções de cinema quanto aos planos fixos de filmagem (enquadramento):

“[...] Primeiro: Plano Geral - muito longe.  
Segundo: Plano Americano ou Médio - mais próximo.  
Terceiro: close - muito perto [...]” (BRASL, 2014, p.32)

O programa que possui como formadores: coordenadores pedagógicos e professores da educação Infantil, Ensino Fundamental e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), tem nos possibilitado o acesso a curtas-metragens de grande potencial educativo como as coleções: Porta Curtas, Mostras de Cinema infantil de Florianópolis, II Mostra Kino, Anima-Mundi e Núcleo de Animação de Campinas. Ressalta-se também a presença de filmes do acervo, contidos nas coleções virtuais, que dialogam com a diversidade cultural, como: Vídeo nas aldeias e Mostra Norte e Nordeste; com a História na coleção: filmes antigos de Campinas.

O programa possibilitou trabalhar o cinema na escola como arte, na produção de filmes, indo além da sua utilização como recurso pedagógico voltado a conteúdos ou temáticas de ensino, permitindo conversar com os filmes, produzindo cultura e conhecimento (produção de curtas de educadores e crianças) após o engajamento dos profissionais da Educação nos cursos e oficinas.

A partir do programa, em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pode-se adentrar na linguagem cinematográfica, comunicando-se com importantes referências do cinema na escola como César Migliorin, Osmar Gonçalves, Bergala, Adriana Frequest e outros.

Esta linguagem permitiu entender o cinema como dispositivo, que repercute na formação estética dos educadores e na descoberta de novas formas de ver o mundo, como FREQUEST (2015, p. 8) afirma:

Aceitar que o cinema propõe mundos, não traz apenas o belo, o conforto ou a harmonia. Ou seja, se desejamos o cinema na escola é porque imaginamos que a escola é um espaço, um dispositivo, em que é possível inventar formas de ver e estar no mundo que podem perturbar uma ordem dada, do que está instituído, dos lugares de poder. Assim, apostar no cinema na escola nos parece também uma aposta na própria escola como espaço onde estética e política podem coexistir com toda a perturbação que isso pode significar. Trata-se de um enorme e estimulante desafio para os educadores.

No curso “Comunidade do Cinema: Escrita em imagens” pode-se adentrar nas possibilidades das imagens de cinema, revelando o peso das sensações que elas provocam no espectador, a partir de referenciais como de Gonçalves (2014, p.15):

## EDUCAÇÃO BRASIL

A aposta, aqui, é, sobretudo na força contemplativa das imagens, em sua capacidade de revelar os acontecimentos – em toda sua riqueza e multiplicidade – sem reduzi-los a um roteiro ou discurso prévios, sem a necessidade de introduzi-los em cadeias que os estruturam [...].

[...] Trata-se de um cinema de vidência, uma prática audiovisual que acredita na constituição de um novo olhar sobre o mundo – um olhar que se propõe mais livre, poético, sensorial. (idem, p.17).

[...] Esses filmes e instalações recusam a ideia da arte como representação e afirmam uma compreensão do audiovisual que vai além do “contar histórias”.(idem, p.17).

Esta perspectiva de cinema gerou publicações de artigos científicos nos Anais de Inovações Curriculares 2017, por parte de Educadores com minha autoria. O artigo teve o título: o cinema como possibilidade de trabalho pedagógico com as diferenças na educação infantil: uma proposta em construção. Utilizando-se a imagens de cenas e personagens nas conversas com as crianças e atividades pedagógicas envolvendo a discussão.

Outro resultado do programa Cinema & Educação: a experiência do cinema na escola de educação básica municipal, em parceria com a Faculdade de Educação da Unicamp, foi o formação de cineclubes nas escolas em que haviam educadores (professores /Agentes) vinculados ao curso de extensão: “Comunidade do Cinema: Escrita em imagens”.

Esta formação gerou a elaboração da proposta de Cineclube para a CEI Reino Encantado, localizada no bairro: Parque Fazendinha em Campinas. Na ocasião da elaboração da proposta acima destacada, houve a escolha da curadoria de filmes a serem exibidos na sua apresentação, utilizando-se os acervos filmicos da Prefeitura Municipal de Campinas:

FILME	<b>Canção Kaiapó – Mawaka</b>
DIRETOR	Grupo Mawaka. Álbuns Rupestres Sonoros.
DURAÇÃO	06:22 min
ANO	2009
CLASSIFICAÇÃO	Sem indicação
LINK	<a href="http://www.youtube.com/watch?v=VMt06JwUI3U&amp;t=23s">http://www.youtube.com/watch?v=VMt06JwUI3U&amp;t=23s</a>

EDUCAÇÃO BRASIL

SINOPSE	Canção kaiapó interpretada pelo grupo Mawaka e seu vídeo retrata entre outras coisas, pinturas e trajes indígenas.
---------	--

FILME	<b>Das crianças Ikpeng para o mundo</b>
DIRETOR	Natuyu Yuwipó Txicão, Karané Ikpeng e Kumaré Ikpeng
DURAÇÃO	35:23 min.
ANO	2001
CLASSIFICAÇÃO	Sem indicação
LINK	<a href="http://www.youtube.com/watch?v=28r1cj0xwEs&amp;t=722s">http://www.youtube.com/watch?v=28r1cj0xwEs&amp;t=722s</a>
SINOPSE	Quatro crianças Ikpeng apresentam sua aldeia respondendo à vídeo-carta das crianças da Sierra Maestra em Cuba. Com graça e leveza, elas mostram suas famílias, suas brincadeiras, suas festas, seu modo de vida. Curiosas em conhecer crianças de outras culturas, elas pedem para que respondam à sua vídeo-carta.

FILME	<b>Animasom</b>
PRODUTOR	Patrícia Feitosa; Stefania Blin
DURAÇÃO	5 min.
ANO	2008
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="http://www.youtube.com/watch?v=H_7aX3IVAp0&amp;t=48s">http://www.youtube.com/watch?v=H_7aX3IVAp0&amp;t=48s</a> <a href="http://portacurtas.org.br/filme/?name=animasom">http://portacurtas.org.br/filme/?name=animasom</a>

EDUCAÇÃO BRASIL

SINOPSE	Animasom é uma experiência sonora. É a história de um menino que não tinha orelhas nem ouvidos e, conseqüentemente, vivia em um mundo sem sons. Ele nunca tinha se dado conta disso até achar um par de orelhas no chão. Após examinar aquele objeto estranho, ele resolve colocá-lo na cabeça e passa a descobrir um novo mundo.
---------	---

FILME	<b>Por que Heloísa?</b>
DIRETOR	Ari Nicolosi
DURAÇÃO	11 min.
ANO	2011
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="http://www.youtube.com/watch?v=f5vNAwmgZU4">http://www.youtube.com/watch?v=f5vNAwmgZU4</a>
SINOPSE	Adaptação do livro infantil de Cristiana Soares. Heloisa é uma menina com paralisia cerebral no início da sua vida escolar. Ela frequenta uma escola regular, onde todos aprenderão a lidar com a diferença, entendendo o significado das palavras solidariedade e inclusão.

FILME	<b>Calango</b>
DIRETOR	Alê Camargo
DURAÇÃO	8 min.
ANO	2007
CLASSIFICAÇÃO	Livre

EDUCAÇÃO BRASIL

LINK	<a href="http://portacurtas.org.br/filme/?name=calango">http://portacurtas.org.br/filme/?name=calango</a> <a href="http://www.youtube.com/watch?v=o9GKdUw5EnI&amp;t=200s">http://www.youtube.com/watch?v=o9GKdUw5EnI&amp;t=200s</a>
SINOPSE	Um esfomeado calango decide que um grilo será sua próxima refeição...mas as coisas não serão tão simples quanto ele imagina. Ação, humor e uma perseguição desenfreada numa animação 3D bem brasileira.

FILME	<b>A Ilha</b>
PRODUTOR	Alê Camargo
DURAÇÃO	9 min.
ANO	2008
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_ilha8942">http://portacurtas.org.br/filme/?name=a_ilha8942</a> <a href="http://www.youtube.com/watch?v=oQjX19ZPbDY&amp;t=101s">http://www.youtube.com/watch?v=oQjX19ZPbDY&amp;t=101s</a>
SINOPSE	Um rapaz preso numa ilha. Ação, mistério e muito tchá-tchá-tchá.

FILME	<b>Toc-Toc</b>
PRODUTOR	Marcelo Nogueira
DURAÇÃO	2:17 min.
ANO	2012/2013
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=pcwh4rdewwQ&amp;t=1s">https://www.youtube.com/watch?v=pcwh4rdewwQ&amp;t=1s</a>

EDUCAÇÃO BRASIL

SINOPSE	O ponto de vista fantástico do mundo imaginário das crianças quando brincam com seus brinquedos.

FILME	<b>Menina Bonita do Laço de Fita</b>
DIRETOR	Diego Lopes e Claudio Bittencourt.
DURAÇÃO	7:21 min.
ANO	2016
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=UhR8SXhQv6s">https://www.youtube.com/watch?v=UhR8SXhQv6s</a>
SINOPSE	O filme aborda o aspecto racial e o não-preconceito, através da convivência harmoniosa de indivíduos de raças e cores diferentes. Para isso, conta a história de um coelho que, apaixonado pela cor negra de sua vizinha, faz tudo para ficar igual ela. Depois de várias tentativas frustradas, acaba encontrando a felicidade ao se casar com uma coelha preta e ao ter filhos brancos, pretos e malhados.

FILME	Minhocas
PRODUTOR	Paolo Conti
DURAÇÃO	14:41 min.
ANO	2006
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=a_wv4gp9u8c">https://www.youtube.com/watch?v=a_wv4gp9u8c</a>
SINOPSE	Quando a criança está pronta para perguntar, os adultos podem não estar preparados para responder. O dilema do



EDUCAÇÃO BRASIL

	questionamento, enfrentado por pais e filhos, é o assunto dessa família de minhocas, na qual o Júnior está crescendo e ainda não conseguiu do pai, da mãe e do avô nenhuma resposta convincente para uma questão que não pára de intrigá-lo: por que é proibido cavar para cima?
--	--

FILME	<b>Vida de Maria</b>
PRODUTOR	Márcio Ramos
DURAÇÃO	8:35 min.
ANO	2006
CLASSIFICAÇÃO	Sem indicação
LINK	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG htum4&amp;feature=youtu.be">https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG htum4&amp;feature=youtu.be</a>
SINOPSE	O filme conta a história de Maria José, uma menina de 5 anos de idade que é levada a largar os estudos para trabalhar. Enquanto trabalha, ela cresce, casa, tem filhos, envelhece.

FILME	Menino do Cinco
DIRETOR	Marcelo Matos de Oliveira e Wallace Nogueira
DURAÇÃO	19:45 min.
ANO	2012
CLASSIFICAÇÃO	14 anos
LINK	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=WzqjUuEiRYU">https://www.youtube.com/watch?v=WzqjUuEiRYU</a>

FILME	<b>O outro par</b>
PRODUTOR	Sara Rozik (diretor) e Mohammed Maher (roteiro)
DURAÇÃO	4 min e 35 seg
ANO	2014
CLASSIFICAÇÃO	Livre
LINK	<a href="https://www.youtu.be./vEb9WpSffk0">https://www.youtu.be./vEb9WpSffk0</a>
SINOPSE	Inspirado na vida de Gandhi, estando baseado no encontro de dois meninos: um que se encontra com um par de chinelos velhos (um deles partido) e outro (com sapatos novos e lustrados). Numa ocasião, o último se solidariza doando seu par bem conservado ao primeiro, após comover-se com a atitude dele de tentar devolver o seu sapato perdido, jogando-o na janela do trem.

### Referências bibliográficas

BERGALA, Alain. A hipótese-cinema. Rio de Janeiro: Booklink; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.

BRASIL, Ministério da cultura. Secretaria de Direitos Humanos. Universidade Federal Fluminense. Projeto Inventar com a Diferença: cinema e direitos humanos, 2014. Disponível em:

[https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2016/05/Inventar\\_com\\_a\\_Diferenca\\_UFF.pdf](https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2016/05/Inventar_com_a_Diferenca_UFF.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2018.

FRESQUET, A. (Org.). Cinema e Educação: a lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas. Ouro Preto, Universo Produções, 2015. Disponível em:

[https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/Livreto\\_Educacao10CineOP\\_WEB.pdf](https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2018.

GONÇALVES, Osmar (org.). Narrativas Sensoriais. 1ª ed. - Rio de Janeiro: Editora Circuito, 2014. Disponível: [http://editoracircuito.com.br/website/wp-content/uploads/2014/04/osmar\\_miolo\\_saida\\_2014-03-08-final-copy.pdf](http://editoracircuito.com.br/website/wp-content/uploads/2014/04/osmar_miolo_saida_2014-03-08-final-copy.pdf) (pdf)

## EDUCAÇÃO BRASIL

Programa Cinema & Educação: “A experiência do cinema na escola de educação básica municipal”. Disponível em: <http://educacaoconectada.campinas.sp.gov.br/programa-cinema-educacao/objetivos/> Acesso em: 25 de maio de 2018.

MIGLIORIN, Cezar- Inevitavelmente cinema: educação, política e mafuá / Cezar Migliorin. - 1. Ed. - Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2015.

STECZ, Solange Straube. Cinema na Escola: Muitos desafios no horizonte. In: FRESQUET, A. (org.). Cinema e Educação: a lei 13.006 – reflexões, perspectivas e propostas. Ouro Preto, Universo Produções, 2015, p.140-148. Disponível em: [https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/Livreto\\_Educacao10CineOP\\_WEB.pdf](https://www.redekino.com.br/wpcontent/uploads/2015/07/Livreto_Educacao10CineOP_WEB.pdf). Acesso em: 25 de maio de 2018.

## HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: MUDANÇAS E SIMILARIDADES

*Fernando Pizoni*

### **Introdução**

A origem propriamente dita do magistério, no Brasil, pode ser entendida na difusão do modelo escolar de educação. Dessa forma, esse processo intensificou-se a partir do século XIX, quando os professores foram protagonistas da “malha escolar diferenciada”, que foi constituída no Brasil nessa época. (VICENTINI, 2009 p. 17).

Muitas alterações foram percebidas a partir do século XIX, quando foram ampliados dispositivos de normatização e controle do magistério. São criados, também, os cursos para formar o magistério primário e produzidos impressos especializados e manuais pedagógicos. Seria também durante a passagem para o século XX que ocorreria uma maior organização da educação pela via do fortalecimento da dimensão institucional do processo educacional:

[...] a organização dos sistemas educacionais, em cada estado brasileiro, envolveu a diversificação das instituições escolares, dos cargos (professores, diretores, inspetores, etc.) e das instâncias burocráticas com influência direta sobre as posições hierárquicas dos seus agentes. Simultaneamente, os professores procuraram se arregimentar para tentar interferir nas decisões relativas à organização do ensino e obter melhores condições de trabalho e maiores salários, buscando, ainda, maior reconhecimento social mediante a elaboração de manifestos, a participação em congressos pedagógicos e a criação de associações profissionais e sindicais. (VICENTINI, 2009, p. 18).

E, ainda, conforme destacado por Tanuri (2000, p. 62):

O estabelecimento das escolas destinadas ao preparo específico dos professores para o exercício de suas funções está ligado à institucionalização da instituição pública no mundo moderno, ou seja, a implementação das ideias liberais de secularização e extensão do ensino primário a todas as camadas da população.

Embora possa ser notada a criação de instituições dedicadas à formação docente já em meados do século XIX, constata-se a inexistência de uma formação específica para a docência, sendo esse processo caracterizado por uma “aprendizagem prática do ofício”, não havendo sequer “um currículo específico, ou seja, um corpo de saberes socialmente aceito como próprio para capacitar para o trabalho de ensinar [...]”. (VICENTINI, 2009, p. 27).

## Metodologia

Para o desenvolvimento do artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia, referindo-se autores renomados que se debruçaram sobre essa temática, como Tanuri (2000), Vicentini (2009), entre outros.

## As similaridades atuais com a formação de Professores no Brasil dos séculos XIX e XX:

Se realizarmos uma comparação com os dias atuais, devido à desarticulação entre teoria e prática dos currículos dos cursos formadores de professores, veremos essa situação, ou seja, os professores ainda continuam aprendendo com a prática dentro das salas de aula, após o seu ingresso na carreira do magistério, por meio dos estágios supervisionados.

De acordo com Pizoni (2014) seria também durante a passagem para o século XX que ocorreria uma maior organização da educação pela via do fortalecimento da dimensão institucional do processo educacional. Para o ensino das primeiras letras e sua maior eficiência, principalmente no âmbito da formação docente, criou-se a necessidade de uma formação maior, especialmente no que se referia ao método de ensino. Dessa discussão gerou-se a possibilidade de duas alternativas de formação: o sistema de professores adjuntos que predominou no Brasil durante quase todo o Período Imperial, o qual correspondia a um modelo artesanal, com o futuro professor tendo o aprendizado das técnicas e os usos do trabalho com o acompanhamento da prática por um professor experiente. (VICENTINI, 2009).

Não diferentemente do passado, nos dias de hoje, temos como correspondentes do período imperial os estágios supervisionados que estão presentes na estrutura curricular dos cursos de licenciatura. Mas fica uma dúvida: será que esse espaço destinado à formação prática do professor seria suficiente para formarmos os docentes?

Logo depois de proclamada a Lei de 15 de outubro de 1827, que em linhas gerais, estabelecia a criação de escolas de primeiras letras, em todas as cidades, vilas e locais com maior concentração de pessoas na época imperial, e o Ato adicional de 1834, os primeiros cursos normais brasileiros foram criados. Os governos provinciais tinham total responsabilidade por todas as escolas, não eram admitidas mulheres e eram caracterizados por um número insuficiente para se manter em funcionamento.

Conforme também destaca Vicentini (2009), a baixa procura por cursos de professores nessa época significou a constatação de que esses cursos não conduziam a um ofício desejável, a remuneração dos mesmos era baixa e não eram cursos de muito prestígio social. Em relação a esse aspecto, observou Tanuri (2000, p. 65) que:

## EDUCAÇÃO BRASIL

Provavelmente, a reduzida capacidade de absorção das primeiras escolas normais foi não apenas às suas deficiências didáticas, mas, sobretudo à falta de interesse da população pela profissão docente, acarretada pelos mínguaos atrativos financeiros que o magistério primário oferecia e o pouco apreço de que gozava [...]. Acrescente-se ainda a ausência de compreensão acerca da necessidade de formação específica dos docentes de primeiras letras.

Atualmente, temos que lidar ainda com o estigma de baixo prestígio social que os cursos de licenciatura carregam e, também, com a pouca atração que esses mesmos cursos exercem sobre os jovens que estão concluindo o Ensino Médio.

Tanuri (2000) identificou a expansão do número de Escolas Normais no Brasil durante o século XX. Porém, até o fim do século XIX essas Escolas ficavam a cargo de somente um professor, que era responsável por todos os conteúdos, e o modo de organização desses estabelecimentos de ensino não era seriado:

As primeiras escolas normais brasileiras só seriam estabelecidas por iniciativa das Províncias, logo após a reforma constitucional de 12/8/1834, que, atendendo ao movimento descentralista, conferiu às Assembléias Legislativas Provinciais, então criadas, entre outras atribuições, a de legislar “sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la” (art. 10, ítem 2), com exclusão das escolas superiores então já existentes e de outros estabelecimentos de qualquer tipo ou nível que, para o futuro, fossem criados por lei geral. (TANURI, 2000, p. 63)

Em 1890, a reforma de Benjamin Constant, que era positivista, reabriu a Escola Normal da Corte, apresentando um novo currículo com caráter totalmente científico. Com essa reforma foi fundado o Pedagogium que tinha como objetivos melhorar o ensino e, ao mesmo tempo, funcionar como um centro de propulsão para a ajuda nessa melhora. Conforme apontou Gatti (2010, p. 1356):

[...] lembramos que a formação de docentes para o ensino das “primeiras letras” em cursos específicos foi proposta no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Estas correspondiam à época ao nível secundário e, posteriormente, ao ensino médio, a partir de meados do século XX.

Essas escolas eram destinadas a formar professores para o ensino dos primeiros anos de escolarização dos alunos.

Já durante a Primeira República, entre os anos de 1889 e 1930, deu-se a preocupação com a profissionalização dos professores públicos de primeiras letras, por meio de ações para que fossem espalhadas as escolas como instituições de ensino.

Não se pode falar em um único modelo de escolas para a formação de professores durante a Primeira República, muito embora a administração e os métodos pedagógicos utilizados fossem semelhantes nos diversos estados brasileiros.

As Escolas Normais foram sendo espalhadas com muita lentidão, demandavam professores especializados, edifícios próprios e possuíam alto custo de manutenção. Segundo Tanuri (2000), a Escola Normal carregava dentro dela uma grande parte de-

formação geral e apenas uma pequena parte de formação específica de cunho pedagógico.

Ressaltamos aqui, que ainda hoje os cursos de licenciatura não mudaram algumas de suas características. Os mesmos trazem em seus currículos uma grande carga de disciplinas de formação específica na área e, em contrapartida, um reduzido rol de disciplinas pedagógicas.

Quando Vargas ascende ao poder em 1930, já se encontrava em discussão, pelos mais destacados educadores brasileiros, a importância de que o Brasil tivesse um sistema nacional de ensino único, e não vários sistemas de ensino estaduais, o que tornaria possível a implementação de uma política nacional de educação. Sucederam-se, nesse período, as diversas Leis Orgânicas do Ensino.

Ainda de acordo com Vicentini (2009, p.42), como havia sido indicado pela Constituição Federal de 1937, o Decreto-Lei n.8.530, de 02/01/1946, buscou organizar nacionalmente a formação de professores e, também, fazer a articulação com os outros níveis de ensino:

No que se refere à estrutura geral da formação de professores, essa Lei estabeleceu que o curso ficaria dividido em dois ciclos: o primeiro, com 4 anos, formaria regentes para o ensino primário em instituições denominadas Escolas Normais Regionais e o segundo, de três anos, formaria o professor primário nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Se observarmos as características do currículo das Escolas Normais Regionais, veremos que este era constituído predominantemente por disciplinas de cultura geral, havendo formação específica para o ensino somente no último ano. (idem, p. 42)

Em muitas instituições, senão na maioria delas, esse formato nos cursos de licenciatura ainda predomina na estrutura curricular, conforme constamos nas estruturas curriculares nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Matemática da UNESP de São José do Rio Preto.

Fato importante destacado por Tanuri (2000, p. 71) diz respeito à expansão dos cursos de formação de professores por parte de instituições privadas e municipais de ensino, evidenciando a ausência total de uma efetiva “política nacional de formação de professores” sob a responsabilidade do governo central. Destacando ainda que, um fator importante para a expansão do Ensino Normal foi a introdução de escolas normais de iniciativa privada e municipal, [...], com o que se procurava compensar a escassez de estabelecimentos oficiais na maioria dos estados.

Com relação a essas instituições privadas, que, por sua vez, foram tomando espaço com relação aos cursos de formação de professores, devemos ressaltar aqui que eram escolas de baixa qualidade.

Mesmo assim, nos dias de hoje, as matrículas em cursos de licenciatura estão concentrados em sua grande maioria em instituições privadas, mesmo o governo federal oferecendo diversos incentivos para os alunos que optam pelos cursos nessas instituições. Um bom exemplo tem sido o Financiamento Estudantil - FIES (BRASIL, 1999) e até mesmo o Programa Universidade para Todos - PROUNI (BRASIL, 2005). Essas

políticas de incentivo de acesso ao ensino superior privado partem da justificativa de que um aluno matriculado em uma escola privada custa bem menos do que um aluno matriculado em uma instituição pública.

Nesse mesmo período histórico tem origem, em 1939, o curso de Pedagogia que foi criado pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Um marco distintivo fundamental passa a ser institucionalizado: de um lado cursos que formam os professores das “primeiras letras” e, por outro, cursos que formam os professores das diversas disciplinas da escola secundária. Observa Saviani (2009, p. 146) em relação a esse período que:

Os Institutos de Educação do Distrito Federal e de São Paulo foram elevados ao nível universitário, tornando-se a base dos estudos superiores de educação: o paulista foi incorporado à Universidade de São Paulo, fundada em 1934, e o carioca foi incorporado à Universidade do Distrito Federal, criada em 1935. E foi sobre essa base que se organizaram os cursos de formação de professores para as escolas secundárias, generalizados para todo o país a partir do decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939 [...]. O paradigma resultante do decreto-lei n. 1.190 se estendeu por todo o país, compondo o modelo que ficou conhecido como “esquema 3+1” adotado na organização dos cursos de licenciatura e de Pedagogia. Os primeiros formavam os professores para ministrar as várias disciplinas que compunham os currículos das escolas secundárias; os segundos formavam os professores para exercer a docência nas Escolas Normais. Cabe-nos destacar, aqui, mais uma vez, o formato dos cursos “3 + 1” que ainda se mantém em vários cursos de licenciatura espalhados pelo Brasil.

Durante os anos de 1950, as tentativas de modernização do ensino, tanto na escola média quanto na superior, acabam por atingir os cursos de formação de professores. Nesse período, cabe ressaltar a presença e atuação que foi desenvolvida pelos Programas de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar (PABAAEE) entre os anos de 1957 e 1965, como resultado de um acordo entre o MEC e a USAID. Tinha como um de seus objetivos a profissionalização de professores das escolas normais com relação à metodologia de ensino com base na Psicologia e, também, abrangia os setores de supervisão e do currículo. (TANURI, 2000)

Destaca-se, ainda, nesse período, que a então Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024, de 20/12/1961) não inovou em nada o ensino normal no país, conservando o mesmo perfil anterior. (TANURI, 2000)

A Escola Normal, por sua vez, seria mais tarde contemplada pela Lei n. 5.692/71 que veio estabelecer diretrizes e bases para o primeiro e segundo graus, transformando-a em uma das habilitações para esse nível de ensino, extinguindo de vez a profissionalização ministrada anteriormente nas escolas em nível ginasial. Com isso, a Escola Normal acabou por perder o seu status de escola e, até mesmo, de curso, acabando por diluir-se em uma das habilitações profissionais do ensino de segundo grau denominada Habilitação Específica para o Magistério (HEM).

A formação de especialistas e professores passou a ser feita somente nos cursos de Pedagogia, e os Institutos de Educação desapareceram. (TANURI, 2000).



Com o agravamento das más condições de formação docente em nível nacional, com a queda de matrículas da HEM e com a desvalorização da profissão docente, alavancou-se um movimento tanto em nível federal quanto estadual, com várias propostas de mudanças, estudos, projetos e propostas que foram denominados de “revitalização do ensino normal”. (TANURI, 2000).

Destaca-se, dentre as propostas do MEC no período, a que se referia a um projeto de Centros de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM). Tinha como principal plataforma fazer uma reestruturação nas escolas normais, dotando as mesmas de melhores condições na formação de profissionais com competência técnica e política. (TANURI, 2000).

Foram, também, iniciadas pelo MEC, ações como projetos complementares e paralelos ao CEFAM, mas as mesmas não tiveram continuidade. Com essa descontinuidade administrativa no Ministério da Educação dificultou-se a implementação de projetos de melhoria da formação docente. (TANURI, 2000).

A partir da década de 1980, o curso de Pedagogia foi remodelado e se adequou à formação de docentes para as séries iniciais, pois até então os mesmos não davam conta de prover os professores com as devidas ferramentas pedagógicas para fazê-lo. Portanto, a partir daí essa habilitação começou a se focar na preparação dos professores para as séries iniciais do ensino. Em alguns casos foram criadas habilitações específicas nos anos de 1970, período militar, para esse nível de ensino, que culminaram na expansão das disciplinas de instrumentação, variando essas disciplinas de tal maneira para que as mesmas cobrissem os componentes curriculares das séries iniciais.

Conforme os educadores começaram a ir contra a “concepção tecnicista” que havia no currículo mínimo nos cursos de Pedagogia, mais forte ficavam as discussões com relação à função do curso, pois o mesmo era fragmentado em várias habilitações.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), que reunia em seu eixo um movimento de educadores e exigia mudanças, acabou consolidando a seguinte posição: “a questão da docência – entendida como trabalho pedagógico – como base da identidade profissional de todo educador”, ou melhor, que o curso de Pedagogia deveria obrigatoriamente formar professores para os anos iniciais da escola.

A atual Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), em seu artigo 62, veio consolidar o que está acima descrito com relação à formação de professores para os anos iniciais da escola, e que “a formação de docentes para atuar na educação básica, ”far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação [...]”. (BRASIL, 1996 p. 2003)”.

Mas, contudo que a LDB traz em seu artigo 62, ainda não foi possível nos adequar de tal forma para que haja professores suficientes para atender toda a demanda que o Brasil necessita, ainda tem-se que fazer muito para que isso aconteça.

## Considerações finais

Podemos observar que, a formação de professores no Brasil muito tem que se aprimorar para que contemplem e enfrentem as atuais dificuldades e desafios impostos à formação docente. Precisamos formar professores realmente capazes de exercer seu ofício, garantindo desde uma boa escola de formação docente, como também salários atrativos para os jovens, combatermos a elevada evasão dos alunos nos cursos de licenciatura e alcançarmos a profissão docente a um patamar superior de prestígio social.

Chegarmos num contexto em que quem busque esses cursos de licenciatura faça isso, efetivamente, com uma real vontade de exercer a profissão futuramente. Efetivamente, uma questão se coloca: como conseguiremos alcançar esse objetivo? Seriam diversas mudanças de caráter político-educacional que evidentemente será um processo que poderá levar um bom tempo para ser implementado.

Com toda essa problemática, o Brasil teria que tomar medidas emergenciais a curto e em longo prazo para que conseguíssemos suprir a necessidade de professores para o ensino básico. Já apontavam Ruiz et al (2007), que tais medidas deveriam ser as elencadas a seguir. Embora algumas já possam ter entrado na agenda política do país, ações efetivas de reversão do quadro precário de formação de nossos professores ainda teimam em não sair do papel: constituição e efetividade do Sistema Nacional de Educação, Conferência Nacional de Educação para Todos, instituição da Política Nacional de Formação de Professores, participação permanente dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES), currículos novos para os novos saberes, prioridade para as licenciaturas em Ciências da Natureza e Matemática, medidas emergenciais contra a escassez de professores, mais investimentos na Educação Básica, informatizar as escolas e provê-las de comunicação via internet, livros didáticos gratuitos para o Ensino Médio, transporte escolar e merenda escolar também para o Ensino Médio.

Como todas essas medidas foram propostas no ano de 2007, algumas já foram implementadas até o presente momento, mas quase todas apresentam falhas ou ainda funcionaram por um tempo determinado e, depois, foram simplesmente interrompidas por mudanças na administração escolar do país. Podemos indicar como exemplo, a instituição do piso salarial nacional para os professores. O mesmo foi implementado, mas ainda não conseguimos atingir todas as regiões do Brasil, pois existem Estados e municípios que alegam não ter dinheiro em seus cofres para pagar o piso salarial proposto; outra medida que podemos citar como exemplo é a informatização das escolas: muitas são informatizadas, mas passado algum tempo, por não existir a manutenção adequada dos equipamentos necessários para que continuem a funcionar, a mesma deixa de ser ofertada aos alunos.

Dessa forma, os cursos de formação de professores muito têm que melhorar para que possamos garantir que as escolas continuem funcionando. Destaca-se, ainda, além da evasão discente nesses cursos, a questão do número de vagas ofertadas pelas Instituições de Ensino Superior para a formação de professores que, na maioria das

vezes, não são totalmente preenchidas, ou preenchidas somente por um determinado tempo, sendo comprometidas com a evasão dos alunos.

Trabalhamos, dessa maneira, com um horizonte que não apresenta uma saída no curto prazo para a questão da escassez de professores na Educação Básica. Se por um lado o número de vagas ofertadas é insuficiente, por outro a questão da evasão nesses cursos corrobora o triste quadro em que se encontra a política de formação de professores no Brasil.

### Referências bibliográficas:

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. LEI Nº 9.394/1996 – INSTITUI AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. BRASÍLIA, 1996.

BRASIL. LEI NÚMERO 5692/71: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - SEÇÃO 1 - 12/8/1971, PÁGINA 6377 (PUBLICAÇÃO ORIGINAL) COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL - 1971, PÁGINA 59 VOL. 5 (PUBLICAÇÃO ORIGINAL).

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. REFERENCIAIS PARA O EXAME NACIONAL DE INGRESSO NA CARREIRA DOCENTE. DOCUMENTO PARA CONSULTA PÚBLICA. 2010. DISPONÍVEL EM: [HTTP://CONSULTAEXAMEDOCENTE.INEP.GOV.BR/PUBLICO/DOWNLOAD/REFERENCIAIS\\_PARA\\_O\\_EXAME\\_NACIONAL\\_DE\\_INGRESSO\\_NA\\_CARREIRA\\_DOCENTE.PDF](http://CONSULTAEXAMEDOCENTE.INEP.GOV.BR/PUBLICO/DOWNLOAD/REFERENCIAIS_PARA_O_EXAME_NACIONAL_DE_INGRESSO_NA_CARREIRA_DOCENTE.PDF). ACESSO EM: 24 DE MAIO DE 2019.

BRASIL. DECRETO LEI – 1190 04/04/1939: PUBLICAÇÃO ORIGINAL [COLEÇÃO DE LEIS DO BRASIL DE 31/12/1939 - VOL. 003] (P. 50, COL. 1).

BRASIL. FIES. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/\\_ATO2015-2018/2017/LEI/L13530.HTM](http://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2015-2018/2017/LEI/L13530.HTM) ÚLTIMO ACESSO EM 24/05/2019. ACESSO EM: 24 DE MAIO DE 2019.

BRASIL. PROUNI. - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - PORTAL DO MEC. 2005.

GATTI, BERNADETE ANGELINA. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: CARACTERÍSTICAS E PROBLEMAS. EDUC. SOC., CAMPINAS, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, OUT.-DEZ. 2010.

PIZONI, FERNANDO. PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E TRAJETÓRIA DOS ALUNOS DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E MATEMÁTICA DA UNESP DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. MARÍLIA, 2014.

RUIZ, ANTONIO IBAÑES ET AL. ESCASSEZ DE PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO: PROPOSTAS EMERGENCIAIS E ESTRUTURAIS. RELATÓRIO PRODUZIDO PELA COMISSÃO ESPECIAL INSTITUÍDA PARA ESTUDAR MEDIDAS QUE VISEM A SUPERAR O DÉFICIT DOCENTE NO ENSINO MÉDIO. BRASÍLIA: CNE/CEB, 2007.

SAVIANI, DERMEVAL. FORMAÇÃO DE PROFESSORES: ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DO PROBLEMA NO CONTEXTO BRASILEIRO. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, v. 14, n. 40, JAN./ABR. 2009.

TANURI, LEONOR MARIA. HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, n. 14, MAIO/JUN/JUL/AGO, 2000.

**EDUCAÇÃO BRASIL**

VICENTINI, P. P.; LUGLI, ROSÁRIO SILVANA GENTA. HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE NO BRASIL: REPRESENTAÇÕES EM DISPUTA. SÃO PAULO: CORTEZ, 2009.



## OS COLEGIADOS ESCOLARES COMO INSTÂNCIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

*Maria de Lourdes Perez*

### **Introdução, justificativa:**

O presente estudo apresenta como foco central a importância dos colegiados de instâncias de participação coletiva escolar na efetivação e eficácia de uma Gestão Democrática e Participativa, que venha contribuir com uma educação de qualidade social e garantia de aprendizagens significativas.

A investigação da problemática parte de estudo dos diferentes colegiados e instâncias de participação democrática e dos diferentes modelos de gestão nas escolas públicas.

Com base na pesquisa de documentos públicos (legislações pertinentes a ação e garantia de direitos legais dos colegiados e instâncias, pretende-se responder a questionamentos do tipo: de que forma as suas atuações contribuem para a gestão democrática e participativa na escola e como se efetivam enquanto seus auxiliares,

A abordagem do tema tem como referência principal: os princípios legais previstos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), uma vez que permitiu identificar e reconhecer a atuação dos diferentes tipos de gestão e efetivação dos colegiados, bem como: seu reflexo na forma de gestão uma escola pública em direção aos direitos de aprendizagens do coletivo de alunos no universo escolar.

Partindo-se do pressuposto de que a participação é fundamental para que a gestão escolar democrática seja efetivada, nossa pesquisa apresenta os diferentes modelos de gestão trabalhados nas escolas públicas, com o foco na análise crítica dos colegiados de instâncias de participação da comunidade escolar e de suas interferências na qualidade (ou não) da Gestão Democrática e Participativa.

No desenvolvimento da pesquisa foi aprofundado um estudo de cada colegiado e instância de participação democrática escolar, baseando-se na legislação nacional vigente e na forma de efetivação desses colegiados atuam quanto ao apoio, implantação e efetivação da Gestão Democrática e participativa. Partindo-se deste estudo, foi possível problematizar como a gestão Democrática e Participativa se efetiva na comunidade escolar (discentes docentes etc.).

A LDB (BRASIL, 1996) nos traz subsídios de como a gestão escolar torna-se mais democrática, ao dar voz e voto a todos os seus colegiados de participação, apoiando as redes do entorno escolar e abrindo-se espaços para diálogos, buscando soluções participativas para solucionar ou melhorar situações conflitantes ou não, no âmbito da escola, partindo-se da ideia de que todos são responsáveis pelo espaço.

A Lei 9394/96 atualizada (2018, p.15), traz em seu conteúdo: os princípios para tornar as ações mais concretas no sentido da participação democrática na gestão da escola, conforme citado

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes

O que ampliou a perspectiva da participação democrática contida na LDBEN 9394/96 quando foi instituída (art.12), conforme referido na Lei:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:  
[...] VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

A Gestão Democrática e Participativa prevista na Constituição Federal (BRASIL, 1988, art. 205, 206) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 9394 (BRASIL, 1996, art. 3, 13, 14), também é tratada no princípio e a determinação legal de gestão democrática e participativa.

A escolha do tema de pesquisa decorreu do processo de elaboração do projeto de mestrado. Valendo ressaltar que, ao desenvolver a proposta de pesquisa, não se pretende esgotar o assunto, mas contribuir na identificação das diferentes formas de efetivação de uma gestão democrática participativa, garantidas assegurada por Lei, abrindo novas possibilidades de estudos, particularmente quanto à atuação dos colegiados na escola.

A relevância da pesquisa está na reflexão sobre a influência do fortalecimento de ações democráticas nos diferentes espaços de produção e recriação de cultura, em particular ao da escola, levando-se em consideração a ampliação da jornada do educando para a integral, enquanto direito universal à aprendizagem. Utilizando-se as atuações dos colegiados como espaços de ações democráticas na escola.

### **Objetivos**

O estudo pretende analisar como os colegiados e instâncias de participação democrática escolar contribuem para uma gestão democrática e participativa e se efetivam no espaço escolar, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). A proposta tratará, essencialmente, da atuação desses colegiados numa escola da rede pública do Estado de São Paulo - SP no período de 2012 a 2018,

onde tive oportunidade de trabalhar como professora e participar como conselheira.

### **A importância da gestão democrática:**

A gestão democrática participativa como princípio traz em seu bojo: a participação todas as instâncias de participação democráticas, que são os colegiados escolares tais como: Conselho de Escola, APM, Grêmios Estudantil, Conselho de Classe e Série entre outros, enquanto elementos fundamentais na construção deste tipo de gestão.

A Constituição Federal estabelece no artigo 206 os princípios sobre os quais o ensino deve ser ministrado. Dentre eles, destaca-se a gestão democrática do ensino público, na forma da lei (GRACINDO, 2007, p.32).

Partindo da importância dos colegiados escolares como instâncias que efetivam a participação democrática na escola, é que foi desenvolvida a pesquisa, proporcionando reflexões sobre como o gestor pode democratizar a escola e garantir os direitos de aprendizagens de todos os envolvidos, reconhecendo-os como espaços privilegiados de ações democráticas e colegiadas.

Neste sentido, vale ressaltar que, a gestão democrática e participativa está diretamente vinculada ao papel da escola pública de qualidade na sociedade contemporânea, podendo-se elencar elementos fundantes para concretizar essa gestão democrática, que se estabelecem desde a atuação do diretor, conforme PARO (2006 p.57) menciona:

Diretor que não decide tudo sozinho, professores que trabalham em parceria e currículo que considera o aluno sujeito de seu próprio aprendizado, esses são elementos fundamentais na construção de uma escola democrática. Um modelo de ensino que, ao estimular o trabalho coletivo, forma cidadãos autônomos e críticos dentro da unidade educacional ou na comunidade em que está inserida deve-se possibilitar, além de democrático, tornar esses espaços cada vez mais participativos tendo a escola um lugar de educação integral.

Ao estudar cada instância de participação democrática escolar, estabelecida pela Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional LDBEN 9394 (BRASIL, 1996), compreende-se como esses processos são fundamentais para uma gestão democrática e participativa e que o papel do gestor é fundamental neste processo.

Ao falarmos em educação foca-se sempre na escola, e como sua forma de Gestão Democrática e Participativa e a efetivação dos colegiados está nos referindo à sua importância enquanto espaço democrático de convivência de toda a comunidade escolar e níveis de ensino, desde a educação infantil passando pela educação básica e indo até o ensino superior.

### **As instâncias de participação democrática ou colegiados escolares:**

As Instâncias de participação democrática ou colegiados escolares, são: espaços de inclusão e estabelecimento da autonomia escolar previstas na Lei de Diretrizes e bases



da Educação Nacional LDBEN 9394/96 (art. 17), que afirma: “os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público”, pois alguns desses colegiados devem estar formados para que a unidade escolar possa receber os repasses de verbas públicas e utilizá-los para a garantia do acesso e permanência e o direito de participação, dentro dos princípios da gestão pública, de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, eficácia e ética.

Segundo Araújo (2000), são quatro os elementos indispensáveis a uma gestão democrática: participação, pluralismo, autonomia e transparência. Destacando-se a importância da transparência no processo, ele menciona que a:

[...] transparência afirma a dimensão política da escola. Sua existência pressupõe a construção de um espaço público vigoroso e aberto às diversidades de opiniões e concepções de mundo, contemplando a participação de todos que estão envolvidos com a escola (ARAÚJO, 2000 p.155).

Em termos de gestão democrática e participativa, podem-se observar nas escolas, instâncias de participação democrática como: o conselho de escola, que possui competência deliberativa para aprovar calendário escolar, passeios, festas entre outras; a Associação de Pais e Mestres (APM), que é uma instância de participação democrática e jurídica, que junto ao conselho de escola, planejam como serão os gastos: Municipais, Estaduais e Federais, bem como os recursos próprios, visando um melhor redimensionamento das verbas em pedagógico e/ou administrativo.

Apresenta-se como um espaço de escuta dos pais e da comunidade e os Conselhos de Classes e séries, espaço e instância democrática e participativa, no qual se ouve o coletivo dos professores, e onde podem opinar e avaliar os trabalhos que são desenvolvidos na escola.

Quanto à lei que estabelece a atuação destas instâncias: a Lei de Diretrizes e bases da educação Nacional LDBEN 9394/96 (art.14), é ainda mais precisa, quando afirma que: “os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com as suas peculiaridades”.

### **Conselho de escola:**

O conselho de escola é o órgão colegiado de maior participação democrática dentro da unidade escola e um colegiado com funções deliberativas, consultivas, fiscalizador, mobilizador e pedagógico. Esse colegiado é formado por representantes dos seguimentos que fazem parte da comunidade escolar, como: alunos, professores, pais ou responsáveis, funcionários, comunidade externa e dos gestores e coordenadores e direção.

## EDUCAÇÃO BRASIL

Quando à composição do conselho de escola, a própria Lei Complementar número 444 (SÃO PAULO, 1985, art. 95) dispõe sobre o estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas, referindo que:

O Conselho de Escola, de natureza deliberativa, eleito anualmente durante o primeiro mês letivo, presidido pelo Diretor da Escola, terá um total mínimo de 20 (vinte) e máximo de 40 (quarenta) componentes, fixado sempre proporcionalmente ao número de classes do estabelecimento de ensino.

§ 1º - A composição a que se refere o "caput" obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 40% (quarenta por cento) de docentes;

II - 5% (cinco por cento) de especialistas de educação excetuando-se o Diretor de Escola;

III - 5% (cinco por cento) dos demais funcionários;

IV - 25 % (vinte e cinco por cento) de pais de alunos;

V - 25% (vinte e cinco por cento) de alunos;

§ 2º - Os componentes do Conselho de Escola serão escolhidos entre os seus pares, mediante processo eletivo.

§ 3º - Cada segmento representado no Conselho de Escola elegerá também 2 (dois) suplentes, que substituirão os membros efetivos em suas ausências e impedimentos.

§ 4º - Os representantes dos alunos terão sempre direito a voz e voto, salvo nos assuntos que, por força legal, sejam restritos ao que estiverem no gozo da capacidade civil.

Cabe ao conselho de escola aprovar o Projeto Político Pedagógico que norteará todo desenvolvimento pedagógico da unidade, também cabe ao conselho de escola aprovar anualmente o calendário escolar com suas pontes, festas e reposições, sempre obedecendo às portarias de organização escolar e, aprovar as contas da APM, que juntamente com ele, tornam o processo de gestão da unidade escolar bem mais democrático.

Os documentos necessários para cada conselho de escola são:

- Ata de eleição dos membros que compõe o conselho por seguimento membros titulares e suplentes;
- Ata de Posse dos membros de cada segmento;
- Regimento Interno do Conselho de Escola.

O mandato de cada membro será anual podendo ser reeleito e começará a contar após 30 dias do início de cada ano letivo ano letivo.

Assim, cabe a cada conselho escolar deliberar entre as normas escolares e sempre dentro da Lei e de seu estatuto, reunir ordinariamente duas vezes por semestre ou extraordinariamente quando necessário, deliberar diretrizes e metas, soluções, projetos entre outros e elaborar calendário letivo, atas e publicidade de atos.

Sua composição e de representatividade de todos os seguimentos da unidade escolar, atualmente não se faz necessário à paridade dos pares, porém todos devem ser representados, para que as decisões tenham uma importância para todos os envolvidos, os conselheiros são podendo ser reconduzidos.

### **Associação de Pais e Mestres (APM):**

É um órgão colegiado de representação participativa de pais, mestres e alunos, com cargo eletivo entre os pares e de mandato por tempo determinado possuindo estatuto próprio e registrado em cartório e na Secretaria da Receita Federal é uma pessoa de caráter jurídico de direito privado e sem fins lucrativos, LDBEN 9394/96 (art.14), não tendo caráter político partidário, religioso, racial e seus membros não recebem por seu trabalho, algumas Secretarias de Educação acabam pontuando os profissionais que participam desses colegiados para usarem esse ponto em suas evoluções na carreira e estabelecendo critérios em Leis específicas para a constituição de suas participações.

De acordo com a legislação do Estado de São Paulo no Decreto 12.983 de 15/12/1978 SEE-SP, artigo 26 (SÃO PAULO, 1978, art. 26): “O cargo de diretor financeiro será sempre ocupado por pai de aluno” para garantia da licitude das ações e transparência.

Para que essa entidade representativa, APM, possa receber recursos financeiros Municipais, Estaduais e ou federais e até internacionais, bem como doações de professores e alunos é necessário que ela apresente os seguintes documentos:

- Estatuto registrado em cartório de títulos;
- Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
- Ata da Eleição da Diretoria Atual, registrado em Cartório;
- Cartão de Inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ;
- Certidão Liberatória do Tribunal de Contas do Estado;
- Certidão Negativa de Débito do INSS;
- Declaração de Imposto de Renda;
- DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Financeiros.

### **Grêmios Estudantil:**

Um dos órgãos colegiados de melhor representação escolar estudantil é o grêmio. Os grêmios são organizações sem fins lucrativos que representam os alunos e seus interesses culturais, educacionais, desportivos e sociais. É no grêmio que os estudantes defendem seus direitos e interesses e aprende ética e cidadania na prática. Previsto no artigo 1º da Lei 7.398 (SÃO PAULO, 1985) que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes.

“Art. 1º- Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais”

No jogo democrático, participar dos grêmios estudantis, representa um dos primeiros contatos na vida social, política e cultural, contribuindo de forma positiva para a educação de qualidade, dentro de uma perspectiva de escola democrática.

### **Conselhos de Classe e Série:**

Com seu fundamento na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9394/96 e o Parecer CEE N.º 67 (SÃO PAULO, 1998 art.15):

De acordo com o Art. 15 (p.1034-35), as escolas contarão com os seguintes colegiados:

I - Conselho de Escola, constituído nos termos da legislação;

II - Conselhos de Classe e Série, constituídos nos termos regimentais.

Previstos no calendário letivo da unidade, bem como no Regimento Escolar; esse colegiado democrático e participativo é de natureza consultiva e deliberativa, espaço de avaliação e reflexão coletiva. Um momento onde os professores e coordenadores e equipe gestora reúnem-se para falar, ouvir, avaliar e refletir sobre as ações pedagógicas indicando percursos e novos caminhos para a garantia do direito de aprendizagens de todos os alunos.

O funcionamento do conselho de classe e série, previsto na Lei 9394/96, é organizado conforme o calendário escolar homologado pelas Diretorias de Ensino sendo, realizado ao término de cada bimestre letivo, mas pode ocasionar ser acionado em outros momentos, tais como: pré-conselho (espaço de diagnóstico); conselho de classe (espaço de posicionamento frente ao diagnóstico) e pós-conselho (momento de efetivação das ações).

As ações das reflexões após os resultados obtidos no conselho de classes e séries devem pautar-se pelos aspectos qualitativos, visando sempre à melhoria e a garantia das aprendizagens de forma universalizada.

### **Considerações Finais**

Observa-se que a gestão que não efetiva seus colegiados como instâncias participativas e espaços de diálogos, tem um poder centralizador e uma falsa ideia de que ocorre aprendizado de qualidade social.

A participação democrática de diversos colegiados e instâncias dentro do espaço escolar asseguram uma maior autonomia e um elo entre as políticas públicas e a escola, pois os colegiados de participação popular possuem vários aspectos e caráter, desde a participação em colegiados consultivos como as participações deliberativas, promovendo reflexões para a melhoria da escola pública e efetivando a gestão democrática e participativa.

Observa-se que a gestão democrática e participativa se efetiva com a participação dos colegiados, pois asseguram certa autonomia das escolas públicas previstas na lei

de diretrizes e bases da Educação Nacional 9394/96, garantindo a eficácia das ações administrativas e pedagógicas em avaliações constantes para um redimensionamento de projetos, devido estarem sempre presentes no espaço escolar e em diferentes momentos.

Percebe-se que, não basta só a Lei determinar que uma escola seja um lugar privilegiado de colegiados com ações participativas, pois ainda encontram-se algumas gestões contrárias a participação democrática e popular dentro dos espaços escolares. Esta gestão autoritária não reconhece o valor dos colegiados, como instrumentos legítimos de participação democrática na escola, negando seus direitos, ao não ouvir os colegiados de participação escolar.

Com relação ao papel do gestor, neste processo, é de fundamental importância que ele privilegie a atuação as instâncias colegiadas participativas, tais como o Conselho de Escola, APM, Grêmios Estudantis e Conselhos de Classe para a construção de uma escola de qualidade social: eficaz e eficiente, na qual a gestão democrática e participativa se estabeleça.

Somente desta forma, ouvindo as instâncias de participação escolar democrática, é que se podem construir caminhos para prática da cidadania na educação e, assim, contribuir para uma formação cidadã, política e uma possível transformação da comunidade local.

Por meio de uma gestão democrática e participativa, com o apoio e efetivação dos colegiados e instâncias de participação democrática escolar, é que é possível tornar a escola, um território de aprendizagens significativas, e assim, fazendo-se cumprir o que recomenda a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- Lei 9394/96, bem como a Constituição Nacional de 1988 no que se refere à garantia a todos (comunidade escolar) de exercer sua cidadania, a partir da participação ativa de vários colegiados e instituições no âmbito político e social.

A escola de qualidade deve ter uma meta: a participação democrática e de ações afirmativas na educação voltadas a inclusão de todos alunos, pais, professores e comunidade na gestão escolar, por meio de parcerias com as equipes multidisciplinares.

A busca pelo apoio na comunidade e nas famílias, incorpora a diversidade cultural e social, favorecendo a participação de pais e comunidade nas tomadas de decisões junto aos órgãos colegiados de participação democrática, tais como o Conselho de Escolha, APM, e Conselho de Classe atuante, a criação de grêmios estudantis voltados a inclusão e diversidade escolar, favorece o próprio exercício da legislação, preservando a sua legitimidade ao garantir (reconhecer) seus direitos, conforme as políticas educacionais voltadas ao atendimento das novas demandas sociais.

Assim, para garantir uma educação de qualidade é necessário que, alunos e comunidade possam usar de seus direitos e deveres com autonomia, tornando-se protagonistas de suas histórias e em seus projetos de vidas e do meio para que possam atuar como agentes de transformação.

Para tanto, devemos adequar todos os espaços escolares ao aluno, às suas necessidades e interesses e não o contrário. Neste caminho, os colegiados representam

para o aluno, um espaço, onde este poderá ser o protagonista, no jogo simbólico de participação político-social.

Durante o período de estudo e observação, evidenciou que quando se tem uma participação mais efetiva e atuante dos colegiados escolares, esses contribuem para uma gestão democrática tornando-a participativa.

Ao efetivar a gestão democrática e participativa têm-se como princípios: que os colegiados de instâncias de participação escolar estejam bem estruturados e atuantes na escola como co-responsáveis e avaliadores do serviço público prestado, mediante o engajamento dos envolvidos no processo de aprendizagem, enquanto condição essencial para uma educação de qualidade social universalizada.

### Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Adilson César de. Gestão democrática da educação: a posição dos docentes. PPGE/UnB. Brasília. Dissertação de Mestrado, Mimeog, 2000.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: 1998**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 24 de maio de 2019.

BRASIL. LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. Ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Disponível em: [http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_2ed.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf)

\_\_\_\_\_. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: **Lei n. 9.394/96**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 24 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus. Lei 7398/85. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7398.htm) Acesso em: 24 de maio de 2019.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Universidade de Brasília, 2007, 72 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/11gesdem.pdf>. Acesso em: 24 de maio de 2019.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Editora Ática, 2006. SÃO PAULO. Estatuto do Magistério Paulista: **Lei Complementar 444/1985**. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/193699/estatuto-do-magisterio-paulista-de-1985-lei-complementar-444-85> Acesso em: 24 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. Estatuto Padrão da APM. **Decreto 12.983/1978**. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/13118443/decreto-n-12983-de-15-de-dezembro-de-1978-de-sao-paulo> .Acesso em: 24 de maio de 2019.

\_\_\_\_\_. **Parecer CEE nº 67/98** - CEF/CEM -Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais. Disponível em: Acesso em: 24 de maio de 2019. Disponível em:

[http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes\\_p1022-1048\\_c.pdf](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p1022-1048_c.pdf) Acesso em: 24 de maio de 2019.

## INCLUSÃO E AFETIVIDADE: ESTUDO DE CASO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Luana Priscila Rodrigues Silva de Melo*

### **Introdução, metodologia e justificativa de pesquisa:**

A pesquisa tem como foco: a afetividade utilizada como estratégia no dia-a-dia do contexto escolar e de como a mesma contribuiu no processo de inclusão e aprendizagem da criança mencionada. A questão levantada foi: a importância de um profissional afetivo, que busca facilitar a inserção da criança com dificuldade, ao grupo, sem preocupar-se apenas com os temas e áreas de conhecimento a serem trabalhadas na turma.

A pesquisa bibliográfica foi embasada nas concepções de teóricos e a pesquisa de campo foi realizada no dia-a-dia escolar e no comportamento da criança.

O trabalho pedagógico com base na afetividade foi identificado como caminho metodológico mais viável no sentido da sua adaptação e desenvolvimento, por permitir a compreensão das relações do indivíduo no mundo no qual está inserido e interferir positivamente nessas relações.

Esse efeito da afetividade nas relações mobilizou a necessidade de refletir e incluí-la na proposta pedagógica da Organização não-governamental de Educação Infantil, onde tínhamos uma criança com necessidades especiais.

No sentido do trabalho com a afetividade, Wallon (1986; 1999) mostra que o desenvolvimento humano ocorre baseado na afetividade desde a mais tenra idade, sendo um processo que dura toda a vida. Partindo da ideia de que a afetividade permeia as experiências do indivíduo em todas as etapas de sua vida e de que estudos realizados defendem a importância das manifestações afetivas para um bom desempenho no processo de aprendizagem escolar.

Com a finalidade de refletir sobre a importância do profissional afetivo e de seu trabalho desenvolvido essa criança, mediante suas limitações específicas advindas da deficiência intelectual, relacionados a aspectos cognitivos e comportamentais é que a pesquisa foi iniciada. O artigo foi baseado na experiência com a criança, envolvendo a rotina na creche e o desenvolvimento de atividades pedagógicas, numa perspectiva sócio-interacionista envolvendo a afetividade.

Vale ressaltar que, no decorrer da pesquisa, foram verificadas: as limitações e potencialidades da criança, motivando a busca de estratégias para alcançar os objetivos da proposta pedagógica.



### **Inclusão e deficiência intelectual:**

Partindo da premissa do que determina a Declaração de Salamanca (1994) quando define que: O “princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter [...]”

A Declaração nos possibilitou refletir sobre o processo de evolução da inclusão de crianças com deficiência na educação escolar, sobre a atuação docente e na promoção de superação de barreiras históricas no contexto educacional.

Partindo-se do ponto de vista de que as instituições educacionais inclusivas devem reconhecer e atender às necessidades diversas de seus alunos, fazendo a junção de ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e promover de uma forma segura: uma educação de qualidade à todos, através de um currículo flexível à arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com os demais profissionais da instituição e a família.

A Educação Especial, no contexto da nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, é definida como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades de educação. Nas diretrizes desta política é possível visualizar o grande enfoque destinado ao atendimento educacional especializado (AEE) cabendo à educação especial realizá-lo, utilizar serviços e recursos próprios desse atendimento e orientar alunos e professores quanto à utilização destes serviços e recursos em sala de aula (BRASIL, 2008).

De acordo com Oliveira (2012, p. 16):

A deficiência intelectual não pode ser percebida de forma abstrata ou descontextualizada das práticas sociais, assim, ao falar sobre a condição de deficiência intelectual, obrigatoriamente temos algo a dizer sobre as relações entre as pessoas e o processo de mediação que se estabelecem circunscritas num contexto cultural, histórico e social, e desta forma, também no da escola, como centro gerador de interpretações que imputa significado as diferenças.

Percebe-se que ainda existe muita falta de conhecimento e preconceito no que se refere à Deficiência intelectual e, neste sentido Honora & Frizianco (2008, p. 103) trazem uma importante contribuição teórica a respeito ao afirmar que: “não é uma doença ou um transtorno psiquiátrico, e sim um ou mais fatores que causam prejuízo das funções cognitivas que acompanham o desenvolvimento diferente do cérebro”. O que exige, no processo de inclusão escolar de crianças com deficiência, um olhar diferenciado, enxergando muito além de suas limitações, focando nosso olhar na especificidade de cada uma e nas condições de desenvolver suas capacidades de ensino/aprendizagem.

O processo de inclusão vem se efetivando a cada dia e ao percebemos e reconhecemos o direito do estudante com deficiência intelectual e o olhamos de forma dife-

renciada, compreendemos que o incluir vai muito além de recebê-lo no âmbito escolar. Faz-se necessário somar os esforços e investimentos de recursos para garantir a permanência desse estudante em sala de aula, promovendo o seu desenvolvimento através de recursos adaptativos de acordo com suas possibilidades, visando oportunizar as mesmas condições de aprendizagens ofertadas a todos.

Esta adaptação requer mudança. Conforme pontua Vygotsky (2010, p. 140): “Se não houvesse nada para mudar, não haveria nada para educar”. Todo o processo exige investimentos, que vão desde a ressignificação do olhar dos profissionais envolvidos nesse processo inclusivo, ao desenvolvimento de novas tecnologias assistivas e comunicacionais que garantem a interação entre os estudantes, professores, conteúdos e etc.

Goés (1991, p.21) ressalta que:

A criança é um ser social que se faz indivíduo ao mesmo tempo em que incorpora formas maduras de atividade de sua cultura. Individualiza-se e se socializa. A relação social/individual implica, portanto, vinculação genética e constituição recíproca.

O reconhecimento dos ganhos significativos que o processo de inclusão possibilita, não apenas para a criança incluída, como também a todos os envolvidos no processo, gerou aos profissionais da Unidade, particularmente da sala, onde estava atuando como professora, uma nova perspectiva no convívio com o diferente, levando a refletir e ressignificar nossas práticas, comportamentos e percepção diária do outro.

Mantoan (1997, s/p) em: “A integração de pessoas com deficiência”, ressalva que:

A meta da inclusão é, desde o início, não deixar ninguém fora do sistema escolar, que deverá adaptar-se às particularidades de todos os alunos (... ) caminhamos para uma educação mais ampla quando damos espaço e oportunidade à unificação das modalidades de educação, regular e especial, em um sistema único de ensino, em que todos os alunos começam a ter suas necessidades educacionais assistidas dentro da educação.

Valorizamos e contribuimos com a auto-estima do estudante com deficiência intelectual, quando abrimos as portas e reconhecemos sua condição humana, que está bem além de suas limitações, o que corrobora para sua efetivação no processo de inclusão escolar, favorecendo positivamente no desenvolvimento de suas potencialidades e conquistas.

### **Situação individual e familiar da criança:**

O estudo de caso é de um aluno com quatro anos de idade, que iniciou seu convívio coletivo no contexto educacional desde bebê, vindo transferido de outra uni-

dade de educação infantil de ensino público em decorrência da opção dos pais em relação ao atendimento integral da Unidade onde trabalhamos diferentemente do período parcial prestado por outras unidades de ensino, especialmente da Prefeitura de Campinas. A ONG que estamos nos referindo atende aproximadamente 320 crianças e está situada na região periférica de Campinas.

O contexto familiar em que a criança se encontrava era de completa vulnerabilidade, caracterizado pelo abandono e rejeição da mãe, então usuária de drogas, logo após seu nascimento. O pai também usuário de drogas encontrou-se cumprindo pena por determinação da justiça em uma penitenciária devido a má conduta na sociedade e, a partir de então quem assumiu os cuidados da família, foi a avó, uma senhora idosa, muito simples, com os cabelos grisalhos e mobilidade reduzida, utilizando de bengalas para caminhar; mas que apesar das suas dificuldades, demonstrava esforçar-se para cuidar de todos da casa.

A família constituía-se da avó da criança observada, tios e tias, dois deles surdos e mudos, primos e primas, um deles também com deficiência intelectual, totalizando treze pessoas ao todo. A residência de madeira onde moram, localiza-se em uma área de risco próximo a um córrego em um bairro periférico de Campinas. A renda da família provém da aposentadoria da avó, de “bicos” realizados pelos adultos da casa e de benefícios concedidos pelo governo.

No que se refere à saúde, embora visível a existência de uma anormalidade comportamental (Cid F70 - Retardo mental leve), e havendo uma demora no diagnóstico da deficiência intelectual, devido ao longo tempo de espera para conseguir a consulta no SUS. Aparentemente, demonstrava boa saúde física, porém, apresentava momentos de ansiedade, agitação, distúrbio na fala e dificuldades de auto-regulação, que posteriormente foi regularizada através de medicação, com indicação da neuropediatra que realizou o seu acompanhamento.

Supõe-se que, o uso excessivo de drogas da sua mãe durante a gestação, tenha ocasionado as dificuldades citadas, além também de ocasionar uma má formação na área bucal. (Fissura labial/lábio leporino e fenda palatina aberta).

Fissura labial, ou lábio leporino é uma abertura que começa sempre na lateral do lábio superior, dividindo-o em dois segmentos. Essa falha no fechamento das estruturas, a abertura pode atingir todo o céu da boca e a base do nariz.

Devido a essa má formação, a criança apresentou distúrbio na linguagem, prejudicando sua comunicação. Em decorrência disso, a criança foi submetida a uma cirurgia corretiva da fenda palatina no “Hospital SOBRAPAR - Crânio e Face uma instituição privada, de natureza filantrópica e de Utilidade Pública Municipal, Estadual e Federal”, logo nos primeiros anos de vida. A dificuldade na cicatrização da cirurgia ocasionava sangramento no nariz, gerando um forte mau cheiro, que exalava, incomodando, por muitas vezes, adultos e crianças ao seu redor.

No contexto escolar, apresentou várias dificuldades devido à sua agitação e dificuldade de auto-regulação. O mesmo demonstrou dificuldades de entender a diferença

entre “certo e errado”, não possuía conhecimentos básicos de higiene, alimentação; bem como também, de socialização, o que muitas vezes, o impediu de ter uma relação cordial com o grupo.

Com relação às atividades pedagógicas e brincadeiras, não colaborava, mais em contrapartida, interagiu na realização das tarefas proporcionadas em sala de aula e fora dela. A falta de Atendimento Educacional Especializado – AEE foi um fator que dificultou bastante a trajetória da inserção dele na rotina escolar, pois necessitava de uma atenção direta e constante em relação, devido a sua agitação durante o desenvolvimento das atividades. Tais dificuldades exigiram a adoção de instruções firmes e claras por parte das professoras no desenvolvimento das atividades pedagógicas com ele, modo que houvesse um melhor aproveitamento dentro do solicitado.

No desenvolvimento cognitivo, demonstrou pouca capacidade de raciocínio, achava que tudo era uma grande brincadeira, o que deixou a sua capacidade de abstrair, ordenar e compreender os fatos, comprometidos. Não conseguiu compreender instruções e desenvolver atividades ligadas à higiene e alimentação; tendo a tendência em contrariar as solicitações dos adultos, devido às suas dificuldades em assimilar conceitos básicos de convivência e explicações mais complexas, relacionadas ao comportamento, regras e rotina na escola.

Quanto ao seu desenvolvimento psicomotor, demonstrou falta de compreensão na realização das atividades artísticas, pois ao se deparar com papéis e materiais diversos, sempre levava os mesmos à boca e os destruía, não aproveitando a funcionalidade deles.

Apresentava também dificuldades de concentração, em momento de contagem de histórias, roda de conversa e participação em atividades que demandavam regras, como: os jogos e brincadeiras coletivas e, quanto ao desenvolvimento social e afetivo, utilizava de meios físicos para resolver conflitos.

Reagia com reprovações diante de alguma mudança, como por exemplo, respeitar seu lugar na fila e na distribuição de brinquedos, pois não conseguia manter-se concentrado em um espaço, querendo circular livremente de acordo com o seu desejo. Apresentando alterações de humor momentâneas, quando algo não lhe agradava, reagindo com resistência e gritos.

Embora tenha apresentado dificuldades em sua aprendizagem, conseguia fazer leitura de imagem, com determinação, e identificava personagens de filmes em desenhos, participava de situações de comunicação (à sua maneira) quando estava em grupo, demonstrando preferência pelos momentos de música.

A escola, não tendo professor especializado em educação especial, para atender às necessidades específicas da criança que atendíamos, nos exigiu uma postura diferenciada, enquanto professora da sala, constituída por uma constante busca na expectativa de encontrar estratégias para inserir a criança na rotina escolar, fazendo com que o mesmo fosse aceito pela turma e dessa forma também contribuir para a sua aprendizagem de forma positiva.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (...) Ao longo de todo o processo de escolarização, esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. (BRASIL, 2008, p. 16)

### **A importância da afetividade na relação professor e aluno:**

Wallon, Vygotsky e Piaget afirmam que, não se pode separar afetividade de cognição. Apontando estudos feitos por eles, pode-se afirmar que a afetividade é vital em todos os seres humanos, de todas as idades, mas especialmente, no desenvolvimento infantil.

A relação professor-aluno segundo Morales (2001, p. 49):

é bidirecional, ou seja, professores influenciam alunos e alunos influenciam professores. Em relação ao papel do professor, diversos estudos destacam características avaliadas como positivas pelos alunos: fornecer orientação clara para as tarefas e procedimentos, demonstrar entusiasmo no que ensina, propor atividades alternativas a serem escolhidas pelos alunos, fornecer elogios sinceros e não artificiais ou forçados, mostrar-se interessado pelo êxito dos alunos, estimular a curiosidade e a superação de desafios, destacar a relevância sendo estudado do que vai ser ou está sendo estudado, estabelecer um clima de confiança e satisfação, aumentar a possibilidade de êxito dos alunos na aprendizagem dos conteúdos. Estas atitudes listadas acima precisam ser avaliadas e incorporadas criticamente pelo professor.

A afetividade é uma sensação de extrema importância para do desenvolvimento geral do ser humano e do seu comportamento, conforme afirma PRIOTTO (2013, p.66):

A afetividade pode ser entendida como um conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhadas de expressões físicas de dor ou prazer, satisfação ou insatisfação, alegrias ou tristezas (PRIOTTO, 2013, p. 66)

Wallon (1995, p. 48) mostrou que as crianças têm também corpo e emoções na sala de aula, pois sua teoria pedagógica diz que o desenvolvimento intelectual envolve muito mais do que um simples cérebro. O desenvolvimento é considerado por Wallon

(1995, p. 48) como um processo que está sempre em aberto, nunca acabado e, portanto, implicando movimentos e constantes crises e conflitos.

As condições orgânicas, em todo ser humano, coloca-nos à disposição para interagir com o meio social e físico. Por outro lado, os meios: social e físico impõem exigências, a que o indivíduo necessita para corresponder para garantir sua sobrevivência e sua adaptação a ele. O meio físico e social, concomitantemente, também oferece recursos para que essa adaptação aconteça, o que evidencia a relação recíproca e complementar entre o social e o orgânico. “Deste modo, na criança, opõem-se e implicam-se mutuamente, fatores de origem biológica e social” (WALLON, 1995, p.49).

A toda essa variação da afetividade, Wallon chama de predominância funcional. Na etapa da construção do eu, a afetividade predomina mais do que nos outros estágios. Cada fase internaliza o que a anterior conquistou e isso se dá de forma contínua. Há sempre troca entre fases. Uma depende da outra, seja afetivamente ou cognitivamente (BESSA, 2011, p. 108).

O afeto é essencial para o funcionamento do nosso corpo. Ele nos dá coragem, motivação, interesse e contribui para todo o desenvolvimento do ser. É pelas sensações que o afeto nos proporciona que podemos sentir quando algo é verdadeiro ou não. Para a criança, o afeto é importantíssimo. Ela precisa se sentir segura para poder desenvolver seu aprendizado. Para que esse processo ocorra de forma significativa, o professor precisa ter consciência dos seus atos em relação aos alunos, uma vez que as emoções também fazem parte da nossa consciência; são as nossas experiências de vida. Essas experiências podem ser agradáveis ou não e é por meio do afeto que apreendemos essas informações. Ele valoriza tudo o que está dentro de nós, como o medo e a angústia. E fora, como vivências representadas por cada pessoa em particular (BESSA, 2011 p.109).

Dessa forma, todas as relações familiares, profissionais ou pessoais são permeadas pela afetividade, em qualquer idade ou nível sociocultural. Assim, a afetividade estrutura o ser para que ele se torne capaz de ter sonhos, esperança, desejos e resistência às frustrações.

A partir do que foi apresentado, compreendemos que a relação professor-aluno positiva, favorece o processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da Educação Especial.

### **Estratégias metodológicas com a criança:**

Maria Carmen Barbosa e Maria da Graça Horn (2001), afirmam em *Organização do Espaço e do Tempo na Escola Infantil*.

O cotidiano de uma Escola Infantil tem de prever momentos diferenciados que certamente não se organizarão da mesma forma para crianças maiores e menores. Diversos tipos de atividades envolverão a jornada diária das crianças e dos adultos: o horário da chegada, a alimentação, a higiene, o repouso, as brincadeiras – os jogos diversificados – como o faz-de-

conta, os jogos imitativos e motores, de exploração de materiais gráficos e plásticos – os livros de histórias, as atividades coordenadas pelo adulto e outras.

Desta forma, faz parte do o dia-a-dia na educação infantil: o planejamento da rotina, estabelecendo estratégias para promover experiências prazerosas que visam o desenvolvimento das crianças.

Ao promover a inclusão de uma criança com deficiência intelectual na sala e, esta ter demonstrado total resistência a essa rotina, dá uma sensação de desamparo diante da falta de um atendimento especializado (AEE) por parte da instituição e da demanda da turma, composta de mais 30 crianças.

Ao se deparar com a realidade, atuando como professora e munida por uma enorme força de vontade em buscar estratégias para incluir a criança na rotina escolar, todo o esforço foi direcionado para a superação deste desafio, visando-se contribuir no sentido do seu desenvolvimento.

A primeira etapa foi conhecer a criança de perto e os profissionais que haviam tido contato com ela e analisar se daria continuidade a metodologia utilizada com ele. Ao nos depararmos com algumas incoerências em relação a dinâmica utilizada com a crianças, fez-se necessário traçar uma metodologia própria, baseada no estudo dos teóricos citados no presente trabalho.

Mesmo diante de todo esse empenho profissional, ela ainda apresentava muita agitação e dificuldade de auto-regulação, não conseguindo se concentrar nas atividades, estando sempre pegando brinquedo dos amigos e utilizando de meios físicos para mostrar como se sentia. Neste momento, enquanto professoras, na roda de conversa, expomos às outras crianças que, seria tarefa de todos: ajudar o colega em suas dificuldades. Logo a turma, muito solícita, aceitou a tarefa, o que não ocorria antes por não notarem que o colega tinha uma necessidade especial, tratando-o igualmente aos outros colegas da turma.

No início, houve várias reclamações dos pais, pois algumas crianças chegavam reclamando em casa do comportamento do colega e, as famílias, por não entender a situação dele, traziam reclamações para escola. Por esse motivo, enquanto professoras, optamos por esclarecer o caso em reunião de pais e, após explicação aos pais, verificamos que passaram entender e auxiliar, instruindo os filhos a aceitar e ajudar nas dificuldades do colega.

As crianças interagiram positivamente com o colega e em conjunto, com a professora, o ajudavam a ficar sentado na roda de conversa e nos momentos de atividades. Foram trabalhados: jogos simbólicos e de cooperação, atividades em grupo, envolvendo diferentes recursos artísticos, pintura coletiva, fantoches, modelagem com diferentes materiais. Além destas metodologias, utilizamos também os cantinhos de brincadeiras, que favoreceram a estruturação da personalidade da criança, constituindo-se um ambiente atrativo e propício para a aprendizagem, despertando seu interesse em participar e contribuindo na melhoria da sua concentração junto com os colegas da turma.

Na hora da refeição, o incentivamos a permanecer na fila do auto-servimento, na condição de profissionais (professora e monitora), agíamos: intervindo, acompanhando e incentivando todo o processo, de modo que aprendesse a aguardar sua vez. Anteriormente estava acostumado a ser o primeiro em tudo e, por isso, era inevitável a sua resistência, porém com o afeto e insistência, logo houve a compreensão da existência de uma organização e de que ele fazia parte de tudo aquilo, com direitos e deveres e, assim, foi se desenvolvendo.

A hora do sono foi um momento bem crítico, em que ele gritava muito e resistia em ficar deitado, então foi nesse momento, que a afetividade foi crucial para que tudo ocorresse bem. A professora foi alternando as estratégias e, a cada semana, leva um objeto para criar um vínculo e poder entrar em um possível acordo com a criança e, aos poucos, a adaptação foi acontecendo e o momento do descanso passou a ser um momento prazeroso.

Em relação a comunicação, foi necessário ampliar as possibilidades através de comunicação alternativa por imagens e gestos, devido à dificuldade em expressar-se através da fala. A comunicação por gestos fluiu positivamente, devido a criança ter contato com seus tios surdos e mudos e juntos estabelecerem uma comunicação própria. Ter o conhecimento deste fato, como professora, gerou essa possibilidade pedagógica, buscando-se compreender e utilizar os gestos para comunicar-se com a criança.

Nos momentos livres e brincadeiras no parque, procuramos nos envolver: brincando, orientando e incentivando a inclusão da criança com o restante da turma e, aos poucos, foram se estabelecendo uma relação de confiança e afeto que possibilitou o desenvolvimento da aprendizagem e aceitação da rotina.

### **Resultados finais:**

Observamos que, apesar das dificuldades encontradas, tais como: falta de atendimento especializado, problemas familiares e a quantidade de crianças na sala, o trabalho aconteceu, permitindo avanços graduais na inclusão da criança na rotina escolar.

Percebemos que, fatores internos à estrutura escolar, a exemplo: da organização da rotina, a busca constante por estratégias e o afeto, possibilitou uma relação de confiança e trocas entre o professor e a criança com deficiência.

No ano seguinte, colocou-se em pauta no projeto político-pedagógico: a necessidade de atender, de fato, a todos os alunos e suas diferenças, e repensarmos a importância de investirmos na formação — inicial e contínua — do professor; bem como também, a contratação de um profissional especializa para auxiliar, analisar e definir em conjunto com o professor do ensino regular, as estratégias de atendimento pedagógico adequado aos que dele necessitem.

A necessidade de constante busca de formação continuada dos profissionais da educação foi notada como fundamental para o processo de inclusão. Hoje, ao concluir este trabalho, percebeu-se a importância do engajamento do profissional na busca por



uma formação contínua, e, sobretudo, dele estar aberto a enfrentar os desafios encontrados na sala de aula.

Foram diversos os conhecimentos construídos no decorrer da experiência com essa criança, os quais promoveram: reflexões, angústias, descobertas e transformação de comportamento em ambos os lados.

Conclui-se com esse trabalho, que para cada criança com deficiência, deve-se estabelecer uma estratégia diferente, que esteja em consonância com os objetivos do currículo e dificuldades encontradas pelos pais e professores. Com isso, pode-se dizer que não existe receita e nem uma proposta de “comece por aqui”, mas uma forma de entender e atender a cada uma das crianças, individualmente.

Portanto, o professor deve manter uma relação dialógica com todos os seguidores já citados, orientando a todos, no sentido de aprimorar o olhar para o potencial da criança, ajudar a própria criança a se sentir aceita, ver e acreditar no seu potencial, uma vez que estes necessitam desse investimento, por serem excluídos ou taxados (rotulados) como crianças que possuem mau comportamento, se fazendo necessário: despertar neles o desejo por aprender e estar afetivamente aberto para novas experiências.

### Referências bibliográficas:

- BARBOSA, M. C. S.; HORN, M. G. S. Organização do espaço e do tempo na escola infantil. In: CRAIDY, C.; KAERCHER, G. E. Educação Infantil. Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 67-79.
- BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2019.
- BESSA, V. H. Teorias da Aprendizagem. Curitiba. IESDE. Brasil S.A, 2011.
- GÓES, Maria Cecília, A natureza social do desenvolvimento psicológico. In: Cadernos: CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade – Pensamento e Linguagem: estudos na perspectiva da psicologia soviética. São Paulo: Papyrus, 1991.
- HONORA M. & FRIZANCO M. L., Esclarecendo as deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva. Ciranda Cultural, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. (Org.). A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon. SENAC. 1997.
- MORALES, P. V. A relação professor-aluno - o que é, como se faz. São Paulo. Editorial y Distribuidora, 2001.
- OLIVEIRA, A. A. S. Adequações curriculares na área de deficiência intelectual: algumas reflexões. In: OLIVEIRA, A. A. S.; OMOTE, S.; GIROTO, C. R. M. (Org.). Inclusão Escolar: Simone Ghedini Costa Milanez, Anna Augusta Sampaio de Oliveira, Andrea Regina Nunes Misquiatti (Org.) Contribuições da Educação Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: FUNDEPE, 2008.

PRIOTTO, E. P. Dinâmicas de Grupo para Adolescentes. 7ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha, 1994. 49p.

WALLON, H. As origens do pensamento na criança. São Paulo: Manole, 1986.

\_\_\_\_\_. A evolução psicológica da criança. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1995.

\_\_\_\_\_. A evolução psicológica da criança. Lisboa: Edições 70, 1999.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia Pedagógica. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

**<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/labio-leporino-fissura-labial-e-fenda-palatina/>** Acesso em: 27 de maio de 2019.



## VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: UMA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA SOBRE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE

*Diego George Cavalcante Marialva*

*Jemiffer Karol Rodrigues Vieira*

*Mirlândia Arruda De Castro*

*Patricia Alves Da Silva*

### Introdução

O trabalho voluntário é uma das virtudes mais grandiosas da espécie humana desde os primórdios, tendo suas características contribuído para a humanidade pois seus benefícios oriundos deste ato é exemplo para a sociedade e para tudo em que está inerente ao meio econômico e social, desde as antigas civilizações até os dias de hoje houveram muitas situações que levaram os habitantes das sociedades interferirem para o amparo dos mais necessitados em época de guerras, catástrofes naturais e outros tipos de conflitos.

No Brasil o trabalho voluntário tem início no século XX devido as epidemias e doenças que afetaram a população mais pobre da época e geralmente quem prestava esse serviço à sociedade eram as senhoras que se denominavam as damas da sociedade, mulheres essas pertencentes a alta sociedade daquela geração, junto com as igrejas faziam um trabalho de amparo aos doentes e necessitados para o bem comum da sociedade passando a ter uma importância significativa para as ações de cunho social.

Com os avanços tecnológicos, crescimento populacional e os impactos ao meio ambiente gerados por diversos setores percebeu-se a necessidade das organizações criarem meios para que seus colaboradores juntassem forças com intuito de elaborar trabalhos que permitissem uma ajuda o meio social, ambiental e até mesmo impacto no indivíduo, denominou-se então como voluntariado empresarial tema este que está ganhando cada vez mais força na sociedade.

O voluntariado empresarial é uma forma de condução de negócios empresariais para o desenvolvimento ou conservação de determinadas áreas no âmbito territorial, social e econômico este quando está ligado ao desenvolvimento monetário de uma região, dessa forma quando as organizações participam de projetos voluntários com seus colaboradores estão contribuindo para o crescimento de novas formas de pensar, agir e manter o convívio e sustentabilidade da sociedade de determinada região.

Portanto existe uma lacuna para o estudo do tema pois suas contribuições podem ser relevantes e impactantes para a literatura e para sociedade civil gerando uma gama de conhecimento científico, embasado em estudos anteriores que permitirão obter um alto grau de relevância a comunidade científica, o presente artigo é um estudo bibliográfico do tema voluntariado empresarial e suas contribuições para a sociedade, estar estruturado em 6 tópicos onde o 1º é a introdução, o 2º é o referencial teórico, o 3º é o

procedimento metodológico, o 4º é o resultado, o 5º é a conclusão, e por fim o 6º que são as referências.

## Referencial teórico

O trabalho voluntário pode ter vários significados como, o tempo determinado para execuções de ações em prol dos mais necessitados e ou meio ambiente em busca de uma sociedade mais igualitária e um ambiente mais sustentável ou "O trabalho voluntário é todo ou qualquer ação que uma pessoa presta sem fim lucrativo, nela e dedicado tempo, esforço e lealdade. A partir desta teoria, o voluntario pode ser traduzido para uma empresa, sendo uma atividade, como todas as ações voluntárias organizadas com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento de uma comunidade estimulando para que os funcionários participem de eventos, campanhas solidárias, campanhas de arrecadação, serviços voluntários a comunidade como separação de lixo, explicadores escolares, palestras, etc." (CALDERON, et al., 2011, p.5).

O trabalho voluntário pode ser feito por qualquer pessoa independente de raça, cor, credo basta ter alguns aspectos inerente a raça humana como bondade, compaixão, amor ao próximo entre outros, esses aspectos determinam uma parte significativa de tal ato de dedicação de tempo, esforço, sem qualquer ganho monetário gerando uma gama de ganhos para a sociedade como um todo, o que move o voluntário a exercer esse ato de bondade são valores éticos e morais, valores esses que as vezes de certa formas são intangíveis como uma busca para satisfação pessoal isento discriminação ou repulsa.

Segundo PEÇANHA FILHO (2004) "O destaque do trabalho voluntário começa a partir do século XVI, na década de 1540, quando foi fundada a Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, na antiga capital de São Vicente, e, nos séculos seguintes grandes parte das entidades filantrópicas criadas estava coligadas à Igreja Católica", junto com a elite da época prestavam serviços aos mais necessitados da região com intuito de ajudar nas causas sociais e em epidemias que assolavam o povo mais pobre que não tinha nenhum recurso.

SANTOS (2006), acrescenta " Que o voluntário é alguém que deseja ver a sua comunidade crescer, a sociedade desenvolver-se, procurando contribuir e participar ativamente", tendo em vista esse relato fica perceptível a diferenciação dos valores morais e éticos de um voluntário a uma pessoa comum da sociedade, para LIMA (2004) " O voluntariado é uma ferramenta de formação e capacitação do capital social, sendo capaz de contribuir para que as organizações e os projetos possam otimizar os serviços prestados ao mais necessitados", permitindo uma geração de aspectos e impactos positivos no meio social e nas pessoas garantido que as necessidades sejam atendidas de forma para atingir o objetivo de qualquer trabalho voluntário.

Existem várias abordagens sobre o conceito de voluntário mais o que não pode ser deixado de lado sobre esse aspecto é "O voluntário é um ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerado em benefício da comunidade. Doando seu tempo e conhecimentos, realiza um trabalho gerado pela energia de impulso solidá-

rio, e atende não só as necessidades do próximo, como também aos imperativos de uma causa. O voluntário atende também suas próprias motivações pessoais, sejam elas de caráter religioso, filosófico ou emocional” (FUNDAÇÃO ABRINQ, apud DOMENEGUETTI, 2001, P.79), é um indivíduo que se distingue dos outros através de suas características ímpares, que tem como centro de sua atenção o próximo, a sociedade e o meio ambiente, que além de seus objetivos de contribuição para a sociedade se dedicam de forma única para determinadas ações motivados pelos interesses de contribuição social, religioso, objetivando o bem comum da sociedade e de seus integrantes.

“No trabalho voluntário há uma doação de um trabalho que necessita ser feito e que, em troca obtém-se experiência como: trabalho em equipe, integração, flexibilidade, visão de futuro, e outras importantes nuances que podem ser vividas e aplicadas no desenvolvimento pessoal e profissional” (CORULLÓN; MEDEIROS FILHO, 2002) seguindo esse preceito existe um jogo de ganha, ganha em ambos os lados os que doam e os que são assistidos por esse tipo de ajuda compartilhando conhecimentos, experiências e histórias de vidas, para o bem comum do âmbito em que é aplicado o voluntariado.

O voluntariado ganhou força com o surgimento da constituição Brasileira de 1988, em que não só determinou a responsabilidade social como diretriz, mas também centralizou “O direito à cidadania e dignidade do homem como um dos fundamentos do estado democrático de direito” em seu Artigo 1º da constituição Federal de 1988, e no Artigo 6º onde intitula como “os direitos sociais a serem observados educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância, a assistência aos desamparados”.

“Estudos realizados em muitos países revelam, que pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais se envolvem em atividades de voluntariado, por variados tipos de interesse, com propósitos e aspirações muito diferentes” (CEV, 2009) as vezes devido aos impactos sofridos em detrimento aos olhares para o grupo de indivíduos pertencente a classes menos favorecidas, ou questões religiosas até mesmo existenciais.

Com o advento da globalização e os avanços tecnológicos surgiu a necessidade de existências de programas de voluntariado junto a iniciativa privada, denominou-se de voluntariado empresarial “O voluntariado empresarial difundiu-se primeiramente nos países anglo-saxônicos e nos EUA” (GATGNONTURNAU E MIGNONAC, 2014), segundo GOLDBERD (2001) “No Brasil com o surgimento do conceito de cidadania empresarial, o voluntariado empresarial passou a ter uma maior visibilidade”, Pois observou-se que as contribuições são de grande importância para todos os envolvidos.

Segundo o World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) “A responsabilidade social empresarial passa pelo comprometimento da comunidade, de forma a criar um mundo que seja mais sustentável para as empresas, para a sociedade civil e para o ambiente, trabalhando com seus colaboradores, os fornecedores, a comunidade local e a sociedade em geral para melhorar a qualidade de vida”, gerando uma maior interação entre os envolvidos com o âmbito social, econômico e ambiental,

com o objetivo de tornar tudo mais acessível a todos de maneira que suas necessidades ou carências fossem supridas.

“Inicialmente o conceito de responsabilidade social empresarial centrava-se nas atividades filantrópicas, mais tarde preocupa-se com questões relacionadas com práticas operacionais justas e laborais, sendo que as t micas relacionadas com os direitos humanos, o ambiente, a prote o dos consumidores e o combate   corrup o e a fraude foram sendo inseridas gradualmente” (NP ISO 26000, 2011), pois já existiam programas de voluntariados existentes e aplicados em casas de apoio, asilos, hospitais, centros espíritas dentre outras institui es, mais com o crescimento das desigualdades social outras áreas começaram a ganhar espaço no tema de assistencialismo das organiza es privadas.

Apesar de ser um tema muito importante na atualidade e de grande relevância tanto para a sociedade civil como para a sociedade científica a temática “O voluntariado empresarial não tem sido um tema muito estudado” (MACPHAIL; BOWLES, 2008), onde deixa uma lacuna para abordagem científica do tema para a atualidade e que sirva futuramente para estudos voltados para a produ o científica demonstrando o grau de importância das responsabilidades e atitudes dos envolvidos nos projetos desenvolvidos por empresas.

  de suma importância que as organiza es conheçam a realidade em sua volta pois suas a es desenvolvidas em benefício da comunidade permite que aja de certo modo uma rela o de ganhos e trocas de experiências entre todos para o bem comum e o desenvolvimento e manuten o dos locais onde são aplicados os projetos de voluntariado empresarial, “  importante referir que as empresas que não se preocuparem em conhecer a realidade   sua volta , provavelmente perderão espaço diante das que se ajustaram a um cenário dinâmico e em constante adapta o” (EVANGELISTA, 2010).

Com o passar dos anos os clientes ficaram mais exigentes perante as indústrias que produzem bens de consumos, serviços e da área comercial, relacionando aos impactos oriundos dos processos de fabri o ou presta o de serviços que causam algum dano ao meio ambiente, social ou até mesmo aos seres existentes no ambiente, seguindo esse pensamento as características de desejo dos novos consumidores vem a ser um ponto de grande impacto nas expectativas de continuidade dos negócios de qualquer organiza o, deste modo afirmam SPERS; MARTINELLI, MOTA (2014) “ Os principais motivos pelos quais as empresas incentivam seus funcionários nas práticas das a es voluntárias são a de contribuir para o desenvolvimento social da comunidade nas redondezas da empresa, o fortalecimento da imagem institucional como socialmente responsável tanto com seu público interno quanto externo e uma positiva contribui o em benefício da cultura e cidadania”.

Em rela o as características de aplica o de projetos de voluntariado empresarial as organiza es fazem estudos voltados aos temas como, educa o ambiental, saúde, integra o social dentre outros temas de grande relevância nos dias atuais, pois onde existe a não presta o dos serviços básicos das necessidades humanas,

há uma carência que pode vim afetar a sociedade de alguma forma prejudicando os integrantes da mesma seja sendo com o incômodo pessoal ou com impactos da violência no dia a dia, daí percebeci o importância das ações em prol dos comenetes da sociedade menos favorecidos.

Em algumas literaturas alguns autores citam que existem enúmeras vantagens vindas da aplicação de projetos de voluntariado empresarial para todos os envolvidos, sociedade, empresa, colaboradores, gerando de forma acentuada aspectos importantes para o desenvolvimento dos envolvidos, demonstrando que a existência de projetos voltado ao voluntariado tem um poder de influência e inspiração para as gerações futuras determimantes nas relações humanas com o seu meio social conforme é representado na tabela abaixo.



EDUCAÇÃO BRASIL

Tabela 1: Vantagens do Voluntariado empresarial

Organização sem fins lucrativos	Aumentam os seus recursos	Garay, 2001; Graff, 2004
	Adquirem novas competências	Muthuri, 2009; Peloza, 2009
	Melhoram a capacidade de resolver problemas	Fonseca, 2002; Muthuri, 2008
	Criam laços com as empresas	Fonseca, 2002; Muthuri, 2009
	Aumentam a probabilidade de atingir os objetivos	Muthuri, 2009; Peloza, 2008
	Aumentam a probabilidade melhorar a visibilidade	Garay, 2001; Peloza, 2008
	Possibilidade de tomar as comunidades mais saudáveis e atrativas	Graff, 2001; Teodósio, 2001; Peloza e Hassay, 2006.
Empresa	Possibilidade de aumentar a produtividade	Garay, 2001; Teodósio, 2001; Peloza e Hassay, 2006
	Melhora o trabalho em equipe	Garay, 2001; Teodósio, 2001; Peloza e Hassay, 2006
	Aumenta a lealdade	Bartel, 2001; Graff, 2004; Peterson, 2004; Grant et al., 2008
	Ajuda no recrutamento e retenção de colaboradores	Rochlin, 2000; Tuffrey, 2003; Graff, 2004; Peterson, 2004
	Pode reduzir custos com formação	Peterson, 2004
	Melhora a imagem	Garay, 2001; Fonseca, 2002; Tuffrey, 2003; Graff, 2004
	Reforça o investimento na filantropia empresarial	Peloza, 2008
	Melhora o ambiente organizacional	Garay, 2001
	Favorece a comunicação interna	Fonseca, 2002
	Aumenta a notoriedade nos <i>media</i>	Azevedo, 2007
Colaboradores	Aumenta o grau de socialização	Muthuri, 2009
	Aumenta a autoestima e a satisfação pessoal	Fonseca, 2002; Santos, 2007
	Melhora as competências do trabalho em equipe	Azevedo, 2006
	Acarreta a possibilidade de melhor se enfrentar novos desafios	Fonseca, 2002; Santos, 2007
	Melhora capacidades	Tuffrey, 1995; Peterson, 2004
	Aumenta a motivação e satisfação no trabalho	Day <i>et al.</i> , 1998; Fonseca, 2001
	Aumenta o reconhecimento por parte dos outros colaboradores e da empresa	Booth, 2008
	Estimula a criatividade	Fonseca, 2002
	Melhora a saúde	Chappell, 1999
	Fonte de realização pessoal	Azevedo, 2007
	Permite maior desenvolvimento pessoal e profissional	Santos, 2007

Fonte: Magalhães; Ferreira (2014)

O voluntariado empresarial tem sua parcela de influência no processo de desenvolvimento humano, social e para o crescimento das organizações tanto no aspecto relacionado ao lucro como na perspectiva do cliente em relação a visão da preocupação da empresa perante a vários temas relevantes como a preservação do meio ambiente, o crescimento socioeconômico do local onde a empresa está instalada e a manutenção da dignidade humana.

Portando, o tema desta pesquisa na atualidade tem uma relevância enorme para com a sociedade e os integrantes nela existente pois seus efeitos são perceptíveis onde são aplicados gerando uma satisfação em ambos os lados, feito que integram um sistema com intuito de satisfazer as necessidades das pessoas, ambiente e fatores de satisfação humana individual, para que esses projetos continuem ganhando força no setor industrial e na sociedade é necessário um alto grau de conhecimento sobre o proposto assunto induzindo para que as pessoas se engajem cada vez mais na prestação de serviço voluntário junto com suas empresas que é parte determinante para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Procedimento metodológico**

“Uma etapa essencial no trabalho científico é a busca e a seleção de fontes. Após o recorte temático e a formulação de perguntas, inicia-se a procura por informações relativas ao tema da pesquisa” (RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011), obtendo assim material relevante para o desenvolvimento um trabalho técnico científico embasado em literaturas de grande importância para o tema proposto, objetivando uma realidade sobre os aspectos estudados. Para ROCHA; BERNARDO, (2011) “É necessário estabelecer etapas que nortearão todo o processo de uma pesquisa bibliográfica”, por esta razão foi empregado o método de 4 fases sugerido por LARA; MOLINA, (2011) “Identificação, localização, compilação e fichamento”, para melhor compreensão e elaboração do material científico.

O artigo classifica-se como bibliográfico que segundo LAKATOS; MARCONI, (2003) “A pesquisa bibliográfica tem como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com o que já foi escrito, dito ou filmado sobre determinado tema”, levando o pesquisador ao acesso dos materiais publicados anteriormente sobre o tema relacionado e explicativa pois demonstra de maneira clara e objetiva a proposta principal do trabalho científico.

No presente estudo, a estratégia de pesquisa utilizada foi baseada na busca do termo “voluntariado empresarial e sociedade” nos campos: resumo, título e palavras-chave de artigos de revistas científicas indexadas nas bases de dados, livros, trabalhos apresentados em simpósios, monografias, além de teses e dissertações. Foram identificados os trabalhos publicados no período entre 2001-2019.

## Resultados e discussões

### Benefícios do voluntariado empresarial para o desenvolvimento humano e profissional

O trabalho voluntário é uma forma de contribuir para o desenvolvimento da sociedade é acima de tudo um ato de amor, respeito, compaixão, justiça e solidariedade. De acordo com SARUBBISA; ALPERSTEDT, FEUERSCHUTTE (2009) “há quatro elementos subjacentes à atividade voluntária: qualificação, satisfação, doação e realização”. Assim, nas ações do dia a dia, é necessário que o voluntário coloque em prática saberes diversos para lidar com as situações complexas do tipo de trabalho a ser realizado. Este conjunto de saberes implica nas competências exigidas dos voluntários para alcançar os objetivos do projeto social desenvolvido.

O voluntário também cresce como ser humano, pois tem oportunidade de aprender, evoluir, compartilhar e se transformar em alguém ainda melhor, e quem faz esse tipo de trabalho tira uma série de aprendizados através da experiência adquirida, pois doar algumas horas de dedicação para ajudar os outros, traz diversos benefícios como:

- Obter novas experiências e conhecimentos;
- Beneficia a carreira e complementa o currículo;
- Amplia a visão de mundo;
- Desenvolve senso de comprometimento e confiança;
- Cria relacionamentos e fazer networking;
- Aprimora a sensibilidade e empatia;
- Motiva a autoconfiança e autoestima;
- Traz diversão, satisfação e motivação;
- Possibilita o desenvolvimento de ideias inovadoras;
- Oferece maior entendimento do propósito de vida.

É nítido que ajudar o outro pode ter um impacto muito grande na vida do voluntariado, pois ao vivenciar situações tão diferentes, consegue enxergar melhor o mundo, com uma percepção consciente da sociedade e de seus problemas. Além disso, o trabalho voluntário exercita e ajuda o desenvolvimento de habilidades e competências importantes não apenas para a vida pessoal, mas também para a profissional, pois através dessa dedicação, as empresas veem o voluntário como uma pessoa tendo capacidades mais apuradas do que aquelas que não realizam nenhum tipo de trabalho em prol de um bem.

É importante ter a consciência de que o trabalho voluntário não deve ser realizado como uma obrigação ou apenas para melhorar o currículo. Ajudar o outro é uma doação e responsabilidade muito grande e não deve ser usada como meio algum de promoção.

A atividade que envolve a doação do tempo e da disponibilidade de um voluntariado deve ser tratada, de forma bastante respeitosa, pois ter este tipo de experiência prazerosa é o que engrandecerá ainda mais o voluntário.

### **Benefícios do voluntariado empresarial para as organizações**

As ações desenvolvidas pelas organizações para o voluntariado desenvolvem habilidades em seus colaboradores, habilidades quais se classificam de suma importância ao cotidiano nas atividades organizacionais. É possível enxergar os resultados das ações de voluntariado dentro das organizações, na progressão dos recursos humanos como:

- Revelação do perfil dos envolvidos nas ações de voluntariado (líderes);
- Aprimoramento de conceitos básicos referentes a planejamento, foco;
- Uso da empatia; se colocar ao lugar do próximo;
- Visão empreendedora, criatividade na solução de problemas;
- Sinergia, ou melhor, conhecido trabalho em equipe;
- Melhoria do clima organizacional;
- Aumento de produtividade.

Outro resultado positivo as organizações que promovem o voluntariado é o fortalecimento da sua marca/nome. O voluntariado não deve objetivar o fortalecimento do marketing da empresa, porém esse ponto é uma consequência positiva se a empresa souber ponderar as ações com foco em cidadania e se as mesmas forem de práticas efetivas (o voluntariado apresenta resultados a sociedade de forma a reconhecer a diferença aplicada pela empresa). Porém sempre com muito cuidado para não cair em descrédito com as partes interessadas ao seu redor.

Pois da mesma forma que as ações de voluntariado podem alavancar de forma exorbitante a marca da empresa, caso as ações de voluntariado não se tornem efetivas, ou seja, dosadas de forma incoerente, podem ter consequência negativas a empresa, ao ponto de resultar em prejuízos financeiros.

Conforme NUNES (2012) “As vantagens para empresa quanto ao marketing são perceptíveis, porém isso somente é legítimo e definitivo quando a empresa empreende ações sociais com o foco direcionado em fortalecer os direitos e deveres do cidadão, ações sociais com os objetivos rentáveis a sociedade como educação, tecnologia, entre outros”, torna-se necessário formar equipes consolidadas nas empresas, ou seja, times de confiança que estejam sempre motivados com o perfil empreendedor e sinergia para prática de voluntariado.

### **Benefícios do voluntariado empresarial para a sociedade**

Para sociedade o voluntariado empresarial gera uma gama de conhecimentos, pessoas engajadas nas causas sociais, comprometidas em ajudar o próximo com objetivo

de obter satisfação em relação as questões religiosas, filosóficas e até existenciais, modificando o ser humano a sociedade e até as normas e leis vigentes no País deste modo o grau de relevância do tema chega a ser gigantesca pois suas contribuições para todos os envolvidos são significantes, acarretando em um elevado grau de conhecimento sobre os temas abordados nos projetos de voluntariado empresarial.

Quando empresas se comprometem em aplicar projetos de voluntariado empresarial em determinadas áreas como projetos sociais, religiosos, ambientais ou educacionais, trazem um desenvolvimento no colaborador e em todos os envolvidos de maneira que estes são agentes transformadores que tem um poder de influência na sociedade podendo atrair mais pessoas para o trabalho voluntário desse modo a sociedade percebe problemas existentes em suas regiões e podem mudar os aspectos desagradáveis existentes.

Quem realmente mais ganha na prestação de serviços de voluntariado empresarial é a sociedade pois recebe vários benefícios em prol de causas sociais, ambientais e etc., ganhos esses perceptíveis em vários aspectos tais como.

- Pessoas mais engajadas nas causas sociais;
- Aumento dos envolvidos nos projetos de voluntariado;
- Cidadãos mais educados;
- Empresas participativas desenvolvedora de pessoas;
- Pessoas desenvolvidas através de treinamentos;
- Atuação de provedores de recursos;
- Pessoas consciente;
- Empresas consciente;
- Aumento do capital intelectual;
- Empreendedores.

Na atual conjuntura e com as dificuldades enfrentadas pelos brasileiros menos favorecidos e com graves questões ambientais devido ao crescimento da indústria, é necessário eventos constantes para o atendimento as questões expostas já que o estado sozinho não conseguiu suprir as necessidades básicas dos seus integrantes fica claro que empresas e pessoas participante de projeto voluntário tem seu valor único para uma sociedade mais justa, educada, consciente e sempre atuante nas causas dos menos favorecidos buscando uma sociedade mais igualitária.

A necessidade da existência de projetos sociais e ambientais realizado por organizações privadas eleva o grau de conhecimentos de seus colaboradores em relação as dificuldades enfrentadas no âmbito da aplicação do projeto de voluntariado, permite que as dificuldades sejam enfrentadas elevando a moral, ética e civilidade das pessoas que participam as que são beneficiadas e as pessoas que observam, tornando o ser humano um elo de bondade, misericórdia e inspiração para os demais integrantes da sociedade.

Para termos o que se diz de uma sociedade mais justa é necessário que os facilitadores de projetos de voluntariado empresarial tornem-se multiplicadores e transfor-

madores de pessoas, ações e projetos, levando aos mais deficitários âmbitos que o estado não conseguiu cumprir seu papel, elevando a dignidade humana o compromisso com a sustentabilidade e com a natureza, permitindo que todos os integrantes da sociedade possam ter uma vida digna e que todos seus direitos sejam respeitados tornando a sociedade mais igual, uniforme.

Os papéis desempenhados na interlocução do assistencialismo voluntário desenvolvidos por organizações privadas têm um impacto na sociedade onde as articulações no desenvolvimento dos projetos existem estudos que possibilitam um grau elevado de conhecimentos sobre as pessoas, o ambiente as necessidades e o tamanho de aplicação do escopo do projeto, dessa forma a sociedade civil ganha conhecimento sobre os âmbitos de aplicação na formação de pessoas mais capacitadas nos que tange ao voluntariado.

Ganhos gerados no decorrer da aplicação de projetos voluntariado empresariais são satisfatórios em relação aos benefícios gerados como onde a empresa ganha, o voluntário ganha e quem recebe as assistências e a sociedade onde é preenchido as lacunas deixado pelo estado, pelo familiar do necessitado ou do ambiente em que são desenvolvidos os projetos.

Portanto, é visível em qualquer sociedade os benéficos do voluntariado empresarial seja no desenvolvimento das capacidades mentais e intelectuais do homem ou seja no desenvolvimento profissional, gerando pessoas mais integradas a sociedade, engajadas nas ações sociais de suas regiões, indivíduos mais cuidadosos com seus semelhantes no dia a dia, cultuando o desenvolvimento sustentável e a preservação do meio ambiente para as futuras gerações, deste modo modificando o pensar, atitudes e atos das pessoas.

### **Considerações Finais**

O objetivo da pesquisa era analisar as contribuições do voluntariado empresarial para a sociedade, partindo do pressuposto dos embasamentos teóricos pesquisado em literaturas, periódicos, teses de mestrado, revistas científicas indexadas, para contribuição no desenvolvimento do trabalho científico e para contribuição dos aspectos investigativos da metodologia de pesquisa.

O impacto dos projetos de voluntariado empresarial na sociedade não só é visível para os que participam diretamente como afetam aqueles que de alguma forma são expectadores direta ou indiretamente, suas contribuições para o desenvolvimento humano e profissional tem seu grau elevado pois torna o ser humano tende a ser diferenciado aquele que faz muito mais além do seu dever como cidadão, sendo atuante nas causas sociais, ambientais, etc.

Para as organizações esse projeto tem seus impactos na imagem da empresa perante seus clientes e consumidores, pois agora o cliente tem uma visão mais aguçada sobre os acontecimentos quem geram algum dano a sociedade, acontecimentos esses

oriundos das atitudes de algumas empresas que não tem o perfil para o desenvolvimento de tais projetos.

Onde o trabalho de voluntariado empresarial é empregado os ganhos são perceptíveis a sociedade ganha pessoas mais conscientes, educadas, comprometidas, engajadas, desenvolvidas mentalmente e intelectualmente, tendo seus sentimentos em prol a contribuição com os menos favorecidos e da sociedade, contribuindo com seu tempo, alimentos, conhecimento científico.

Portando, a presente pesquisa relata a grande relevância que o tema tem na atualidade, sempre destacando o compromisso com o próximo com a sociedade é com o desenvolvimento de um país mais justo e solidário com todos os integrantes, quanto mais organizações aderirem aos projetos de voluntariado empresarial mais pessoas conhecerão as realidades existentes nossa sociedade, e de alguma forma podem contribuir para saciar as carentes do ser humano, meio ambiente e nas causas sociais.

## Referências

BCSD PORTUGAL (2008), VOLUNTARIADO DE COMPETÊNCIAS, SUSTENTABILIDADE.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO (1988). CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. BRASÍLIA, DF: SENADO FEDERAL: CENTRO GRÁFICO, 1988.

CALDERÓN, PATRÍCIA ASSUNCIÓN LOAIZA.; ET AL. A IMPORTÂNCIA DO VOLUNTARIADO PARA EXERCITAR RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS EMPRESAS. TRABALHO APRESENTADO NO VIII SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA. RIO DE JANEIRO: 2011. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.AEDB.BR/SEGET/ARQUIVOS/ARTIGOS11/45014793.PDF](http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/45014793.pdf). ACESSO EM: 25/07/2017.

CEV – CENTRO EUROPEU VOLUNTARIADO. 2009. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.VOLUNTARIADO.PT/LEFT.ASP?01.05.01](http://www.voluntariado.pt/left.asp?01.05.01), ACEDIDO A 13/06/2015.

CORULÓN, MONICA BEATRIZ GALEANO; FILHOS MEDEIROS, BARNABÉ. VOLUNTARIADO NA EMPRESA: GESTÃO EFICIENTE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. SÃO PAULO. PEIRÓPOLIS. 2002.

DOMENEGUETTI, ANA MARIA. VOLUNTARIADO: GESTÃO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS. 2 ED. SÃO PAULO. ESFERA, 2001.

EVANGELISTA, R. (2010), «SUSTENTABILIDADE – UM POSSÍVEL CAMINHO PARA O SUCESSO EMPRESARIAL? ». REVISTA PORTUGUESA E BRASILEIRA DE GESTÃO, 9(1/2), pp. 85-96.

## EDUCAÇÃO BRASIL

GATIGNON-TURNAU, A.-L. E MIGNONAC, K. (2014), «(Mis)Using Employee Volunteering for Public Relations: Implications for Corporate Volunteers' Organizational Commitment». *JOURNAL OF BUSINESS RESEARCH*.

GOLDBERG, R. (2001). COMO AS EMPRESAS PODEM IMPLEMENTAR PROGRAMAS DE VOLUNTARIADO. INSTITUTO ETHOS ED. SÃO PAULO.

LARA, Â. M. B., & MOLINA, A. A. (2011) PESQUISA QUALITATIVA: APONTAMENTOS, CONCEITOS E TIPOLOGIAS. IN: TOLEDO, C. A. A., & GONZAGA, M. T. C. (ORGS.). METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. MARINGÁ, PR: EDUEM.

LIMA, ALDO JOSÉ FOSSA DE SOUSA.; BARELI, PAULO. A IMPORTÂNCIA SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ETICAEMPRESARIAL.COM.BR/IMAGENS\\_ARQUIVOS/ARTIGOS/FILE/MONOGRAFIAS/ARTIGO\\_VOLUNTARIADO.PDF](http://www.eticaempresarial.com.br/imagens_arquivos/artigos/file/monografias/artigo_voluntariado.pdf). ACESSO EM: 14 DE AGOSTO/2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. FUNDAMENTOS DA METODOLOGIA CIENTÍFICA. SÃO PAULO: ATLAS, 2003

MACPHAIL, F. E BOWLES, P. (2008), «CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY AS SUPPORT FOR EMPLOYEE VOLUNTEERS: IMPACTS, GENDER PUZZLES AND POLICY IMPLICATIONS IN CANADA». *JOURNAL OF BUSINESS ETHICS*, 84(3), PP. 405-416.

NUNES, CAROLINA DE CASTRO. VOLUNTARIADO EMPRESARIAL COMO FERRAMENTA DE VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.RIOVOLUNTARIO.ORG.BR/RIO/WP-CONTENT/UPLOADS/2012/10/MONOGRAFIA-VOLUNTARIADO-EMPRESARIAL-COMO-FERRAMENTA-DE-VALORIZACAO-INSTITUCIONAL.PDF](http://www.riovoluntario.org.br/rio/wp-content/uploads/2012/10/MONOGRAFIA-VOLUNTARIADO-EMPRESARIAL-COMO-FERRAMENTA-DE-VALORIZACAO-INSTITUCIONAL.pdf). ACESSO EM 12 DE MAIO DE 2019.

NP ISO 26000 (2011), LINHAS DE ORIENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL.

PEÇANHA FILHO, OTACÍLIO. IMPACTO DO TRABALHO VOLUNTÁRIO NA ATUAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS: O CASO APAE-RIO. RIO DE JANEIRO, 2004. DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE.

RUCKSTADTER, F. M.M., & RUCKSTADTER, V.C.M., (2011) PESQUISA COM FONTES DOCUMENTAIS: LEVANTAMENTO, SELEÇÃO E ANÁLISE. IN: TOLEDO, C. A. A., & GONZAGA,



## EDUCAÇÃO BRASIL

M. T. C. (ORGS.). METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. MARINGÁ, PR: EDUEM.

ROCHA, A. S. R., & BERNARDO, D. G. (2011) PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: ENTRE CONCEITOS E FAZERES. IN: TOLEDO, C. A. A., & GONZAGA, M. T. C. (ORGS.). METODOLOGIA E TÉCNICAS DE PESQUISA NAS ÁREAS DE CIÊNCIAS HUMANAS. MARINGÁ, PR: EDUEM.

SANTOS, M. (2006). “ABC” DO VOLUNTARIADO EMPRESARIAL: DESENVOLVIMENTO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS EM PORTUGAL. LISBOA: SOCIUS.

SARUBBI, F. M.; ALPERSTEDT, G. D.; FEUERSCHÜTTE, S. G. O TRABALHO VOLUNTÁRIO EM ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR: CARACTERIZAÇÃO DOS SABERES NECESSÁRIOS DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO PARA ATUAR NA QUESTÃO DO HIV/AIDS. ANAIS XXXIII ENANPAD, SÃO PAULO, 2009, CDROM.

SPERS, VALÉRIA RUEDA ELIAS; MARTINELLI, PEDRO PAULO HOLTZ; MOTA, MARÍLIA GABRIELA MOSCA (ORGS.). CONVERSANDO SOBRE ADMINISTRAÇÃO: FOCO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL. 1 ED. CAMPO GRANDE: LIFE EDITORA, 2014.

## ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR COMO LIGAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

*Dione Dos Anjos Pantoja*

*Ana Maria Silva Pantoja*

### Introdução

Este texto busca uma aproximação entre ensino, formação e trabalho nas entidades de ensino superior, na pesquisa em questão terá a proposta de pesquisar e analisar a Jornada Amazônica de Administração e Tecnologias (JAMAD) na edição de 2017 na Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) como ponte entre educação e mundo do trabalho.

A relação entre homem e trabalho está na essência das organizações, tornando-se um triângulo: homem, trabalho e organização, assim estando indissociáveis e integrados, tornando em essência um sistema, onde entende-se que é um conjunto de partes interdependentes que de forma sinérgica direcionam para o alcance de um objetivo comum (SILVA, 2013).

Saviani (2007) afirma que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas” e “é o trabalho que define a essência humana”, logo “ninguém pode viver sem trabalhar”, dessa forma viver, educar e trabalhar se unem e forma um todo maior que é o homem. Segundo o autor, o trabalho se mistura com a própria história do homem.

O ensino tradicional é dominante nas instituições de ensino onde o acadêmico é ouvinte e o professor passa a informação, tornando obsoleto a aprendizagem para o exercício do trabalho, onde nessas circunstâncias o *saber que* (teórico) não é suficiente para o exercício do *saber como* (prática), visto que a falta dos arcabouços teóricos poderiam atrapalhar o bom andamento da prática (BARATO, 2008) essa percepção no contexto bancário de ensino.

Entende-se que o “saber como” são os processos de execução que possibilitam a ação, onde o “*saber como*” não depende do “*saber que*” (BARATO, 2008), no entanto, na perspectiva onde o saber teórico sobrepõe ao saber fazer finalizamos por sepultar a criatividade e autonomia do acadêmico, fator esse tão necessário as novas abordagens de trabalho no mundo que estamos inseridos, a Indústria 4.0 requer a criatividade como requisito básico para o desenvolvimento do ser nas novas profissões (ECHOS, 2018)

No entanto, passa-se a perceber que o trabalho é o “princípio primeiro para se entender a sociedade e, portanto, a educação” (FRANZOI; FISCHER, 2015) então, passaremos a ter a oportunidade de ofertar uma formação baseado no trabalho, a fonte de desenvolvimento do objeto e do sujeito (BARATO, 2008).

Então é por meio do trabalho que o homem se adapta a natureza, transformando e construindo o espaço que o rodeia (SAVIANI, 2003), esse “ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho (SAVIANI, 2007, p. 154).

Nesse sentido, uma atividade que permita trabalho e educação pode estar inserida em uma aprendizagem significativa onde Cancian et al. (2018) aponta que “é percebida como ampliação de rede de conhecimento onde novos conceitos são integrados e reestruturados aos conceitos já existentes”, provocando assim, uma inversão na educação, onde o trabalho antecede a teoria, trazendo uma significação a teoria que “no caso, não significa impossibilidade de articulação” (BARATO, 2008), mas a integração entre os fatores.

No sentido de trabalho apontado por Saviani (2003, 2007), onde o homem adapta-se a natureza e ao mesmo tempo a constrói podemos afirmar que empreendedorismo é trabalho, podendo ser entendido como “um termo que implica uma forma de ser, uma concepção de mundo, uma forma de se relacionar” (SANTOS 2016), outrossim, o “[empresendedor] inovador que impulsiona o desenvolvimento econômico por meio da reforma ou revolução de produção” (COSTA et al, 2008) é justamente aquele que transforma ao seu redor.

Logo, essas inovações são potenciais desequilíbrios onde podem mover a sociedade e as economias em direção ao desenvolvimento, destarte, o empreendedor é o agente que inicia essas mudanças, alterando o equilíbrio pela identificação de novas oportunidades (COSTA et al, 2008) gerando inovação em um setor ou linha de produção, entendo que a “inovação diz respeito a mudanças e novidades” (TAKAHASHI, 2011, p. 3)

O contato entre o acadêmico com a prática de empreender é acima de tudo necessário, como bem apresenta Santos (2016), “inserir a educação empreendedora na didática pedagógica [...] é importante para que se possa promover o desenvolvimento do empreendedorismo entre os futuros participantes do mercado de trabalho”.

A ação de empreender é um ato de coragem que leva a pessoa a sair da sua área de conforto, isso permite que ações, direções e utilização de recursos estejam sendo direcionados para um fim, esse fim é o alcance da tão almejada visão diferenciada de negócio.

Segundo Wright, Silva, e Spers (2010) “o ato de empreender está relacionado à identificação, análise e implementação de oportunidades, tendo como foco a inovação e a criação de valor”. Essas variáveis são alcançadas por meio de aplicações das ferramentas apreendidas ou não na academia, dessa forma, a prática se torna necessário para possibilitar uma mudança de mentalidade no acadêmico.

Nos tópicos a seguir abordaremos com propriedades os principais termos apresentados nessa pesquisa.

### **Educação e trabalho**

A educação tem um papel fundamental, necessário e indispensável na formação do homem para o trabalho, onde este é ensinado a aprender para fazer, assim, uma aprendizagem como processo linear, uma educação que não estabelece uma ligação ou ao menos uma aproximação com o mundo do trabalho (SEGINI, 2000), encara-se como

um ensino tradicional, no qual estar indo na contramão das necessidades de aprendizagem do momento.

Com esse tipo de educação não surpreende o quanto os acadêmicos não conseguem dialogar em um contexto empreendedor, sempre ensinados a seguir um parâmetro e não sair da curva que foi ensinada, tapeando a criatividade e assim empobrecendo seu potencial criativo e inovador.

Da maneira tradicional que a educação exerce o seu parecer, conclui-se que a “educação e a formação profissional aparecem hoje como [preparação] estritamente instrumental” (SEGINI, 2000, p.75) ou seja, não atendem as demandas decorrentes e recorrente do novo modelo de sociedade, se a educação é fragmentada e seu ensino fragilizado, promoverá assim, sujeitos com déficit de habilidades tão necessárias aos novos modelos de negócios.

A educação formal não perde seu valor, mas deve ser atualizada para atender ao seu novo público, onde já está inserido nas plataformas digitais e utilizando os meios tecnológicos para engajar o seu alto aprendizado, logo, questiona-se a eficiência desse modelo frente as novas necessidades do mundo do trabalho e suas exigências.

No contexto da globalização o mundo do trabalho tem ganhado notoriedade. Figaro (2009) define a dimensão desse conceito sendo:

Mundo do trabalho é o conjunto de fatores que engloba e coloca em relação a atividade humana de trabalho, o meio ambiente em que se dá a atividade, as prescrições e as normas que regulam tais relações, os produtos delas advindos, os discursos que são intercambiados nesse processo, as técnicas e as tecnologias que facilitam e dão base para que a atividade humana de trabalho se desenvolva, as culturas, as identidades, as subjetividades e as relações de comunicação constituídas nesse processo dialético e dinâmico de atividade (p. 92).

A relação educação e trabalho está evidenciada por meio de grupos de pesquisa realizados na década de 80, unindo teóricos de diferentes campos para estudarem o mundo do trabalho, em uma conclusão do estudo assumiram a inversão educação e trabalho para **trabalho e educação**, assim, destacando “o trabalho com princípio primeiro para se entender a sociedade e portanto a educação” (FRANZOI; FISCHER, 2015, p.151).

Desse modo, a educação e trabalho devem estar interligados e inseridos na formação do acadêmico, utilizando, se possível, esse duo trabalho para a educação, desenvolvendo uma formação mais integral e libertadora como afirma Aranha (2006, p.75) destacando “o trabalho [como] a ação transformadora dirigida por finalidades conscientes”.

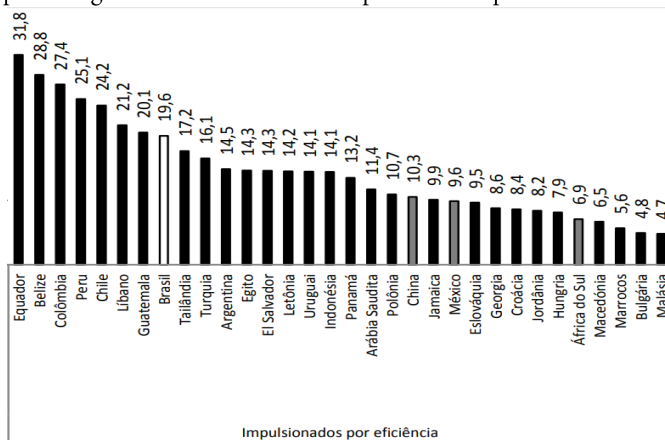
Por fim, o trabalho e educação (prático e teórico) surge como uma obra onde supõe que há um engajamento do acadêmico para o resultado do seu trabalho (BARATO, 2008), que no estudo em questão é a utilização da atividade interdisciplinar como formação do profissional.

## Empreendedorismo e a criatividade

O empreendedorismo é uma das posições mais desejadas entre os brasileiros que almejam uma independência financeira ou que desejam ser seus próprios chefes, entre as razões de empreender estão a oportunidade e a necessidade (SCHENEIDER e BRANCO, 2012). Segundo Passos (2007 apud WRIGHT; SILVA; SPERS, 2010, p. 175) o Brasil desenvolve atividades empreendedoras em 12,8% da população economicamente ativa, já o relatório especial: O empreendedorismo e o Mercado de Trabalho desenvolvido pelo SEBRAE apontam que em 2016, o país alcançou a segunda maior taxa de empreendedores, com 36% da população adulta envolvida em alguma atividade empreendedora.

O gráfico 1 abaixo, leva em consideração os empreendedores impulsionados por eficiência, nesse item o Brasil figura em 8º colocação (Gráfico 2) frente a 32 países pesquisados e 10º posição geral de 65 países pesquisados.

Gráfico 1 - Taxa de empreendedorismo em estágio inicial (TEA) dos países do GEM agrupados segundo suas economias: impulsionados por eficiência



Fonte: GEM (2016, apud SEBRAE, 2017)

Outro índice do mesmo relatório aponta que mesmo o empreendedorismo alcançando altos patamares em alguns quesitos, o empreendedor brasileiro fica em muito atrás das potências mundiais em inovação, atendimento diversificado de produtos e novidade total para o cliente, recaindo em oferecer ao mercado produto muito simples, principalmente volta ao atendimento das necessidades básico dos clientes internos (SEBRAE, 2017).

Mesmo diante dos relatórios que apontam muita ação empreendedora e pouco impacto disruptivo, o empreendedor brasileiro incorpora um dos entendimentos clássicos do empreendedorismo onde são “aqueles que **realizam** algo, que **mobilizam** recur-

sos e **correm riscos** para iniciar negócios, para iniciar organizações” (BRANCO e SCHNEIDER, 2012, p. 18, grifo do autor).

Para Chiavenato (2012) “o empreendedor consegue fazer coisas acontecerem por ser dotado de sensibilidade para os negócios, tino financeiro e capacidade de identificar oportunidade, nem sempre claras e definidas” essa definição também pode ser acrescida de outras habilidades como “bem relacionado, atento e dinâmico” (BRANCO e SCHNEIDER, 2012, p. 22), ou seja o empreendedor deve ser capaz de utilizar a capacidade de criar, e designar uma ação que gera valor proporcionando assim a invocação, automaticamente resolvendo um problema.

Filion (1999 apud WRIGHT; SILVA; SPERS, 2010, p. 179) ao descrever o empreendedor “acrescenta que é alguém com capacidade de estabelecer objetivos e encontrar oportunidades, e para isso usa criatividade e conhecimento do ambiente que está inserido”

Branco e Schneider (2012) listam características do empreendedor gestor apontando o: planejamento, **criatividade**, inovação, perseverança, otimismo, entusiasmo e ação. A criatividade para o empreendedor é a capacidade de estabelecer objetivos e encontrar oportunidades, utilizando meios e recursos que estão disponíveis, de outra forma podemos entender a criatividade como a imaginação aplicada para resolver qualquer problema (informação verbal).<sup>1</sup>

Prebedon (2002, p.27 apud SCHEIDER e BRANCO, 2012, p. 32) afirma que “a espécie humana tem a capacidade inata e exclusiva de raciocinar construtivamente. Essa capacidade produz [...] o que pode ser chamado de criatividade”, o mesmo autor continua dizendo que o criativo “não é o homem comum ao qual se acrescentou algo; o homem criativo é o homem comum do qual nada se tirou” (p.32). O empreendedor sabe que necessita exercer essa atividade inata, ser o que naturalmente nasceu para fazer, empreender de forma criativa.

Vamos entender a criatividade:

criatividade é criar, produzir aquilo que é simultaneamente inusitado e útil. Envolve a capacidade de perceber possibilidades, tolerar ambiguidades, recombina, pensar independentemente, planejar, julgar sem preconceitos, perceber analogias, produzir ideias em quantidades, mudar de abordagem ou ponto de vista, e de ser original (ME EDUQUE, 2011 apud SCHEIDER e BRANCO 2012, p. 47)

Empreendedorismo e criatividade são indissociáveis, para o desenvolvimento exige-se que estejam inseridos em um contexto aberto e de incentivo possibilitando um processo criativo, para Scheider e Branco (2012) ao mesmo tempo que se exige uma ação empreendedora exige-se uma postura de bons “empregados”, tanto escola como família cooperam com orientações que fazem com que “percam iniciativa, criatividade e

---

<sup>1</sup> Notícia fornecida por Murilo Gun em palestra no Fórum CEO Brasil, em 26 de dezembro de 2018.

adesões as mudanças” (p. 32), essas ações corroboram para formar profissionais contrários ao perfil de empreendedor.

Por fim, Shumpeter (1947 apud CHIAVENATO, 20120, p. 10) diz que

o empreendedor é a pessoa que destrói a ordem econômica existente [trabalho] graças à introdução no mercado de novos produtos/serviços [criatividade], pela criação de novas formas de gestão ou pela exploração de novos recursos, materiais e tecnologia [inovação].

Podemos averiguar que a educação e trabalho, empreendedorismo e criatividade moldam o homem para atuar no mundo do trabalho, no entanto, para esse bom desenvolvimento é necessário a aplicação de forma que o resultado dessa equação se transforme em inovação. A semente da inovação é a criatividade, que faz o empreendedor com seus colaboradores ter motivos para transformar a realidade, permitindo se apaixonar pelo sonho e pelas ideias (SCHEIDER e BRANCO, 2012)

## **Inovação**

No ambiente de extrema incertezas em todas as esferas o que mais se almeja são as boas ideias, ou seja inovar, “que consiste em criar e colocar uma ideia nova em prática [...] para criar algo novo é preciso de criatividade [...] se o desejo é inovar, o primeiro passo é criar” (BRANCO e SCHNEIDER, 2012, p. 45).

“A inovação consiste em fazer algo criativo inteiramente novo e diferente do que existe atualmente” (CHIAVENATO, 2012, p.11) logo, oferecer o que já é oferecido, pode resultar em uma entrada fracassado no mercado, as grandes ideias e oportunidades sempre apresentarão algo mais, tornando o produto/serviço diferenciado detendo uma boa vantagem competitiva (BRACO e SCHNEIDER, 2012).

Podemos demonstrar de forma empírica o caso da máquina a vapor por James Walt, onde inovou uma simples bomba de tirar água de uma mina de carvão que já tinha sido inventada por Thomas Newcomen, no caso, Walt somente adicionou pequenos componentes para ser usada de forma mais generalizada, após isso, incorreu da ajuda de um conhecido que dominava de fundição. Surgindo o motor a vapor. Essa invenção rompeu o paradigma de algumas unidades fabris somente funcionar próximo de quedas-água, possibilitando uma aglomeração produtivas urbana (VALE; WILKINSON; AMÂNCIO, 2008)

Para o Banco Mundial (2008, p.92) “a inovação é conceituada não apenas como os avanços realizados na fronteira do conhecimento global, mas também como a primeira vez em que se usa ou se adapta a tecnologia a novos contextos” Takahashi (2011) traz o que chama de relatividade, no qual um processo pode ser novidade em um setor específico enquanto que em outro é usual.

Observemos que a inovação parte de um processo criativo onde pode criar disruptura nas fronteiras, trazer avanços a respeito de novidades e mudanças na forma organizacional, trabalho, tecnologia, mercado e negócios, e ainda assim ser relativo (BANCO MUNDIAL, 2008; BRANCO e SCHNEIDER, 2012; CHIAVENATO, 2012).

O processo de inovação que possa assegurar competitividade estar ligada a necessidade de ter um ambiente apropriado para criação de conhecimento, onde possa fomentar o desenvolvimento pleno do contexto capacitante (TAKAHASHI, 2012) utilizando de

instrumentos mais adequados para lidar com desafios intrínsecos ao processo de criação, [possibilitando assim]: identificar as oportunidades e ameaças dos concorrentes, dos novos entrantes e dos produtos substitutos e ainda mensurar forças e fraquezas dos fornecedores, dos clientes da própria indústria (QUIRICI, 2011, p. 81).

A utilização da inovação nos processos produtivos, tecnológicos e industriais não abstém da utilização do exercício fictício na formação acadêmica e profissional aproveitando de informações e do conhecimento como fonte de inovação, trabalhando de forma mais sistematizada aproveitando as oportunidades e gerenciando riscos para menores insucessos (QUIRICI, 2011, p. 82).

### **Educação empreendedora na universidade: interdisciplinaridade**

Como foi apresentado anteriormente o empreendedor é aquele que desenvolve inovação tecnológica e crescimento econômico, tendo grande papel na alteração cultural, ambiental e social, por tanto, o empreendedorismo e a inovação são mudanças de espírito onde evolui de querer mudar para passar a fazer a mudança (BECKER e DREWS, 2016).

“O cenário de tendências indica que a vida neste século será pautada pela educação continuada, pela criatividade, pela inovação e pelo empreendedorismo em todas as áreas e dimensões da vida humana, individual e coletiva” (BECKER e DREWS, 2016).

A educação empreendedora segundo Dolabela (2003, p.26)

toma o empreendedor como alguém capaz de gerar novos conhecimentos a partir de uma dada plataforma, constituída por saberes acumulados, chamados de “quatro pilares da educação” – aprender, a saber, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A universidade é responsável direta para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras onde, o acadêmico possui ambiente propício de criatividade e aprendizagem podendo relacionar: educação com trabalho; empreendedorismo com criatividade e desenvolver a inovação.

Educação e treinamento sempre serão barreiras ao negócio, no entanto, a educação empreendedora poderá se firmar como uma importante disciplina acadêmica ao redor do mundo (KATZ, 2003 apud WRIGHT; SILVA; SPERS, 2010), para isso uma ação interdisciplinar é necessária para agregar e valorar o conhecimento adquirido na academia e a expertise das práticas.



Podemos entender a interdisciplinaridade como “uma maneira de articular pessoas e conhecimentos, com vistas à percepção do ser humano na sua integralidade (GATTAS e FUREGATO, 2016, p. 90) consideramos a abordagem de Kuenzer (2002, p. 87 apud MOURA, LIMA FILHO e SILVA, 2015, p, 1064) que completa dizendo “[...] nessa concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações ente eles [...]” desse modo a “interdisciplinaridade também pode ser entendida como um método de investigação, capaz de produzir conhecimentos amplos, unitários ou mesmo universalizantes” (ON ML, 1998 apud GATTÁS e FUREGATO, 2016, p. 90).

Logo, “a interdisciplinaridade não reduz a ciência a um denominador comum, pelo contrário, [...] deve ser elemento mediador e facilitador da compreensão da ciência, possibilitando formas de cooperação da ciência, [...]num nível crítico e criativo (GATTÁS e FUREGATO, 2016, p. 90).

Como apresentado, uma atividade interdisciplinar não visa diminuir a ação das disciplinas mas sim agregar e até mesmo ultrapassar, sabendo que é necessário o conhecimento prático para realizar e desenvolver a pessoal de forma ampla e total aqui chamada de, integral.

## Metodologia

A Jornada Amazônica de Administração e Tecnologia (JAMAD) é uma atividade anual que ocorre na Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) entre os cursos de Bacharelado em Administração e os Tecnológicos em: Processos Gerenciais, Gestão Financeira e Gestão Ambiental.

Quanto aos meios pode ser classificada como qualitativa, exploratória e descritiva. Quanto aos fins, como estudo de caso.

A pesquisa aconteceu em novembro de 2017, sendo utilizado como base a JAMAD sendo realizada com o tema: potencialidades regionais.

A atividade foi desenvolvida por meio de um projeto contendo breve explicação do produto inovador, forma de divulgação de marketing e comercialização, a apresentação sob a forma de plano de negócios e utilização de *stand* para demonstração do produto para a comunidade acadêmica, instituições, organizações e comunidade do entorno da faculdade.

A coleta de dados, foram dados primários (fotografias) e secundários (planos de negócios dos projetos das turmas), a avaliação e posterior resultado foram atribuídos por jurados externos.

Realizou-se, a análise dos projetos, verificando objetivos, características dos projetos, análise e potencial do produto.

Com os dados, verificou-se como a educação empreendedora contribui para a formação profissional por meio da atividade prática –trabalho. Assim, possibilitando uma formação além das paredes da academia.

## Resultados e discussão

Durante a produção do projeto e formação do produto com característica regionais, pode-se notar o empenho e busca de novos conteúdos para alcançar a inovação, característica do empreendedorismo, que na ocasião se demonstra como uma alteração do ser e da natureza.

É clara a inovação no qual Drucker (2011) apresenta como “o instrumento específico dos empreendedores, sendo o meio pelo qual exploram a mudança em uma oportunidade de negócio”. A exposição do acadêmico a essa atividade permite e ao mesmo tempo exige que além de “*saber como*” ele “*saiba que*” (BARATO, 2008), em alguns casos, somente utilizando o “saber que” poderia atender a demanda da atividade.

A pesquisa para atender as expectativas do evento, demandou tempo de leitura e discussão entre a turma, como se tratava de uma atividade inovadora, tornou-se necessário primeiramente utilizar o potencial criativo, identificar uma demanda para um produto que ainda não existe e que, não se sabe se tem público. Tipicamente uma ação do empreendedor que assume riscos, assim os acadêmicos foram postos a encarar um problema real, exigindo a utilização interdisciplinar em cada reunião de planejamento.

Santos (2016) ao descrever uma edição anterior da JAMAD destaca “as turmas são levadas a converter conhecimentos teóricos apreendidos, em prática” e ainda “o acadêmico compreenderá melhor como agir na vida profissional, praticando numa empresa fictícia”. No entanto, dependendo do período em que se encontram os acadêmicos são levados a terem prática antes da teoria.

A tabela abaixo demonstra os resultados obtidos levando em consideração 2 grandes itens, sendo o primeiro a gincana de conhecimentos gerais; segundo, a avaliação dos itens da feira, sendo oito critérios a serem observados e pontuados, ficando assim o resultado final.

Tabela 1 – Resultado final

RESULTADO FINAL			
Turma	Gincana	Feira	Total
ADM 4 NOT	9	9,7	9,35
GA 1, 2 NOT	8	9,2	8,6
PG 1 2 GF 1 2 NOT	8	8,87	8,435
ADM 1, 2 NOT	7,5	8,83	8,165
ADM, PG, GF 3; ADM5 NOT	6,5	9,8	8,15
ADM/PG1,2,4 VESP	6	8,27	7,135

Fonte: Santos, 2016

A turma vencedora em questão demonstrou grande capacidade de gerenciar recursos e atingir metas altas, houve uma grande dedicação em alcançar o primeiro lugar, após decidirem sobre o produto, concentraram nas demais atividades que valeriam pontos, estão entre os itens: a apresentação do mascote, relatório, trote solidário, personalização do stand e outros.

Nas imagens abaixo, está a apresentação do mascote (imagem 1), e ao lado (imagem 2) stand no dia da apresentação para o público na abertura da XIII JAMAD.

Imagem 1 – apresentação do mascote



Imagem 2 – stand



Fonte: Savana Furtado, 2017

Fonte: Savana Furtado, 2017

## Conclusão

A utilização da JAMAD tem possibilitado aos acadêmicos um choque de realidade, onde devem preceder a teoria e mudar sua natureza em prol do alcance do objetivo.

A educação por meio da educação empreendedora possibilita ao acadêmico autonomia, prática e desenvolvimento além dos limites da faculdade. Também mostra que existe de interação e transformação por meio da prática, por meio do exercício do trabalho.

A prática de uma ação interdisciplinar possibilita ao acadêmico: a educação para a vida, pois precisa pesquisar e se aprofundar no tema; relacionar com o trabalho, pois altera a sua própria realidade e dos colegas, no qual sem essa alteração não é possível a apresentação do projeto em molde aceitável; é uma ação empreendedora pois necessita gerenciar recursos produtivos, recursos financeiros, gerir pessoas, ter ou adquirir inteligência emocional; processo criativo, no qual utiliza toda a expertise profissional até o momento adquire, relaciona com matérias já estudadas e combina com o material que foi pesquisado; e finalmente inova, apresentando um produto ou serviço que não somente atenda às necessidades mas que supere as expectativas.

Esse trabalho tem a intenção de motivar o seu leitor seja professor, acadêmico ou pesquisador a desenvolver material relacionado as temáticas apresentadas, a tal ponto de incentivar aquele que for alcançado a ter novas reações perante situações semelhantes com as descritas aqui, ou então que sirva de *insights* para o desenvolvimento de uma ação criativa, inovadora e empreendedora e de forma disruptiva.

## Referências

- ARANHA, MARIA LÚCIA DE ARRUDA. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. 3ª ED. REV E AMPL. SÃO PAULO: MODERNA, 2006.
- BANCO MUNDIAL. CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PAR A COMPETITIVIDADE. BRASÍLIA: CNI, 2008. 327 p. TRADUÇÃO DE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA.
- BARATO, JARBAS NOVELINO. CONHECIMENTO, TRABALHO E OBRA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL. B. TÉC. SENAC: A R. EDUC. PROF, v. 34, N. 3, P. 4-15, 2008. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.BTS.SENAC.BR/INDEX.PHP/BTS/ARTICLE/VIEW/262](http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/262)>. ACESSADO EM 05/03/2019.
- BECKER, RÚBIA GOI; DREWS, GUSTAVO ARNO. PRÁTICAS DE DOCÊNCIA ORIENTADAS PARA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO: ANÁLISE SOB AS PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DOS DOCENTES DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIJUÍ. ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES EM GESTÃO EMPRESARIAL, v. 1, 2016.
- CANCIAN, MARIA APARECIDA EVA; RAMIRES, MERCEDES REGINA SOARES; SOUZA, JOSÉ FRANCISCO DE. MAPA CONCEITUAL COMO FERRAMENTA DIDÁTICA PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DE ANATOMIA VEGETAL. 2º CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 08 E 09 DE JUNHO, 2018.
- CHIAVENATO, IDALBERTO. EMPREENDEDORISMO: DANDO ASAS AO ESPÍRITO EMPREENDEDOR. 4 ED. BARUERI, SÃO PAULO: MANOLE, 2012.
- COSTA, ALESSANDRA MELLO DA; BARROS, DENISE FRANCA; MARTINS, PAULO EMILIO MATOS. LINGUAGEM, RELAÇÕES DE PODER E O MUNDO DO TRABALHO: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, v. 42, n. 5, p. 995-1018, 2008.
- DOLABELA, FERNANDO. PEDAGOGIA EMPREENDEDORA: O ENSINO DE EMPREENDEDORISMO NA EDUCAÇÃO BÁSICA, VOLTADO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E SUSTENTÁVEL. SÃO PAULO: EDITORA DE CULTURA, 2003.
- DRUCKER, PETER. INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR: PRÁTICA E PRINCÍPIOS. SÃO PAULO: CENGAGE LEARNING, 2011.
- ECHOS. HABILIDADES E PROFISSÕES DO FUTURO: COMO SE PREPARAR. 2018. DISPONÍVEL EM <[HTTPS://ESCOLADESIGNTHINKING.ECHOS.CC/MATERIAIS/](https://escoladesignthinking.echos.cc/materiais/)>
- FIGARO, ROSELI. O MUNDO DO TRABALHO E AS ORGANIZAÇÕES: ABORDAGENS DISCURSIVAS DE DIFERENTES SIGNIFICADOS. ORGANICOM (USP), v. 9, p. 90-100, 2009.
- FRANZOI, NAIRA; FISCHER, MARIA CLARA. SABERES DO TRABALHO: SITUANDO O TEMA NO CAMPO TRABALHO-EDUCAÇÃO. REVISTA TRABALHO NECESSÁRIO, v. 13, n. 20, 2015.
- MOURA, DANTE HENRIQUE; LIMA FILHO, DOMINGOS LEITE; SILVA, MÔNICA RIBEIRO. POLITECNIA E FORMAÇÃO INTEGRADA: CONFRONTOS CONCEITUAIS, PROJETOS POLÍTICOS E CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, 2015. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/RBEDU/V20N63/1413-2478-RBEDU-20-63-1057.PDF](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n63/1413-2478-rbedu-20-63-1057.pdf)>

## EDUCAÇÃO BRASIL

QUIRINI, WAGNER JOSÉ. INTELIGÊNCIA COMPETITIVA PARA INOVAÇÃO. IN: TAKAHASHI, SÉRGIO; TAKAHASHI, VANIA PASSARINI (ORG). ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO: OPORTUNIDADES E COMPETÊNCIAS. BARUERI, SÃO PAULO: MANOLE, 2011.

SANTOS, ROBERTA MONIQUE DA SILVA. O PAPEL DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NO ENSINO SUPERIOR E A CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE UM NOVO PERFIL PROFISSIONAL IN: CADERNO DE ADMINISTRAÇÃO, v. 8, N.1, p. 28-34, 2016.

SAVIANI, DERMEVAL. SOBRE A NATUREZA E ESPECIFICIDADE DA EDUCAÇÃO IN: PEDAGOGIA

HISTÓRICO CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES – 8ª ED. REVISTA E AMPLIADA - CAMPINAS AUTORES ASSOCIADOS, 2003

TRABALHO E EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E HISTÓRICOS. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CAMPINAS, v.12, n.32, p. 52-180, JAN./ABR. 2007

SCHNEIDER, ELTON IVAN; BRANCO, HENRIQUE JOSÉ CASTELO. A CAMINHADA EMPREENDEDORA: A JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO DE SONHOS EM REALIDADE. CURITIBA: INTERSABERES, 2012.

SEBRAE. RELATÓRIO ESPECIAL: O EMPREENDEDORISMO E O MERCADO DE TRABALHO. 2017

SEGNINI, LILIANA ROLFSEN PETRILLI. EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO TÃO NECESSÁRIA QUANTO INSUFICIENTE. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, v. 14, n. 2, p. 72-81, 2000. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/SPP/V14N2/9791.PDF](http://www.scielo.br/pdf/spp/v14n2/9791.pdf) > ACESSO EM 03/03/2019.

SILVA, REINALDO OLIVEIRA. TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO. 3 ED. SÃO PAULO: PEARSON EDUCATION DO BRASIL, 2013.

TAKAHASHI, SÉRGIO. INOVAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA: CONCEITOS E ESTRUTURA SISTÊMICA. IN: TAKAHASHI, SÉRGIO; TAKAHASHI, VANIA PASSARINI (ORG). ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO: OPORTUNIDADES E COMPETÊNCIAS. BARUERI, SÃO PAULO: MANOLE, 2011.

TAKAHASHI, VANIA PASSARINI. CRIAÇÃO DA VISÃO DE FUTURO. IN: TAKAHASHI, SÉRGIO; TAKAHASHI, VANIA PASSARINI (ORG). ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO: OPORTUNIDADES E COMPETÊNCIAS. BARUERI, SÃO PAULO: MANOLE, 2011.

VASCONCELOS VALE, GLÁUCIA; WILKINSON, JOHN; AMÂNCIO, ROBSON. EMPREENDEDORISMO, INOVAÇÃO E REDES: UMA NOVA ABORDAGEM. RAE-ELETRÔNICA, v. 7, n. 1, 2008. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.REDALYC.ORG/PDF/2051/205114657008.PDF](http://www.redalyc.org/pdf/2051/205114657008.pdf)> ACESSADO EM 12/05/2019.

WRIGHT, JAMES TERENCE COULTER; SILVA, ANTONIO THIAGO BENEDETE; SPERS, RENATA GIOVINAZZO. O MERCADO DE TRABALHO NO FUTURO: UMA DISCUSSÃO SOBRE PROFISSÕES INOVADORAS, EMPREENDEDORISMO E TENDÊNCIAS PARA 2020. RAI-REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO E INOVAÇÃO, v. 7, N. 3, p. 174-197, 2010.

## EDUCAÇÃO DO CAMPO E PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: A EXPERIÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL DE BOA VISTA DO RAMOS-AM

*André de Oliveira Melo*

### **Introdução**

Trata-se de uma pesquisa realizada em 2009, quando os pesquisadores se encontravam em processo de qualificação de mestrado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), originalmente com o título “Educação e Desenvolvimento Rural Sustentável: a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos-AM na Educação de Jovens e Adultos”. Após 10 (dez) anos, os pesquisadores ao se organizarem para criação de um grupo de pesquisa na Universidade do Estado do Amazonas defronta-se com esse documento que a princípio demonstrava nossos ideais, concepções e tratamento epistêmico sobre o tema Educação do Campo e experiência exitosa no Amazonas. Neste sentido, resolvemos publicar em sua originalidade a segunda parte do trabalho, com intuito de refletir sobre a experiências exitosa de Educação Profissional para a Educação de Jovens de Adultos a partir da Pedagogia da Alternância das Casas Familiares Rurais, que constrói seu legado de educação no Amazonas a partir das concepções de Educação do Campo e da Agroecologia. A experiência da CFR de Boa Vista do Ramos há 17 anos vem tendo expressividade no estado como uma proposta concreta de Educação Campo, e através da ARCAFAR Amazonas vem realizando parceria, como por exemplo com Grupo de Pesquisa - ainda embrionário- Coletivo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo e Agroecologia (CampoAgroecologia), da Universidade do Estado do Amazonas.

### **Casa familiar rural de boa vista do ramos-am: por um desenvolvimento rural sustentável amazônico**

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos está localizada no município de Boa Vista do Ramos, a 370 km de Manaus, por via fluvial, na comunidade Boa União, no distrito do Rio Urubu. O projeto atende a todas as comunidades do município que são 42 comunidades.

Segundo a presidente da ARCAFAR-AM, a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, nasce de uma necessidade, de um sonho de todos os agricultores e agricultoras que se organizaram para a implantação do projeto, assim como das Entidades parceiras que apoiaram e apoiam pelo fato de acreditar que a CFR através de sua metodologia de ensino tem um papel importante para o desenvolvimento Rural sustentável do Município.

No município de Boa Vista do Ramos, as discussões sobre a Pedagogia da Alternância da Casa Familiar Rural iniciaram em dezembro de 1999 por ocasião da Conferência para o

## EDUCAÇÃO BRASIL

Planejamento Participativo do Uso dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Sustentável de Boa Vista do Ramos, promovido pelo IMAFLORA, Escola Agrotécnica Federal de Manaus e Prefeitura Municipal de Boa Vista do Ramos, quando o projeto foi apresentado à comunidade Menino Deus do Curuçá. A partir de então, foi dado o início das atividades de difusão e divulgação nas comunidades do município. (ENTREVISTA 08)

Mesmo apresentado e discutido na comunidade Menino Deus do Curuçá, foi decidido pelos membros da Associação da CFR e parceiros, por apresentar no momento melhor estrutura física, para a execução das atividades de estudo a comunidade Cristo Bom Pastor do Pari que iniciou as atividades da primeira Casa Familiar Rural do Estado do Amazonas em 13 de maio de 2002, com 26 jovens representando 18 comunidades do município. Em maio de 2004 sua instalação mudou-se em caráter definitivo para a comunidade Boa União.

Após participação em assembleias gerais, reunião de diretoria, mutirões, alternâncias e atividades de campo como visita de monitoria, os agricultores e agricultoras afirmam que para conciliar a produção agroextrativista e a conservação do meio ambiente é necessária capacitação dos jovens, no sentido de possibilitar aquisição de conhecimento de novas práticas agrícola para manejar o solo, os animais, as florestas, sobre tudo geração de renda para as famílias que moram na zona rural.

Além da gente aprender sobre o plantio, criação de animais e sobre como cuidar das florestas, também da capoeira [...] a gente aprender a se organizar [...] principalmente saber administrar nossa propriedade [...] é legal porque agente aprender muitas coisas novas e os monitores também aprendem com a gente e a gente com eles. (Entrevista 02)

Partindo do pressuposto que há essa necessidade de conhecimento técnico para viabilizar a organização da produção dos agricultores, a educação planejada e executada na CFR tem a preocupação de levar e construir juntos com os agricultores e agricultoras, novos conhecimentos técnicos, novas práticas que auxiliem não só a melhoria da qualidade de vida, como também, cuidar dos recursos naturais, e promover a interlocução e organização comunitária, haja vista que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos tem como um de seus objetivos promover uma educação, formação e profissionalização dos agricultores e agricultoras da região, formação esta, concreta, apropriada a realidade e necessidade do município. Visando com isso uma vida digna para o homem e a mulher do campo, no campo, criando alternativas de trabalho e renda à partir do Manejo do Recursos Naturais, melhoria das técnicas na produção agrícola, assim como possibilitar uma atuação como Agentes multiplicadores em suas comunidades, numa perspectiva da economia popular solidária e da Agroecologia. As palavras de uma das entidades parceiras mostram que há esta preocupação para a mudança significativa:

## EDUCAÇÃO BRASIL

Quanto às perspectivas do trabalho realizado na CFR, uma está ligada ao trabalho de pesquisa, voltada mais para partilhar conhecimentos acumulados da realidade agrícola, e, outra perspectiva é que estes conhecimentos sobre a produção agrícola cheguem a população com o objetivo de mudar a qualidade de vida por meio da formação e capacitação do agricultor. (Entrevista 05)

Outra questão que ficou visível durante a pesquisa é que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos foca a formação de lideranças,

[...]para que os agricultores e agricultoras possam ser capazes de desenvolver, devem ter poder. Devem ter a capacidade de controlar suas próprias atividades, digo em todos os sentidos, no contexto de suas comunidades locais, se isso se inicia nas comunidades pode refletir em todo município, mas para isso, tem que haver uma organização considerável, que não é fácil. Devem também estarem aptos para organizar uma pressão efetiva a nível nacional, Porque não? Os agricultores familiares devem participar não só do trabalho físico envolvido no desenvolvimento econômico, mas também do seu planejamento e determinação de sua propriedade (entrevista 08)

Para compreensão de entender como a Casa Familiar Rural vem trabalhando o processo organizativo dos comunitários e para o desenvolvimento rural sustentável no município, a partir de suas metodologias de ensino, nosso primeiro questionamento foi em saber se os entrevistados sabiam conceituar o que é uma CFR, e assim se expressaram:

É um espaço onde se concentra vários alunos do município com objetivos de aprender como melhorar a produção e o desenvolvimento da propriedade e município [...] um espaço que ensina a gente se organizar, ensina a aprender também a ser mais humanos com nossos irmãos, a ter idéia da importância da família e valorizar nosso espaço (Entrevista 05)  
É um projeto [...] uma escola que vem dar oportunidade a muitas pessoas, jovens e alunos, ter oportunidade de aprender para ajudar os pais na agricultura, no trabalho do dia a dia, também fazer o jovem ter uma visão diferente sobre o meio ambiente (Entrevista 01)  
É um projeto desenvolvido juntamente com família da zona rural, para estudar as coisas do campo, porque muito não valoriza as coisas que tem na zonas rural a partir deste conhecimento da CFR a gente aprende a valorizar mais as coisas da zonas rural [Entrevista 06]

É uma escola onde o aluno estuda a Teria e a prática e também ajuda o aluno a viver na comunidade e trabalhar na própria propriedade; a CFR é uma escola diferente de todas que já conheci; é meio difícil de explicar[...] (Entrevista 02)

É um centro de convergência [...], é uma escola [...], é um espaço onde os agricultores e agricultoras se articulam e desenvolvem idéias e praticam essas idéias, juntos com seus filhos[...], é um espaço que é a cara de cada trabalhador e trabalhadora rural que sonha com um mundo melhor, que luta pela conservação do meio ambiente, não de forma romântica, mas fazendo o certo[...], o manejo dos recursos naturais com uma visão do ecológico, do social e do econômico, um econômico solidário e justo. Então, conceituar CFR é muito complexo não é fácil assim, mas cada um que é envolvido e vive o projeto sabe sua



importância e do potencial que ela é[...], para mim, é um projeto Revolucionário e que incomoda muita gente. (Entrevista 08)

Partindo de um conceito sistematizado pela ARCAFAR-Sul a Casa Familiar Rural é:

É uma instituição educativa, dentro do meio rural, criada para formar jovens filhos de agricultores que buscam uma formação personalizada e uma formação integral, a partir de sua própria realidade. É uma escola residencial, na qual os filhos dos agricultores que não conseguiram concluir o ensino fundamental, podem estudar os conteúdos de 5º a 8º série e também os conteúdos de formação geral e profissional sem abandonar suas atividades. (ESTEVAM, 2003, p. 19)

Partindo dos conceitos apresentados pelos entrevistados e o conceito da ARCAFAR-Sul, a Casa Familiar Rural é um ambiente educativo, não só do ponto de vista do aprendizado sistematizado dos conteúdos e escolarização dos jovens agricultores, é sobretudo, onde os jovens desenvolvem suas potencialidades e habilidades em todos os sentidos; o simples fato de pedir a conceituação do projeto observou-se a forma emotiva com que eles falam do projeto. Outra situação é a questão da perspectiva de aprender com os monitores, técnicas nova de plantio e criação de animais para melhorarem a produção de sua propriedade.

Não se trata de uma simples escola, ela também ensina para a vida, meu filho mudou muito depois que entrou na Casa Familiar Rural, mudou o jeito de tratar as pessoas [...] eu digo mesmo [...] sou fã deste projeto que para mim transformou meu filho e minha família. Aqui na comunidade tem jovem que até deixou de vícios feio, um deles foi a de beber cachaça. (Entrevista 10)

O relato da mãe gerou outro questionamento, como a CFR contribui para esse comportamento que é refletido na casa do jovem? Buscou-se então na pesquisa observar o cotidiano da CFR durante a alternância e dessa observação percebeu-se que existe um contrato de boa convivência entre os jovens, monitores e visitantes durante a semana. Todas as decisões são votadas e acordadas com os jovens e famílias. Em assembleia geral os pais aprovaram um regimento interno da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos. No primeiro dia em alternância, o grupo é reunido e é feita uma distribuição de tarefas entre todos do grupo (limpeza do ambiente, café da manhã, água no filtro, manutenção do motor de luz, lavar louça, oração etc) essas atividades são colocadas em um mural para que cada um fique ciente do dia e momento de suas atividades. Caso algum jovem não cumpra é feita uma avaliação para saber o porquê das razões; o diálogo é regra número um entre os monitores e jovens durante a alternância e esta atividade é reforçada na família durante as visitas nas propriedades dos jovens. ESTEVAM (2003)

afirma que esta atividade tem um princípio educativo, é uma forma do jovem se envolver mais no grupo, buscar responsabilidade e perceber que a importância da ajuda mútua, fomenta o sentimento de cooperação e solidariedade.

Antigamente essa coisa de lavar roupa, ou até mesma de lavar uma louça para os meus filhos eram coisa de mulher [...] até eu mesmo pensava assim [...] hoje não; aqui todos me ajudam a fazer as tarefas de casa, tenho 02 filhos e uma neta que trouxeram esse habito [...] e onde eles aprenderam isso? Na CFR. Por isso eu digo, essa CFR ensina até nós pais. Eu fiquei admirada um dia, ver o professor [monitor] lavando uma louça e outro varrendo o chapéu de palha, nunca vi isso em outras escolas, onde o professor também fazem os serviços juntos com os alunos, fiquei admirada mesmo! (Entrevista 03)

Quanto a Metodologia de ensino da Casa Familiar Rural, os jovens e monitores assim como os pais e parceiros envolvidos no projeto acreditam ser uma das formas mais ideais para ensinar os jovens que moram no campo, pelo fato deles não se desvincularem de suas propriedades e estudarem a partir de sua realidade, sem perderem a dimensão de mundo e conhecimentos universais. Outro ponto é que o jovem é força de trabalho na família, a alternância proporciona esta ligação entre educação e trabalho no campo, a partir do campo.

Neste sentido foi questionado como se dá esse processo de ensino aprendizado na CFR de Boa Vista Ramos, os monitores explicaram que o ensino acontece em alternância, ou seja, o jovem estuda uma semana na CFR e duas semanas na propriedade dando continuidade aos estudos e principalmente nas atividades da propriedade, agora realizando trabalhos e à partir daquilo que o jovem problematizou e sistematizou durante a semana na CFR. Explicam ainda que durante estas duas semanas na propriedade, os jovens recebem visitas dos monitores; trata-se de uma assistência individualizada para o jovem e família, neste momento são tiradas as dúvidas referentes às práticas e os conteúdos passados em sala de aula, também possibilita a motivação da participação dos pais nas atividades do filhos, um dos monitores entrevistados simplificou dizendo:

O jovem passa uma semana na CFR, e quando chega no primeiro dia de aula ele tem como tarefa relatar para os amigos o resultado de sua pesquisa feita na propriedade [...] esta pesquisa em forma de redação que é resultado do Plano de Estudo [...] chamamos esta atividade de Colocação em Comum, é na Colocação em Comum que há a socialização de conhecimentos entre os jovens; nós monitores, anotamos na lousa os pontos mais importantes destacados pelo grupo; essas anotações geram muitas discussões e revelam para o grupo a realidade em que ele ou ela vive [...], partindo desta discussão estudamos a ficha pedagógica que trás algumas respostas para os questionamento dos jovens, pois ela é elaborada à partir da perguntas do Plano de Estudo [...], então dá para perceber que este material didático é personalizado, caso seja necessário levamos o jovem para visitar outras propriedades, é importante esta visita de estudo, aí o jovem terá parâmetro de realidades [...], vejo que ele terá condição de buscar a melhor alternativa para a sua prática na propriedade. Durante a semana em sua propriedade, a primeira tarefa do jovem é apresentar para os pais o caderno de alternância; neste caderno tem de forma resumida

## EDUCAÇÃO BRASIL

todas as atividades realizadas na CFR e as atividades que devem ser desenvolvidas na propriedade [...] neste momento vejo fundamental a participação dos pais, com incentivo dos pais os jovens prosperam nas práticas e no seu próprio desenvolvimento. Também durante estas duas semanas recebem a visita dos monitores na propriedade, é quando são tiradas muitas dúvidas das aulas e momento de diálogo com a família (Entrevista 07)

Na CFR de Boa Vista do Ramos, durante a semana de alternância, são utilizados alguns procedimentos didáticos para facilitação do ensino; esses procedimentos são chamados de ferramentas metodológicas ou instrumentos pedagógicos que segundo os monitores são de fundamental importância no processo de ensino aprendizagem, são elas: (i) plano de estudo, (ii) colocação em comum, (iii) ficha pedagógica, (iv) visita de estudo, (v) visita as famílias, (vi) práticas de campo, (vii) pesquisa participativa e (viii) caderno de alternância. Além destas ferramentas existem outras que oportunizam o aprendizado do jovem, os monitores afirmaram que é comum o ensino ser realizado em diferentes espaços, alguns afirmam que a aprendizagem na CFR não tem um lugar específico todo tempo é tempo de aprender “é comum as aulas serem de baixo de uma árvore ou em uma casa de família”(Entrevista 08). Para descrever cada ferramenta metodológica serão apresentados os conceitos relatados pelos entrevistados.

*A pesquisa Participativa* é uma atividade feita antes de iniciar as alternâncias na CFR, os monitores visitam as casas dos alunos e fazem muitas perguntas, como número de famílias, animais, plantas, como agente trabalha, como agente trata as florestas, a pesca [...] essa pesquisa dá uma idéia de como é a realidade de cada aluno e seu modo de vida na propriedade e comunidade [...] a partir desta pesquisa que vão sair os temas geradores que vamos estudar, mas antes é feito tipo de relatório e apresentado para nós e os pais da gente no curso de formação que é feito com as famílias que vão estudar na CFR.(Entrevista 01)

*O Plano de Estudo* é uma ferramenta muito importante, na verdade é o que vai gerar toda uma discussão durante a semana de alternância, pois trata-se de perguntas, inquietações feitas pelo próprio jovem sobre o tema que vai ser estudado na Alternância posterior; destas perguntas será gerada uma pesquisa na propriedade e com a comunidade, essa pesquisa é o primeiro contato com o aprendizado, onde o jovem tem uma leitura de sua realidade. Este resultado da pesquisa a partir do plano de estudo será apresentado para os demais colegas no primeiro dia de aula onde chamamos de colocação em comum que é outra ferramenta.(Entrevista 03)

*Colocação em comum*, é uma redação que a gente ler no primeiro dia da alternância, cada jovem fala de sua realidade e o monitor anota na lousa um ponto que agente acha importante e a gente discute em cima daquilo.(Entrevista 04)

*Ficha Pedagógica* é também chamada por nós como livro do agricultor, lá estão reunidas algumas informações necessárias sobre o Tema Gerador; na ficha também são encontrados os conteúdos das disciplinas do núcleo comum como português, matemática, ciências, história [...] a ficha não é algo acabado é também construída durante a alternância ela busca fazer o elo entre o saber tradicional com o saber científico, explica os fenômenos os porquês das coisas [...] vejo três grandes funções da ficha, primeira é levar o jovem a Conhecer sua

realidade, uma tarefa também feita no plano de estudo e que a ficha complementa; a segunda é fazer o jovem refletir sobre a sua realidade e com esse conhecer e refletir, vem a terceira parte fazer o jovem agir sobre a sua realidade, buscando a família, as soluções e constantemente avaliar e reavaliar essas ações.(Entrevista 02)

*A visita de monitoria* [Visitas às Famílias] eu acho importante, porque é quando os monitores vão às propriedades visitar nossa práticas e muitas das vezes tirar as dúvidas.(Entrevista 02)

*A visita de estudo* que eu mais gostei foram duas: uma foi na Casa do Seu Manoel Oliveira, agente foi fazer prática de castração, cada aluno castrou um boi, tiramos até foto, foi muito legal [...] outra foi na alternância de pesca agente foi pro rio pescar e ouvimos história de pescador, o monitor Guerreiro ensinou para nós os nomes científicos de alguns peixes que eu mesmo não conhecia [...] mas o que eu gostei mesmo foi o assado na beira do rio. (Entrevista 10)

As ferramentas descritas acima fazem parte do Plano de Formação da Casa Familiar Rural e o uso conjunto destas ferramentas são de fundamental importância para o jovem construir seu projeto de intervenção, também chamado de Projeto Profissional do Jovem que é apresentado no final dos três anos de formação. O Projeto Profissional do Jovem é um componente curricular, tem a função de sistematizar o conhecimento adquirido pelo agricultor em formação, organizar as informações oriundas do seu conhecimento produzido na vivência familiar e comunitária e nos momentos de aprofundamento da sua realidade socioprofissional.

Ou seja, é resultado de uma análise minuciosa da situação histórico familiar, da infra-estrutura para a produção agropecuária, florestal, recursos pesqueiros, do planejamento produtivo, das condições ambientais e climáticas, da realidade do comércio e do mercado consumidor, dos aspectos artístico-culturais, entre outros, que caracterizam a realidade do estudante, no âmbito familiar, do seu município e de sua região que, aliados aos conhecimentos proporcionados pela proposta metodológica da Casa Familiar Rural, à aptidão do jovem, à motivação e planejamento constituem sua proposta de inserção profissional<sup>1</sup>

[...] iniciei minhas atividades na CFR a partir de um pequeno projeto de cultivo de cana-de-açúcar, elaborei o projeto e com recursos da própria família iniciei a atividade, plantei ½ hectare de cana-de-açúcar consorciada com banana e macaxeira. Das bananas dos 30 cachos que produzi já tive um lucro de R\$300,00 reais, a macaxeira ficou para o consumo da família e na realidade a principal função foi eu montar um banco de mudas boas de macaxeira, elas se desenvolveram bem no sistema de consorcio [...] a cana me dar um lucro de R\$100,00 semanais, tiro semanalmente 50 litros de caldo de cana e vendo a R\$1,00 meio litro, no campo de futebol, não dar para quem quer [...] o que eu quero dizer é que com

---

<sup>1</sup> O projeto profissional não está restrito a uma proposta de que venha trazer trabalho e recursos financeiros para a propriedade da família, está também articulada com atividades econômicas da comunidade que direta e indiretamente se insere no contexto do projeto.

## EDUCAÇÃO BRASIL

somente ½ há de plantação de 3 espécies deferente de planta eu tenho um renda de aproximadamente R\$500,00 reais mensais, fora outras atividades que agente desenvolve na propriedade [...] esse jeito de administrar a minha propriedade eu aprendi quando aluno da CFR (Entrevista 07).

A partir dos relatos e das observações feitas durante a pesquisa constatou-se que o método da Pedagogia de Alternância da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, parte do pressuposto de que a formação e capacitação dos agricultores e agricultoras devem iniciar à partir de suas experiências vividas e o monitor<sup>1</sup> da Casa Familiar Rural tem um papel significativo neste processo. O monitor neste aspecto é uma peça fundamental para o bom andamento desta atividade, pois seu papel vai além do simples repasse de conteúdo,

[...] na CFR, a função do monitor é muito mais abrangente; ele assume o papel de educador, animador, técnico e, acima de tudo, deve ser um profundo conhecedor do meio e da realidade dos jovens e das famílias envolvidas no processo da aprendizagem, pois neste caso parti-se do pressuposto de que o conhecimento não pode ser transferido, mas construído de forma conjunta (ESTEVAM, 2003, p. 20)

É necessário o entrosamento de todos, pois imagina-se que à partir daí, se constrói coletivamente o conhecimento, e este conhecimento será utilizado para transformar a realidade que lhe é conveniente. O monitor tem como responsabilidade conduzir o processo educativo nas experiências em alternância,

A palavra 'monitor' é proveniente do latim Monere que significa: fazer recordar, dizer observar, advertir, dar avisos, dar inspiração, esclarecer, instruir. Ela indica, portanto, aquele que conduz, mais que isso, indica quais devem ser os conhecimentos (CHAMBRES apud ESTEVAM, 2003, p. 20).

Neste sentido um monitor na Casa Familiar Rural tem um papel importantíssimo, pois ele é o mediador do processo de transmissão e aquisição do saber científico, à partir do conhecimento prévio do jovem. Este conhecimento que é colocado, a princípio, na colocação em comum; como mediador o monitor favorece a apropriação de um novo conhecimento dando ou viabilizando condições de produzir novos saberes, a partir da necessidade jovem e da família. Para o sucesso da atividade pelo monitor é necessário que o mesmo esteja comprometido com essa pedagogia e sua proposta educacional; outro fator, já mencionado é que ele conheça profundamente a realidade do

---

<sup>1</sup> O Monitor de Casa Familiar Rural é um profissional que atua como professor na CFR durante as aulas e extencionista rural, quando vista as famílias.

agricultor e agricultora, o ideal é que o monitor/educador seja da região (ESTEVAM 2003). Sobre o papel do monitor um dos monitores entrevistados relata:

A responsabilidade do monitor é muito grande, conduzir os trabalhos não é muito fácil, agente também encontra dificuldades, principalmente quando é para ensinar as matérias do núcleo comum, fazer este casamento entre os conteúdos técnicos e do núcleo comum não é muito fácil não [...] os conteúdos técnicos são mais fáceis, nossa formação ajuda [...] aqui quase todos são técnicos, tem formação na área florestal [...] o monitor também tem que se preparar pra dar aula de português, matemática, ciência e historia contextualizada com a realidade do jovem. Uma sugestão é ter mais capacitação nesta parte, trabalhar de forma interdisciplinar é um desafio até para nós [...] pelo menos na minha formação não tive isso, e sinto falta [...] eu digo que aqui na CFR todo mundo aprende e isso é interessante, o conhecimento é construído por todos de forma coletiva.(Entrevista 06)

O monitor entrevistado afirma que à partir da construção de saberes coletivos da pratica da interdisciplinaridade, os jovens da CFR saem com uma: (i) visão técnica no sentido em que o jovem dever saber o “porque” das diferentes atividades que acompanha em sua rotina, (ii) uma visão geral do sentido de ser necessário o jovem saber sobre as atividades agro-extrativista no contexto das disciplinas de caráter geral como: geografia, historia, matemática etc. assim como na área da administração para sua atividade cotidiana na propriedade e (iii) uma visão humana uma vêz que a vida em grupo e em internato contribui para que o jovem possa compartilhar suas experiências e para adquirir métodos e saberes e o sentimento do associativismo.

À pesar do estudo na CFR ser atrativo segundo um levantamento feito à respeito da permanência dos jovens na CFR até o final do curso, foi verificado que 30% dos jovens desistem dos estudos, na primeira turma iniciada em 2002 com 26 jovens em 2005 formaram 17 jovens, na segunda turma (2004) dos 30 que iniciaram as atividades encontraram estudando até a realização da pesquisa somente 20 jovens, neste sentido durante a pesquisa, gerou outro questionamento, porque na CFR tem um índice considerável de desistência? A pesquisa revelou que a falta de apoio dos pais e o intervalo muito grande entre as alternâncias<sup>1</sup> são motivos que levam esses jovens a desistência.

A desistências dos alunos, muitas das vezes é porque não encontram apoio dos pais [...] eu tiro por mim, porque se eu não tivesse acompanhando meu filho, olha, digo mesmo, o Neto já tinha desistindo [...] até porque a tarefa que os monitores pedem tem que ter ajuda de toda a família [...] por exemplo, para fazer uma horta, a aluno vai precisar de madeira, terra, semente, fazer os desenhos dessa horta, as vezes fazer uma horta tirando da mente dele mesmo e para tudo isso tem que a família ajudar [...] As hortas do Neto são molhada todos os dias, quando a água esta perto tudo bem, mais quando é na seca?... para fazer a manutenção desta horta, olha, acho que é uns 20 balde de água, todos os dias e quando ele não está aqui são os irmãos que molham e quando não está ninguém tem que ser eu mesmo,

---

<sup>1</sup> A partir de 2005 o projeto passou por uma serie de dificuldades financeiras, como falta de repasse do convenio da prefeitura e fim do financiamento da Fundação AVINA, dificultando assim as atividades da CFR.

até porque todos se servem desta horta [...] então a ajuda da família é muito importante, se agente não estiver em cima acompanhando ele perde interesse, e sem ajuda dos pais acaba desistindo [...] (Entrevista 02).

Como a experiência da CFR ainda é recente não se pode dizer que já tenham atingido todas as suas expectativas, principalmente quanto a formação de lideranças, mas os jovens que já concluíram o curso na CFR já participam das reuniões realizadas nas comunidades. Um breve levantamento feito sobre o destino dos jovens formados na CFR da primeira turma, dos 35 formados em 2005 e 2007, 04 estão estudando o Curso Agropecuária na Escola Agrotécnica Federal de Manaus, 01 foi contratado pelo Instituto de Permacultura da Amazônia –IPA, exerce o papel de coordenador de um projeto na comunidade Boa União, 02 foram contratados pela prefeitura municipal de Boa Vista do Ramos para atuarem como Agente de Desenvolvimento da Agricultura Familiar na Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, 02 são professores em práticas agrícolas nas escolas rurais, 07 estão na sede do município estudando ensino médio e 06 continuam em suas comunidades de origem atuando com Agentes em Desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Recentemente foi elaborado pelos agricultores e agricultoras da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos uma EMENTA que será apresentada à Câmara Municipal do Município para ser avaliado, a reivindicação e tornar que parte dos recursos da Secretaria da Educação seja destinado a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos para a formação e capacitação dos agricultores, uma vez que além do ensino técnico a CFR de BVR através de parceria com a Escola Agrotécnica Federal de Manaus certifica os jovens na modalidade da Educação de Jovens e Adultos do ensino fundamental.

A Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos é um experiência nova, o processo organizativo das populações rurais à luz da Agroecologia, da Economia Solidária para um Desenvolvimento Rural Sustentável, é lento, mas já e possível colher alguns resultados, dentre eles o resgate da autoestima dos agricultores familiares que há séculos foram explorados, marginalizados, esquecidos, usados para o enriquecimento da burguesia, em detrimento de sua pobreza e exclusão social. Identificar a Casa Familiar Rural como uma estratégia de Desenvolvimento Rural e muito precipitado, ainda há necessidade de pesquisa mais aprofundada. O fenômeno existe, explicá-lo para a sociedade é um desafio para aqueles que são comprometidos com o desenvolvimento das comunidades rurais Amazônicas.

### **Considerações Finais**

A pesquisa se limitou em apresentar de forma descritiva a experiência da Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos, a primeira CFR do Estado do Amazonas e a primeira da Amazônia Ocidental. Esta conquista é fruto de muitas discussões com os agricultores e agricultoras cujo primeiro movimento foi no município de Rio Preto da

Eva que por motivo político ainda não foi possível iniciar as atividades, em quando movimento destaca-se os municípios de: Apuí, Parintins, Tefé e Maués.

Outro aspecto importante que foi constatado na pesquisa é que a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos proporcionou direta e indiretamente a entrada de algumas instituições que trabalham deste foco do Desenvolvimento Sustentável, como podemos citar o Instituto de Permacultura, Criadores de abelhas sem ferrão, através do Instituto Iraquara, e outros. Também foi realizado vários seminários e cursos na sede CFR direcionado tanto para cursos de qualificação e cursos financiados pelo governo Federal através da CONTAG. São estes: realização de 03 cursos de Educação do Campo para lideranças sindicais e professores rurais, 02 cursos de qualificação pelo SEBRAE, cursos de Meliponicultura, curso de Permacultura, e outros.

A educação pode ser um grande aliado na construção de um projeto fundamental, e não periférico, no desenvolvimento de nossos municípios, do nosso Estado e nosso país. Para isso, é necessário mudar o currículo, mudar a pedagogia, e como afirmamos antes, aprofundar o processo de construir conhecimento e alternativas a partir da realidade da família que optam em continuar no campo.

Então, é preciso que a sociedade se aproprie deste debate e que a legislação se transforme em prática e resultado no dia-a-dia na escola e na educação, é desses resultados, de mobilização que nasce a primeira Casa Família Rural de Boa Vista do Ramos, todavia este projeto é resultado dos esforços tanto dos agricultores familiares como de instituições parceiras que acreditam em um Desenvolvimento Sustentável tendo como um de seus pilares uma Educação diferenciada para a população do campo.

Em 17 (dezessete) anos de existência a Casa Familiar Rural de Boa Vista do Ramos já tem resultados significativos, como a formação e capacitação de jovens agricultores, organização comunitária, realização de práticas voltada para a conservação e preservação do meio ambiente, parcerias com outras instituições para apoio técnico-pedagógico e financeiros para a manutenção do projeto, cursos e palestras sobre manejo florestal comunitário, Agroecologia e educação do campo. É importante ressaltar que a presente pesquisa foi a primeira realizada na Casa Familiar Rural de Boa Vista Ramos, e teve como foco principal a descrição da metodologia de ensino e relatar a importância do projeto para a população rural local, mais muito ainda tem a pesquisar sobre a Casa Familiar Rural de Boa Vista Ramos, principalmente no que diz respeito ao campo da interdisciplinaridade, organização social e desenvolvimento local na perspectiva da agroecologia e da economia popular solidária.

O desempenho das transformações ocorridas na sociedade, depende da velocidade com que cada cidadão muda seus ideias, sua crença e sua ideologia de vida. Da mesma forma me reporto ao Projeto Casa Família Rural de Boa Vista do Ramos dizendo que o sucesso deste projeto depende não só na mão dos agricultores e agricultoras, mas do empenho de todos, inclusive das políticas públicas.



**Referências**

AMAZONAS. LEGISLAÇÃO DE ENSINO: EDUCAÇÃO. MANAUS: SEDUC, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO: RESOLUÇÃO CNE-CEB N.1 3 DE ABRIL DE 2002. BRASÍLIA: MEC, [200?].

ESTEVAM, DIMAS DE OLIVEIRA. CASA FAMILIAR RURAL: A FORMAÇÃO COM BASE NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. FLORIANÓPOLIS: INSULAR, 2003.

UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA: FORMAÇÃO EM ALTERNÂNCIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. BRASÍLIA: UNEFAB, 2002.

REVISTA DA FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA, ANO 1, N. 01, SET./ 2005.

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA UMA SOCIEDADE SUSTENTÁVEL EM MANAUS

*Jucinara Figueiredo Pinheiro*

*Luiz Cláudio Pires Costa*

### **Introdução**

A preocupação com a preservação do meio ambiente humano foi intensificada no final do século anterior, levando a população municipal a iniciar uma busca incansável pela melhoria da qualidade da vida humana, devendo serem analisadas várias circunstâncias, como desigualdade regionais, exclusões, etc. para que se possa implementar a sustentabilidade, mas não minorar o desenvolvimento do povo e do Estado.

Hoje já temos a consciência de que algumas condutas comprometem a conservação do meio ambiente e que a manutenção dessas condutas trará um desequilíbrio na relação home-natureza, acarretando esses prejuízos ambientais, também consequências prejudiciais de ordem social, principalmente pela necessidade da manutenção das atividades econômicas sem as devidas proteções ambientais. A educação ambiental surge como importante instrumento de conscientização para a sustentabilidade, auxiliando na manutenção da crescente economia da região, reduzindo as desigualdades sociais e a pobreza, mas mantendo impactos mínimos ao meio ambiente.

A importância desse trabalho com foco na educação ambiental, se dá pela utilização da mesma como disseminador de conteúdos e valores éticos, econômicos e sociais voltados para o desenvolvimento sustentável, sendo utilizado também como redutor de desigualdades sociais. Para o desenvolvimento desse estudo, foi utilizada a metodologia dedutiva hipotética, pesquisa indireta e direta na legislação regulamentadora da matéria nos âmbitos federal, estadual e municipal, como também de periódicos e de doutrina.

Sua justificativa se dá pela emergência das questões ambientais e a manutenção da área Amazônica, sendo uma área afastada dos grandes centros urbanos brasileiros, também pelas peculiaridades de sua região, com um grande parque industrial, mas a maior bacia hidrográfica do Brasil e sua área de florestas preservadas, sendo o conjunto natural da região imprescindível a manutenção climática da região.

Iniciamos com a verificação da bibliografia das legislações referentes à educação ambiental, iniciando pela Constituição Federal e seguindo para as legislações infraconstitucionais de âmbito federal, estadual e municipal., a fim de confirmar o caráter de fundamentalidade da educação ambiental, bem como do dever inerente a todos. Demonstramos ser a educação ambiental um grande instrumento de desenvolvimento sustentável, por contribuir para a produção e disseminação de consciência para a conservação do meio ambiente e redução das desigualdades sociais, mas manter o desenvolvimento econômico.

Verificando junto ao sistema educacional, analisando nele a Política de Educação Ambiental que utiliza os princípios norteadores da mesma como política pública transversal, voltada para a criação de consciência crítica, apta a entender e disseminar a preservação do meio ambiente. Para finalizar, analisaremos os instrumentos estadual e municipal, voltados à implementação da educação ambiental no sistema educacional, a aplicação efetiva de polícia pública num sentido e sua influência na cidadania e no desenvolvimento sustentável regional.

Desta feita, se verifica que a adoção de normas específicas para a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental, existe tanto no âmbito estadual quanto municipal, entretanto sua regulamentação e efetivação ainda não se concretizou, necessitando de ações específicas do Estado voltados exclusivamente para a concretização da conservação do meio ambiente por parte da população e do próprio Poder Público.

### **Educação Ambiental e Proteção do Meio Ambiente**

A necessidade da educação ambiental para a manutenção de um meio ambiente hígido tem como base a Constituição Federal de 1988 que determina:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

...

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

Pela interpretação do dispositivo, verifica-se que o mesmo indica que esse direito também será colocado à disposição do cidadão pelo Poder Público, que tem a obrigação de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino, a fim de conscientizar a população da preservação do meio ambiente.

A educação ambiental deve ser compreendida como um direito individual, e consequentemente, um dever estatal, destinado à difusão do conhecimento nos diversos níveis da educação, a fim de conscientizar a todos os cidadãos que eles têm direito ao meio ambiente equilibrado, mas que também obrigações, transformando-os em participantes das políticas públicas de preservação do mesmo, fazendo dos mesmos multiplicadores do conhecimento obtido.

No ordenamento jurídico vigente a educação ambiental surge como meio legítimo para incentivar a preservação do meio ambiente, sendo regulada inclusive no próprio texto constitucional que lhe atribui caráter de política pública, tratando a mesma como dever do Poder Público.

A construção de uma ação política que seja objeto da formação de indivíduos responsáveis pelo mundo, sendo também esse o entendimento de Trajber, Melo e Henriques (2005, p. 287-288):

Cumpra à educação ambiental fomentar processos que impliquem o aumento do poder das maiorias hoje submetidas, de sua capacidade de autogestão e o fortalecimento de sua resistência à dominação capitalista de sua vida (trabalho) e de seus espaços (ambiente).

A educação ambiental, em específico, ao educar para a cidadania, pode construir a possibilidade da ação política, no sentido de contribuir para formar uma coletividade que é responsável pelo mundo que habita.

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve,

Por tanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Por esse motivo a educação ambiental foi inserida no ordenamento jurídico constitucional como um dever fundamental, tendo em vista que é pelo processo educativo em todos os níveis que o acesso ao conhecimento e sua transmissão pode proporcionar a toda a coletividade, o necessário desenvolvimento e melhoria da capacidade de distinguir entre os vários grupos sociais integrados na sociedade aqueles que necessitam de maior apoio quanto ao aspecto social e ecológico.

É através da educação ambiental que a coletividade e o poder público devem criar, não só reflexões, mas também atitudes de cuidado e de respeito para com a natureza, incentivando os processos educacionais através das políticas que busquem a integração do educador e do educando nesse processo de conscientização ambiental, transformando-os naqueles que executam ações destinadas ao desenvolvimento sustentável do município e, conseqüentemente do Estado.

Os estudos iniciais demonstram que a educação ambiental é um dos principais instrumentos que foram desenvolvidos por Patrick Geddes, um biólogo e filósofo escocês, que voltou seu estudo para o planejamento urbano além da educação ambiental, por causa dos efeitos da revolução industrial, mas seus esforços não foram suficientes para iniciar uma conscientização da sociedade pelos impactos ambientais e suas conseqüências para o futuro.

Estocolmo em 1972, foi o local de realização da Conferência da Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, que contou com a participação de mais de cem países, e, dentre os debates e conclusões, deram destaque também ao estabelecimento de um programa internacional de educação ambiental, com o objetivo de orientar a todos para que pudessem manejar e controlar seu ambiente.

Tal evento deu grande importância à educação ambiental e a recomendou como indispensável, sendo dirigido, tanto às novas gerações, quanto aos já adultos, a fim de que seja expandida a base da opinião pública, com a finalidade de capacitar uma conduta, tanto dos indivíduos como das empresas e das coletividades, fazendo com que

se inspirassem na responsabilidade quanto a melhoria do ambiente, e consequentemente da dimensão humana.

Outros eventos se seguiram, mas não foram capazes de expandir as recomendações de Estocolmo, nem de discutir os resultados obtidos por ela. A Conferência de Belgrado em 1975, limitou-se à exposição de práticas e princípios relacionados ao assunto, em 1977 na República da então União Soviética, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, organizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, na qual foram definidos os objetivos, princípios, estratégias e recomendações para a educação ambiental.

Somente em 1990 foi realizada em Moscou uma conferência internacional para avaliação dos resultados desenvolvidos nos últimos dez anos e, desenvolvimento de uma estratégia internacional de ação em educação ambiental, tendo como resultado o Relatório elaborado pela Comissão das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, mais conhecido como “Relatório Brutland”.

No Rio de Janeiro em 1992, conhecida como Rio-92 ou ECO-92, ocorreu a Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocasião em que foi elaborada a Agenda 21, que é um conjunto amplo e diversificado de diretrizes, provenientes de relatórios, análises e documentos de Organizações Não-Governamentais - ONG's do meio ambiente.

Em 2012 a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, vulgarmente chamada de Rio + 20 por ter ocorrido também no Rio de Janeiro, se diferenciou da anterior pela multidisciplinariedade, procurando abranger nas políticas de preservação do meio ambiente relacionadas ao uso sustentável dos recursos, focando na economia, energia, indústria e mudanças climáticas.

Do exposto, podemos verificar que essas referências históricas demonstram que a educação ambiental foi o agente motivador da realização dos mesmos todos, pois todos eles tinham a finalidade de despertar nos povos o aumento da consciência para preservação do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988, no âmbito interno, em seu Art. 206 regulamenta os princípios da educação geral no Brasil:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
- VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - garantia de padrão de qualidade.
- VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

## EDUCAÇÃO BRASIL

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Podemos verificar que nesse dispositivo constitucional se encontram vários princípios, como a igualdade no acesso e permanência na escola; a liberdade no aprendizado, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento, da arte e do saber; o pluralismo de ideias. Eles alicerçam o dever, que não é somente do Estado, mas também da sociedade, porque a educação é um direito de todos, voltado para que possa haver o desenvolvimento da pessoa e vários outros aspectos a ele envolvidos, vinculando-se também ao desenvolvimento sustentável.

A combinação do Art. 225, § 1º, inciso VI com o Art. 206, faz nascer a educação ambiental como um dever do Estado visando a criação de uma coletividade responsável pela preservação do meio ambiente para a sua e para as futuras gerações.

É nesse sentido que a implementação da educação ambiental deve ser efetuada conjuntamente com os sistemas educacionais, sendo difundida nos ensinos fundamental, médio e superior e considerado princípio básico da educação de um modo geral, tornando-se uma política pública voltada à manutenção do meio ambiente.

A matriz principiológica da educação ambiental é de natureza social porque se destina a preservar um patrimônio que pertence à comunidade em geral do presente e das gerações futuras. Há necessidade de que se faça a análise delas, não especificamente, mas considerando um todo, ou seja, há uma interdependência de gestão ambiental, considerando-se os fatores culturais socioeconômicos, científicos e éticos, necessários para a conscientização do público.

Apesar de se encontrar na Constituição Federal de 1988, a educação ambiental já havia sido regulada antes da promulgação da mesma pela Lei nº 6.938/1981, entretanto, não definiu ou conceituou a mesma, dificultando sua implementação e inclusão nas políticas públicas ou programas específicos que pudessem disseminar a preservação do meio ambiente.

Somente em 1999, através da Lei nº 9.795 de 27 de abril, é que a matéria foi regulada e definida logo no Art. 1º:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Além da definição, a referida norma determinou sua essencialidade e permanência na educação nacional, tanto em caráter formal, quanto não-formal:

## EDUCAÇÃO BRASIL

Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.

Essa obrigação é de que a mesma esteja presente desde os primeiros anos escolares e permaneça até o ensino superior, abrangendo todos os seus níveis, como os cursos de extensão, os sequenciais, os de graduação e de pós-graduação.

Mesmo revestindo a educação ambiental de essencialidade e permanência, como visto na Lei nº 9.795/99, a inserção dela em todos os níveis dos sistemas educacionais só se iniciou, vagarosamente com a edição do Decreto Federal nº 4.281/02, depois do qual começou a se estabelecer formas de implementação como política pública, integrando-a às demais disciplinas para difusão do conhecimento de forma transversal, contínua e integrada, adequando-se os programas já existentes e formando continuamente também os professores.

A interdisciplinaridade afasta a execução da educação ambiental de forma isolada na educação, considerando também as desigualdades regionais que precisam de ajustes pelas suas dimensões geográficas e populações, voltadas às especificidades de cada região mas oportunizando o conhecimento de todas, por isso também tem uma natureza de integração.

Por isso, como os currículos nacionais já foram regulamentados pela Lei nº 9.394/96 e adaptados às realidades locais, aparecendo a educação ambiental nos mesmos como temas transversais, mantendo os conteúdos, orientações e objetivos das disciplinas.

Podemos perceber a introdução da educação ambiental sob dois aspectos, o primeiro informal, traz a execução das ações educacionais para fora da escola e é incentivada por organizações sociais para ampliação e aperfeiçoamento da consciência da necessidade de proteção do meio ambiente, é realizada através de reflexões e debates na própria comunidade, envolvendo o cidadão direta e constantemente, pois envolve associações, igrejas, sindicatos, se parecendo como uma ação social.

No aspecto formal encontramos uma ação conjunta dos entes responsáveis pela educação e pelo meio ambiente, formulando políticas públicas que visam a melhoria quantitativa e qualitativa dessa educação.

Através do Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e com a celebração de parceria entre os Ministérios da Educação e do Meio Ambiente, através de programas e projetos a ele vinculados, verifica-se uma efetividade da educação ambiental, auxiliando assim a incentivar o desenvolvimento sustentável.

Dessa cooperação ministerial nasceu uma grande ferramenta: o Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental (SIBEA), que é uma rede de contato composta por vários educadores, com a finalidade de estudar e desenvolver formas de melhoria, tanto da educação, quanto da gestão ambiental.

## EDUCAÇÃO BRASIL

A implementação da educação ambiental passa a categoria de política pública executada pelas ações determinadas pela Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sofrendo grandes influências da Lei nº 9.795/99 em seu Art. 5º:

Art. 5º. São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – a garantia da democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

V – o estímulo à cooperação das diversas regiões do país, em níveis micro e macrorregionais, com vistas a construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;

VI – o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;

VII – o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Pelo acima, podemos verificar que a educação ambiental não é limitada somente ao conhecimento dos impactos e danos ambientais, mas, principalmente a um processo educacional voltado ao conhecimento dos problemas ambientais a ele vinculados, como o ético, o legal, o político, o econômico, etc. pois somente com uma análise global podemos produzir e difundir o conhecimento, formando uma consciência voltada para a sustentabilidade.

A legislação regulamentadora da educação ambiental e sua inclusão na educação, tem pretensão de se transformar em instrumento de fomento para o desenvolvimento sustentável, atendendo, além do comando constitucional, o conteúdo da Política Nacional de Educação Ambiental, que atribuem ao Poder Público e à coletividade o dever de zelar e preservar o meio ambiente.

Duas implicações devem ser consideradas: uma de ordem pedagógica, que se traduz na transversalidade da educação ambiental, que nos sistemas educacionais acaba por transformar os mesmos em instrumentos de integração para o despertar de uma consciência de preservação e conservação do meio ambiente; outra de ordem social, porque o meio ambiente é um bem difuso, pertencente a todos os indivíduos, devendo os mesmo serem orientados para viver em sociedade num convívio social saudável e para o consumo sustentável.

Do exposto, compreendemos a educação ambiental como um instrumento de vital importância para a promoção de um desenvolvimento sustentável, utilizada tanto como política pública, quanto para desenvolvimento pela comunidade e organizações não governamentais, mas todas envolvendo a coletividade, para a prática de condutas de



preservação, capazes da promoção de mudanças de comportamento e atitudes para a melhoria das condições do meio ambiente, alcançando assim sua finalidade e assegurando às futuras gerações o acesso ao meio ambiente hígido.

### **A Legislação no Amazonas**

Da análise das publicações legais relativas à região fica evidente que as culturas anteriores integravam o rio à floresta porque viviam nela ou nas margens daquele, fazendo das águas um sistema de transporte e é nesse contexto que surge o universo escolar da região, diferenciando-se das demais regiões pela dificuldade de deslocamento, mas ao mesmo tempo vivendo a natureza no seu dia-a-dia, até nas mais corriqueiras situações cotidianas.

Também as questões florestais e indígenas são de grande influência na educação da região além do próprio rio, e não podem ser desprezados na análise da educação no Amazonas.

As questões indígenas, apesar de não parecer, tem uma influência e ingerência muito grande nessas políticas, tendo em vista as diversas etnias existentes e sua administração considerando suas regras de ordem social, a formalização das famílias, o convívio e sua harmonia com a natureza.

Considerar que na educação ambiental a floresta é um dos fatores importantes de estudo, remonta a necessidade de preservação da cultura tradicional ter uma merecida atenção também no processo educacional amazônico, auxiliando na manutenção desse pilar de construção da realidade sócio cultural da localidade.

### **No Estado**

A educação no Amazonas ainda desconhece muitas de suas questões regionais devido a grande extensão territorial e da dificuldade de acesso às localidades mais afastadas da capital, havendo necessidade de um maior conhecimento dos costumes ribeirinhos e indígenas para sua integração com o mundo urbano atual.

Sem esse conhecimento não haveria possibilidade de construção de políticas públicas que se destinem a atender a todos e igualmente proteger o seu patrimônio ecológico, histórico e cultural, pois enquanto isso não ocorrer, não haverá efetividade nas políticas públicas de educação, mas sim prejuízo na implementação da educação ambiental e sua natureza transversal e de integração.

Não devemos falar em regionalização da educação ambiental, nem da educação geral, mas não se pode deixar de salientar que a integração com os elementos regionais e de grande importância para que haja maior abrangência do processo executivo.

Outro fator que merece destaque é a preparação do docente, a fim de que o mesmo possa enfrentar as dificuldades do processo educativo na região amazônica porque a falta de oportunidade de qualificação adequada dos docentes para os processos educativos levou ao desprestígio do educador na nossa sociedade como um todo.

Também é inegável as dificuldades que o poder público no Amazonas tem encarado no processo de transformação da educação para atendimento do Programa Nacional de Educação Ambiental.

Foi somente em 2005, quando da criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental foi implementado no Amazonas através do Decreto nº 25.043, de 01 de junho de 2005 é que a diretriz do Estado, contida em seu Art. 230, referente à importância da conscientização e prevenção do meio ambiente foi efetivamente implementada.

Tal Comissão tem suas atribuições determinadas no Art. 2º do Decreto:

Art. 2º. A CIEA-AM terá as seguintes atribuições:

I – gerir o Programa Estadual de Educação Ambiental, considerando a autonomia popular através dos Grupos de Trabalho locais;

II – fomentar parcerias entre instituições governamentais e não-governamentais, públicas e privadas e organizações sociais, que realizam atividades na área da Educação Ambiental;

III – promover intercâmbio de experiência e concepção que aprimorem a prática de Educação Ambiental;

IV- estimular, fortalecer, acompanhar e avaliar a implementação da Política nacional de Educação Ambiental, na qualidade de interlocutor do Estado junto ao Ministério do Meio Ambiente e ao Ministério da Educação;

V - promover articulação inter e intrainstitucional buscando a convergência de esforços no sentido de promover a implementação da Política nacional de Educação Ambiental e a geração das diretrizes estaduais de Educação Ambiental;

VI – contribuir com ações que promovam a inserção de Educação Ambiental nos currículos escolares, de modo transversal, em todas as áreas e conteúdos dos diversos níveis e modalidades de ensino e nos diversos órgãos e secretarias do estado e dos municípios;

VII – promover a Educação Ambiental a partir das recomendações da Política Nacional de Educação Ambiental e de deliberações oriundas de conferências oficiais de meio ambiente e de educação ambiental;

VIII – promover a divulgação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, junto aos diversos setores da sociedade, por meio da realização de fóruns, oficinas e seminários regionais no Estado;

IX – fomentar as ações de Educação Ambiental através de um programa contínuo e permanente de formação e de comunicação socioambiental;

X – propor aos órgãos competentes, que são entes federados, a destinação de dotação orçamentária objetivando a viabilização de projetos e ações em Educação Ambiental.

Com grande abrangência, as atribuições da Comissão demonstram a necessidade, não só do poder público, mas também da sociedade para a divulgação das informações acerca da importância da conscientização da preservação do meio ambiente, bem como da possibilidade de parcerias em projetos e programas de criação da coletividade, que serão inseridos no Programa Estadual de Educação Ambiental.

Depois desse primeiro passo, buscando consolidar a política estadual de educação ambiental foi editada a Lei nº 3.222, de 02 de janeiro de 2008 que especificou a referida política, tendo suas diretrizes determinadas no seu Art. 25:

## EDUCAÇÃO BRASIL

Art. 25. Com base nas diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA, dentre outras ações, à Educação Ambiental cabe a busca pela qualidade de vida das sociedades contemporâneas, por intermédio do senso cidadão e da promoção do equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação ecológica para as atuais e futuras gerações.

Art. 26. Caberá ao Poder Público, ao nível estadual e municipal:

I - incorporar à dinâmica e a complexidade ambiental (visão sistêmica) nas políticas, planos, programas, projetos, propostas e ações de Educação Ambiental;

II - desenvolver ações de Educação Ambiental de forma integrada, envolvendo organizações governamentais, não governamentais e empreendedoras, no âmbito estadual e municipal, de modo a estimular a cultura de cooperação, fortalecendo parcerias institucionais e reduzindo conflitos no processo da gestão, pela falta de compatibilidade de ações e/ou por superposições de competências;

III - articular a interface da Educação Ambiental de forma transversal nas diversas políticas, planos, programas, projetos, propostas e ações inter e intra-governamentais;

IV - inserir a Educação Ambiental nos projetos e ações públicas e privadas com potencial de impacto ambiental, para que, durante o processo de licenciamento, como estabelece a legislação vigente da Política Nacional de Meio Ambiente e do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, se desenvolvam ações contínuas e consistentes direcionadas, prioritariamente, a sua área de influência e a comunidade local;

V - estimular o intercâmbio de experiências regionais exitosas entre países, estados e municípios que formam o bloco amazônico, de modo a contribuir para a elaboração e implementação de políticas públicas, programas, projetos, propostas e ações de Educação Ambiental;

VI - fortalecer os órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e a popularização da Rede Brasileira de Educação Ambiental - REBEA e da Rede Amazônica de Educação Ambiental - RAMEA, bem como a implementação e/ou o fortalecimento de Redes Locais de Educação Ambiental para a socialização dos processos de gestão;

VII - implantar e/ou fortalecer setores de Educação Ambiental nos Órgãos que compõem o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, ao nível estadual e municipal, para a internalização das diretrizes das Políticas de Educação Ambiental, subsidiadoras do processo de gestão;

VIII - fomentar a formação inicial e continuada de gestores públicos, agentes ambientais, formadores de opinião e demais recursos humanos das organizações governamentais, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, no âmbito estadual e municipal, em técnicas, processos e procedimentos voltados para a promoção de uma gestão integrada e participativa;

IX - destinar e assegurar recursos (orçamentário-financeiros) para implantação e implementação de programas, projetos e ações de Educação Ambiental que contribuam para a gestão dos recursos ambientais e o repasse de tecnologias adequadas aos ecossistemas visando o respeito e a valorização das diversidades culturais;

X - priorizar a concessão de empréstimos públicos e/ou isenções fiscais de quaisquer ordens e royalties pelas empresas que comprovem efetivos investimentos e aportes financeiros, no desenvolvimento de ações de Educação Ambiental de acordo com o Programa Estadual de Educação Ambiental;

XI - promover a gestão participativa de recursos financeiros destinados a programas, projetos e/ou ações de Educação Ambiental;

XII - fomentar a construção da Agenda de Educação Ambiental Local, com as representações das comunidades nas áreas específicas / localidades, para uma gestão participativa;

XIII - criar programas de gerenciamento para a questão de extrativismo mineral e vegetal.

Utilizando sua competência concorrente o Estado do Amazonas implementou as políticas necessárias à educação ambiental, determinada pela Lei nº9.795/99, mas extrapolando o limite de noventa dias para regulamentar, conforme previsto no Art. 54 da norma:

. 54. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, de sua publicação, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente e o Conselho Estadual de Educação.

Com larga abrangência de conteúdo e de urgente implementação, sua regulamentação somente ocorreu com a edição Decreto nº32.555 em 29 de junho de 2012. Mas, apesar da edição do Decreto, verificamos que ainda não foi implementada em sua totalidade no Estado a Política Estadual de Educação Ambiental por ainda não possuir um programa específico, entretanto merecem destaque algumas ações desenvolvidas pelo Estado e por entidades não governamentais que contribuem para a educação ambiental, sendo:

- a) A atuação da Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias da justiça estadual do Amazonas, cuja titularidade até o mês passado pertenceu ao Dr. Adalberto Carim Antônio, que em paralelo às atividades da judicatura, desenvolve um trabalho pedagógico de conscientização ambiental com a produção e emissão de periódicos informativos destinados à educação infantil;
- b) o Espaço da Cidadania Ambiental – ECAM, situado no piso Açaí do Manauara Shopping, como um braço do Judiciário (VEMAQA) nessa política de educação e conscientização ambiental da população manauara, sendo este um espaço destinado às atividades pedagógicas e acadêmicas, utilizável por todos os níveis educacionais, ou seja, do ensino fundamental aos cursos de pós graduação *lato e strictu senso*. É também um espaço utilizado para mostras fotográficas, cinematográficas, culturais, oficinas e demais atividades voltadas exclusivamente para o meio ambiente;
- c) a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, juntamente com o Instituto Ambiental do Amazonas, reinauguraram a biblioteca do órgão com muitos títulos destinados exclusivamente ao meio ambiente, ecologia, direito ambiental, geografia, políticas públicas voltadas à preservação do meio ambiente, com programas executados nos bairros e o acesso à leitura mediante a biblioteca móvel do IPAAM, estruturada num ônibus que se instala nos dias de programação no local do evento, com a realização de atividades lúdicas e educativas;
- d) com destaque à qualificação docente a Universidade do Estado do Amazonas, oferece o curso de pós graduação *strictu senso* – Mestrado em Direito Ambiental, implementando também no ano de 2001, único da região norte e voltado para as especificidades regionais, com a finalidade de atender de forma eficaz a qualificação dos docentes do Amazonas.

É certo que ainda há muito a se fazer, mas até que seja totalmente efetivado o Programa de Educação Ambiental não podemos deixar que educadores, educandos e a

coletividade deixem que as conquistas já conseguidas pereçam, ao contrário, devem ser incentivados a cultivar nas escolas a continuidade da construção desse conhecimento, que se sujeita às circunstâncias sociais, econômicas, de localidade, etc. pois esse assunto está diretamente ligado à cidadania, com valores éticos e morais que devem ser implementados desde os primeiros anos escolas.

## No município

No município de Manaus não é diferente, segundo os passos do Estado, em 24 de julho de 2001, foi publicada a Lei Municipal nº 605 que instituiu o Código Ambiental do Município de Manaus e que no inciso XI do artigo 4º prevê a educação ambiental como instrumento da Política Municipal de Meio Ambiente.

Para auxílio desta tarefa foi criada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade a Divisão de Educação Ambiental, desenvolvendo suas atividades na educação ambiental não formal, através de programa, projetos e campanhas direcionados à realidade social e ambiental do município, através do desenvolvimento de ações e práticas educativas.

Seu objetivo é o desenvolvimento de processos e ações de sensibilização de educação ambiental não formal, mas permanente e continuada, visando o fortalecimento da atuação da SEMMAS na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável, e primando ser referência em ações de educação ambiental não formal.

Mais especificamente, em 29 de dezembro de 2016 foi aprovada a Lei nº 2.195 que dispõe sobre o ensino de temas transversais de educação nas escolas da rede pública municipal de ensino, que já determina em seu Art. 1º

Art. 1º Ficam obrigadas as escolas da rede municipal de ensino a incluir, nos conteúdos programáticos das disciplinas do ensino fundamental, sem prejuízo de outros a serem determinados pelo Conselho Municipal de Educação, os seguintes temas:

I - direitos e garantias fundamentais do cidadão;

II - direito do consumidor;

III - orientação para o trânsito;

IV - orientação sexual e prevenção às DST/AIDS e drogas;

V - educação ambiental;

VI - Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - patrimônio cultural de Manaus;

VIII - Estatuto do Idoso;

IX - Lei Maria da Penha;

X - noções de hospitalidade e turismo;

XI - empreendedorismo. (Redação acrescida pela Lei nº 2349/2018)

A exemplo do Estado, também o município delega ao Conselho Municipal de Educação a tarefa de adequar os temas determinados no conteúdo programático das séries do ensino fundamental e seus conteúdos mínimos, mas determina competir à

Secretaria Municipal de Educação a promoção da capacitação dos professores para aplicação dos temas.

Criada e disponibilizada em 2009, a Agenda Ambiental Escolar traz temas como: conservação, respeito, dedicação, compromisso, parceria, responsabilidade e sensibilização, sendo apresentado como modelo técnico-pedagógico às escolas da rede municipal de ensino a fim de facilitar a elaboração e execução das ações de educação ambiental numa dimensão inter e multidisciplinar para os níveis e modalidade do ensino formal, para ser utilizada como um instrumento de aprendizado permanente e coletivo na construção de valores sociais, conhecimentos, atitudes e competências.

Também foi criado o Plano de Educação Ambiental da Secretaria Municipal de Educação – SEMED para ser utilizado como instrumento para subsidiar as práticas de educação ambiental na rede municipal de ensino visando construir fundamentos sólidos socioambientais, trabalhando nas múltiplas dimensões do espaço da cidade, para uma sustentabilidade por meio de processos de mudanças culturais para o desenvolvimento de uma postura ecologicamente correta e fortalecimento dos grupos sociais.

### **Educação e sustentabilidade**

A educação voltada para a sustentabilidade, pressupõe uma educação integral que não se restringe aos conhecimentos científicos, mas que considera também a formação de valores humanos. Uma educação voltada para a sustentabilidade deve reconhecer as necessidades das futuras gerações e estar preocupada em mudar os hábitos para executar práticas sustentáveis que contribuam para essa finalidade, ou seja, a execução de ações concretas na relação do ser humano com a natureza em busca do equilíbrio.

A sustentabilidade deve ser construída em longo prazo porque exige mudanças de estilo de vida e de consciência da sociedade, interferindo diretamente nos seus hábitos de consumo.

Leff (2001, p.31) ensina:

O princípio da sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da invenção do mundo. Não só de um mundo no qual caibam muitos mundos, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômica-ecológica globalizada.

A aplicação de novas atitudes na sociedade deve ser precedida de conscientização, economizar água, separar o lixo, não utilizar plásticos são atitudes que necessitam da criação de uma consciência para que possam ser adquiridas. Os valores têm que ser mudados, principalmente os modos de produção e consumo, transformando e criando novos padrões que se ajustam à sustentabilidade.

Um excelente lugar para se iniciar ou aperfeiçoar essas aprendizagens é a escola por ser lá que se transmite muitos valores, atitudes e comportamentos, podendo ou devendo estes serem ensinados em benefício do meio ambiente, além das disciplinas fundamentais do conhecimento social, por necessidade de proteção do meio ambiente, devem necessariamente ser tratados transversalmente para a contribuição da formação da consciência dos cidadãos, aptos a atuarem na realidade sócio ambiental de suas localidades.

Há grande importância da escola inserir práticas curriculares que abranjam a sustentabilidade e a educação ambiental, tanto transversalmente quanto interdisciplinarmente, entre duas ou mais disciplinas. Essa integração de disciplinas auxilia na abordagem de temas relevantes para a comunidade, sugerindo as concepções pedagógicas da LDB.

Como na escola há um contato direto de alunos com os docentes, a sensibilização ambiental pode ser empregada nas reflexões dos problemas ambientais existentes nas regiões em que vivem, sendo vinculadas a ética, as práticas sociais, a educação e o trabalho.

A evidenciação da realidade ambiental da comunidade, como a poluição dos cursos d'água, desmatamento, degradação do solo, combinado com a desigualdade social, demonstra a urgência da discussão da sustentabilidade no ambiente escolar afim de que fique demonstrado aos alunos sua realidade e as maneiras de minimizar essas problemáticas de natureza ambiental.

Essa prática deve ser contínua e permanente discutida desde o planejamento político-pedagógico da escola até a execução dos mesmos pelos docentes, o que pode ser efetuado através de palestras, seminários ou projetos que oriente as formas de mitigação ou minoração dos problemas ambientais, não somente em datas comemorativas ou específicas.

Para se alcançar a sustentabilidade devemos mudar, educar, orientar a todos para que novas atividades sempre considerem o respeito à vida, para que se tenha um equilíbrio entre o meio ambiente e o ser humano.

Na Política Nacional de Educação Ambiental, a educação ambiental é componente nacional da educação essencial, bem como direito de todos, e determina que ela esteja em todos os níveis e modalidade dos processos educativos brasileiros.

Mas para que se possa cumprir essa determinação é necessário que os docentes possuam conhecimentos e recursos para trabalharem a educação ambiental estimulando as reflexões e formando uma consciência crítica.

Por vários estudos desenvolvidos o que podemos perceber é que desenvolvimento sustentável e o equilíbrio das ações do desenvolvimento tecnológicos e econômicos, para que preservemos os recursos naturais evitando a escassez tanto para nós quanto para as gerações futuras.

A educação ambiental é que deverá reorganizar e criar novos valores e conceitos éticos que transformarão a conduta dos cidadãos através do conhecimento para um

desenvolvimento social sustentável a fim de evitar os desperdícios dos recursos naturais, bem como sua preservação.

No âmbito do Amazonas ainda verificamos a ausência de ações para implementação mais eficaz da educação ambiental, havendo fragilidade nas políticas informais por não conseguirem despertar na sociedade uma consciência protetiva do meio ambiente.

Há várias ações implementadas no município e no Estado, mas ainda não se verifica a efetivação da educação ambiental como fator determinante ao desenvolvimento sustentável por falta de uma maior abrangência na execução dos Programas de Educação Ambiental criados.

### **Considerações finais**

Pelas pesquisas executadas e análises das legislações conclui-se que uma das políticas públicas de grande importância para a mudança de consciência da população para que melhore a conservação do meio ambiente é a educação ambiental.

Mas para que essa combinação de direitos e deveres, que integra o Estado e o cidadão, seja efetivo, há necessidade da implementação da Política Nacional de Educação Ambiental que os envolverá, impondo ações individuais e coletivas a fim de difundir uma cadeia de conhecimento que se volte exclusivamente para as questões ambientais.

A possibilidade de transformação da educação ambiental em instrumento para aplicação de um desenvolvimento sustentável em Manaus é real, pois se aplicada em todos os níveis da educação desenvolveria estudos em todos os aspectos necessários e vinculados ao nascimento e crescimento das ações de caráter preventivo, minorizando os impactos ambientais de diversas atividades que auxiliariam na redução das desigualdades sociais regionais.

Apesar da existência de uma política estadual de educação ambiental prevista no ordenamento jurídico regional, o empenho na implantação da mesma pelo município, que ganhou destaque em 2018 em uma revista alemã, ainda não há uma efetividade de sua implantação, impedindo a regularidade de ações específicas, consideradas importantes e eficazes na conscientização da população para a utilização como preservação dos recursos naturais regionais.

Não se encontra inerte, mas ações existentes são realizadas de forma isoladas ou através de parcerias para ações específicas, dificultando a verificação dos objetivos da política e dificultando o conhecimento da realidade.

É indubitável que a implementação da educação ambiental efetiva na localidade e um dos fundamentos necessários para a manutenção de ações e conscientização da população para a manutenção dos recursos naturais, ainda em implementação no Município de Manaus e no Estado do Amazonas.

As Políticas Estadual e Municipal de educação ambiental quando efetivamente implementadas se tornarão instrumentos de contribuição positiva para o cumprimento da determinação constitucional e da Política Nacional de Educação Ambiental afim de



despertar na população a conscientização necessária para que possam refletir e criar ações e mudar condutas, tanto para a manutenção quanto para a reparação e preservação do meio ambiente amazônico.

## Referências

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. CONGRESSO NACIONAL. BRASÍLIA. 1988.

AMAZONAS. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. MANAUS. 1989.

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE, SEUS FINS E MECANISMOS DE FORMULAÇÃO E APLICAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/LEIS/16938.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16938.htm). ACESSO EM: 20 DE MARÇO DE 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. DISPÕE SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/LEIS/19795.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm). ACESSO EM: 20 DE MARÇO DE 2019.

BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/LEIS/L9394.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm). ACESSO EM: 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002. REGULAMENTA A LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999, QUE INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL\\_03/DECRETO/2002/D4281.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm). ACESSO EM: 25 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMAZONAS. LEI ORDINÁRIA Nº 3.222, DE 02 DE JANEIRO DE 2008. DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IMPRESAOFICIAL.AM.GOV.BR](http://www.imprensaoficial.am.gov.br). ACESSO EM: 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMAZONAS. DECRETO Nº 32.555, DE 29 DE JUNHO DE 2012. REGULAMENTA A LEI Nº 3.222, DE 2 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUIU A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IMPRESAOFICIAL.AM.GOV.BR](http://www.imprensaoficial.am.gov.br). ACESSO EM: 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

AMAZONAS. DECRETO Nº 25.043, DE 1º DE JUNHO DE 2005. INSTITUI A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IMPRESAOFICIAL.AM.GOV.BR](http://www.imprensaoficial.am.gov.br). ACESSO EM: 26 DE FEVEREIRO DE 2019.

## EDUCAÇÃO BRASIL

MANAUS. LEI Nº 605, DE 24 DE JULHO DE 2001. INSTITUI O CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://LEISMUNICIPAIS.COM.BR/A/AM/M/MANAUS/LEI-ORDINARIA/2001/60/605/LEI-ORDINARIA-N-605-2001-INSTITUI-O-CODIGO-AMBIENTAL-DO-MUNICIPIO-DE-MANAUS-E-DA-OUTRAS-PROVIDENCIAS](https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2001/60/605/lei-ordinaria-n-605-2001-institui-o-codigo-ambiental-do-municipio-de-manaus-e-da-outras-providencias)> ACESSO EM: 22 DE FEVEREIRO DE 2019.

MANAUS. LEI Nº 2.195, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016. DISPÕE SOBRE O ENSINO DE TEMAS TRANSVERSAIS DE EDUCAÇÃO NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO. DISPONÍVEL EM [HTTPS://LEISMUNICIPAIS.COM.BR/A/AM/M/MANAUS/LEI-ORDINARIA/2016/219/2195/LEI-ORDINARIA-N-2195-2016-DISPOE-SOBRE-O-ENSINO-DE-TEMAS-TRANSVERSAIS-DE-EDUCACAO-NAS-ESCOLAS-DA-REDE-PUBLICA-MUNICIPAL-DE-ENSINO](https://leismunicipais.com.br/a/am/m/manaus/lei-ordinaria/2016/219/2195/lei-ordinaria-n-2195-2016-dispoe-sobre-o-ensino-de-temas-transversais-de-educacao-nas-escolas-da-rede-publica-municipal-de-ensino)> ACESSO EM 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

COSTA, S.B.; GONÇALVES, A.B. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E CIDADANIA: OS DESAFIOS DA ESCOLA DE HOJE. ATLAS DOS ATELIERS DO Vº CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 2004.

DIAS, G.F. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PRINCÍPIOS E PRÁTICAS. 2. ED. SÃO PAULO: GAIA, 1993.

GADOTTI, M. EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE. SÃO PAULO: INSTITUTO PAULO FREIRE, 2008.

LEFF, E. SABER AMBIENTAL: SUSTENTABILIDADE, RACIONALIDADE, COMPLEXIDADE, PODER. PETRÓPOLIS: VOZES, 2001.

MELO, SORAIA; TRAJBER, RAQUEL; HENRIQUES, RICARDO. EDUCAÇÃO AMBIENTAL: APRENDIZES DE SUSTENTABILIDADE. BRASÍLIA, MARÇO DE 2007. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.PORTAL.MEC.GOV.BR/DMDOCUMENTOS/PUBLICACAO2.PDF](http://www.portal.mec.gov.br/dmdocumentos/publicacao2.pdf)>. ACESSO EM: 18 DE JANEIRO DE 2019.

PHILIPPI JR., ARLINDO; PELICIONI, MARIA CECÍLIA FOCESI, EDITORES. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE. SÃO PAULO: MANOLE, 2005.

ROCHA, JOSÉ SALES MARIANO DA. EDUCAÇÃO AMBIENTAL TÉCNICA PARA OS ENSINOS FUNDAMENTAL, MÉDIO E SUPERIOR. BRASÍLIA: 2.ED./VER.AMPL./ABEAS, 2001.545P:IL.

TELLES, TENÓRIO. BRAGA, CELDO. MEIO AMBIENTE: EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA. MANAUS: EDIÇÕES KINTAW, 2004.



## PRÁTICAS DE CIDADANIA E EDUCAÇÃO

*Roberta Franklin dos Santos*

### **Introdução**

A cidadania não é, contudo, uma concepção abstrata, mas uma prática cotidiana. E a preparação para uma participação ativa na vida dos cidadãos tornou-se para a educação uma missão de caráter geral, uma vez que os princípios democráticos se expandiram pelo mundo.

Na história do povo brasileiro nunca se falou tanto em cidadania e em direitos humanos como nas últimas décadas. Essa temática vem se constituindo em um dos focos de interesse de diferentes instâncias da sociedade: movimentos sociais de comunicação, partidos políticos, organizações sindicais, instituições governamentais e não-governamentais e o meio acadêmico. A motivação por essas questões eclodiu, principalmente, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, após longo período de mutilação da cidadania, no qual os direitos civis e políticos foram cerceados, e devido ao distanciamento que separa o direito proclamado e a sua concretização, mesmo a respeito de o Brasil ter avançado em termos políticos-jurídicos dos ideais proclamados da democracia, conforme o que está prescrito no Artº da Constituição Federal.

Quando falamos em cidadania logo percebemos que o assunto requer atenção no contexto atual que estamos vivendo. Envolve concepções de ética, moral, conhecimento de sua cultura, de sua história o que por sua vez depende da percepção de cada indivíduo.

O mundo globalizado apresenta características que influenciam o ser humano, deixando-o confuso ou até convencido de que tais atitudes são corretas, como por exemplo, a violência, a mentira, a exploração das mais diversas formas e outros. Desta maneira, a formação do cidadão, que começa junto com sua família, passa a ver uma luta constante e perpassa por todos os ambientes que ele convive e interage com a sociedade.

Por vivermos essa preocupação escolheu-se o tema cidadania, dando ênfase à formação de cidadãos capazes de eger critérios de ação pautados na justiça, detectando e rejeitando a injustiça quando ela se fizer presente, assim como criar formas não violentas para atuar nas diferentes situações da vida. Observando as palavras-chave do trabalho: Cidadania – globalização – família – escola.

## Desenvolvimento teórico

Sobre o tema que se desenvolve no artigo, queremos deixar algumas considerações de ética e moral, que são valores importantes para todo o ser humano, pois norteiam o comportamento e a forma de agir perante os acontecimentos do dia a dia deixando-os transparecer nas ações as normas ditadas pela sociedade. O fato de a sociedade ser organizada e estruturada por um modelo econômico capitalista, extremamente, caracterizado por grande concentração de renda – aliás, uma das maiores do mundo, constitui um dos principais fatores da desigualdade social, da discriminação e da violência, esta última, presente nas diferentes instituições da sociedade.

Segundo discurso pedagógico, educar para a cidadania, é oferecer no mínimo necessário para disciplinar o cidadão. Nestes termos, a educação serve de instrumento para manter a ordem vigente onde uma pequena minoria, “instruída” e “educada”, governa e decide pela maioria. O estreito elo que se coloca entre educação e cidadania reduz o espaço de participação apenas aos ditos educados, pois percebem e organizam o espaço de acordo com os seus interesses, enquanto a maioria limita-se a aceitar a sociedade tal qual ela se apresenta.

Diante disso, é necessário que se desenvolva o senso crítico de análise da realidade, como afirma Freire, “conscientização é o olhar crítico possível da realidade, que a desvela para conhece-la e para os mitos que enganam e ajudam a manter a realidade da estrutura dominante”.

Quando se trata de educação como parte na formação da cidadania, devemos ter claro que esta não se constrói enquanto pré-condição de democracia e de participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua constituição. Partindo desse pressuposto, acreditamos que, se realmente queremos formar cidadãos conscientes, o processo educacional não pode continuar desvinculado do contexto social dos educandos, tornando, desta forma, o ato educativo significativo, tanto para o educando, quanto para o educador, sabendo que somente é possível ensinar valores quando esses mesmos valores são praticados por todos.

Cabe, então, a compreensão efetiva da cidadania e da formação dela na escola, como processo educativo mais amplo que se trava no plano estrutural e conjuntural da nossa sociedade marcada por uma espécie de síndrome do fim, dentro da qual a ideologia neoliberal consegue inverter o sentido histórico de inúmeros conceitos. A escola por sua vez, deverá exercer um papel fundamental, na construção da cidadania de seus participantes.

O caminho começa, portanto, no restabelecimento do diálogo entre os diferentes interlocutores, para que se possa pensar numa escola de cidadãos para cidadãos. Trata-se sim de fazer da escola um lugar onde educando e educador tenham espaço para discutir questões, criticar sobre elas, numa prática cotidiana com preparação ativa de caráter democrático. Agindo dessa forma a escola estará construindo junto com seus educandos uma consciência de capacidade crítica permitindo-lhe um pensamento livre e uma ação autônoma num caminho difícil onde terão que conciliar seus direitos e

deveres individuais em relação aos outros e as comunidades a que pertence, como o exercício da sua liberdade. Trata-se de fazer a construção de relações interpessoais mais democráticas dentro da escola com o objetivo explícito de introduzir o trabalho com assembleias escolares e de resolução de conflitos, possibilitando também outras ações como a ética.

Sendo que é à parte da filosofia que busca refletir sobre o comportamento humano no que refere a noção do bem e do mal, de justo e do injusto. A ideia procura responder as questões que nos fazemos: Como devo fazer? Como devo agir? O que é permitido a todos? E o que é inadmissível? Assim, identificamos os valores que contribui para que o ser humano elabore princípios de vida capazes de orientá-los para uma ação moralmente correta. As questões éticas abrangem as dimensões, individuais e sociais, que são construídas ao longo do processo de formação do ser humano, abrangendo valores universais.

Moral designa os costumes e tradições de cada povo, vinculada a um sistema de valores, próprio de cada cultura e de cada caminho espiritual. Os valores morais vão se moldando de maneira particular, tendo as características da personalidade que carrega as influências e herança cultural provenientes da igreja, escola, família e experiências vivenciadas, em todos os ambientes que frequenta. Trabalha com princípios particulares, que dependem da decisão, julgamento e escolhas que são realizados conforme a leitura e interpretação de mundo.

A ética e a moral se articulam dando ao ser humano a segurança na caminhada da vida buscando a realização de seus objetivos seguindo suas concepções e sua consciência. Sabemos que os meios de comunicação influenciam com suas informações, muitas vezes enganosas, que a violência e o desrespeito estão vivos em muitos programas de televisão, internet, sites, nos jornais... e que exercem um papel que desmantela com muitos valores culturais deixando-nos certos de que tudo está acontecendo dentro da normalidade. Assim, nos sentimos seguros e aliviados por não sermos responsabilizados por atitudes ou ações diferentes das tomadas por outros.

Toda a ação exige uma reação. Somos responsáveis pelas nossas ações? Quando estranhemos a forma como certos fatos ocorrem, saímos da ideia do senso comum e refletimos sobre os acontecimentos. A grande massa acha normal que os políticos roubem, enganem o povo. Mas o que leva as pessoas a aceitarem tal atitude? A vida em sociedade exige opinião própria, respeito e responsabilidade sobre os atos que realizamos. Mas como podemos desenvolver essas características sociais? O que é ético para mim pode não ser para o outro?

A educação pode colaborar nesta tarefa, oportunizando a formação de cidadãos pensantes, capazes de ler o mundo com seus acontecimentos, tendo a capacidade de discernir o comportamento ético, as intenções políticas, as vantagens da democracia e o valor de saber expressar a sua opinião, sabendo de seus direitos e deveres perante os diferentes grupos sociais que pertence.

Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais colocam que:

A cidadania deve ser compreendida como produto de histórias vividas pelos grupos sociais, sendo nesse processo, constituída de diferentes tipos de direitos e instituições... ao propor uma educação comprometida com a cidadania, elegeram baseados no texto constitucional, princípios segundo os quais orientar a educação escolar: Dignidade da pessoa humana, implica respeito aos direitos humanos, repúdio à discriminação de qualquer tipo de acesso a condição de vida digna, respeito mútuo nas relações interpessoais, públicas e privadas. Igualdade de direitos, refere-se à necessidade de garantir a todos a mesma dignidade e possibilidade de exercício de cidadania... Participação como princípio democrático, traz a noção de cidadania ativa, isto é, da completariedade entre a representação política tradicional e a participação popular no espaço público, compreendendo que não se trata de uma sociedade homogênea e sim marcada por diferenças de classe étnicas, religiosas, etc. Corresponsabilidade pela vida social implica partilhar com os poderes públicos e diferentes grupos sociais, organizados ou não, a responsabilidade pelos destinos da vida coletiva... (1997, p.22-23).

A organização social inclui diferentes grupos fundamentais em diferentes tipos de lideranças e coordenação, diferentes mecanismos de participação e comunicação, como por exemplo, à política, as diferentes manifestações culturais, diferentes origens e outros assuntos que se entrelaçam na formação do todo de um povo, podendo ser trabalhador como temas transversais ligando-os aos conhecimentos científicos de matemática, história, geografia... Ter conhecimentos básicos é importante, mas é necessário que o aluno conheça as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, sendo capaz de conhecer a si mesmo, fazer comparações, identificar similaridades e contrariedades, buscar explicações e compreender as múltiplas relações que diferentes sociedades em épocas variadas estabeleceram com a natureza e na construção de seu espaço geográfico, buscando a origem dos problemas sociais, econômicos e da relação do homem com a natureza, desenvolvendo atitudes de respeito às diferenças socioculturais, buscando compreender de que é um ser único e parte do ambiente que tem o poder e o dever de decidir sobre as suas ações que se somarão às decisões de outros na transformação deste ambiente.

Conforme ressalta Norberto Bobbio:

“O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é a sua natureza e o seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados” (1992, p.25).

Concordamos com Bobbio, no sentido de que a garantia dos direitos humanos é um problema político, e está relacionada ao nível de compromisso que os gestores das políticas públicas têm em assegurá-los e do poder da população de reivindicá-los. Entendemos que para desfrutar o direito é necessário que o indivíduo tenha condições de exercer a sua cidadania. Esse exercício está relacionado ao nível de conhecimento e de

conscientização que o indivíduo tem dos direitos e deveres, dos mecanismos para efetivá-los e do nível de organização que a sociedade possa ter para fazer valer os direitos. Essa é uma ação que tem início no plano individual, mas exige uma articulação coletiva.

Um grande desafio para o professor é fazer que o aluno identifique, incorpore e viva valores por meio de ações concretas. Mesmo com tantas transformações sociais, o professor exerce influências sobre os educandos e o seu ensinamento é o exemplo. As palavras se perdem, mas os registros das ações ficam na consciência e certamente serão reproduzidas em algum momento. A criança aprende também pela imitação. A atitude do professor se torna um exemplo a ser imitado, e ao mesmo tempo tão fundamental para a melhoria da qualidade de vida.

Geralmente as escolas se organizam para trabalhar com projetos especialmente direcionadas para a formação da cidadania, oportunizando o desenvolvimento da consciência em relação aos demais temas transversais, que serão alavancas mútuas para alcançar os objetivos da formação do cidadão. E como conceber uma escola que busque contribuir para o exercício da cidadania democrática?

No trabalho com crianças e jovens é importante que enfatizemos que os valores morais e éticos transcendem o conhecimento e devem ser desenvolvidos e praticados. Por isso, o filósofo alemão Max Scheller, afirma que “as coisas existem, os valores valem. Eles conduzem nossas decisões, atitudes e comportamentos a uma determinada direção” (SCHELLES; 2002, p.5).

O desenvolvimento de atividades com a intenção de disseminar um entendimento mais profundo e a aplicação desses valores nos contextos familiar, escolar e profissional, buscam resgatar o desenvolvimento integral do indivíduo através da reflexão e prática de valores e atitudes, por meio dos quais o aluno aprende a conviver com pessoas que têm pontos de vista, hábitos e culturas diferentes. Assim ele tem a oportunidade de desenvolver a cidadania e o respeito à dignidade humana fundamentado em uma cultura de paz.

Podemos trabalhar com crianças e jovens diferentes manifestações e relações interpessoais e valores como: cooperação, respeito, responsabilidade e humildade. É necessário que a escola se comprometa em levar aos alunos lições de cidadania e dê o exemplo, praticando aquilo que ensina. Assim, pais e professores precisam saber que educar para o exercício da cidadania, ou seja, ensinar aos mais novos, o que torna possível a convivência no espaço público, e exigir que tenham comportamentos e atitudes coerentes com o que aprendem, é uma questão de sobrevivência social.

Ainda, os autores Lipman e Padilha, acreditam que a pessoa se constitui através de valores e normas, que são adquiridas através do relacionamento social, o que faz com que a democracia, filosofia e educação tenham um papel diferenciador na formação do indivíduo. Dessa forma, a escola contribuirá para que o aluno adquira consciência do espaço onde vive e atua, sentindo-se cidadão atuante, que vai agir individual e coletivamente, tendo em suas mãos a escolha de agir no sentido de transformar ou não a realidade que se apresenta.



Sabemos que não nascemos com um manual de instruções nem com bulas, como as que os remédios trazem dentro de suas caixas, indicando do que se compõem, para que servem e como devemos proceder para deles fazermos um bom uso. Apenas nascemos, sem nenhuma explicação ou instrução de como devemos proceder. E, se de um lado isto coloca na situação incômoda de termos de buscar nossas próprias respostas para a vida, por outro lado nos garante o que de mais fundamental os seres humanos têm: a liberdade. Somos livres para ser, viver, escolher e agir, sem que nenhum manual ou bula predetermine as nossas vidas. Viver a liberdade com responsabilidade talvez seja um dos maiores desafios que temos para enfrentar. Ela se constrói junto com a de nós mesmos semelhantes, por meio do respeito ao outro, ela é construção social.

Dentro dessa perspectiva a Constituição Federal de 1988 apresenta em seu Artigo 5º a seguinte definição:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 85).

Por sua vez, a constituição apresentou novas definições relacionadas aos direitos e as classes. Dessa forma, o papel da escola, torna-se cada vez mais relevante, pois as diferenças que hoje são vivenciadas no âmbito social, precisam ser trabalhadas e desenvolvidas nos bancos escolares para que a formação humana apresente uma roupagem diferenciada e um novo olhar crítico seja formado.

Acreditamos que a forma de ensino da maneira tradicional, voltada ao docente, mero transmissor de teorias através da prática dialética, para que se obtenha bom desempenho, mesmo que de forma demorada, está perdendo espaço para novas alternativas de interações dialógicas entre discente e docente, para a construção do conhecimento.

Sendo assim, a escola possui um papel primordial na formação do indivíduo, não apenas no quesito conteudista, mas sim na formação da pessoa, exercício que se dá através do estímulo do pensar, na autonomia para que a criança e o jovem possam construir e desconstruir conceitos impostos pelos meios em que vivem e convivem. Dentro dessa perspectiva, acredita-se que essa construção ocorrera através dos valores intrínsecos do indivíduo. Berti 2005 acredita que:

A educação em valores precisa ensinar o ser humano a conduzir a própria vida, a tornar-se pessoa. Não uma pessoa fechada, individualista, mas consciente, responsável, livre, ética, solidária e com senso do coletivo e do ser humano. (BERTI 2005, p.12)

Ainda, (BOCHNIAK, 1991 apud TORRES, 2003, p. 35):

## EDUCAÇÃO BRASIL

A escola precisa ser formada para o trabalho com os temas transversais e com a interdisciplinaridade, em especial, que subsidia a abordagem dos referidos temas, entendidas as questões da transversalidade e da interdisciplinaridade como atitude de superação de toda e qualquer visão fragmentada e/ou dicotômica que ainda mantemos quer de nós mesmos, quer do mundo, quer da realidade.

Entende-se assim que a interdisciplinaridade, possui um papel importante na conversação entre as áreas do conhecimento. De modo que o conhecimento transmitido para o aluno precisa estar alinhado de forma correta, para que as áreas do saber não propiciem empilho de informações desconexas. Para que isso possa ser trabalhado de forma positiva, necessita-se desenvolver o hábito de escutar e também de ser escutado, pois essa forma permite que novas formas de apreender sejam percebidas, pelos participantes do processo. Um exercício contínuo de ouvir e ser ouvido, aprender e ensinar de uma nova maneira, que favoreça trocas de conhecimentos e experiências, num complementar constante.

Dessa forma, percebe-se que é possível superar as dificuldades oriundas de uma prática interdisciplinar fragmentária e teórica, identificando como transformar o velho e construir o novo.

A criança, no seu processo de formação humana, é um embrião humano. A sala de aula é o útero social da produção humana, garantidora de sua educação básica. A escola constitui-se no corpo, no qual se gesta a condição humana. As relações com os pais, familiares, a sociedade em geral, vão se ampliando, determinando e constituindo o sujeito. Logo a escola, sendo esse corpo, necessita promover ações- reflexões-intervenções educativas, que contribuem direta e intencionalmente na construção humana e no exercício da Cidadania.

A sociedade vive a era da informação, da globalização e, portanto, exige um tipo de educação que atenda aos requisitos necessários para a inserção no mercado de trabalho e cumprimento legal do exercício da própria cidadania. Enquanto os indivíduos evidenciam uma acentuada diversidade social e cultural, onde, enquanto cidadãos, tentam aprender algo mais, com o intuito de exterminar a alienação e integrá-los de forma efetiva e democrática na sociedade, o sistema dribla esses objetivos com estratégias utópicas e alienadoras.

Cortella corrobora dizendo que:

Não podemos entender essas urgências e turbulências como uma fatalidade, tampouco como a admissão da falência dos nossos esforços. Devemos entendê-las como uma ocorrência que, se foi por nós consentida ou produzida, pode ser construída, reinventada, refeita de outro modo... em que se pega uma estrutura viva, se identifica o problema e se ajuda a corrigi-lo para que a vida seja preservada. Hoje há um falecimento das condições de formação e criação de crianças e jovens. (Cortella, 2017, p.8,9).

Nos estruturamos como força tarefa para não nos desvincularmos desta nova geração, surpreendida em vários aspectos, capazes de ações exuberantes, também superproduções, distorções de convivência, muitas vezes sem paciência, enfraquecida de ética insolente. Devemos entendê-la como uma prática interdisciplinar que vem para auxiliar toda a comunidade escolar a compreender e promover com mais significado o exercício da cidadania. Todavia, sabe-se que é um grande desafio praticar toda essa teoria.

Porém, cabe a todos os envolvidos com a educação, pelo menos um esforço no sentido de anular a dicotomia teoria/prática, principalmente se considerar alguns objetivos como: tornar o aluno um permanente aprendiz; fomentar uma reflexão com autonomia e independência; importar-se com o outro na relação de empatia; utilizar com disciplina os recursos do meio em que vivem e que tenham competências básicas de falar, escrever, ler, ouvir e lidar com quantidades e números; instrumentalizar os jovens para participar da cultura, das relações sociais e políticas, considerando as expectativas dos discentes, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores e enfim dos envolvidos diretamente no processo educativo.

Nós não somos ilha, vivemos de maneira coletiva, temos uma identidade, marcamos uma presença no mundo que não é repetidora, mas que requer uma construção de condições necessárias para o percurso de um caminho a ser trilhado. Devemos exercer responsabilidade docente, até para auxiliar na preparação autônoma do estudante, enquanto meu aluno. Formar alguém é diferente de moldar. É enveredar para um caminho do bem. Afinal quem ama não descuida.

Diante de tanto progresso e transformação, cabe ao discente optar pela educação como trilha norteadora que o direciona ao cume mais cobiçado pela sociedade: a cidadania. O cidadão é o ente fundamental para uma sociedade justa e igualitária, uma vez que ele cumpre com os seus deveres e exige os seus direitos.

A tão almejada construção da cidadania só será efetiva, se for levado em consideração este grande e robusto pilar básico que tem condições, suficientes, para contribuir com a formação de novas gerações justas e equilibradas. Contudo, investir na educação é, ao mesmo tempo, apostar numa sociedade desmascarada, ativa, compromissada com o bem-estar social, cumpridora dos deveres que lhes estão incumbidos e ciente dos direitos que lhes estão garantidos na lei.

### **Considerações Finais**

Portanto, o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto são, sim, valores relativos a cada momento histórico, mas não podemos desconsiderar que existem valores universais a serem preservados, para que o homem e a mulher, seja qual for sua etnia, crença, religião ou cultura, possam alcançar o máximo de sua dignidade. A solidariedade e o respeito ao próximo são dois valores, dos quais não devemos e não podemos abrir mão.

Ao focalizarmos a educação como instrumento de formação da cidadania, através do trabalho desenvolvido na escola privada, temos a clareza de que esta sozinha não se dá conta da tarefa de formar cidadãos, uma vez que a formação da cidadania vai além de seus muros. Ela é forjada no dia a dia das relações dos indivíduos e no conjunto das organizações da sociedade, a exemplo dos movimentos sociais que têm apresentado contribuições relevantes nesse processo.

Esse estudo partiu do pressuposto de que a concretização de uma proposta de escola tem como principal determinante o nível de consciência e de conhecimento que nós educadores temos dos direitos e deveres, além de uma vivência cidadã que se efetiva no campo individual, mas principalmente, enquanto sujeito coletivo. Isto requer um trabalho compartilhado e participativo de todos os atores que estão envolvidos no projeto pedagógico. Concordamos com Romão e Padilha:

“Planejar a escola de forma socializada é exercitar a cidadania, pois implica a tomada de decisões, em desenvolvimento com as ações do cotidiano escolar e em avaliações dos serviços prestados à população. O planejamento deve começar pela inserção de toda a sociedade no debate democrático sobre as questões relativas não só ao processo de ensino aprendizagem, mas também em relação às questões da própria sociedade em que ela se insere, considerando sempre os condicionantes socioculturais e políticos que influenciam e afetam diretamente o cotidiano escola (1997, p.85)”.

Na escola há participação do professorado, dos alunos, do pessoal administrativo, da comunidade escolar. A participação está associada, também, ao trabalho integrado e a coesão entre os atores, ou seja, o corpo discente e docente, que ajuda no dia a dia a enfrentar os problemas sociais.

Ainda se entende que no contexto escolar, quando abordada a temática de cidadania, obtém-se uma educação com qualidade. No entanto, esse processo está além, pois ao desenvolver a sistemática de construção do conhecimento a partir do pensar reflexivo, acreditamos que o aluno consegue romper as barreiras das discriminações ideológicas, de classes sociais e de racismo. Pois dessa forma acreditamos que possa desenvolver um aluno com uma visão crítica com relação à sociedade que temos hoje, de forma que possa expressar seus pensamentos de maneira livre e transformadora.

### **Bibliografia**

BRASIL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – VOLUME 8. BRASÍLIA. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC/SEEF, 1997.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: CNE/CEB Nº4. BRASÍLIA: MEC/SEF, 2010.

\_\_\_\_\_. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. ADOTADA E PROCLAMADA PELA RESOLUÇÃO 217 A (III), DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS EM 10 DE DEZEMBRO DE 1948. DISPONÍVEL EM: <

## EDUCAÇÃO BRASIL

[HTTP://PORTAL.MJ.GOV.BR/SEDH/CT/LEGIS\\_INTER/ DDH\\_BIB\\_INTER\\_UNIVERSAL.HTM](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm)>. ACESSO 02 OUT. 2013.

\_\_\_\_\_. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL: LEI 9394/96. BRASÍLIA, 1996.

\_\_\_\_\_. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: APRESENTAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS, ÉTICA. BRASÍLIA: MEC/SEF. 1997.

BOBBIO, NORBERTO. O FUTURO DA DEMOCRACIA: UMA DEFESA DAS REGRAS DO JOGO. RIO DE JANEIRO. PAZ E TERRA. 1986.

\_\_\_\_\_. A ERA DOS DIREITOS. RIO DE JANEIRO: CAMPUS. 1992.

CORTELLA, MÁRIO SERGIO. FAMÍLIA: URGÊNCIAS E TURBULÊNCIAS. SÃO PAULO: CORTEZ, 2017.

COTRIM, GILBERTO. FUNDAMENTOS DA FILOSOFIA. SER, SABER E FAZER. 14ª ED. SARAIVA. 1999.

COU TINHO, CARLOS NELSON. NOTAS SOBRE CIDADANIA E MODERNIDADE. REVISTA AGORA – POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL, ANO. 2, VOL.3, DEZ. 2005. DISPONÍVEL EM: [WWW.ASSISTENTESOCIAL.COM.BR/AGORA3/COU TINHO.DOC](http://WWW.ASSISTENTESOCIAL.COM.BR/AGORA3/COU TINHO.DOC). ACESSO EM 10 OUT. 2013.

FREIRE, PAULO. POLÍTICA E EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: CORTEZ, 1997.

LIPMAN, MATTHEW. A FILOSOFIA VAI À ESCOLA. SÃO PAULO: SUMMUS, 1990.

ROMÃO, JOSÉ E PADILHA, PAULO. PLANEJAMENTO SOCIALIZADO ASCENDENTE NA ESCOLA. IN: GADOTTI, MOACIR E ROMÃO, JOSÉ. (ORG.). AUTONOMIA DA ESCOLA: PRINCÍPIOS E PROPOSTAS. 2ª ED. SÃO PAULO: CORTEZ. 1997.

SANCHES, LILIANE BARREIRA. A LÓGICA DE LIPMAN. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.GOOGLE.COM.BR/URL?SA=T&RCT=J&Q=&ESRC=S&SOURCE=WEB&CD=2&VED=0CDIQFjAB&URL=HTTP%3A%2F%2FSEER.BCE.UNB.BR%2FINDEX.PHP%2FRESAFE%2FARTICLE%2FDOWNLOAD%2F5469%2F4576&EI=eMxpUVjwHofk9ASmgIGGAQ&USG=AFQJCNHqJYt34ZQHiseWCDWmWlcsQ3eUPG&bvm=bv.55123115,d.eWU](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0CDIQFjAB&url=http%3A%2F%2Fseer.bce.unb.br%2Findex.php%2Fresafe%2Farticle%2Fdownload%2F5469%2F4576&ei=eMxpUVjwHofk9ASmgIGGAQ&usg=AFQJCNHqJYt34ZQHiseWCDWmWlcsQ3eUPG&bvm=bv.55123115,d.eWU)>. ACESSO EM 10/11/2013.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. CADERNOS PEDAGÓGICOS. SEMINÁRIO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO POPULAR. PORTO ALEGRE. 2002.

## OS DESAFIOS DO DOCENTE NO USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS EM SALA DE AULA

*Morgana Secchi*

*Alisson Secchi*

### **Introdução**

Diante do contexto atual, percebe-se a relevância e a necessidade de se adequar à realidade escolar, em especial, as práticas escolares, à situação real do aluno, afinal, vive-se diariamente, em meio a constantes transformações sociais. Com isso, os recursos utilizados em sala de aula, também devem estar em consonância com o mundo real. Inevitavelmente, torna-se inadmissível, hoje em dia, um professor que desconheça a existência e, com isso, não utilize tais recursos, afinal, vivemos na era da informação e comunicação. Obviamente, a atração pelo “novo” sempre existe, entretanto, muitas vezes, por diferentes fatores, o professor acaba ficando à mercê do velho, do chato e do cansativo e isso, de fato, atinge diretamente o aluno e sua aprendizagem.

Assim, as novas tecnologias devem ser empregadas para enriquecer o ambiente educacional, sendo que, para conseguir dar conta dessa inserção no cenário educacional é solicitado aos professores novos saberes e competências para lidar criticamente com as TIC em seu trabalho docente (LÉVY, 1999), no sentido de conhecer o computador, os suportes midiáticos e todas as possibilidades educacionais e interativas para aproveitá-las nas mais variadas situações de ensino-aprendizagem e nas mais diferentes realidades educacionais (KENSKI, 2001).

Contudo, a tecnologia gera vários conflitos, principalmente no que diz respeito à utilização, por parte de professores, nas suas propostas pedagógicas. Sabe-se, infelizmente, que muitos não sabem como e, talvez, até mesmo quando utilizar determinados recursos tecnológicos no seu cotidiano. Faz-se necessário ter em mente que as tecnologias são muito importantes no contexto de sala de aula, entretanto, de nada adianta se elas não estiverem a favor do aprendizado dos alunos. Sabe-se que as novas ferramentas de comunicação e informação disponíveis atualmente, suscitam inúmeras reflexões tanto nos educandos como também nos educadores, afinal, são grandes avanços sobre a sociedade, com o intuito de reproduzir e multiplicar conhecimento. Assim, o desenvolvimento dessas novas tecnologias nas escolas requer novas atitudes por parte de todos os profissionais que nela atuam.

Desta forma, o referido trabalho visa destacar as principais mudanças que permeiam e atingem a educação nesse contexto, e alguns dos desafios que surgem frente ao trabalho docente, enfim, diante dessas exigências. Enfatiza-se que, também, de nada adianta ter acesso e/ou adquirir determinadas tecnologias nas escolas, se ainda temos

professores despreparados para utilizá-las, por exemplo, quando o conhecimento surge em meio às necessidades reais de aperfeiçoamento. Ainda, é de extrema importância, neste caso, aos profissionais da educação buscar, gradativamente, subsídios em relação a sua própria qualificação profissional, através de outros saberes, metodologias diferenciadas, de recursos inovadores. Nisso, surgem algumas questões relevantes, pois sabe-se que a desvalorização do educador existe, e que as políticas existentes, de fato, não o favorecem.

Vale ressaltar, então, que a prática das novas tecnologias pode auxiliar, e muito, o professor em sala de aula. Com isso, para que haja profissionais capacitados e comprometidos com a educação, requerem-se, também, melhorias na qualidade de trabalho, permitindo-lhes, assim, novas oportunidades. Em vista disso, torna-se pertinente refletir a respeito do desenvolvimento da sociedade em que vivemos, uma vez que ela inclui e, ao mesmo tempo, exclui pessoas, enfim, a educação voltada para a formação profissional, tendo em vista as exigências do mercado atual.

### **O professor na era da globalização**

A sociedade atual é impulsionada pelo acelerado desenvolvimento das possibilidades oferecidas pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e suas presenças nos mais diferentes espaços de sociabilidade, desde o século XX. A exploração da *internet* (a *world wide web*), em 1995, provocou e vem provocando inúmeras mudanças na cultura, na sociedade, na economia. Todas as esferas da vida social foram atingidas pelas tecnologias em rede e suas consequentes transformações, que têm revolucionado o modo de relacionamento e de comunicação entre as pessoas, assim como o modo de produção e de consumo (CASTELLS, 2001).

Enquanto instrumentos mediadores culturais inter e intrapsíquicos, as tecnologias apresentam-se como outras possibilidades para os sujeitos, no âmbito da educação, terem acesso às informações. Transformá-las em conhecimento com sentido e significado é possibilitar seu constante desenvolvimento, adentrando-se os espaços concebidos no ciberespaço (LEVY, 2011). Assim, a comunicação interativa com outros, em seus mais diferentes níveis de realidade, para além da presencialidade física, é hoje um dos grandes desafios (COOLL et.al, 2010).

O processo de adaptações e de inovações tecnológicas surge na sociedade atual, dominando-a, uma vez que as informações perpassam os nossos olhares. Sabe-se, que o conhecimento também surge das experiências individuais vividas por cada pessoa e que a informação está presente, diariamente, em nossas vidas. Vive-se em meio a uma nova sociedade, na qual somos direcionados a buscar algo a mais a cada dia, construindo, significativamente, novos saberes, a partir de um contexto social. Caso contrário, surge outra sociedade: a dos excluídos, daqueles que não se atualizam, e, com isso, não acompanham os avanços sociais ocorridos. No que diz respeito a isso, Libâneo (*apud* Frigotto, 2004) coloca

“É importante destacar que na era da globalização um dos grandes desafios da sociedade atual é ter um sistema educacional que promova e viabilize a formação de indivíduos preparados para essa realidade, com níveis de aprendizado compatíveis com a necessidade social existente” (LIBANEO *apud* FRIGOTTO, 2004)

Nitidamente, com isso, a educação pode ser vista como um grande passo neste processo de inovação, mas e quanto à falta de profissionais qualificados para dar conta das exigências do mundo contemporâneo?

Salienta-se, que a criação de um projeto político pedagógico voltado, de fato, para as reais necessidades da comunidade escolar é indispensável, uma vez que a escola, tampouco o professor, não pode fechar os olhos para isso, afinal, não se consegue mais separar educação e tecnologia. Diariamente, muitas vezes, sem nos darmos conta, as tecnologias surgem à nossa frente, de diferentes formas. Para isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1984) afirmam que

“(...) multiplicaram-se os instrumentos de comunicação e é enorme a quantidade de informação disponível, mas a capacidade de assimilação humana continua a mesma, tanto do ponto de vista físico como psicológico. Outro aspecto a ser considerado é o fato de que informação em quantidade não quer dizer informação de qualidade. Em torno das sofisticadas tecnologias circula todo tipo de informação, atendendo a finalidades, interesses, funções bastante diferenciadas. [...] O domínio da tecnologia só faz sentido quando se torna parte do contexto das relações entre homem e sociedade. Assim, ela representa formas de manutenção e de transformação das relações sociais, políticas e econômicas, acentuando a barreira entre os que podem e os que não podem ter acesso a ela” (PCNs, 1984)

Com isso, surge o desafio de o professor ser o mediador neste processo de construção do conhecimento, sendo que, através da internet, ele pode criar e recriar situações, a partir dos conteúdos a serem trabalhados, em meio aos objetivos estabelecidos, visando às informações e aos recursos disponíveis na rede.

Nesse cenário tecnológico, os alunos são denominados nativos digitais, já que nasceram, e cresceram, em meio à efervescência tecnológica, com tais recursos à sua disposição; uma de suas características é a utilização, em larga escala, dos aparatos digitais. Assim, a acessibilidade a tais dispositivos faz toda a diferença nessa geração (PRENSKY, 2004).

Nesse sentido, os professores podem e devem auxiliar os alunos em como utilizar determinadas ferramentas, a compreender e a interpretar informações, pesquisá-las, considerando o contexto social. Conforme Corrêa (2001):

Devemos construir uma nova articulação entre tecnologia e educação, aquilo que chamaríamos de uma visão crítica, apesar do desgaste da palavra “crítica”. Ou seja, compreender a tecnologia para além do mero artefato, recuperando sua dimensão humana



e social. Lembrando que as tecnologias que favorecem o acesso à informação e aos canais de comunicação não são, por si mesmas, educativas, pois, para isso, dependem de uma proposta educativa que as utilize enquanto mediação para uma determinada prática educativa” (CORREA, 2001)

Poder aliar as novas tecnologias à educação é, também, possibilitar com que os educandos adquiram conhecimentos rapidamente. Enfatiza-se, que os diferentes meios tecnológicos existentes certamente podem qualificar a aprendizagem dos educandos, motivando-os à leitura e à escrita, pois, através da internet os alunos podem, a partir da leitura, produzir variados textos, por exemplo. Têm-se, também, outros meios de comunicação, como a televisão e o rádio, possibilitando ao professor trabalhar com propagandas diversificadas, a partir de filmes, por exemplo. De fato, são inúmeras as possibilidades de inovação no que diz respeito às práticas de ensino, mas, também, ao mesmo tempo, dependem de diferentes fatores, como já foi citado anteriormente.

No artigo intitulado “Impacto das ações formativas no uso de tecnologias nas práticas docentes”, Alves et.al (2017), afirmam

Uma vez que a cultura digital da atualidade, caracterizada pelo dinamismo, pela fluidez e pela interatividade, tem requerido de todos nós, sujeitos, uma participação mais efetivamente interativa frente à resolução de qualquer problema - em casa, no trabalho, na vida social, na escola. Requer também em relação à apreensão de conhecimentos e habilidades - ainda que minimamente - dos aparatos tecnológicos para o uso mais seguro, crítico e reflexivo destes, tanto na vida pessoal quanto na social. Considerando que as tecnologias já fazem parte do cotidiano escolar, políticas públicas que tenham em seu bojo o objetivo de disseminação da cultura contemporânea, por meio de cursos de formação nos âmbitos educativos, focando-se na utilização das tecnologias nos processos de ensino e de aprendizagem, estas precisam ser objetos de atenção e de estudo de pesquisas para o acompanhamento dos seus efeitos e das repercussões iniciados nos espaços de formação continuada e de sua efetiva aplicabilidade nos processos de ensino e aprendizagem (ALVES et.al, 2017).

O excesso de informações disponíveis através dos variados meios de comunicação, ao mesmo tempo que facilita, pode dificultar as nossas vidas, já que exige que nos tornemos mais críticos em relação ao conteúdo que absorvemos diariamente. No que se refere ao trabalho docente, por exemplo, as novas tecnologias devem ser vistas como aliadas no processo de ensino, enfim, como possibilidade de diversificar a metodologia utilizada no contexto da sala de aula e, com isso, deixar as atividades mais atraentes para os alunos, dando oportunidade de expressão e participação aos mesmos. A era digital pode possibilitar ao docente o estabelecimento de uma rede de comunicação e informação entre a escola e o cotidiano em que os indivíduos estão inseridos, possibilitando relacionar a teoria com as suas vivências do cotidiano, estabelecendo conexões, fazendo comparações a fim de aumentar seu interesse e despertar sua criticidade (ALVES et.al, 2017).

Segundo os mesmos autores, é extremamente importante se refletir sobre a influência positiva que as mídias tem no contexto escolar, bem como qual a postura o professor precisa adotar frente a todas as mudanças, tendo em vista as melhorias que elas podem proporcionar dentro do processo de ensino. No que tange ao uso de mídias diversas em sala de aula, é fundamental que o professor procure se adequar à nova realidade, tentando buscar formas de inserir sua prática educativa no contexto atual, o qual está se transformando muito rapidamente e que requer novas metodologias, bem como novas linguagens adaptadas para cada situação e contexto de uso.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica indicam, no entanto, que esses saberes e competências devem ser garantidos na formação dos professores, tanto inicial quanto continuada, "(...) o professor deve ser capaz de fazer uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a aumentar as possibilidades de aprendizagem dos alunos." (BRASIL, 2002, p. 43).

Assim, a necessidade de formação continuada por parte dos professores, tanto em nível inicial quanto na forma continuada, surge como um dos principais instrumentos mediadores e de aproximação entre escola e cultura, bem como para a inclusão dos professores, a apreensão dos recursos tecnológicos e a fluência tecnológica (KARSENTI, VILLENEUVE, RABY, 2008; COSTA, 2008; RICOY, COUTO, 2011; SAMPAIO, COUTINHO, 2013; AZEVEDO, PUGGIAN, FRIEDMAN, 2013; BAPTISTA, 2014; MIRANDA, 2014; MENEZES, 2014; JAVARONI, ZAMPIERI, 2015).

Essa necessidade se dá pelo fato de a maioria dos professores ser considerada "imigrantes digitais", ou seja, por não terem sido formados para atuarem nessa cultura digital, contexto do qual os estudantes já não conseguem se imaginar fora. Os professores, ou "imigrantes digitais", lidam cotidianamente, nas salas de aula, com alunos que já não mais estão restritos ao acesso aos bens culturais selecionados apenas pelo professor, como assegura (LUCENA, 2016).

### **A escola e as exigências de um novo mundo**

As exigências de uma sociedade moderna proporcionam uma maior reflexão a respeito da valorização dos próprios professores, pois o descaso com que é vista a educação pela sociedade é "alarmante". Contudo, até os educadores, sobretudo, aqueles que já têm vários anos de trabalho, sentem-se desmotivados em meio à tamanha desordem no ensino. Fundamentalmente, é preciso ter-se um novo olhar sobre a escola e o professor, pois com uma visão mais ampla do assunto, provavelmente, as ações educativas se modificarão, e com isso, o contexto escolar como um todo.

Nesse sentido, Piaget (*apud* Duarte, 2000, p. 34) afirma que, "o ideal da educação é não aprender ao máximo [...] mas antes de tudo aprender a aprender, aprender a desenvolver e aprender a continuar se desenvolvendo depois da escola". E, é por isso que se ressalta o desafio de um novo perfil de professor, aquele capaz de provocar em seus alunos a reflexão, preparando-os para viver em uma sociedade transformadora, em

meio as informações e conhecimentos que o avanço das tecnologias da informação e comunicação possibilita e, com isso, recria outras situações de aprendizagem, a partir de novas convivências.

O novo conceito de educação faz com que se evidenciem espaços mais flexíveis de aprendizagem. Entretanto, muitas vezes, ainda a sala de aula se fecha a simples troca de conhecimentos, sem interação, o professor pergunta e o aluno responde, e assim por diante. Segundo Moran (1998),

o ensino com as novas mídias deveria questionar as relações convencionais entre professores e alunos. Para tanto, define o perfil desse novo professor - ser aberto, humano, que valoriza a busca, o estímulo, o apoio e ser capaz de estabelecer formas democráticas de pesquisa e comunicação (MORAN, 1998)

É notório que a reformulação da escola, sobretudo do planejamento do professor, das práticas de ensino em sala de aula é necessária, objetivando ter uma educação direcionada a construção do conhecimento como um todo, tendo como base a mediação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), também sugerem o uso das novas tecnologias quando se fala em processo de ensino e aprendizagem,

O perfil do trabalhador vem sofrendo alterações, e em pouco tempo a sobrevivência no mercado de trabalho dependerá da aquisição de novas qualificações profissionais. Cada vez mais torna-se necessário que o trabalhador tenha conhecimentos atualizados, iniciativa, flexibilidade mental, atitude crítica, competência técnica, capacidade para criar novas soluções e para lidar com a quantidade crescente de novas informações, em novos formatos e com novas formas de acesso (PCNs, 1998)

Neste ponto, a conscientização de todos é indispensável nos caminhos apontados para a produção de conhecimento. Enfatiza-se, que o computador nas escolas pode ser um dos caminhos para a transformação, entretanto, de nada adianta o ter se não existirem pessoas comprometidas com isso. Vale destacar que, o principal papel do educador neste processo é de dar significado à existência destas tecnologias viabilizando informações, considerando as várias possibilidades existentes. Ainda, segundo os PCNs (1998),

As tecnologias da comunicação e informação podem ser utilizadas para realizar formas artísticas; exercitar habilidades matemáticas; apreciar e conhecer textos produzidos por outros; imaginar, sentir, observar, perceber e se comunicar; pesquisar informações curiosas etc., atendendo os objetivos de aprendizagem ou puramente por prazer, diversão e entretenimento. Para garantir aprendizagens significativas, o professor precisa considerar a experiência prévia dos alunos em relação ao recurso tecnológico que será utilizado e ao conteúdo em questão; e organizar as situações de aula em função do nível de competência dos alunos. As aulas devem ser planejadas levando-se em consideração: os objetivos e os conteúdos de aprendizagem; as potencialidades do recurso tecnológico para promover

aprendizagens significativas; os encaminhamentos para problematizar os conteúdos utilizando tecnologia; e os procedimentos da máquina que são necessários conhecer para sua manipulação" (PCNs (1998, p. 153).

Assim, a escola em conjunto com o professor precisa oferecer um ensino mais condizente com a realidade vivida, uma vez que os novos recursos e meios de comunicação vêm provocando, despertando e estimulando uma nova linguagem nos educandos, sendo assim, não se tem como negar que a educação faz parte da sociedade da informação.

Infelizmente, a falta de infraestrutura e de recursos em muitas escolas também dificulta e muitas vezes impede o uso das tecnologias pelos professores em sala de aula, seja em termos de equipamentos, conexão de internet e/ou ambientes em que esses equipamentos possam ser utilizados. A inexistência ou insuficiência de apoio institucional para seu uso torna-se um agravante para o professor que quer adotar as TIC em sua prática (SCHUHMACHER, 2014).

Ao mesmo tempo, pesquisas apontam que o acesso e o domínio das ferramentas tecnológicas básicas, nos contextos em que há infraestrutura e tecnologias disponíveis, por exemplo, para que sejam, de fato, didaticamente utilizadas como recursos mediadores, dependem fundamentalmente de um trabalho em rede-lógica, o que, em geral, não acontece nas escolas (RICOY, COUTO, 2011; SAMPAIO, COUTINHO, 2013). Com isso, a resistência quanto ao uso das tecnologias em contextos educativos, infelizmente, dificulta e com isso torna lenta a efetiva necessidade de as tecnologias fazerem parte da realidade educativa de estudantes nativos digitais, numa concepção de educação com as tecnologias e para as tecnologias (ZANDAVALLI e PEDROSA, 2014 apud ALVES et.al, 2017).

As tecnologias, nesse sentido, são compreendidas como instrumentos culturais simbólicos que permitem que os estudantes sejam coautores no processo dinâmico de relações que envolvem o ensino e a aprendizagem. A "mediação" por parte do professor é um dos processos de interação favoráveis e capazes de propiciar aos estudantes avanços significativos em seus processos de aprendizagem para além do que já fazem sozinhos, os quais utilizam as possibilidades potenciais dos aparatos tecnológicos para a elaboração de processos de subjetivação com inflexão para a criação. Essa é uma postura a ser assumida tanto por parte de quem ensina, quanto por parte de quem aprende (VYGOTSKY, 2007).

Cabe ressaltar, então, a necessidade de mudanças nas políticas educacionais para a melhoria das condições de trabalho dos professores e da ampliação de formações em serviço. Dessa maneira, as TDICs poderão ser utilizadas de forma reflexiva, crítica e criativa, ou seja, como instrumentos mediadores culturais entre o que é necessário ensinar e o que é significativo, por parte dos alunos, aprender. Na atualidade, são inúmeras as possibilidades de acesso ao conhecimento por meio de *sites*, redes sociais, bancos de dados, além das possibilidades de interação com pessoas de outros países, para trocarem

ideias e interesses por temas em comum, por exemplo (ZANDAVALLI; PEDROSA, 2014).

Diante disso, a escola torna-se o meio de inserção para a inclusão digital de classes sociais desprovidas de acesso aos recursos tecnológicos, principalmente os oriundos das escolas públicas, que são em sua maioria excluídos da sociedade da informação. Tendo em vista que grande parte dos alunos não tem condições de adquirir seu próprio computador, a escola seria o espaço mais apropriado para que ocorra a inclusão, não apenas através da compra de computadores, mas também com a formação teórica e prática dos novos usuários (BEZERRA e AQUINO, 2011).

### **Considerações Finais**

A Internet e as novas tecnologias estão modificando o contexto de ensino e, com isso, trazendo mais desafios pedagógicos para as escolas. Assim, diante do que foi exposto aqui, a respeito dos principais desafios enfrentados pelo professor no uso das tecnologias da informação em sala de aula, pode-se dizer que são vários os fatores relacionados, que vão desde a falta de recursos e investimentos, até a necessidade de formação específica para saber lidar com os recursos tecnológicos existentes, por exemplo.

Como foi visto, aliar tecnologia e ensino significa aprimorar e dinamizar o processo educacional, o que é fundamental nos dias de hoje. Aqui, surge a grande relevância do papel do educador neste processo de acesso a sua própria sociedade, que está em transformação diariamente. Indispensavelmente, os recursos disponíveis possibilitam o aprimoramento das habilidades necessárias para viver em sociedade. Contudo, o contexto da sala de aula precisa ser repensado, com o intuito de que realmente se contribua para a formação individual dos educandos, a fim de torná-los sujeitos competentes, críticos, conscientes, preparados e, por fim, atualizados para o meio em que vivem.

### **Referências Bibliográficas**

- ALVES, LUCICLEIDE ARAÚJO DE SOUZA; SANTOS, BENEDITO RODRIGUES; FREITAS, LÊDA GOONÇALVES DE FREITAS. "IMPACTO DAS AÇÕES FORMATIVAS NO USO DE TECNOLOGIAS NAS PRÁTICAS DOCENTES". UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE - SÃO PAULO. PSICOL. TEORIA E PRÁTICA. VOL.19 NO.3, DEZ.2017. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PEPSIC.BVSALUD.ORG/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCL\\_ARTTEXT&PID=S151636872017000300014&LNG=PT&NRM=ISO&TLNG=PT](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=scl_arttext&pid=S151636872017000300014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)> ACESSO EM: 15 ABR. 2019
- AZEVEDO, M. C., PUGGIAN, C., FRIEDMANN, C. V. P. WEBQUESTS, OFICINAS E GUIA DE ORIENTAÇÃO: UMA PROPOSTA INTEGRADA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA. BOLEMA: BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: 27(46),663-680, 2013.
- BAPTISTA, J. B. REFLEXÕES DE PROFESSORES DE INGLÊS EM FORMAÇÃO INICIAL SOBRE O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS. REVISTA BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA APLICADA: 14(3),533-552, 2014.

- BEZERRA, L. T. S.; AQUINO, M. A. ENSINAR E APRENDER NA CIBERCULTURA. REVISTA FAMECOS – MÍDIA, CULTURA E TECNOLOGIA. PORTO ALEGRE, v.18, n.3, SET/DEZ. 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA. PCN+ ENSINO MÉDIO: ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS COMPLEMENTARES AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS. BRASÍLIA, 2002.
- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: TERCEIRO E QUARTO CICLOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INTRODUÇÃO AOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. BRASÍLIA: MEC/SEF, 1998.
- CASTELLS, M. (2001). A GALÁXIA INTERNET: REFLEXÕES SOBRE INTERNET, NEGÓCIOS E SOCIEDADE. LISBOA: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
- COOLL, C., MAURI, T., & ONRUBIA, J. OS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM BASEADOS NA ANÁLISE DE CASOS E NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS. IN COOLL, C., & MONEREO, C. PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO VIRTUAL: APRENDER E ENSINAR COM AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO (PP. 189-207). PORTO ALEGRE: ARTMED, 2010.
- CORRÊA, JULIANE. "DEVEMOS APLAUDIR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA?" REVISTA PÁTIO PEDAGÓGICO. SÃO PAULO: ANO V, N. 18, AGO/OUT. 2001.
- COSTA, G. L. M. MUDANÇAS DA CULTURA DOCENTE EM UM CONTEXTO DE TRABALHO COLABORATIVO MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. PERSPECTIVAS EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13(1),152-165, 2008.
- JAVARONI, S., ZAMPIERI, M. O USO DAS TIC NAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DA REDE BÁSICA DE ENSINO: O PROJETO MAPEAMENTO E SEUS DESDOBRAMENTOS. BOLETIM DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA: 29(53),998-1022, 2015.
- KARSENTI, T.; VILLENUEVE, S.; RABY, C. O USO PEDAGÓGICO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOS FUTUROS DOCENTES NO QUEBEC. EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: 29(104),865-889, 2008.
- KENSKI, V. M. EM DIREÇÃO A UMA AÇÃO DOCENTE MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS DIGITAIS. IN: BARRETO, R. G (ORG.). TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: AVALIANDO POLÍTICAS E PRÁTICAS. RIO DE JANEIRO: QUARTET, 2001, p.74-84.
- \_\_\_\_\_. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: O NOVO RITMO DA INFORMAÇÃO. CAMPINAS, SÃO PAULO: PAPIRUS, 2012.
- LÉVY, P. CIBERCULTURA. SÃO PAULO: 2011.
- LIBÂNEO, JOSÉ CARLOS. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR DA ESCOLA: TEORIA E PRÁTICA. 5. ED. GOIÂNIA: ALTERNATIVA, 2004.
- LUCENA, S. CULTURAS DIGITAIS E TECNOLOGIAS MÓVEIS NA EDUCAÇÃO. EDUCAR EM REVISTA: CURITIBA, BRASIL, 59,277-290, 2016.
- MENEZES, G. G. A UTILIZAÇÃO DAS TIC NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA E O ENVOLVIMENTO DOS PROFESSORES EM COMUNIDADES DE PRÁTICA. EDUCAR EM REVISTA: 51,283-299, 2014.
- MIRANDA, F. D. S. S. INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DE TRÊS MOMENTOS DE UM CURSO

## EDUCAÇÃO BRASIL

OFICIAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. TRABALHOS EM LINGUÍSTICA APLICADA: CAMPINAS, 53(1),55-77, 2014.

MORAN, JOSÉ MANUEL. INTERNET NO ENSINO UNIVERSITÁRIO: PESQUISA E COMUNICAÇÃO NA SALA DE AULA. INTERFACE – COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: N. 3, AGO. 1998.

PIAGET, JEAN. PROBLEMAS DE PSICOLOGIA E GENÉTICA. IN: DUARTE, NEWTON. VIGOTSKY E O "APRENDER A APRENDER": CRÍTICAS ÀS APROPRIAÇÕES NEOLIBERAIS E PÓS-MODERNAS DA TEORIA VIGOTSKIANA. CAMPINAS: AUTORES ASSOCIADOS, 2000 (COLEÇÃO EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA).

PRENSKY, M. THE EMERGING ONLINE LIFE OF THE DIGITAL NATIVE. 2004. DISPONÍVEL: <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCL\\_NLINKS&REF=000154&PID=S1518-7632201400010000200018&LNG=PT](http://www.scielo.br/scielo.php?script=scl_nlinks&ref=000154&pid=S1518-7632201400010000200018&lng=pt)> ACESSO EM: 15 ABR. 2019

PORTO, TANIA MARIA ESPERON. AS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO NA ESCOLA: RELAÇÕES POSSÍVEIS... RELAÇÕES CONSTRUÍDAS. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, V.11, N. 31, JAN./ABR. 2006. DISPONÍVEL EM URL: <[HTTP://WWW.SCIELO.BR/PDF/RBEDU/V11N31/A05V11N31.PDF](http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n31/a05v11n31.pdf)> ACESSO EM: 15 ABR. 2019

RICOY, M. C.; COUTO, M. J. V. S. AS TIC NO ENSINO SECUNDÁRIO NA MATEMÁTICA EM PORTUGAL: A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES. REVISTA LATINOAMERICANA DE INVESTIGACIÓN EN MATEMÁTICA EDUCATIVA - RELIME, 14(1),95-119, 2011.

ROMANOWSKI, JOANA PAULIN ET AL (ORGS). CONHECIMENTO LOCAL E CONHECIMENTO UNIVERSAL: DIVERSIDADE, MÍDIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. CURITIBA: PR, 2004.

SAMPAIO, P. A. S. R.; COUTINHO, C. P. QUADROS INTERATIVOS NA EDUCAÇÃO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DAS PESQUISAS DA ÁREA. EDUCAÇÃO E PESQUISA, 39(3),741-756, 2013.

SCHUHMACHER, V. R. N. LIMITAÇÕES DA PRÁTICA DOCENTE NO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. 2014 (346F). TESE (DOCTORADO EM EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA). UFSC: FLORIANÓPOLIS, 2004. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://REPOSITORIO.UFSC.BR/XMLUI/BITSTREAM/HANDLE/123456789/129032/332127.PDF?SEQUENCE=1&ISALLOWED=Y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/129032/332127.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> ACESSO EM: 15 ABR. 2019

VYGOTSKY, L. S. A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE: O DESENVOLVIMENTO DOS PROCESSOS PSICOLÓGICOS SUPERIORES. SÃO PAULO: MARTINS FONTES, 2007.

ZANDAVALLI, C., PEDROSA, D. IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFO NO MUNICÍPIO DE BATAGUASSU, MATO GROSSO DO SUL: O OLHAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. 95(240),385-413, 2014.

## TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS VALIDADAS PARA A SAÚDE: ESTUDO DAS TENDÊNCIAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO.

*Camila Baldissera  
Aline Baldissera Leal  
Iarema Fabieli Oliveira de Barros  
Martieli Silva da Silva*

### **Introdução**

Segundo o Ministério da Saúde<sup>1</sup>, educação em saúde significa:

Um processo educativo de construção de conhecimentos em saúde que visa à apropriação temática pela população [...]. Conjunto de práticas do setor que contribui para aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e no debate com os profissionais e os gestores a fim de alcançar uma atenção de saúde de acordo com suas necessidades.

Dessa forma, a prática de educação em saúde pode envolver profissionais, gestores e a população, e todos podem ser participantes ativos na construção desse conhecimento. Entende-se que a educação em saúde requer que os participantes desse processo desenvolvam um pensamento crítico-reflexivo, aproximando o conhecimento à sua realidade e transformando o seu saber. Para que essa transformação ocorra, educador e educando devem estar em sintonia para que o processo de ensino-aprendizagem torne-se prazeroso e produtivo.<sup>2,3</sup>

Existem diversas ferramentas que auxiliam no processo de educação em saúde. Uma das ferramentas mediadoras na prática educativa é o uso de tecnologias. Segundo Nietzsche<sup>4</sup>, entende-se que tecnologia é um resultado da junção dos processos vivenciados no cotidiano com a pesquisa e da assistência, desenvolvendo um conjunto de conhecimentos científicos em forma de produtos ou materiais. Dessa forma, a utilização de Tecnologias Educativas (TE) está em crescimento na área da saúde, mostrando que se pode aproveitar melhor o saber que aproxima da realidade, vivenciando aquele momento de forma mais ativa. Entretanto, há tanto a necessidade de investimento na construção destes produtos, ainda escassos para a prática educativa e público alvo; quanto à necessidade de que os profissionais estejam sensibilizados e capacitados para utilizá-los<sup>5</sup>.

Para desenvolver uma tecnologia educativa, ela necessita estar pautada em evidências científicas, que são resultados alcançados por meio de revisões sistematizadas. Essas revisões permitem obter um cenário dos resultados mais relevantes acerca da temática em questão.



Dessa forma, a tecnologia educativa deve ser criada a partir da realidade da população-alvo, de uma forma horizontalizada, fazendo com que os sujeitos envolvidos nesse processo utilizem a consciência criadora, aprendendo em conjunto para contribuir em seu crescimento profissional e individual<sup>4</sup>.

Para que a prática de saúde seja satisfatória, é necessário sensibilizar a população almejada, para que se tornem agentes transformadores no cuidado em saúde, e isso exige do profissional a utilização de métodos de ensino diferenciados e de tecnologia educativas em todas as áreas apresentadas<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a questão norteadora desse estudo foi: Qual a tendência em teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), defendidas nos programas de pós-graduação no Brasil, acerca das tecnologias educativas brasileiras validadas para a saúde?

O presente trabalho teve como objetivo identificar e caracterizar as tendências das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil acerca da temática das tecnologias educativas.

### Método

Para a realização desse estudo, utilizou-se o modelo bibliométrico de revisão. A Bibliometria permite planejar e encontrar uma quantidade determinada de estudos que respondam a uma pergunta específica e analisar criticamente os estudos disponíveis nos bancos de dados. Dessa forma, pode-se qualificar constatar e atribuir sentido aos dados, obtendo como resultado um estudo amplo acerca das tendências das produções desenvolvidas do assunto em questão<sup>7</sup>.

Para construção do corpus do estudo, foram percorridas quatro etapas: seleção dos estudos, definição dos critérios de inclusão e exclusão, análise geral dos resultados da busca e caracterização dos dados coletados<sup>7</sup>. Assim, realizou-se uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no mês de março de 2019. Utilizaram-se quatro estratégias de agrupamento das palavras-chave: Tecnologia Educacional AND Saúde AND Validação; Tecnologia Educacional AND Saúde AND Estudos de Validação; Tecnologia Educativa AND Saúde AND Validação; Tecnologia Educativa AND Saúde AND Estudos de Validação. Foram encontradas no total de 24 teses e 74 dissertações.

Posteriormente, para a seleção dos trabalhos, foi realizada uma leitura dos títulos e dos resumos. Como critério de inclusão definiu-se que seriam analisados estudos com o tema específico. Como critérios de exclusão foram retirados trabalhos que não contemplaram especificamente o tema e trabalhos duplicados foram incluídos apenas uma vez. Assim, o *corpus* de análise foi composto por resumos de 62 estudos. Não foi necessário um recorte temporal para a realização deste trabalho, visto que a busca pretendia contemplar todas as publicações existentes.

Para a extração dos dados pertinentes ao estudo e caracterização das produções científicas foi elaborado um quadro sinóptico, contendo o número do estudo,

título do resumo da tese ou dissertação, autor, palavras-chave, instituição, programa de pós-graduação, titulação, público-alvo e tecnologia.

As tendências das produções científicas foram detectadas a partir da classificação dos tipos de tecnologias educativas em digitais, táteis e auditivas, impressas e visuais.<sup>8</sup>

## Resultados e discussão

### Caracterização das produções científicas

A pesquisa bibliométrica foi adotada como metodologia desse estudo na medida em que apresenta a compreensão da leitura e seleção dos tópicos de interesse para a pesquisa em questão e possui a finalidade de conhecer as contribuições científicas das produções.<sup>9,10</sup> Além disso, os indicadores bibliométricos utilizam resultados da produção científica para responder às questões sobre o impacto das pesquisas na comunidade científica. Na enfermagem, estudos desta natureza são utilizados para identificar as características da produção científica, caracterizando-se como uma tecnologia relevante por evidenciar os padrões e tendências das pesquisas realizadas em diferentes áreas e temas.<sup>11,12</sup>

Dessa forma, dos resumos analisados, foram localizadas sessenta e duas produções referentes à dissertações e teses defendidas durante o período de 1999 a 2016. Pode-se observar um considerável aumento de estudos acerca da temática durante o período de 2011 a 2016, onde foram desenvolvidos 94% dos estudos.

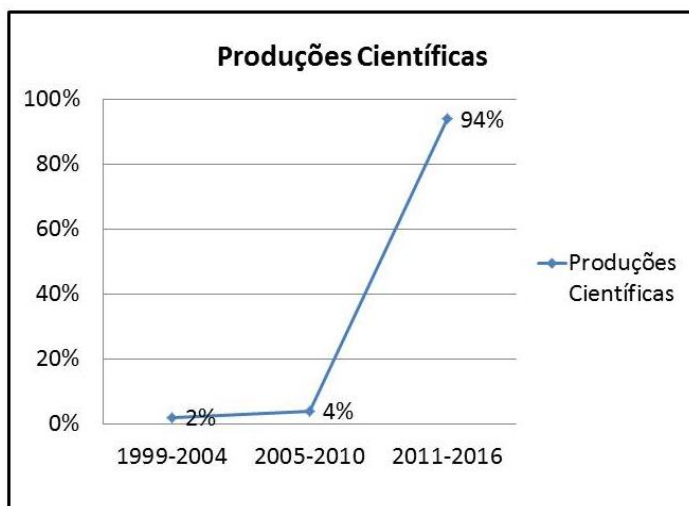


Figura 1 – Produções por período, Portal CAPES de Teses e Dissertações, 2019

Quanto ao tipo de pesquisa, todos os estudos foram do tipo metodológico. Pode-se observar que, das sessenta e duas produções selecionadas, 85,7% são oriundas de instituições pública federal e 14,3% de instituição pública estadual.

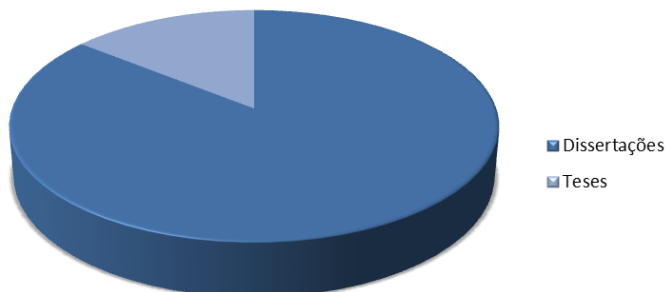


Figura 2 – Tipo de produção, Portal CAPES de Teses e Dissertações, 2019

As produções científicas tiveram origem em diferentes Instituições de Ensino Superior (IES), das quais, 76,2% provenientes dos Programas de Pós-Graduação de enfermagem e do total de dissertações 61,2% foram referentes à mestrado acadêmico e 38,8% à mestrado profissional. As IES localizam-se predominantemente na região nordeste do Brasil, tendo como referência o Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

Para melhor organização e identificação das produções, as dissertações foram identificadas como D1, D2, D3 sequencialmente (Quadro 2) e as teses como T1, T2, T3 sequencialmente (Quadro 3), conforme a seguir.

**Quadro 2.** Síntese das dissertações que compuseram o corpus da pesquisa.

Nº do Título	Título	Autor	IES	Palavra-chave	População Alvo	Tipo de Tecnologia
D1	Desenvolvimento de um protótipo de material educativo para profissionais da área de vigilância sanitária	Leila da Silva Bezerra	FIO-CRUZ	Sala de Amostras; Tecnologia Educacional; Vigilância Sanitária; Controle de Qualidade de Produtos; Material Educativo; Site Educativo	Profissionais da área de vigilância sanitária	Site
D2	Seleção e Integração de princípios educacionais ao desenvolvimento de um software educativo: uma abordagem crítica para o design instrucional do Soft-IRIS	Maurício de Seta	UFRJ	NIR	Área de Registros de Saúde	Hipermídia
D3	Construção e validação de vídeo educacional para adesão à vacinação do papilomavírus humano	Iris Nayara da Conceição Souza Interaminense	UFP	Validação; Tecnologia Educacional; Vacina; HPV; Saúde da Mulher; Enfermagem	Professores e profissionais da saúde	Vídeo
D4	Desenvolvimento e validação de uma hipermídia educativa acerca de oxigenoterapia não invasiva em pediatria	Ana Paula Oliveira Queiroz	UFC	Enfermagem Pediátrica; Terapia de Oxigênio; Tecnologia Educacional.	Recurso didático pedagógico em pediatria	Hipermídia
D5	Deteção precoce da criança com transtorno do espectro autista: elaboração e validação de uma cartilha para profissionais e trabalhadores de saúde da atenção básica	Samila Sousa Vasconcelos	UEC	Transtorno Autístico; Diagnóstico Precoce; Tecnologia Educacional	Profissionais e trabalhadores de saúde da atenção básica	Cartilha
D6	Acolher-educando: estudo de validação de tecnologia educacional sobre fototerapia	Elisama Brito de Jesus	UFA	Estudos de Validação; Tecnologia Educacional; Fototerapia;	Familiares de neonatos	Álbum Seriado

EDUCAÇÃO BRASIL

				Educação em Saúde; Acolhimento		
D7	Construção e validação de cartilha educativa para orientação das mães sobre os cuidados pós-transplante cardíaco pediátrico	Sarah Maria de Sousa Feitoza	UFC	Tecnologia Educacional; Educação em Saúde; Enfermagem; Transplante Cardíaco; Criança.	Mães de neonatos que realizaram transplante cardíaco	Cartilha
D8	Tecnologia educacional para o cuidado ao prematuro no domicílio	Thais da Rocha Cicero Pinto	UFES	Prematuro; Tecnologia Educacional; Animação; Enfermagem Neonatal; Bem-estar Familiar; Estudo de validação	Pais de recém-nascido prematuro	Álbum Seriado
D9	Construção e validação de tecnologia educativa para acompanhamento e orientação de pessoas com doença renal crônica	Maria Cecília Cavalcante Barreira	UF	Insuficiência Renal Crônica; Prevenção de Doenças; Tecnologia Educacional	Grupos de doentes renais crônicos	Ferramenta de registro de dados
D10	Construção e validação de cartilha educativa para orientação dos pais sobre asma na infância	Moziane Mendonça de Araújo	UFC	Tecnologia Educacional; Educação em Saúde; Enfermagem; Asma; Criança.	Pais de crianças asmáticas	Cartilha
D11	Cartilha de orientações para famílias de crianças com cardiopatias congênitas	Lara Perez Sucena Missiaggia	USP	Estudos de Validação; Tecnologia Educacional; Cardiopatias Congênitas; Enfermagem Pediátrica	Familiares de crianças com cardiopatias congênitas	Tradução de Cartilha
D12	Construção e validação de uma cartilha educativa sobre cuidados no perioperatório da cirurgia bariátrica	Livia Moreira Barros	UFC	Obesidade; Cirurgia Bariátrica; Tecnologia Educacional; Educação	Crianças de 7 a 10 anos	Álbum Seriado

EDUCAÇÃO BRASIL

				em Saúde; Enferma- gem		
<b>D13</b>	Elaboração e validação de um jogo educativo sobre hábitos de vida saudáveis para adolescentes	Thais Norberta Bezerra de Moura	FUFP	Tecnologia Educacional; Educação em Saúde; Saúde do adolescente	Pacientes da cirurgia bariátrica	Cartilha
<b>D14</b>	Construção e validação de material educativo para prevenção de síndrome metabólica em adolescentes	Ionara Holanda de Moura	FUFP	Metabólica; Educação em Saúde; Tecnologia Educacional; Adolescente	Adolescentes	Jogo
<b>D15</b>	Infecções das vias aéreas superiores: construção e validação de tecnologia educacional com educadores infantis	Anne Grace Andrade da Cunha	UFA	Enferma- gem; Doenças Respiratórias; Saúde da Criança; Validação	Acadêmicos de Enferma- gem	Hipermí- dia
<b>D16</b>	"Fecundação - Meu corpo pode gerar uma vida?": Validação de uma tecnologia educativa sobre saúde sexual e reprodutiva	Marília Gomes de Oliveira	UFA	Tecnologia Educacional; Estudos de Validação; Saúde Sexual e Reprodutiva	Adolescentes	Cartilha
<b>D17</b>	Estudo e desenvolvimento do protótipo de aplicativo móvel cateterismo intermitente limpo: guia de apoio para adultos	Barbara Juliana da Costa Pereira	UFSC	Cateterismo Uretral Intermitente; Educação em Saúde; Enferma- gem; Tecnologia Educacional	Mulheres pós-parto	Cartilha
<b>D18</b>	Uma Tecnologia Educacional sobre o uso do relaxamento para gestantes de alto risco	Rosimere de Carvalho Lessa	UFES	Tecnologia Educacional; Relaxamento; Gestantes de alto Risco	Educadores infantis	Cartilha
<b>D19</b>	Cuidados domiciliares pós neurocirurgia: construção de manual para idosos e familiares	Gisele dos Santos Rocha	UFA	Saúde do idoso; Cuidados Domiciliares; Neurocirurgia; Tecnologia	Idosos e familiares	Instru- mento de avaliação da quali- dade de objetos de aprendiza-

EDUCAÇÃO BRASIL

				educacional.		gem
D20	Construção e validação de cartilha educativa para o autocuidado com os pés de pessoas com diabetes	Yara Lanne Santiago Galдино	UEC	Pé diabético; Autocuidado; Tecnologia Educacional; Educação em Saúde.	Adolescentes	História em quadros
D21	Elaboração e validação de Tecnologia Educacional como estratégia de cuidado de enfermagem ao idoso submetido à angioplastia ENFERMAGEM AO IDOSO SUBMETIDO À ANGIOPLASTIA CORONARIANA TRANSLUMINAL PERCUTÂNEA	Patrocinia Gonçalves Delatorre	UFF	Enfermagem; Idoso; Tecnologia Educacional; Angioplastia; Autocuidado; Alta hospitalar	Idosos	Manual
D22	Construção e validação de material educativo para identificação de sinais de alerta à saúde em crianças menores de dois meses	Icleia Parente Rodrigues	UEC	Tecnologia Educacional; Sinais de Alerta; Saúde da Criança; Estudos de Validação	Profissionais de saúde	Álbum Seriado
D23	Tecnologia Educacional utilizada para orientação da puérpera sobre aleitamento materno: simuladores realísticos de baixa fidelidade	Carla Moema Abissulo Correia	UFF	Aleitamento Materno; Educação em Saúde; Tecnologia; Estudos de Validação; Período Pós-parto	Puérperas	Avental com mamas, bebê-fantochê, boneca-bebê, útero e placenta
D24	Pirâmide@limentar.Kids <sup>®</sup> : Validação de uma tecnologia educacional sobre alimentação saudável para crianças do ensino fundamental	Cleonice Reis Souza Dourado Dias	UEP	Educação; Educação em Saúde; Tecnologias Educacionais em Saúde; Objetos de Aprendizagem; Educação Nutricional.	Crianças em idade escolar	Objeto Digital de Aprendizagem
D25	Tecnologia Educacional – Como prevenir infecção primária da corrente sanguínea associada ao cateter venoso central em neonatologia: Estudo de validação	Cinthia Brigida Brito de Moraes	FSCMP	Infecção Hospitalar; Enfermagem Neonatal; Tecno-	Profissionais da área de neonatologia	Guia

EDUCAÇÃO BRASIL

				logia Educa- cional; Cateter Venoso Central; UTI neonatal.		
<b>D26</b>	Tecnologia educativa de cuidados para o pós-operatório da cirurgia de revascularização miocárdica: uma ferramenta para o paciente e família	Luana Llagos- tera Sillano	USP	Revasculari- zação Miocárdica; Enferma- gem (Edu- cação); Tecnologia Educativa; Educação do Paciente; Enferma- gem.	Paciente revascula- rizado e família após a alta hospitalar	Cartilha
<b>D27</b>	Manual de orientações para o paciente com câncer de cabeça e pescoço submetido à radioterapia: um estudo de validação	Flavia Olivei- ra de Almei- da Mar- ques da Cruz	UB	Enferma- gem Onco- lógica; Educação em Saúde; Cuidados de Enferma- gem; Estu- dos de Validação; Tecnologia Educativa.	Pacientes com câncer de cabeça e pescoço submeti- dos à radiotera- pia.	Manual
<b>D28</b>	Adolescentes e Hipertensão Arterial Saberes revelados durante ação educativa e proposta de tecnologia-jogo.	Jose Robert- to Zaffa- lon Junior	UEP	Educação em Saúde; Adolescen- tes; Tecnologia Educativa; Hipertensão Arterial.	Alunos do ensino fundamen- tal	Jogo.
<b>D29</b>	Infecção pelo HPV em usuários atendidos no ambulatório de IST da Santa Casa: uma proposta de educação em saúde	Eulalia Ierece Moura Silva	FSCMP	Infecções Sexualmente Transmissí- veis; Papi- lomavirus Humano; Tecnologia Educativa; Álbum- seriado; Juizes- especialistas	Usuários do ambu- latório de infecções sexual- mente transmissí- veis	Álbum Seriado
<b>D30</b>	Prevenção do excesso de peso infantil na atenção básica: constru-	Mirna Ferre	USP	Saúde da Criança;	Profissio- nais da	Álbum Seriado



EDUCAÇÃO BRASIL

	ção e validação de um álbum seriado	Fontao		Sobrepeso; Obesidade; Pediátrica; Nutrição da Criança; Prevenção Primária; Enfermagem em Saúde Pública; Tecnologia Educacional.	atenção básica	
D31	Tecnologia educacional como estratégia para o uso de luvas pelos profissionais de enfermagem visando a precaução de contato	Joviria Marcia Ferreira de Oliveira Padilha	UFF	Infecção Hospitalar; Equipe de Enfermagem; Luvas Cirúrgicas; Luvas Protetoras; Tecnologia Educacional; Enfermagem.	Profissionais de enfermagem	Mídia audiovisual
D32	Cuidado oral do paciente adulto entubado em ventilação mecânica: desenvolvimento de um vídeo educativo	Patricia Cristina Urbano	USP	Tecnologia Educacional; Educação em Enfermagem; Higiene Bucal; Cuidado Crítico; Intubação Intratraqueal; Assistência de Enfermagem.	Profissionais de enfermagem	Vídeo
D33	Tecnologia Educacional para o Ensino dos Diagnósticos de Enfermagem Sustentados pelas Teorias de Enfermagem em Casos Clínicos	Rafael Oliveira Pitta Lopes	UFRJ	Diagnóstico de Enfermagem; Teoria de Enfermagem; Ensino; Aprendizagem	NIR	NIR
D34	Tecnologia educativa para promoção do autocuidado na saúde sexual e reprodutiva de mulheres estomi-	Andressa Ferreira	UFP	Estomia; Enfermagem;	Mulheres estomizadas	Cartilha

EDUCAÇÃO BRASIL

	zadas: estudo de validação	ra Leite Ladislau		Educação em Saúde; Autocuidado; Validação.		
D35	Construção e validação de brinquedo e história para o cuidado à criança submetida a cateterismo cardíaco em sessão de brinquedo terapêutico	Rosalia Daniela Medeiros da Silva	UFF	Jogos e Brinquedos; Comunicação; Cateterismo Cardíaco; Estudos de Validação; Enfermagem Pediátrica	Crianças	Brinquedo e história
D36	Cartilha com orientações de enfermagem para a alta hospitalar: contribuição à educação em saúde do paciente transplantado renal	Livia Borsato	UFF	Transplante de Rim; Enfermagem; Cuidados de Enfermagem; Alta do Paciente.	Paciente transplantado renal	Cartilha
D37	Tecnologia para o autocuidado de hipertensos do HIPERDIA: estudo de validação	Elidiane Moreira Kono	UEP	Estudo de validação; Hipertensão; Tecnologia Educativa; Educação em saúde.	Hipertensos	Cartilha
D38	Construção e validação de tecnologia educativa para mães no cuidado domiciliar do recém-nascido	Leilianne Maria Costa Freitas	UFC	Tecnologia Educativa; Saúde da Família; Visita Domiciliar; Recém-nascido; Enfermagem.	Mães de neonatos	Cartilha
D39	Construção e validação de tecnologia educativa para acompanhantes durante o trabalho de parto e parto	Liana Mara Rocha Teles	UFC	Acompanhantes Formais em Exames Físicos; Parto Humanizado; Enfermagem Obstétrica.	Acompanhantes durante o trabalho de parto e parto	Manual

EDUCAÇÃO BRASIL

D40	Tecnologia educativa para professores sobre primeiros socorros: construção e validação	Nelson Miguel Galindo Neto	UEFP	Educação em Saúde; Primeiros Socorros; Escolas; Emergências.	Professores	Cartilha
D41	Comunicação em Libras: validação de uma tecnologia educativa acerca do HIV e da AIDS.	Isabella Medeiros de Oliveira Magalhães	UEP	Surdez; Promoção da Saúde; HIV; AIDS; Estudos de Validação; Educação em Saúde.	Deficientes auditivos	Tecnologia em Libras
D42	Construção e validação de tecnologia educativa para o cuidado domiciliar do recém-nascido prematuro	Gláucia Maria Nobrega de Oliveira	UEC	Prematuro; Unidade de Terapia Intensiva Neonatal; Enfermagem Neonatal; Alta Hospitalar; Cuidados Domiciliares; Estudos de validação.	Mães de prematuros internados em unidade neonatal,	Folder
D43	Desenvolvimento e validação de uma tecnologia educativa para prevenção da hanseníase em adolescentes	Mariana Campos da Rocha Feitosa	UEC	Hanseníase; Doenças infectocontagiosas; Tecnologias Educativas; Saúde na Escola.	Adolescentes	Jogo
D44	Educação pós-operatória: construção e validação de uma tecnologia educativa para pacientes submetidos à cirurgia ortognática	Cristina Silva Sousa	USP	Assistência perioperatória; Cirurgia Ortognática; Enfermagem Perioperatória; Internet; Materiais Educativos e de Divulgação	Pacientes submetidos à cirurgia ortognática	Manual
D45	Desenvolvimento e validação de tecnologia educativa para famílias	Bruna Vanes-	UFMS	Câncer; Família;	NIR	Vídeo

EDUCAÇÃO BRASIL

	de pessoas com colostomia por câncer	sa Costa da Rosa		Educação em Saúde; Tecnologias Educativas; Enfermagem.		
D46	Construção e validação de um manual formativo para aplicação da caderneta de saúde do adolescente	Claudia Patricia da Silva Ribeiro	UEC	Estudo de validação; Saúde do Adolescente; Caderneta de Saúde; Educação e Saúde.	Famílias de pessoas com colostomia por câncer	NIR
D47	Desenvolvimento e validação de um jogo educativo para adolescentes com enfoque na anticoncepção	Roberta Peixoto Vieira	UEC	Adolescência; Anticoncepção; Tecnologia em Saúde; Jogos e Brinquedos; Estudos de Validação.	Adolescentes	Jogo
D48	Modelo de cuidado de enfermagem para cuidadores de pessoas vítimas de acidente vascular encefálico	Ariane Alves Barros	UEC	Acidente Vascular Cerebral; Cuidadores; Necessidades e Demandas de Serviços de Saúde; Estudos de Validação; Cuidados de Enfermagem.	Cuidadores de pessoas vítimas de AVE	Cartilha
D49	Construção de vídeo educativo para a promoção da saúde visual de escolares	Janio Cavacanti Rodrigues Junior	UFC	Acuidade visual; Saúde Escolar; Erros de Refração; Vídeos Educativos; Promoção da Saúde; Enfermagem.	Escolares	Video

Quadro 3. Síntese das teses que compuseram o corpus da pesquisa.

EDUCAÇÃO BRASIL

Nº do Título	Título	Autor	IES	Palavra-chave	População Alvo	Tipo de Tecnologia
T1	Construção e validação de álbum seriado para a educação de crianças sobre o controle do peso corporal	Nathalia Costa Gonzaga	UFC	Peso corporal; Obesidade; Criança; Promoção da Saúde; Tecnologia educacional	Crianças de 7 a 10 anos	Álbum seriado
T2	Construção e validação de uma tecnologia educativa para o autocuidado de mulheres no pós-parto	Eryjocy Marcu- lino Guerrei- ro	UEC	Período Pós-parto; Tecnologia Educacional; Enfermagem; Autocuidado; Estudos de validação.	Mulheres no pós-parto	Cartilha
T3	Desenvolvimento de um Modelo para Avaliação dos Objetos de Aprendizagem da Área da Saúde	Carolina Sturm Trinda- de	UFCS PA	Materiais de Ensino; Educação à Distância; Educação em Saúde; Tecnologia Educacional; Estudos de Validação; Psicomетria	Educadores	instrumento de avaliação da qualidade de objetos de aprendizagem
T4	Construção e validação de tecnologia Educacional como subsídio à ação do enfermeiro na promoção da qualidade de vida e adesão ao tratamento de pessoas com hipertensão	Ana Celia Caetano de Souza	UEC	Tecnologia Educacional; Qualidade de Vida; Adesão ao Tratamento; Hipertensão.	Enfermeiros	Álbum seriado
T5	Construção e validação de Objeto Virtual de Aprendizagem para apoio ao ensino da Sistematização da Assistência de	Petala Tuani Candido de Oliveira Salvador	UFRG N	Materiais de Ensino; Tecnologia Educacional; Educação Técnica em Enfermagem; Técnicos em Enfermagem; Planejamento da Assistência ao Paciente; Processos de Enfermagem	Técnicos em enfermagem	Objeto Virtual de Aprendizagem

EDUCAÇÃO BRASIL

	Enfermagem aos técnicos em enfermagem					
T6	Criação e validação de uma cartilha educativa sobre excesso ponderal para o adulto com hipertensão	Jenifa Cavalcante dos Santos	UEC	Excesso Ponderal; Educação em Saúde; Tecnologia; Enfermagem	Profissionais de Enfermagem	Cartilha
T7	Desenvolvimento, implementação e avaliação de ambiente virtual de aprendizagem em um curso profissionalizante de enfermagem	Raymunda Viana Aguiar	USP	Informática na Enfermagem; Educação em Enfermagem; Ensino de Administração de Medicamentos	Alunos de Curso Profissionalizante em Enfermagem	Ambiente Virtual de Aprendizagem
T8	Elaboração e validação de tecnologia educativa para autoeficácia da amamentação	Regina Cláudia Melo Dodt	UFC	Estudos de Validação; Tecnologia Educacional; Aleitamento Materno	Mulheres em período de amamentação	NIR
T9	Construção e validação de cartilha educativa para a prevenção da violência sexual na adolescência	Kelanne Lima da Silva	UFC	Tecnologia Educativa; Promoção da Saúde; Enfermagem; Violência Sexual; Adolescente	Adolescentes	cartilha digital
T10	Vídeo educativo com enfoque na prevenção de DST/AIDS para adolescentes em situação de rua	Izaildo Tavares Luna	UFC	Adolescente; Doenças Sexualmente Transmissíveis; Tecnologia Educativa; Educação em Saúde; Enfermagem	Adolescentes	Vídeo
T11	Estudo quase-experimental de uma intervenção educativa para	Denizelle de Jesus Moreira Moura	UEC	Diabetes Mellitus tipo 1; Tecnologia Educativa; Cuidados de Enfermagem; Estudos de Validação	Crianças insulino-dependentes	Cartilha

EDUCAÇÃO BRASIL

	auxiliar na insulino-terapia em crianças					
T12	Elaboração e validação de vídeo educativo para promoção da autoeficácia materna na prevenção da diarreia infantil	Emanuella Silva Joventino	UFC	Diarreia Infantil; Autoeficácia; Estudos de Validação; Mídia Audiovisual; Enfermagem	Mães	Vídeo
T13	Construção e validação de um manual de orientações a familiares de pessoas com mobilidade física prejudicada	<u>Luciene Miranda de Andrade</u>	UFC	Limitação da Mobilidade; Cuidadores; Prática Educativa; Enfermagem.	Pessoas com mobilidade física prejudicada	Manual

### Tendências das produções científicas

Referente à tendência das 62 produções analisadas, 43 tecnologias produzidas e validadas foram do tipo impressas (69,3%), destas 42% foram do tipo cartilhas. A classificação e agrupamento das tecnologias educacionais encontradas no estudo encontram-se demonstradas na Figura 3.

Quando analisado o público alvo das tecnologias das produções científicas, este foi bastante diversificado (Quadros 2 e 3). Entretanto, dentre as tecnologias impressas, verificou-se que 69,7% encontram-se voltadas para promoção da saúde de um público associado à um agravo ou patologia, por exemplo, mulheres estomizadas (Figura 4). Fato que não ocorre dentre as tecnologias do tipo táteis e auditivas, áudio visuais e digitais, pois se voltam essencialmente para o ensino-aprendizagem e são utilizadas por professores, profissionais da saúde, adolescentes, acadêmicos de enfermagem, técnicos em enfermagem, crianças em idade escolar, dentre outros.

## EDUCAÇÃO BRASIL

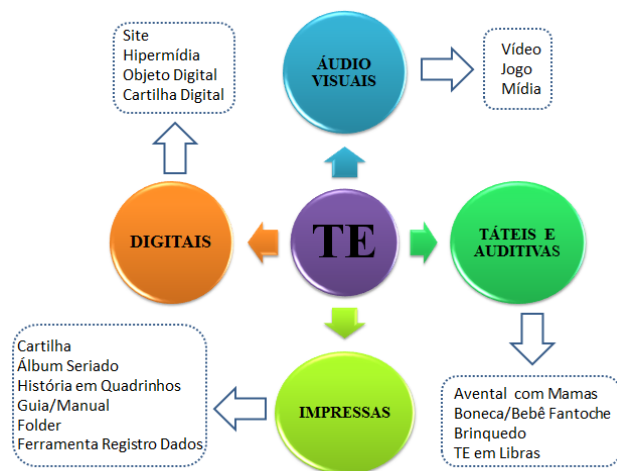


Figura 3 – Classificação e agrupamento dos tipos de Tecnologias Educacionais<sup>8</sup> de acordo com as produções científicas analisadas.

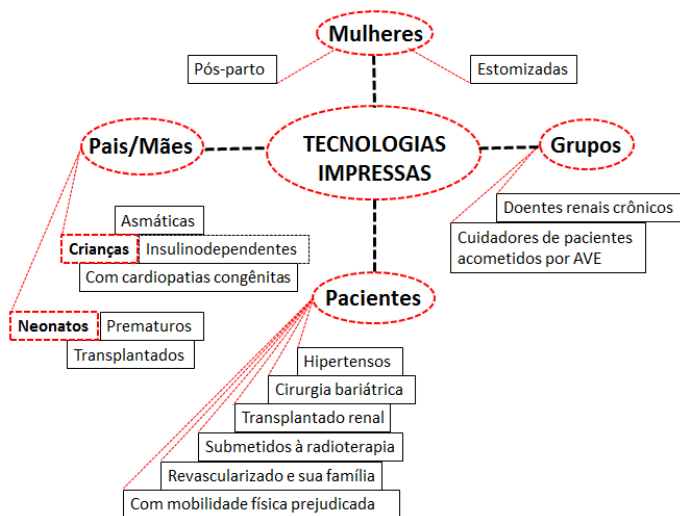


Figura 4 – Público alvo das tecnologias impressas encontradas nas produções científicas.

### Considerações finais

O crescente interesse, nos últimos anos, sobre as Tecnologias Educacionais é uma realidade e parece ir ao encontro das necessidades de saúde e ensino-aprendizagem da população em geral. O estudo contribuiu para identificação da temática, metodologia



e populações-alvo mais investigadas na área das tecnologias educativas, o que poderá ser significativo na orientação da escolha de futuras investigações.

Sugere-se ainda que haja um maior rigor nos descritores e resumos das dissertações e teses, uma vez que são elementos centrais do trabalho. É uma realidade que a produção científica efetuada no âmbito das Tecnologias Educacionais tem vindo a crescer. Considera-se, no entanto, que existe ainda a necessidade de um maior investimento em quantidade e qualidade, quer em oferta formativa, quer em produção científica, de forma a colmatar as necessidades e lacunas sentidas por profissionais de saúde, doentes e famílias, visando à melhoria contínua da maximização do bem-estar e da qualidade de vida das pessoas.

Além disso, a educação em saúde parece ser ferramenta fundamental para capacitar à população para a sua responsabilização na melhoria de sua qualidade de vida, priorizando a autonomia do indivíduo para que sejam autores de seus atos e funcionem como agentes transformadores no meio em que vivem. As tecnologias podem funcionar como facilitadoras no processo ensino-aprendizagem já que a educação vem passando por consideráveis avanços em seu contexto e consequentemente em suas práticas.

## Referências

- 1 BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde. Brasília: MS; 2006.
- 2 VASCONCELOS E.M. Participação popular e educação nos primórdios da saúde pública brasileira. In: VASCONCELOS E.M., Organizador. A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da Rede de Educação Popular nos Serviços de Saúde. São Paulo: Editora Hucitec; 2001.
- 3 MACHADO M.F.A.S., MONTEIRO E.M.L.M., QUEIROZ D.T., VIEIRA N.F.C., BARROSO M.G.T. Integridade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS – uma revisão conceitual. Cien. Saúde Colet. 2007; 12(2):335-342.
- 4 NIETSCHKE, E.A. **As Tecnologias Assistenciais, Educacionais e Gerenciais produzidas pelos Docentes dos Cursos de Enfermagem das Instituições de Ensino Superior de Santa Maria-RS.** Universidade Federal de Santa Maria-UFSM. Relatório Final. Santa Maria (RS): UFSM/CNPq; 2003.
- 5 NIETSCHKE, E.A. et al. **Tecnologias educacionais, assistenciais e gerenciais:** uma reflexão a partir da concepção dos docentes de enfermagem. Rev. Latino-Am. Enfermagem. Ribeirão Preto, v. 13, n. 3, p 344-353, 2005.
- 6 MITRE, S. M. et al. **Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde:** debates atuais. Ciência & Saúde Coletiva. v. 13 n. 2, p 2133-2144, 2008.
- 7 SANTOS, R.N.M.; KOBASHI, N.Y. **Bibliometria, Cientometria, Infometria:** conceitos e aplicações. Rev. Pesq. bras. Ci. Inf. 2009 [acesso em 28 de junho de 2017];2(1):155-172.

- 8 TEIXEIRA E. **Tecnologias em enfermagem:** produções e tendências para a educação em saúde com a comunidade. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiás, GO, v.12, n.4, p. 598, 2010.
9. FERRARI A. **Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: Mcgraw-Hill; 1992.
10. SILVA AM, MARTINI JG, BECKER SG. **A teoria das representações sociais nas dissertações e teses de enfermagem:** um perfil bibliométrico. Texto Contexto Enferm. 2011;20(2): 294-300.
11. REIBNITZ KS, PRADO ML, LIMA MM, KLOH D. **Pesquisa convergente-assistencial:** estudo bibliométrico de dissertações e teses. Texto Contexto Enferm. 2012;21(3):702-7.
12. HAYASHI MC, HAYASHI CR, SILVA MR, LIMA MY. **Um estudo bibliométrico da produção científica sobre a educação jesuítica no Brasil colonial.** Biblios. 2007;8(27).



## O TRABALHO DAS MERENDEIRAS DE UMA ESCOLA PÚBLICA: DIFICULDADES E MOTIVAÇÕES

*Álison Secchi*

*Morgana Secchi*

### **Introdução**

A alimentação das crianças em idade escolar reflete as práticas alimentares adotadas por suas famílias e as oferecidas na escola, e estão condicionadas a vários fatores, entre os quais as condições de produção e distribuição da alimentação nesse espaço. Nesse sentido, estão em pauta não somente os cardápios e sua adequação aos hábitos alimentares culturalmente estabelecidos na região, mas também o ambiente físico e social em que se produz e oferece a alimentação. Geralmente, ela oferece parte dos alimentos de que o aluno, no contexto de ensino, necessita diariamente, uma vez que também pode servir de instrumento pedagógico, pois tem o poder de habilitá-lo a intervir na própria realidade enquanto um espaço de aprendizagem (CORRÊA et. al. 2009).

Com relação ao papel da alimentação escolar na vida das crianças, o Ministério da Educação e Cultura (2004), coloca que todos os integrantes da comunidade escolar são protagonistas do processo educativo, sendo que, todos os ambientes da escola são importantes espaços de ensino e de aprendizagem, onde acontecem significativos processos de comunicação interativa e de vivência coletiva, que colocam em cena os trabalhadores não docentes (BRASIL, 2004). Além das características dos alimentos e dos serviços de alimentação, o ambiente e as circunstâncias de produção e distribuição também exercem grande influência nesse processo. Fatores internos e externos são determinantes ao sujeito, sendo que as práticas alimentares vão desde os procedimentos relacionados à seleção dos alimentos, sua preparação e seu consumo (DIEZ; GARCIA; 1997).

Dessa forma, cabe dizer que as merendeiras e as serventes possuem um papel importante na educação, e que ele não se limita apenas à preparação de alimentos e à higienização dos espaços. Essas trabalhadoras possuem uma sensibilidade que vai muito além do contexto escolar, mais especificamente, da cozinha, sendo que têm um conhecimento de ordem prática e que deve ser considerado no processo de formação dos educandos. Entretanto, muitas vezes, talvez por ser conhecimentos do senso comum, são pouco valorizados, quando deveriam estar integrados no currículo ensinado em sala de aula, enquanto potenciais agentes de educação e saúde (NUNES, 2000).

Como mesmo coloca Dejours (1987), o trabalho sempre influencia o homem e, de fato, impacta o seu aparelho psíquico. Em determinadas condições, pode produzir um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre uma história individual e uma organização do trabalho. Ainda, segundo o mesmo, a organização do trabalho envolve diferentes fatores, como a divisão do trabalho, as tarefas, o sistema hierárquico, as for-

mas de comando, enfim, as relações de poder, sendo que são estabelecidos a partir de padrões específicos do sistema de produção que, por sua vez, determina a estrutura organizacional na qual o trabalho é desenvolvido. (DEJOURS, 1987).

Ainda, o contexto do trabalho envolve interações entre o estado fisiológico, o estado psicológico e as condições do local em que o indivíduo se alimenta (QUAIOTI; ALMEIDA; 2006). Nesse sentido, são diversas as influências do trabalho na vida desses profissionais, tanto aspectos internos como externos, e que influenciam também não só a vida dos alunos, mas de todos os que os cercam.

Contudo, sabe-se da desvalorização desse trabalhador, enfim, desse tipo de trabalho, e que, mesmo a alimentação escolar sendo extremamente importante, são poucos ainda os estudos existentes sobre esse tema. Assim, conhecer o perfil desse grupo de trabalhadoras, no caso, de merendeiras, possibilita identificar o contexto em que se encontram, tendo em vista as suas dificuldades e necessidades em meio às condições de trabalho.

### **As novas relações de trabalho**

As condições de trabalho existentes atualmente, em geral, trazem consequências muito nocivas para todos os trabalhadores, pois causam conflitos em suas vidas, alteram valores, modificam as suas emoções, o que pode inclusive contribuir para a destruição dos laços de amizade no coletivo. Também, tal contexto proporciona, gradativamente, a competitividade e a instalação da indiferença com relação ao outro nas diferentes instituições, impactam e alteram a imagem da própria identidade. Nesse sentido, as grandes mudanças na economia, que se relacionam às novas configurações do trabalho, (re)organizam esse meio, uma vez que estimulam, em alguns casos, o consumismo exagerado, através de sentimentos de incerteza e de vazio (PIRES et.al. 2005).

No que tange à essa nova (re)estruturação do contexto de trabalho, surge a precarização, que cada vez mais se acentua nesse meio. Sobre as condições de trabalho atuais, Mattoso (1999) coloca que

“(...) o aumento do caráter precário das condições de trabalho vem crescendo, com a ampliação do trabalho assalariado sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial, enfim, pelo que se costuma chamar de bico. Em geral, a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito a aposentadoria. O processo de deterioração das relações de trabalho, com a ampliação da desregulamentação dos contratos temporários, de falsas cooperativas de trabalho, de contratos por empresa ou mesmo unilaterais” (MATTOSO, 1999, p.8).

Cada categoria profissional está submetida a um modelo específico de organização do trabalho, o qual pode conter elementos homogêneos ou contraditórios, facili-

tadores ou não da saúde mental do trabalhador. Esta definição depende dos interesses econômicos, ideológicos e políticos daqueles que dominam o processo produtivo (DEJOURS, 1987). Dessa forma, as novas configurações de trabalho, ao que parece, provocam, em muitos trabalhadores, um sentimento de inutilidade, pois não o consideram como um todo, como um indivíduo, e isso também pode ter relação com o desemprego. Para Dejours (1993), “A Psicodinâmica do Trabalho é antes de tudo uma clínica, que desdobra-se sobre um trabalho de campo radicalmente diferente do lugar da cura. (...) e isso implica que a fonte de inspiração é o trabalho de campo” (DEJOURS, 1993, p. 137). Com relação ao trabalho, Oliveira também considera que

“(...) constitui-se, um importante se não o principal determinante da formação das sociedades, sendo o meio através do qual o homem constrói o seu ambiente e a si mesmo. O trabalho está na base de toda sociedade, seja ela qual for, estabelecendo as formas de relações entre os indivíduos; entre as classes sociais; criando relações de poder e propriedade; determinando, assim, o ritmo do cotidiano do trabalhador e da própria sociedade” (OLIVEIRA, 2007).

Nessa perspectiva, o grupo é uma tentativa de luta contra a alienação e serialidade, o que implica num movimento de totalização em processo, nunca acabado, sendo que o vínculo sempre surge em meio aos seus membros. Na sua formação, o grupo passa por diferentes etapas e tentativas de sobrevivência (SARTRE, 1997). Nesse sentido, a comunicação torna-se fundamental, e este deve estar em meio à uma atividade social, em que existe o desejo do outro. O trabalho não é constituído apenas da atividade, mas de várias outras dimensões, como a cultural e a social, pois trabalhar, de fato, é viver junto.

O sofrimento nesse contexto é invisível, não mensurável, uma vez que só é possível tornar-se visível e acessível através da fala do outro, no momento em que o sujeito o nomeia e o sente. Assim, tal sofrimento não deve ser tomado, inicialmente, como patologia, mas como um sinal de alerta, para que algum tipo de ação seja mobilizado (MENDES; ARAUJO; 2011).

### **O trabalho das merendeiras**

A atividade da merendeira raramente se limita apenas à elaboração de refeições, pois vai muito além da higienização, planejamento, controle de estoque, enfim. No processo de trabalho, as merendeiras desenvolvem uma forte relação de afeto com as crianças e acabam desempenhando, também, papel de cuidadoras e, apesar de tantas atribuições, existe a ausência de treinamentos e capacitação e, por isso, muitas vezes, são conduzidas pelo seu conhecimento empírico. Como, na maioria das vezes, não são valorizadas, torna-se importante se ter um olhar mais atento para este profissional, através de um suporte técnico e psicológico (LEITE et.al. 2012). Em relação às tarefas da merendeira no contexto de ensino, Nunes (2000) afirma,

“Hoje, além de elaborar o alimento escolar, a boa merendeira dá importância ao cuidado e ao afeto na relação com os alunos, o que deve ser reconhecido. (...) por isso, é importante que essa profissional tenha um treinamento adequado, com o apoio de uma nutricionista, para o planejamento e o monitoramento de suas atividades, e assim, desempenhar com destreza suas inúmeras atribuições” (NUNES, 2000).

Além dos problemas de ordem física, existem também as queixas com relação à não participação nas decisões no contexto de trabalho, o que influencia diretamente, juntamente com a falta da abordagem da saúde do trabalhador da merenda nos programas de capacitação, que tem como conteúdo somente conhecimentos nutricionais, formas de preparo de alimentos, normas higiênico-sanitárias e outros assuntos, o que faz gerar estresse e insatisfação no ambiente de trabalho (TAKAHASHI et.al. 2010).

Nessa perspectiva, com o objetivo de identificar e descrever os principais riscos ocupacionais existentes nos variados setores de uma unidade produtora de refeições, Santos et.al (2012) enfatizam os inúmeros riscos que essas profissionais estão expostas, que vão desde físicos (frio, umidade, calor, ruídos), químicos (produtos químicos), ergonômicos (esforço físico, levantamento de peso, postura inadequada, jornada prolongada, controle rígido da produtividade, ritmo excessivo e repetitividade), e até de acidentes (piso molhado, equipamentos sem proteção, eletricidade, ferramentas defeituosas ou inadequadas, probabilidade de incêndio e transporte de alimentos quentes) (SANTOS et.al; 2012). Entretanto, ressalta-se que o trabalho desse profissional, historicamente, sofreu muitas transformações importantes, sendo que passou da preparação de um simples lanche até o preparo de refeições mais elaboradas, com grande valor nutricional, e isso é bastante relevante nessa perspectiva do trabalho.

### **Método**

Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório, do tipo qualitativa. A coleta de dados foi realizada através de uma entrevista semiestruturada, com participantes que são ligados a uma escola pública, em Passo Fundo. As categorias abordadas na entrevista se relacionam às percepções com relação à função exercida; à relação interpessoal; às questões emocionais; aos riscos de saúde física e mental; às motivações; à escolha dessa profissão; às dificuldades e facilidades existentes; e, por fim; à significação do trabalho.

Com relação aos participantes, optou-se por trabalhar com o grupo de merendeiras de uma escola pública, sendo que a amostra contempla duas profissionais, uma vez que são as únicas que trabalham nessa escola. Quanto aos procedimentos, realizou-se observações semanalmente, durante um período de dois meses, após isso, aplicou-se um questionário, em forma de entrevista, para ambas as participantes, na tentativa de identificar e entender as diversas questões que envolvem esse contexto de trabalho. As

duas trabalhadoras pesquisadas eram do sexo feminino, com idade de 35 e 55 anos. Com relação ao estado civil dos participantes, as duas eram casadas. A escolaridade de ambas era, predominantemente, ensino fundamental. O objetivo desse trabalho, então, foi investigar as relações de trabalho destas profissionais.

Ainda, em função de adoecimento, não foi possível realizar a entrevista com uma destas. A entrevista foi realizada de forma individual, com autorização expressa da participante, seguindo orientações técnicas do comitê de ética em pesquisa. Posteriormente, os dados foram analisados, detalhadamente, sendo preservado também, o anonimato da participante, assim como da que encontrava-se enferma, pois para esta utilizou-se apenas o discurso recorrente das observações. Os dados coletados foram analisados segundo a análise de conteúdo de Bardin (1997), que objetiva analisar o conteúdo do discurso, levantando as categorias fundamentais do mesmo.

## Resultados

Tendo em vista alguns dados demográficos analisados, observou-se que ambas as merendeiras residem nas proximidades da escola, tendo fácil acesso ao trabalho, sem dependência de meios de transporte. Constatou-se, também, que situam-se em uma classe média baixa, sendo o salário o fator de maior motivação para a busca do trabalho, com o intuito de contribuir com a renda familiar. Além disso, em relação à escolaridade, possuem apenas o ensino fundamental, fato esse que parece que as conduziu para esse tipo de trabalho.

O perfil dessas merendeiras é semelhante o citado por Monlevade (1995), pois em um de seus estudos com um grupo de profissionais identificou que, em geral, é formado por mulheres, com baixo nível de escolaridade, que recebem também baixa remuneração pela função exercida e, como vivem em uma situação social vulnerável, exercem, muitas vezes, o papel principal na família. O mesmo, ainda ressalta que, tal perfil, tem baixas expectativas de melhoras de vida, sendo que o seu trabalho é bastante desvalorizado, principalmente pelo fato de não exigir alto nível de escolaridade e qualificação. Nesse sentido, pode-se dizer que o baixo nível de instrução relaciona-se à escolha profissional, como pode-se verificar no discurso de S1,

“(…) Como comecei a trabalhar muito cedo, com 12 anos apenas, acostumei, e por isso gosto de estar no meio deles. Na época que eu fiz o concurso, eu estava assim, “perdida”, aí teve o concurso e resolvi fazer... já tinha experiência nisso, trabalhei em restaurante, casas de família. No meu caso, eu gosto de criança, sempre gostei, gosto do que eu faço, e assim, os únicos dias que não me sinto bem, é quando falta ingredientes para colocar na merenda” (S1).

A condição de integrante da comunidade na qual trabalha favorece o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos e o conhecimento de suas necessidades, tornando a merendeira um elo entre o sistema de saúde e a comunidade escolar (PUPIN; CARDO-



SO; 2010). No que se refere às dificuldades existentes em meio às condições de trabalho, as entrevistadas foram questionadas sobre a inserção na função de merendeira, tendo em vista a própria qualificação profissional. Em relação à isso, os resultados levantados mostraram que, ambas, sentem muitas dificuldades no ambiente de trabalho, o que pode ser evidenciado na fala de S1, “(...) Às vezes, fico um pouco apertada pela falta de funcionários, isso dificulta bastante. Como eu falei antes, a dificuldade é quando tu não tem o ingrediente para a cozinha, tirando a falta do ingrediente, tudo é bom” (S1).

O trabalho, uma vez visto como forma de sustento que o indivíduo busca para alcançar seus propósitos de vida, possui um papel social significativo, uma vez que se relaciona à sua subjetividade. No que se refere à isso, na observação realizada, foi constatada uma relação interpessoal bastante positiva entre as merendeiras, bem como com os demais setores, em meio à uma boa interação. De acordo com Codo (1999), a merendeira consegue apropriar-se da sua função no momento em que exerce a sua função, fazendo a comida, por exemplo, dando-lhes atenção e cuidado, muitas vezes digno de um cuidado materno. Assim, o homem se reconhece no seu trabalho, sendo que deve-se orgulhar do mesmo (CODO, 1999).

A partir dessa reflexão, pode-se pensar sobre o fato histórico de que o trabalho de merendeira situa-se mais no âmbito da saúde, de acordo com sua tarefa de preparar alimentos com qualidade higiênica e nutricional, tendo em vista a saúde dos educandos. Assim, torna-se emergente a necessidade desse profissional passar a atuar também na dimensão da educação, dado que seu trabalho vai mais além, considerando suas atitudes que podem influenciar os alunos neste contexto (BLOTTER, 2005). As pesquisadas (re)conhecem e sabem como os alunos comportam-se no(s) grupo(s) em que estão inseridos, em meio às refeições feitas, que comem e outras que não gostam, sendo que percebem, claramente, quando dar-lhes mais atenção, até mesmo se necessário freá-los na repetição da refeição, alertando-os também sobre o desperdício de alimentos. Assim, ao desenvolver essas atividades, as merendeiras estão estimulando o comportamento social das crianças, contribuindo para a formação de hábitos alimentares e assegurando, em parte, o atendimento de suas necessidades nutricionais, o que as torna responsáveis pela saúde dos alunos (ARRUDA; MONTEIRO; 2013).

Ficou muito claro que apenas uma das participantes demonstra um bom nível de satisfação com o próprio trabalho e expectativa de fazê-lo melhor, embora também relate sobrecarga. Com isso, foi constatado que, apesar de ser uma comunidade escolar não muito grande, o número de merendeiras é realmente insuficiente para as demandas operacionais da função. Dessa maneira, tentam dividir as suas atividades, através do compartilhamento e revezamento das mesmas, o que também gera carga de estresse.

Assim, como sabe-se, a relação com o trabalho também pode estar relacionada com a insatisfação salarial, uma vez que a sobrecarga pode tornar-se algo extremamente penoso aos diferentes profissionais, sendo que isso foi, de fato, evidenciado no contexto analisado, em que o esgotamento tomou conta de uma das trabalhadoras, devido à sua insatisfação com o mesmo. Nota-se isso presente em uma das falas de S2,

“Ahh..., eu tô achando que vocês são funcionários do governo, ele mandou vocês para fiscalizar nosso trabalho, decidir se merecemos receber o salário, só pode (...) antes trabalhava em uma joalheria, mas aí fiz a besteira de me casar (...) Mais seis anos e posso me aposentar!” (S2).

Neste sentido, Menezes (2004) coloca que,

“O conteúdo trazido na queixa do trabalhador através dos sintomas relatados pode ser de ordem diversa. As relações destes sintomas e as condições de trabalho são, muitas vezes, de uma ordem desconhecida ou desconhecida pelo próprio paciente, mas contextualizadas em situações onde a relação com o trabalho está presente” (MENEZES, 2004).

Este fato condiz com o que foi referido por Costa et.al (2002), quando afirmam que, quando o número de merendeiras é insuficiente, pode-se gerar um desgaste físico superior ao suportável, comprometendo a saúde dessas trabalhadoras (COSTA et.al 2002).

Também, é importante ressaltar que foi, realmente, percebida a necessidade de superar as condições desfavoráveis, em meio às tensões existentes, características desse tipo de trabalho, visto que estão em condição de baixa escolaridade. A referida necessidade pode ser percebida, principalmente, na relação com determinados alunos, por exemplo, que, de acordo com a entrevistada, não compreendem as delimitações, atribuindo-lhes, por exemplo, a culpa sobre o cardápio, o qual, de fato, não é determinado por elas, bem como não depende de sua má vontade em obter os ingredientes. Ainda, como trata-se de uma escola estadual, depende de verbas governamentais, como nota-se a seguir, “(...) *Temos os alunos maiores, os da área, porque eles tem problemas, passam do limite, falam palavrão quando não gostam da merenda, acham que a culpa é nossa, aí ficam brabo com nós, mas não temos culpa, é o que o dinheiro dá para comprar*” (S1).

Tendo conhecimento destes resultados, reitera-se, portanto, a necessidade de disseminar um conhecimento acerca desta linha de trabalho para a sociedade em geral, através do incentivo do desenvolvimento da autonomia desse profissional, enquanto um sujeito consciente e competente, visando desempenhar o seu papel como cidadão no ambiente escolar, de forma integrada aos demais funcionários da escola (COSTA, 2002).

### Discussão

Os resultados obtidos mostram que os objetivos dessa pesquisa foram alcançados, uma vez que foi possível levantar dados acerca da percepção que as merendeiras têm de suas relações de trabalho e também de sua profissão. A utilização de entrevistas também se mostrou adequada, uma vez que possibilitou levantar as categorias que compõem as representações dos participantes sobre o tema pesquisado, corroborando para a percepção do grupo acerca do observado.

As referidas trabalhadoras realizam uma tarefa de grande importância no âmbito educacional e, em geral, servem de referência na alimentação para aqueles que estão em fase de desenvolvimento, que muitas vezes necessitam de um cuidado diferenciado, quando, muitas vezes, nelas também são projetadas a figura de mãe, de cuidadora.

Contudo, apesar do investimento e do esforço das mesmas em realizar um bom trabalho, tendo em vista as próprias relações estabelecidas nesse contexto, por exemplo, existe a questão financeira, ainda mais quando o país encontra-se num momento de crise bastante significativo, e isso afeta, diretamente, não só à elas, assim como todas as pessoas que também são funcionárias do estado, o que pode implicar, muitas vezes, na desmotivação e revolta.

Uma das maiores preocupações delas, além dessa frustração salarial, parece ser também com relação às verbas enviadas para comprar os ingredientes necessários para a produção de uma merenda saudável e de qualidade. Verbas estas, que não são suficientes, e por isso sempre precisam tomar providências de forma a improvisar no momento de distribuir a merenda aos alunos, na tentativa de oferecer para todos o alimento, o que é muito frustrante. E isso, acaba, muitas vezes, caindo, literalmente, sobre os ombros da merendeira, gerando uma enorme angústia, pois muitos alunos e pais inclusive, por falta de informação, não tem noção total da realidade que se passa no âmbito educacional, e por isso acabam julgando-a, pelo fato de ser responsável pela merenda.

Desta forma, a dinâmica das relações do trabalho, neste contexto, é uma questão pouca analisada, sendo que os trabalhos feitos em torno disso são realmente escassos. A merendeira geralmente é vista, de certa forma, como a pessoa que está ali na cozinha apenas para servir o lanche, sendo esta a delimitação da sua função. Em muitas escolas, infelizmente, ainda não é dado o devido olhar a este profissional, tendo em vista as suas diversas capacidades e conhecimentos adquiridos com o passar dos anos.

Pode-se refletir também que, talvez, a base deste pensamento seja o modo de funcionamento capitalista em que se está inserido, que considera cada vez mais o excesso de trabalho, o sustento diário, em meio às expectativas de um futuro melhor, em que o dinheiro torna-se algo muito importante. Nisso, esquece-se, que sempre há uma dinâmica de funcionamento nas empresas, nas organizações, enfim, nas escolas, e que sempre depende das relações e do investimento subjetivo de cada sujeito.

### **Considerações Finais**

Os resultados desse estudo mostraram que o contexto das merendeiras é pouco explorado, tendo em vista o potencial e as possibilidades existentes. São muitos os entraves existentes nesse meio, no contexto educacional, o que, muitas vezes, dificulta e até mesmo impede o trabalho dessas profissionais. Ainda, que questões como a baixa escolaridade, a desvalorização e, também, o excesso de trabalho, juntamente com o desgaste físico, a falta de cursos de capacitação, só agravam essa situação, sendo que esses profissionais, muitas vezes, sentem-se sozinhos. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, no mesmo contexto, surgem questões bastante positivas, como o sentimento de gostar do

próprio trabalho, o vínculo afetivo construído, gradativamente, com os alunos, enfim, os laços de amizade, o que é bastante positivo e que deve ser considerado.

### Referências Bibliográficas

ARRUDA, Carla Rosane Paz; MONTEIRO, Carlos Augusto. **Marco Legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar**: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimento. Revista de Nutrição, Vol.25, Nº5/Campinas, 2012. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141552732012000500010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141552732012000500010)>

Acesso em: 10 nov. 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, 1997.

BLOTER, A. **Educação, multiculturalismo e ética**. Paulo Freire; Recife, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Por uma política de valorização dos trabalhadores Em educação**: em cena, os funcionários da escola. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura, 2004.

CODO, Wanderley. **Relações de trabalho e transformação social**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

CORRÊA, E. N.; GALLINA, L. S., FRANZOZI, C. **National school meal program**: adhesion, acceptance and circumstances of food distribution in school. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. São Paulo, SP, v. 34, n. 3, 2009.

COSTA, EQ; LIMA, E; RIBEIRO, V. **O treinamento de merendeiras**: análise do material instrucional do Instituto Annes Dias. Rio de Janeiro: Ciência e Saúde – Manguinhos 2002.

DIEZ; GARCIA. **Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar**. Physis, 1997.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**: Como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: ABRAMO, 1999.

MENDES, A. M; ARAUJO, L. K. R. **Clinica psicodinâmica do trabalho**: práticas brasileiras. Brasília: Libris, 2011.

MENEZES, Iône Vasquez. **Por onde passa a categoria trabalho na prática terapêutica? O trabalho enlouquece?** Um encontro entre a clínica e o trabalho. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

MONLEVADE, J. **Técnico em alimentação escolar**: um novo profissional para a educação básica. In: Brasil. Em aberto – Merenda Escolar. Brasília (DF): Ministério da Educação e do Desporto; 1995.

NUNES, BO. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro** [dissertação]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de saúde pública; 2000.

OLIVEIRA, José Eduardo Dutra. **Educação e direito à alimentação**: Alimentação Educacional II. São Paulo: Vol.21, nº60. Maio/Agosto, 2007. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142007000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010340142007000200010&script=sci_arttext)>

Acesso em: 29 ago. 2018.

PIRES, R. V. “**Eu suporto tudo só para me sentir artista**” in: **As vivências dos profissionais de uma companhia de teatro em relação ao seu trabalho: uma abordagem psicodinâmica**. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa Stricto sensu em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2005.

PUPIN, V; CARDOSO, C. **Agentes Comunitários de Saúde e os sentidos de "ser agente"**. Est: Psicologia/Natal, 2008.

QUAIOTI, T, ALMEIDA, S. **Determinantes psicobiológicos do comportamento alimentar**: uma ênfase em fatores ambientais que contribuem para a obesidade. Psicologia: USP, 2006.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva; CARVALHO, Danilo Melo de Moraes; REIS, Amélia Borba Costa Reis; RAMOS, Lilian Barbosa; FREITAS, Maria do Carmo Soares. **Formação de coordenadores pedagógicos em alimentação escolar**: um relato de experiência. Ciência e Saúde Coletiva - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar, Escola de Nutrição. Vol.18, N°4, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n4/12.pdf> Acesso em: 22 de nov. 2018.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada**: ensaio de ontologia fenomenológica. Trad. Paulo Perdigo. Petrópolis: Vozes, 1997.

TAKAHASHI *et al.* **Nutrição e dor**: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba – para além do pão com leite. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. São Paulo, 2010. Disponível em:

<<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/BancoAnexos/RBSO%20122%20Nutri%C3%A7%C3%A3o%20e%20dor.pdf>> Acesso em: 28 de set. 2018.

## O PAPEL DO SUPERVISOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

*Andréia Roso*

*Bruna Eduarda Rocha*

*Marivane Casa Zordan*

*Sílvia Mara Zanatta*

### **Introdução**

O presente estudo tem como objetivo abordar a Supervisão Escolar na Educação Infantil, sendo que muitas vezes os educadores encontram situações as quais necessitam de uma compreensão maior da criança como ser humano, focando o olhar também a tudo que disser respeito e o que for significativo para essa compreensão.

A educação escolar é um direito de todos, bem como um ensino de qualidade (BRASIL, 1990), porém junto dela há a gestão escolar a que definimos como a organização da escola em um todo, envolvendo todos os setores, garantindo um desenvolvimento do processo escolar e social, com responsabilidade e qualidade.

O conceito de gestão está associado à mobilização de talentos e esforços coletivamente organizados, à ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 2005 p. 17).

A escola é um espaço social que necessita de mudanças significativas com a finalidade de cumprir o seu papel na sociedade, de formar cidadãos conscientes. A realidade educacional brasileira demonstra que a escola encontra-se no plano de suas concepções teóricas e práticas alienadas a modelos que foram pré-estabelecidos ou a modelos defasados.

Para a escola transformar os modelos e concepções atuais participando efetivamente do desenvolvimento de um trabalho pedagógico eficaz, precisa refletir sobre a concepção de educação estabelecida no seu Projeto Político-Pedagógico com a participação coletiva, procurando cumprir as novas exigências que a sociedade estabelece para as pessoas. O papel do supervisor escolar é muito importante nesse processo desenvolvendo seu fazer pedagógico e tendo como objetivo o aperfeiçoamento dos educadores que atuam no espaço escolar, valorizando os diferentes saberes e as suas contribuições para o planejamento de ações pedagógicas, respeitando a personalidade de cada um. Porém isso exige do supervisor escolar uma avaliação constante do seu desempenho profissional, conduzindo-o a busca de uma formação continuada.

Além do setor administrativo o diretor, também é responsável pelos setores pedagógicos, financeiro, de recursos humanos, sendo que na parte pedagógica, a direção é responsável pela organização de planejamento e administração educativa, auxiliando os professores, bem como verificando se vem sendo cumprido os deveres de cada um, já na parte financeira a responsabilidade é organizar os orçamentos da instituição, como verbas, conselho de pais e mestres (CPM) caixa, e eventos que venham gerar lucro para empresa, bem como comprar de materiais necessárias para desenvolvimento da escola, quanto a parte de recursos humanos o diretor devera ajustar o ambiente escolar, as pessoas, bem como comportamentos dentro do local de trabalho e seus rendimentos, ajustar para que haja um bom trabalho em equipe (LUCK 2005).

No sistema educacional, toda escola tem metas e objetivos, e para que as mesmas sejam cumpridas deve-se ter um planejamento estratégico (LUCK 2000), sendo que um bom gestor é aquele que tem como objetivo melhorar a qualidade de ensino, que tem profissionalismo, caráter, dentro da realidade encontrada, procurando criar um ambiente participativo, na qual direção, professores e funcionários trabalhem em conjunto (LUCK 2000).

Sendo assim cabe ao diretor responsável pela escola promover um ambiente ao qual envolvam todos os setores, fazendo com que cada indivíduo preste um serviço de qualidade e responsabilidade, através da integração e participação tanto da equipe escolar como pais e responsáveis.

### **A função do supervisor escolar na Educação Infantil**

A função do supervisor escolar deve ser centrada na ação pedagógica e nos processos de ensino e aprendizagem sendo muito importante seu papel, junto à escola e a toda equipe técnica escolar; não apenas um solucionador de problemas, mas também para o desenvolvimento de trabalhos relacionados à prevenção de problemas diversos encontrados no decorrer do tempo na escola.

Refere-se ao supervisor educacional como "um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor", um profissional capaz de fazer a articulação entre equipe diretiva, educadores, educandos e demais integrantes da comunidade escolar no sentido de colaborar no desenvolvimento individual, social, político e econômico e, principalmente na construção de uma cidadania ética e solidária (LIBÂNEO, 2002, p. 35).

A ação do supervisor escolar é atribuída a funções complexas, de apoio e parceria com o professor o tipo de relação que ele estabelece com o grupo de professores, ao qual lidera, passa a ser a essência do desenvolvimento de seu trabalho. O Supervisor Escolar, portanto, é o profissional organizador ou orientador do trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores em uma escola. .

Outro fator que merece destaque em relação ao papel do supervisor está ligado à análise do planejamento do currículo escolar, sendo que este deve ser acompanhado desde a sua execução dando ênfase na avaliação contínua, reforçando a necessidade,

segundo Lück (2008, p. 20) na "somatória de esforços e ações desencadeadas com o sentido de promover a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem".

Segundo Barbosa (2009), a Educação Infantil apresenta três funções que são indissociáveis. A primeira é a função social que busca a união do cuidar e do educar que deve ser realizada junto às famílias. A segunda função é a política que envolve a luta por direitos e a cidadania. Em terceiro lugar é a função pedagógica que diz respeito ao conhecimento e a socialização entre adultos e crianças.

Quando se trata de supervisão escolar na educação infantil é importante lembrar que esse período é muito importante por se tratar de crianças que estão construindo valores e sentimentos. O período de adaptação desses alunos na instituição precisa ser cuidadosamente planejado, promovendo a confiança e o conhecimento mútuo, favorecendo o estabelecimento de vínculos afetivos entre as crianças, a famílias e os educadores.

Essa criança normalmente convive com pessoas as quais criam um forte vínculo afetivo, sendo que na pré-escola, ela passa a conviver com um grande número de adultos e crianças, além de criar um ambiente novo, que geralmente é estranho, onde tudo é novo.

Quando ocorre a "separação" de seu pai ou mãe, para interagir com outros adultos, compartilhando o mesmo espaço e brinquedos com outras crianças, acaba convivendo com ritmos diferentes do seu e participando de um universo de objetos ações e relações onde seu significado é desconhecido.

A criança é um ser social e seu desenvolvimento se dá entre outros seres humanos, em um espaço e tempo determinados. A diversidade de práticas pedagógicas que caracterizam o universo das crianças nessa etapa reflete diferentes concepções quanto a sentido e funções atribuídas ao movimento no cotidiano das creches, pré-escolas e outras instituições do gênero.

A LDB 9.394/96 propõe, em seu artigo 64, que:

A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (BRASIL, 1996).

A função do supervisor escolar de educação infantil deve ser a de mediador, promovendo o diálogo entre as pessoas envolvidas nessa instituição, intervindo de maneira que possa haver diálogo e respeito pelas diferentes ideias, possibilitando um contexto equilibrado, onde a dinâmica da escola é entendida, conhecida e compartilhada por todos, contemplando as necessidades da comunidade, assumindo uma perspectiva de continuidade com o grupo.



Segundo Ferreira:

A supervisão educacional tem uma importante responsabilidade no sistema educacional brasileiro e, fundamentalmente na escola, desde que compreendida como integrante da gestão da educação, compromissada com a formação de qualidade, implementação de políticas públicas a partir de sua experiência entendida como práxis. É ela que, no cotidiano escolar, com o coletivo dos professores, toma decisões, coordena as ações e vivencia as contradições e as necessidades educacionais que necessitam ser refletidas coletivamente pelo conjunto de profissionais da escola. Portanto seu trabalho não é uma função, muito pelo contrário, é um trabalho de gestão da educação, de tomada de decisões com o diretor e os demais profissionais da educação responsáveis pela escola (FERREIRA, 2007, p. 127).

A supervisão escolar é responsável por uma função importante na instituição escolar que remete à gestão educacional. No caso da Educação Infantil não é diferente, permitindo auxiliar na qualidade do ensino da instituição, através de sua organização, levando em consideração a fragilidade dos alunos que fazem parte dessa faixa etária.

Para (LÜCK, 2002, p.18-19), há diversas ações a ser tomadas pelo gestor de uma escola, dentre elas estão:

1. Criar uma visão de conjunto associada a uma ação de cooperativismo;
2. Promover um clima de confiança;
3. Valorizar as capacidades e aptidões dos participantes;
4. Associar esforços, quebrar arestas, eliminar divisões e integrar esforços;
5. Estabelecer demanda de trabalho centrado nas ideias e não em pessoas;
6. Desenvolver a prática de assumir responsabilidades em conjunto.

Para Libâneo (2013), o diretor deve ter livre autonomia para organizar e administrar os recursos financeiros, bem como os planejamentos e orientações das atividades internas da escola, sempre aplicando as leis, e prestando qualidade no trabalho proporcionado.

Ainda para Libâneo (2001), a direção escolar é um processo conjunto, ao qual o trabalho em equipe é muito importante, principalmente para tomada de decisão. Quando se trata de gestão alguns elementos são de extrema importância para que haja o bom funcionamento escolar, dentro deles estão, o planejamento, que é organizar-se e planejar-se para o alcance dos objetivos, a organização que se dá através de atividades, e modos de realizar o que foi planejado, a coordenação, através do esforço coletivo da equipe escolar, a formação continuada, que é estar sempre atualizando-se e aperfeiçoando-se para o final utilizar da avaliação que é a comprovação de que tudo está saindo conforme planejado, de forma justa e correta (LIBÂNEO, 2001).

Na educação infantil é importante apresentar um trabalho pedagógico, baseado na transformação dos conhecimentos intuitivos das crianças em científicos, e que fazendo com que os educadores promovam um trabalho que possibilite para as crianças o desenvolvimento de atividades que promovam a interatividade, além de também

produzir discussões relacionadas ao seu desenvolvimento intelectual, ampliando sua experiência sensorial e reflexiva relacionada ao mundo físico e social, levando em consideração características de suas origens culturais, de seus conhecimentos prévios, promovendo a construção de sujeitos ativos e pensantes.

Esse processo de organização de propostas pedagógicas, precisa compreender a criança como alguém que produz conhecimento e cultura específica, necessitando de um trabalho de gestão de qualidade onde o supervisor educacional, deve unir-se com a equipe de professores para promover essa organização.

Nesse sentido o supervisor educacional se faz necessário dentro dos contextos da educação infantil, articulando e potencializando as ações de formação continuada dos profissionais, entendendo a formação inicial e continuada como ferramentas para as demais ações adquirindo os conhecimentos teóricos por meio da formação acadêmica, e práticos por meio de sua atuação em sala de aula. Além disso, é importante ressaltar a importância do lúdico nessa fase educacional, indispensável durante as aulas, no desenvolvimento das mais diversas atividades, de forma que a aprendizagem aconteça de forma natural, como se tudo fosse uma brincadeira.

A brincadeira é uma situação privilegiada de aprendizagem infantil onde o desenvolvimento pode alcançar níveis mais complexos, exatamente pela possibilidade de interação entre as crianças em uma situação imaginária e pela negociação de regras de convivência e de conteúdos temáticos.

Na perspectiva de gestão democrática, o supervisor educacional precisa ter como papel auxiliar a implantação das políticas públicas que melhor desenvolvam a qualidade da educação, em um processo coletivo, no contexto escolar, levando em consideração o lúdico como fator de aprendizagem, tornando o desempenho do educador e do aluno cada vez melhor.

Uma escola bem organizada e gerida é aquela que cria e assegura as melhores condições organizacionais, operacionais e pedagógico-didáticas de desempenho profissional dos professores, de modo que seus alunos tenham efetivas possibilidades de serem bem-sucedidos em suas aprendizagens (LIBÂNEO, 2004, p. 263).

A brincadeira desempenha um papel fundamental na formação da criança, pois é uma atividade que está presente na infância. É na educação infantil que a brincadeira é mais importante, pois é através dela que as crianças têm uma oportunidade de aprender muitas coisas novas. A brincadeira é uma forma privilegiada de aprendizagem.

A escola tem papel fundamental na participação e efetivação do sucesso da aprendizagem dos alunos assim como, no trabalho dos professores, sendo que o supervisor educacional tem suma importância dentro dessa equipe gestora, pois é um dos articuladores e integradores das relações didático-pedagógicas entre os professores, pais, direção, alunos e demais componentes da comunidade escolar.

Então, o supervisor deve participar da organização das propostas pedagógicas no sentido de compreender a criança como produtora de conhecimento e cultura específica, portanto, a partir de um trabalho articulado e coeso juntamente com a equipe professores da educação infantil propor uma educação que permita a criança o seu desenvolvimento integral para que ela seja capaz de interagir e produzir cultura onde estiver inserida.

Nessa perspectiva, o trabalho entre Unesco e MEC afirma que, “o dirigente escolar é cada vez mais obrigado a levar em consideração a evolução da idéia de democracia, que conduz o conjunto de professores, e mesmo os agentes locais, a maior participação, a maior implicação nas tomadas e decisão” Valérien (1993 apud LUCK, 2006, p.37). Essa exigência estaria vinculada também, à necessária interação entre as dimensões políticas e pedagógica, na condução dos destinos e ações das organizações educacionais.

A LDB (Leis de Diretrizes e Bases) nos orienta e fornece algumas informações sobre o modelo democrático e participativo de gestão. As escolas precisam desenvolver canais de participação e instrumentos de responsabilidade, de modo que o currículo e seus processos sejam garantidos em todos os níveis, inclusive os comunitários. Assim, o gestor formal ganha atribuições especiais no sentido de construir e manter os meios que promovam crescente participação e responsabilidade nos diferentes níveis em que o processo educativo acontece.

Conforme Monteiro (2013, p. 223) Esse tipo de processo, no entanto, exige ambientes de trabalho e estudo também novos, desafiando os gestores escolares, também eles, a inovarem suas práticas, aprendendo a descentralizar a sua gestão, mobilizar suas comunidades escolares e liderar sua busca confiante e entusiasmada pelas inovações de que precisam.

No entanto, essa prática de gestão participativa deve ser contextualizada á realidade local de cada escola e de cada comunidade, mas que se coloca em perspectiva global e sistêmica, própria da função pública de qualquer educação inclusive a privativa.

No caso da educação brasileira e de muitos países com condições mais ou menos semelhantes, inovação implica habilitar as instituições escolares a darem respostas efetivas e contextualizadas aos desafios apresentados pela sociedade em sua dinâmica acelerada de mudanças que, sem intervenção educacional de qualidade, tende a ser excludente e alienante. Souza (2006 apud MONTEIRO, 2013, p. 224).

A atual tendência social de formação de redes privilegia formas mais horizontais de organização, criando mais espaço e demanda por conectividade, acesso e participação. Como resultado, a gestão precisa agregar novos conceitos e instrumentos, com maior ênfase em capacidades e funções relacionais: dialogar, mediar, articular e coordenar. Como ressalta Monteiro (2013).

Além disso, Monteiro (2013 p. 230) afirma que:

Trabalhar as novas funções de gestão implica, além da criatividade e empreendedorismo, permanente estado de vigilância, para manter o diálogo ativo, a dinâmica dos acordos e espaços de participação abertos e operantes. Implica, especialmente, o entendimento e a prática pelos gestores de novas formas de inteligência organizacional, que agora não está mais em centro de decisão incommunicantes, mas nos pontos autônomos das redes que são conectadas (através do diálogo), mobilizados (com base na mediação), articulados e coordenados pelas lideranças.

Todos esses elementos implicam novas específicas capacidades de gestão. O modelo de referência de escola coerente com esses objetivos tem a cooperação, a interação, a interatividade e a dialógica como elementos pedagógicos diferenciais. Para serem efetivados demandam a efetivação de novas funcionalidades pedagógicas, garantidas por um modelo de gestão compatível com os processos de ensino e de aprendizagem colaborativos.

No que se refere a autônoma das escolas e da comunidade educativa, o autor Libâneo (2013, p.118) nos relata: “A autonomia é o fundamento da concepção democrático-participativa de gestão escolar, razão de ser do projeto pedagógico”. Através dele e de sua autonomia, podemos tomar decisões sobre os objetivos e as formas de organização, manter relativamente independente do poder central, administrar livremente recursos financeiros. “Assim, as escolas podem traçar seu próprio caminho, envolvendo professores, funcionários, pais e comunidade próxima que se tornam corresponsáveis pelo êxito da instituição” (Libâneo, 2013).

### **Currículo na Educação Infantil**

A Educação Infantil nem sempre ocupou um lugar de destaque na formação da criança. As creches são resultado da revolução industrial, onde, independente da classe social, a educação da criança pequena é extremamente importante e todas deveriam ter acesso a ela, proporcionando ambientes que estimulem a criatividade e sensibilidade das crianças.

Devido a isso, a autonomia precisa ser gerida, implicando uma corresponsabilidade consciente, partilhada, solidária, de todos os membros da equipe escolar, de modo a alcançar, eficazmente, o resultado de sua atividade. Libâneo (2013, p. 119).

O princípio da autonomia requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. Prioritariamente os pais e outros representantes participam do Conselho da Escola, da Associação de Pais e Mestres, para preparar o projeto pedagógico-curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados.

Através de um currículo aberto os valores e os saberes da comunidade e dos alunos poderão ser objetos de intervenção pedagógica favorecendo a construção da cidadania e da socialização e os profissionais que fazem a articulação de toda comunidade escolar em torno do currículo são os supervisores e os orientadores educacionais.

O centro do currículo precisa ser o educando, devendo acontecer na ação como sugere Barbosa:

O currículo acontece no tempo da ação. Ele emerge do encontro entre famílias, crianças e docentes. Nesse encontro as famílias e as crianças trazem valores, saberes culturais e experiências de inserção social e econômica diversificados (BARBOSA, 2009, p.56).

Para Libâneo (2013, p. 127) “O projeto político-curricular deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola”. Também se caracteriza por instituir, criar objetivos, procedimentos, modo de agir, estruturas, hábitos, valores, isto é, institui uma organização cultural.

De certo modo, o projeto pedagógico-curricular é uma expressão de cultura da escola, que estabelece sua recriação e desenvolvimento. Ela se expressa através de crenças, valores, significados, modo de pensar e de agir das pessoas que os elaboram. “O projeto, portanto, orienta a prática de produzir uma realidade: conhece-se a realidade presente, reflete-se sobre ela e traçam-se as coordenadas para a construção de uma nova realidade, propondo-se as formas mais adequadas de atender necessidades sociais e individuais dos alunos.” (Libâneo 2013, p.127).

Dessa maneira, a supervisão educacional parte a responsabilidade de desenvolver junto à comunidade o currículo, criando um clima de cooperação entre todos os envolvidos da comunidade escolar para que o currículo emancipador se concretize do cotidiano escolar.

### **Conclusão**

Para uma boa prática de supervisão escolar na educação infantil, é necessário a prática de reflexões coletivas, assim como um trabalho intenso de reflexão, buscando reconstruir constantemente a identidade pessoal e profissional do docente, pois o professor é um ser capaz de transmitir informações, gerar conhecimentos práticos, tomar decisões e construir críticas democráticas que influenciam sua rotina de atividade profissional.

A Supervisão escolar como mediadora têm papel importante a contribuir para o bom desempenho das atividades na educação infantil, sendo que esta ação inicia desde o planejamento a execução final dos projetos pedagógicos, utilizando recursos que façam com que as aulas despertem no aluno a criticidade, a criatividade e o respeito pelo meio e pelas pessoas que estão a sua volta.

O trabalho coletivo com todas as áreas da escola fundamenta uma relação de respeito e troca de informações indispensáveis para o planejamento escolar e a adequação dele à realidade do aluno, afinal através dessa relação é possível discutir aspectos relacionados aos alunos que farão com que todos os envolvidos conheçam sua realidade e seu entorno, permitindo um trabalho coerente e significativo na instituição.

A gestão escolar trabalha com projetos inovadores e democráticos, o que me fez refletir sobre o papel da direção na escola e comunidade. Onde a estrutura organizacional da escola deve ter como princípio o trabalho em conjunto entre todas as pessoas que fazem parte desse grupo. A direção deve ser considerada mediadora de todas as ações efetuadas pelos componentes da escola. Onde, a mesma, não deve ser uma instituição que age de forma isolada, mas estabelecer relações com toda a sociedade.

Pode-se concluir que a escola e o currículo podem se transformar, mesmo que esse não seja um processo fácil, sabendo que o supervisor tem um papel fundamental como incentivador e mediador dessa transformação. A educação infantil por sua vez, só terá a devida importância se os educadores estiverem conscientes que a criança no decorrer de seu desenvolvimento e aprendizagem tem ritmos, desejos e necessidades que devem ser respeitados e que esse seja um espaço que a possibilite experimentar, manusear, criar, brincar, favorecendo a que a criança tenha um ambiente em que ela desenvolva sua auto expressão e a percepção do mundo a sua volta.

Assim, a gestão escolar demonstra contribuir para uma ação verdadeiramente democrática, através de suas práticas pedagógicas, integrando professores, pais e comunidade nas atividades da escola. Onde as pessoas estão inseridas e convidadas a fazerem parte da construção dessa cidadania.

Conclui-se por fim que o papel do supervisor escolar é de fundamental importância na instituição educativa, mesmo a de educação infantil, de maneira que oportuniza a formação, integração e o fortalecimento de diferentes segmentos que fazem à escola, articulando seu projeto educativo e desenvolvendo o aluno como ser social, respeitando suas individualidades e sua bagagem cultural, tratando a criança dessa faixa etária como ser capaz de interagir e expressar suas ideias e sentimentos.

## Referências

- BARBOSA, M. C. S. **Práticas cotidianas na educação infantil**: bases para a reflexão sobre orientações curriculares, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat\\_seb\\_contribuicoes\\_pesquisadores.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relat_seb_contribuicoes_pesquisadores.pdf)>
- BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em nov. de 2014.
- FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Supervisão educacional**: uma reflexão crítica. 13.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola -teoria e prática**. 4ª ed. Goiânia: Alternativa, 2001. Disponível em <[https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB\\_Gest%C3%A3o.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/32/3/LDB_Gest%C3%A3o.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2017.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. São Paulo: Heccus Editora, 2013.

- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIBÂNEO, José. Carlos. et al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2004.
- LUCK, Heloísa et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.
- LÜCK, Heloísa. et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- LÜCK, Heloísa. **O caminho da gestão e a liderança escolar.** Gestão em rede, n. 85, mai. 2008.
- LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola.** Rio de Janeiro: Vozes, 2006. **Gestão Educacional:** Uma questão paradigmática. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- MONTEIRO, Eduardo. **Gestão Escolar:** Perspectivas, desafios e função social. Rio e Janeiro: LTC, 2013.

## ORIENTADOR-COACH: PERFORMANCE INOVADORA NA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

Josiane Müller  
M<sup>a</sup> Dinora Baccin

### Introdução

Neste mundo contemporâneo, são notáveis os contextos sociais que emergem, se desdobram, produzem e transformam, evidenciando as novas demandas no processo da construção de um ser social e os obstáculos nos ambientes educacionais, abrangendo às práticas, Alves (1988) compara os educadores como as velhas árvores, possuem uma face, um nome, uma ‘estória’ a ser contada. O mote principal está em qual papel deverá o orientador assumir nesta contemporaneidade? O orientador-*coach* dará uma nova perspectiva à atividade educacional?

Na perspectiva de orientação educacional na contemporaneidade, o acesso às informações expandiu-se significativamente, o conhecimento não é somente proveniente da Educação, outras fontes têm contribuído na formação de indivíduos. Alves (1988) expõe que os educadores habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma ‘entidade’ *sui generis*, portador de um nome, também de uma ‘estória’, sofrendo tristezas e alimentando esperanças. E a educação é algo pra acontecer neste espaço invisível e denso, que se estabelece a dois. Espaço artesanal (ALVES, 1988, p.17).

Partindo da relevância do tema em Orientador-*coach*, justifica-se a importância da pesquisa de promover uma reflexão sobre o papel do orientador educacional como *coach* em práticas educativas dentro das Instituições Escolares. Esboçar a ação profissional nas Escolas de Educação Básica da rede Municipal e Particular de Ensino no Município de Passo Fundo diante os processos pedagógicos ante uma sociedade plural e complexa, num âmbito de crescentes modificações da realidade com as tecnologias e as culturas que emergem, cooperando nesta perspectiva de vanguarda.

Diante de analogias, este estudo contribuirá no reconhecimento da função orientador com enfoque no *coaching* educacional, assim como na formação da cidadania, no ser cidadão, no papel da educação, na aprendizagem acadêmica, nas formas de democratizar a escola, já que ambos precisamos aprender e adaptar-se às exigências desta comunidade altamente letrada e tecnologizada. Há a necessidade de empoderamento de novas línguas e das novas tecnologias, reafirmando o processo cognitivo do poder sobre si mesmo e da capacidade de atuação em todos os níveis sociais. Dessa forma, nossa sociedade traz a necessidade de adquirir novas habilidades, desafia a educação e acaba por influenciar na mudança de paradigmas.



De fato, o trabalho possui o objetivo de esquadriñar a performance educacional do orientador-*coach* na orientação e condução dos processos pedagógicos, sopesado no *coaching* educacional, buscando suscitar os progressos, as mudanças e discussões advindas dos ideais da modernidade.

Este estudo é organizado para desenvolver e historicizar a Orientação Educacional. Disposto em duas unidades, sendo que num primeiro momento apresentar-se-á o resgate dos progressos, mudanças e discussões da Orientação, assim como, a articulação pedagógica do Orientador-*Coach*, apresentando as dimensões pedagógicas do *Coaching* Educacional, tendo a Metodologia de procedimentos metodológicos qualitativos com Instrumentos de Coleta de Dados.

Na segunda unidade, apresentar-se-ão os Resultados e Análise, onde serão investigadas as amostras e respectivos resultados das atribuições desenvolvidas no espaço escolar, no ano letivo, pelo orientador, visando verificar se há articulação, assim como colocações a partir do questionário apresentado, sob olhar de orientador-*coach* e na construção do Plano de Ação Pedagógica.

## **Desenvolvimento**

### **Referencial Teórico**

#### **Orientador-*Coach*: o articulador pedagógico no espaço escolar**

O orientador tem sua função sendo alterada segundo as necessidades educacionais que abroham com cada momento histórico. No início sua função, era supervisionar, acompanhar e aconselhar o trabalho do professor, fazendo se cumprir disposições, hoje o imperativo é de um orientador como articulador das ações pedagógicas.

Historiando, vemos que a sociedade se transforma contínua e rapidamente, e se torna cada vez mais “tecnologizada” ou “digitalizada” (LANKSHEAR, 2003, p. 155). O contato entre culturas de diferentes partes do mundo é cada vez mais possível e frequente (LEMKE, 1998). O índice de pessoas conectadas não para de ascender. Conforme Tedesco (2004), a educação é a variável mais importante que permitirá entrar, ou ficar fora do círculo onde se definem e se realizam as atividades socialmente mais significativas. E isto implica que a aprendizagem requer prática e esforço, há uma demanda crescente de informação, o mundo entra na era da informação e do conhecimento. Isso tem provocado novas mudanças na sociedade e na escola. Por isso, novos conhecimentos precisam ser desenvolvidos. É preciso aprender a lidar com essa nova situação (VALLIN, 2003, p.112).

Também é fato que a Sociedade Contemporânea vivencia uma disseminação de conhecimentos, gerados pelo rápido processo de avanço das tecnologias, especialmente as digitais, assim como se vivencia mudanças necessárias no processo de ensino-aprendizagem. Para Papert (1986) espera-se que os usuários sejam capazes de usar o conhecimento existente e se tornem pensadores ativos e críticos, expondo que o computador deixa de ser o meio de transferir informação, e passa a ser a ferramenta com a qual a criança pode formalizar os seus conhecimentos intuitivos. Assim, em consonância

com as teorias de Jean Piaget que traz a criança como possível construtora de suas próprias estruturas intelectuais.

Com isso, as crianças têm maneiras (maneiras epistemológicas) de construir e estruturar o mundo, sob inteligência prática (POZO,2002), o conhecimento intuitivo do mundo que uma criança tem é baseado nas ações que ela realiza sobre esse mundo. Além de Vygotsky que afirma de que as crianças precisam ser ativas e construtivas a fim de desenvolver seu entendimento do mundo, acredita na aptidão para o aprendizado por meio da própria inteligência humana, base da aprendizagem e do desenvolvimento.

Sendo assim, as novas tecnologias da informação, em vez de nos escravizar e nos submeter a suas ocas rotinas, como supunham alguns teóricos (Poza, 2002), multiplicam nossas possibilidades cognitivas e nos permitem o acesso a uma nova cultura de aprendizagem. Para Wood (2003) as escolas engendram novas e distintas formas de aprendizagem e levam a novas maneiras de pensar.

Nessa sociedade complexa e multifacetada, está a Orientação Educacional e o personagem da pesquisa, Conceição (2010) expõe claramente a função do orientador na escola, seu trabalho coletivamente contribuindo para o ensino:

O orientador educacional deve ser o agente de informação qualificada para a ação nas relações interpessoais dentro da escola, adotando a prática da reflexão permanente com professores, alunos e pais, afim de que eles encontrem estratégias para o manejo de problemas recorrentes. Esse profissional não deve assumir posturas isoladas, pois a excelência de seu papel é a mediação qualificada, se há disputa entre o orientador e os demais envolvidos, isso é tão visível quanto tangível. Sua formação deveria ser precisa, mas na prática atuam nessa função vários tipos de profissionais. Além do aspecto da formação, também enfrentamos a variação de modelos. A presença do orientador educacional na escola (mesmo que isso seja obrigatório por lei) significa, portanto que houve a escolha de determinado tipo de atuação e, por conseqüência, de um modelo. No panorama de enfrentamento, quando ele está presente, há que perguntar qual é o modelo de orientação educacional que a escola quer, pois, sem essa informação, poderemos estar diante da evidência de um equívoco permanente e de mais um problema num campo que, por excelência é o da resolução de problemas (CONCEIÇÃO, 2010, p. 49).

A orientação educacional aparece como aspecto humano formador dentro da escola, por sua vez, provocaremos interações mais ricas e mais profundas sob a performance de orientador-*coach*. De uma maneira mais geral, o *coaching* envolve processos focados em desenvolvimento, reeducação, mudanças de comportamentos, reflexão, planejamento e ação para conquista e realização de objetivos/metras.

Diante disso, que estratégias você utiliza no seu trabalho como orientador para a articulação das ações pedagógicas? Tomando como referência as necessidades na orientação e suas estratégias, ressalta-se que o *Coaching* Educacional é um processo de gestão que resulta numa maneira de se trabalhar mais participativa, possibilitando a aceção de unidade e ação conjunta da equipe. O orientador-*coach* é um interessor das

ações pedagógicas, no cotidiano da escola, utilizando-se do *coaching*, pode tornar mais efetivo o trabalho grupal mobilizando energia para atingir metas colocadas.

Sabendo que pouco há de específico para as ações deste profissional, procurar-se-á traçar, a partir do que existe do *coach*, em geral, um perfil do profissional escolar, necessário para o desempenho das funções do orientador-*coach*. O perfil do orientador, profissionais da educação, sofreu mudanças, que implicam num novo perfil exigido para a escola contemporânea. O Quadro 1, apresenta um comparativo entre as mudanças dos “profissionais do passado” e dos “profissionais do 3º milênio”.

PERFIL DO NOVO PROFISSIONAL	
OS PROFISSIONAIS DO PASSADO	OS PROFISSIONAIS DO 3º MILÊNIO
Aprendiam quando alguém lhe ensinava	Procuram deliberadamente aprender
Achavam que o aprendizado ocorria principalmente na sala de aula	Reconhecem o poder do aprendizado decorrente da experiência do trabalho
Responsabilizam o chefe pela carreira	Sentem-se responsáveis pela sua própria carreira
Não eram considerados responsáveis próprio desenvolvimento	Assumem a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento
Acreditavam que sua educação estava completa ou só precisava de pequenas reciclagens	Encaram a educação como atividade permanente para a vida toda
Não percebiam a ligação entre os que aprendiam e os resultados profissionais	Percebem como o aprendizado altera os negócios
Deixavam o aprendizado a cargo da instituição	Decidem intencionalmente o que aprender

(ZAIB & GRIBBLER, 2013, p. 179)

#### QUADRO 1 – Diferenças No Perfil Dos Profissionais Da Educação

Estas informações dão ideia do progresso em termos de visão de futuro e autonomia. O orientador-*coach* deve possuir a capacidade de trabalhar de forma colaborativa e reconhecer os pontos fortes e fracos de cada pessoa, e dar *feedback* constante, na busca do melhor caminho da ação a ser tomada. Dessa forma, a sociedade demanda por profissionais melhores preparados para que uma mudança significativa aconteça nas escolas e no mundo, pois, o “querer educar gerações de crianças, livres, desimpedidas, inteligentes e saudáveis sem mexer na geração que os educa é utopia” (FERREIRA, 2010, p. 34).

Sem dúvida, o que se propõe neste projeto é que o orientador-*coach* possa ser a perspectiva de orientação na contemporaneidade, com o *coaching* auxiliando no desenvolvimento de competências e habilidades dos orientadores, fazendo parte do cotidiano da escola, no desempenho de suas funções e atribuições para a articulação das ações pedagógicas. Para tanto, busca-se com os objetivos indagados contribuir com a propagação de uma prática colaborativa na escola pública, de forma a trazer novos elementos que permitam um real avanço no trabalho do orientador educacional.

#### Orientação Educacional: progressos, mudanças e discussões

Na sociedade atual, acendem os desafios diante de novas exigências para as políticas sociais, assim como na educação. A Orientação Educacional como conceito se

## EDUCAÇÃO BRASIL

alcatifa, segundo Grispun (2002, p. 15), de três extensões específicas “aquela determinada pela legislação; a que resultou da prática da própria Orientação e nas expectativas da comunidade escolar e a que foi construída pelos orientadores que a legitimam”. Atualmente, os orientadores, sejam de dimensão legalista, funcionalista ou realista, estão amparados nas seguintes leis e Decreto:

A Lei nº. 5.564 de 21.12.1968 provêem sob o exercício da profissão de Orientador Educacional, que surge com intuito de atingir os fins propostos em leis anteriores e confirmar a necessidade de uma prática mais mediadora, restaurativa e preventiva:

Art. 1º A orientação educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário visando ao desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente Lei.

Art. 3º A formação de orientador educacional obedecerá ao disposto nos arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes.

Art. 4º Os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º Constituem atribuições do orientador educacional além do aconselhamento dos alunos e outras que lhe são peculiares, lecionar as disciplinas das áreas da orientação educacional.

O Decreto nº 72.846 de 26.09.1973, regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, a qual dispõe sobre o exercício da profissão de orientador educacional, conferindo ao artigo 81, item III, da Constituição e decreta:

Art. 1º Constitui o objeto da Orientação Educacional a assistência ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino de 1º e 2º graus, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-o para o exercício das opções básicas.

Art. 2º O exercício da profissão de Orientador Educacional é privativo:

I - Dos licenciados em pedagogia, habilitados em orientação educacional, possuidores de diplomas expedidos por estabelecimentos de ensino superior oficiais ou reconhecidos.

II - Dos portadores de diplomas ou certificados de orientador educacional obtidos em cursos de pós-graduação, ministrados por estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação.

III - Dos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras, cujos títulos sejam revalidados na forma da legislação em vigor.

Art. 3º É assegurado ainda o direito de exercer a profissão de Orientador Educacional:

I - Aos formados que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei nº 5.692-71, na forma do art. 63, da Lei nº 4.024-61, em todo o ensino 1º e 2º graus.

## EDUCAÇÃO BRASIL

II - Aos formados que tenham ingressado no curso antes da vigência da Lei nº 5.692-71 na forma do artigo 64, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, até a 4ª série do ensino de 1º grau.

Art. 4º Os profissionais, de que tratam os artigos anteriores, somente poderão exercer a profissão após satisfazerem os seguintes requisitos:

I - Registro dos diplomas ou certificados no Ministério da Educação e Cultura;

II - Registro profissional no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 5º A Profissão de Orientador Educacional, observadas as condições previstas neste regulamento, se exerce na órbita pública ou privada, por meio de planejamento, coordenação, supervisão, execução, aconselhamento e acompanhamento relativos às atividades de orientação educacional, bem como por meio de estudos, pesquisas, análises, pareceres compreendidos no seu campo profissional.

Art. 6º Os documentos referentes ao campo de ação profissional de que trata o artigo anterior só terão validade quando assinados por Orientador Educacional, devidamente registrado na forma desse regulamento.

Art. 7º É obrigatório a citação do número do registro de Orientador Educacional em todos os documentos que levam sua assinatura.

Art. 8º São atribuições privativas do Orientador Educacional:

a) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional em nível de:

1 - Escola;

2 - Comunidade.

b) Planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional dos órgãos do Serviço Público Federal, Municipal e Autárquico; das Sociedades de Economia Mista Empresas Estatais, Paraestatais e Privadas.

c) Coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global.

d) Coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando.

e) Coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional.

f) Sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando.

g) Sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial.

h) Coordenar o acompanhamento pós-escolar.

i) Ministras disciplinas de Teoria e Prática da Orientação Educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino.

j) Supervisionar estágios na área da Orientação Educacional.

l) Emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional.

Art. 9º Compete, ainda, ao Orientador Educacional as seguintes atribuições:

a) Participar no processo de identificação das características básicas da comunidade;

b) Participar no processo de caracterização da clientela escolar;

c) Participar no processo de elaboração do currículo pleno da escola;

d) Participar na composição caracterização e acompanhamento de turmas e grupos;

e) Participar do processo de avaliação e recuperação dos alunos;

f) Participar do processo de encaminhamento dos alunos estagiários;

g) Participar no processo de integração escola-família-comunidade;

h) Realizar estudos e pesquisas na área da Orientação Educacional.

## EDUCAÇÃO BRASIL

A Lei nº 6.672 de 22.04.1974, rege o Estatuto e Plano de Carreira do Magistério Público do Rio Grande do Sul, que garante a Orientação Educacional no Estado, a fim de obter o alcance dos objetivos educacionais e um ambiente propício a formação:

Art. 2º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Sistema Estadual de Ensino o conjunto de Instituições e de Órgãos que, sob a ação normativa do Estado e coordenação da Secretaria da Educação e Cultura, realiza atividades de Educação;

II - Pessoal do Magistério Público Estadual o conjunto de professores e especialistas de educação que, ocupando cargos ou funções nas Unidades Escolares e nos demais Órgãos do Sistema Estadual de Ensino, mantidos pelo Estado, desempenha atividades docentes ou especializadas, com vistas a atingir os objetivos da educação;

III - Professor o membro do Magistério que exerce atividade docente, oportunizando a educação do aluno;

IV - Especialista de Educação o membro do Magistério que, tendo exercido a docência durante, no mínimo, três anos e possuindo a respectiva qualificação, desempenha atividades de administração, planejamento, orientação, atendimento e acompanhamento psicológico nos campos educacional e clínico, inspeção, supervisão e outras similares no campo da educação; (Vide Lei n.º 14.166/12)

V - Atividade de Magistério a dos Professores, a dos Especialistas de Educação e a diretamente ligada, no plano técnico-pedagógico, ao funcionamento do Sistema Estadual de Ensino e ao aperfeiçoamento da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, estabelece no Artigo 64 a garantia as habilitações como, por exemplo, Orientador Educacional:

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Esta lei decreta, assim como as demais leis, a gestão e desenvolvimento escolar democrático, porém seus princípios são vagos, não estabelecendo diretrizes eficazes e nem promovendo o progresso educacional. Já a Orientação Educacional é parte de um todo, faz parte da Instituição Educacional, interagindo permanentemente, assim como a própria sociedade (Grinspun, 2005). Sendo um trabalho muito abrangente na sua dimensão pedagógica, a Orientação também articula com a família e a comunidade, ocasionando na melhoria da qualidade da Educação.

### **Coaching Educacional e a Dimensão Pedagógica**

Partindo do pressuposto de uma nova cultura de aprendizagem, onde há novos mestres e novos aprendizes, podemos observar essa nova configuração epistemológica das crianças na seguinte passagem de Prensky. Segundo o autor:

[...] agora nós temos uma geração que absorve informação melhor e que toma decisões mais rapidamente, são multitarefa e processam informações em paralelo; uma geração que pensa graficamente ao invés de textualmente, assume a conectividade e está acostumada a ver o mundo através das lentes dos jogos e da diversão. (PRENSKY, 2004, p. 04)

Ponderando estes aspectos, Pozo (2002) traz o computador como elemento tão natural em seu ambiente como foram para nós o rádio ou a televisão, enquanto nós tivemos de ir incorporando os elementos tecnológicos em nossa cultura, os novos aprendizes os incorporam com toda a naturalidade desde tenra idade em sua cultura. Nas redes, tais como *ciberespaços*, há grupos “de pessoas se correspondendo mutuamente por meio de computadores interconectados” (LÉVY, 1999, p. 67), formando comunidades virtuais de aprendizagem, aprendendo colaborativamente.

Deste modo, os processos educativos terão de passar por uma revisão da sua metodologia educacional. Siemens (2004) traz a teoria de aprendizagem baseada na cultura digital, com o ensino mediado pela tecnologia. Em consonância, sustenta que a aprendizagem é, sobretudo e mais frequentemente, um processo com vários estágios e diferentes componentes. Dessa forma, ambos os tipos de processos estão integrados hierarquicamente, constituindo níveis de aprendizagem. Todavia, apesar dos muitos enfoques existentes, as tecnologias tornam-se ferramentas educacionais muito úteis, já que as modernas tecnologias da informação são muito acessíveis e flexíveis.

Dessa forma, se o aluno é diferente e a aprendizagem também, chama-se a atenção para recursos pedagógicos adequados, tendo de pensar o aluno como sujeito ativo, não passivo, priorizando pela autonomia. Em seus estudos, Santaella (2007) pondera que é preciso compreender que a era digital obrigará tanto seus detratores quanto seus apologistas a encontrar novas ferramentas conceituais se não querem terminar relegados aos museus paleolíticos do século XXI. Papert (1985) enfatiza os educadores como os inovadores educacionais que devem estar cientes de que para serem bem sucedidos eles devem ser sensíveis ao que acontece na cultura circundante e usar tendências culturais dinâmicas como meio de atingir suas intervenções educacionais.

As definições de *coaching* são diversas, conforme cada *coach* e cada instituição de formação. O *coaching* é uma metodologia focada em desenvolvimento, reeducação, modificações de comportamentos, planejamento e ação para atração e realização de objetivos/metast. Pérez (2009) define *coaching* sob dois pontos de vista, sendo o primeiro:

(...) em função de quem o pratica, ora como uma técnica ou uma ferramenta poderosa de mudança que permite orientar a pessoa em direção ao êxito, ora como uma filosofia de vida que, ainda que pretenciosa, anseia por um mundo melhor. Ambas as definições partilham a máxima de conceder a função fulcral ao ser humano: o actor principal, a figura-chave em todo esse processo de melhoria ou crescimento pessoal contínuo (p. 17).

Basicamente, *coach* é a pessoa que conduz o processo de *coaching* e Araujo (1999, p.25) ressalta que “*Coach* é o papel que você assume quando se compromete a apoiar alguém a atingir determinado resultado”. E o segundo ponto de vista de Pérez (2009) conceitua:

(...) o *coaching* como um modo de vida que retendo pôr ordem nas nossas consciências e ajudar as pessoas a serem felizes. Defende-se nesta vertente, um conhecimento extenso sobre nós próprios e tudo o que nos rodeia para tentar alcançar o nosso próprio equilíbrio vital e uma relação harmoniosa com o nosso meio envolvente (p. 17).

Essas afirmações levam a compreender que esse conceito, do autor supracitado, delibera o *coaching* como processo de aprendizagem, com foco na situação presente, submerso a mutação, aonde “recursos e ferramentas de trabalho específico venham permitir a melhoria do desempenho nas áreas que as pessoas procuram” (PÉREZ, 2009, p.17).

Tal processo consente apoio e assistência necessários, mas não exime da responsabilidade pela tomada de decisões e o desenvolvimento das atividades para impetrar seus objetivos. Segundo Mendonça (2011) o *coaching* é definido como:

(...) um processo de descoberta pessoal e/ou profissional, que para acontecer necessita da presença de dois personagens, o *coach* e o *coachee*. Via de regra, o *coachee* tem uma ou mais questões a tratar e, juntamente com o *coach*, promove estratégias e prazos para atingir as metas no tempo determinado. Ao contrário da psicoterapia, por exemplo, ao *coach* não interessam obstáculos que se apresentam no caminho do *coachee*, mas unicamente, como ele fará para superá-los. Importante ressaltar que a solução sempre vem do *coachee* e não cabe ao *coach*, salvo em raras exceções, dar opinião ou sugerir alternativas (p. 95).

Existem várias metodologias de *coaching*, uma delas é o *Coaching* Educacional utilizado para atender questões relacionadas ao contexto educacional, podendo ocupar-se com questões relativas à dimensão do professor, do aluno e do administrativo, assim como na gestão educacional. Muito utilizado em empresas, recentemente está sendo aplicado na área de Educação, sendo que o *coaching*:

Não é simplesmente uma técnica a ser conduzida e rigidamente aplicada em algumas circunstâncias prescritas. É um jeito de gerenciar, um jeito de tratar as pessoas, um jeito de pensar, um jeito de ser. Aproxima-se o dia em que a palavra '*coaching*' desaparecerá de uma vez do léxico, e essa prática passa a ser apenas uma maneira de se relacionar com os outros no trabalho, e em qualquer outro lugar (WHITMORE, 2010, p.13).

A proposta investigativa privilegiará neste artigo o desempenho educacional do orientador-*coach* na orientação e condução das ações pedagógicas, com o enfoque no



*coaching* educacional, frente ao processo que auxilie o desenvolvimento de aptidões e habilidades dos orientadores, sob a égide das identidades, formações e atuações que se refletem dentro da escola.

Para tanto, busca-se distinguir o processo metodológico de *coaching* educacional, verificando-se as possibilidades e contribuições na educação, observando os objetivos e resultados para potencializar a orientação educacional, bem como traçar o perfil do orientador-*coach*. O método utilizado no *coaching* é voltado para a dissolução de problemas, desenvolvimento de novas habilidades, tomada de decisão, autoconhecimento e aprendizagem emocional.

Numa abordagem de desenvolvimento humano, o *coaching* tem como objetivo auxiliar profissionais de qualquer área de atuação a maximizar seus resultados com base na otimização de seus próprios recursos técnicos e emocionais. O foco é a concepção de ações para transformar probabilidades em realidade, e potencial em excelência pessoal e/ou profissional. Logo, é aplicável tanto na vida particular como profissional.

## **Metodologia**

### **Procedimentos Metodológicos**

Conforme os objetivos e o próprio objeto da pesquisa exigiram uma abordagem descritiva e qualitativa, de natureza bibliográfica e de campo, complementada pela pesquisa etnográfica. De posse das literaturas e análises de obras teóricas, com o levantamento e organização dos dados e informações colhidos, iniciou-se a sistematização de ideias, a construção de um novo texto, que incluiu a reconstrução dos argumentos dos autores analisados, a análise interpretativa dos dados e problemas levantados.

Para todo esse processo de pesquisa, foram utilizados, especialmente, assim como os apontamentos das fragilidades e potencialidades nos processos educativos, de forma holística e dialógica, com ênfase nos modelos de comportamento, interações e práticas, os questionários e seus termos de consentimentos respondidos por 23 Orientadores Educacionais da Rede Pública de Ensino de Passo Fundo/RS.

Todavia, a proposta abrangeu exclusivamente a realização de autorização através do Termo de Consentimento, assim como, o preenchimento do Questionário pelos O.E. da Rede de Ensino, com aplicação de técnicas de *coaching* educacional. A confidencialidade das informações e os direitos foram de modo pleno avaliados. Ao final, as análises de dados puderam apresentar-se seus resultados aos envolvidos.

### **Instrumentos de Coleta de Dados**

Para coletar as informações utilizou-se de entrevistas, observações de campo e questionário com perguntas. O questionário<sup>1</sup> constou de dez perguntas e foi aplicado

---

<sup>1</sup> Pesquisa de dados O.E. em Formulário online disponível em: <https://goo.gl/forms/TjeJcX5HH83Na8qk2>

aos Orientadores, permitindo traçar perfil dos profissionais na Rede Pública de Ensino de Passo Fundo/RS, assim com as entrevistas proporcionou-se aprofundamento de algumas questões que constavam no questionário.

Outrossim, foi realizada pesquisa documental para obter a legislação que amparou legalmente a profissão do Orientador Educacional no Brasil e, posteriormente, o processamento e a apreciação dos dados coletados.

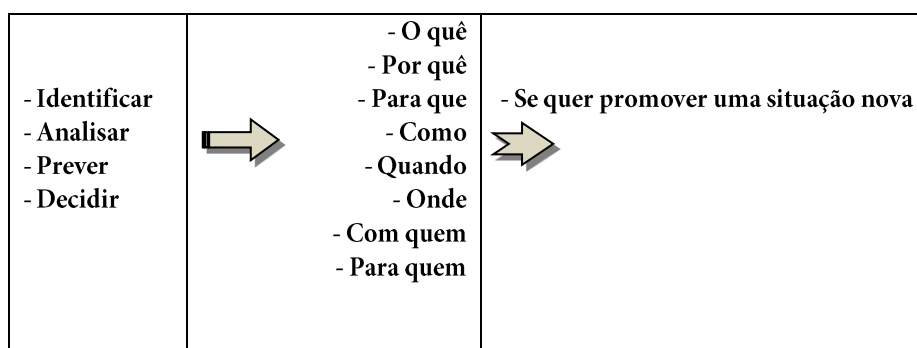
## Resultados e análise

### O orientador-coach e a construção do Plano de Ação Pedagógica

Sabe-se que a atuação do Orientador Educacional nas Instituições Educacionais, numa sociedade plural e complexa, se revelaram excessivamente problemática e fundamental, exigindo deste profissional uma organização e planejamento, para isso o Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional, no quadro 3 exemplificado com método *coaching* (5w2h), é de extrema importância, devendo ser de referência.

A orientação educacional só tem sentido quando se inquieta com a realização do ser subjetivo mais do que com a realização do ser igualitário, visto que decorre dos meios e etc. Cabe ao Orientador assessorar, acompanhar e compreender a turma e seus conflitos, assim como integrar as diversas disciplinas, para isso, visando um trabalho mais eficaz, à necessidade do Orientador-Coach. No quadro 2 está apresentado as intervenções intelectuais envolvidas no planejamento. Dessa forma, com base nas orientações do quadro 4, tem-se a probabilidade de uma estruturação mais ordenada do Plano de Ação.

Em razão disso, planejamento deve ser uma ação contínua, “o plano ou projeto corresponde a registros que permanecem como letra morta, caso não seja ativados a partir de compromisso para sua implementação” (LÜCK, 2011, p.51).



Fonte: LÜCK, 2011, p. 48.

**QUADRO 2 – Intervenções Intelectuais Envolvidas no Planejamento**

AÇÃO	O quê?	Quem?	Onde?	Quando?	Por quê?	Como?	Quanto?

**QUADRO 3 – Plano de Ação do Serviço de Orientação Educacional**

Orientação para cada Ação
<p>Descrição das etapas necessárias para atingir o objetivo.                      Definir responsável.                      Onde será executada a tarefa.                      Definir quando será feito e até quando.                      Justificar claramente o porquê.                      Definir método a ser utilizado para realização.                      Descrever recursos financeiros, materiais ou humanos que serão necessários.</p>

FONTE: Adaptado de: (COSTA, 2007, p. 218-219).

**QUADRO 4 – Orientações Para Elaborar Cada Ação Como Orientador-Coach**

**Análise e Dados Qualificados**

A partir dos 23 orientadores educacionais envolvidos, da Rede Pública de Ensino de Passo Fundo/RS, sendo todos do sexo feminino, de faixa etária com 20 a 70 anos, ambos habilitados com Orientação Educacional, de formação acadêmica extensa, inclusive doutores e mestres. Com relação à carga horária de trabalho, na sua maioria, é superior a 20 h, sendo que atuam em outras Instituições para aumentar sua remuneração.

Observa-se que os profissionais desempenham diversas atividades, juntamente a escola e comunidade, assim exigindo mais deles, já que alguns têm sobrecarga de trabalho. Acrescente-se a estes, escolas com estruturas deficientes, relatos de desgaste físico

e psíquico, diversas adaptações a múltiplas realidades, somadas as suas tarefas e superviões, poderia causar o desencadeamento da Síndrome de Burnout<sup>1</sup>.

Nas suas concepções educacionais, os relatos estão em torno de uma Educação Transformadora e Libertadora, que pode desenvolver um ser humano autônomo e emancipado. Sobre a tecnologia, as falas são de que os desafios são pequenos e não os preocupam, acreditam que ocorreu uma união através das inovações que surgiram, facilitando o dialogo com os alunos.

As abordagens em torno dos orientadores são de muitos questionamentos sobre o seu papel na Escola e Comunidade, a realidade escolar traz muitas questões de objetivos e propósitos revisados e revistos, onde a inclusão não existe, dá espaço para a exclusão social. Neste ambiente que é fruto de reflexões e discussões sobre o futuro, ambos acreditam num aperfeiçoamento profissional através do *coaching*, todos já conheciam o método.

Sabe-se que o projeto político-pedagógico da escola é a cédula que a identifica, e contribui com a organização de todo o trabalho da escola. Para isto, o Plano de Ação é um instrumento de extrema importância e, deve ter como referência as necessidades expressas e articuladas com o PPP – Projeto Político Pedagógico, de conformidade com a LDB 9394/96, que prevê no Art. 12, Inciso I a VII:

[...] é de incumbência das escolas, elaborar e executar a sua proposta pedagógica; administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros; assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidas; velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente; prover meio de recuperação de alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processo de integração da sociedade com a escola; informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica” (BRASIL, 1996).

Para que isso de fato ocorra, é preciso planejar, em *Coaching*, apóia-se no modelo 5w2h: O quê? (What?), Quem? (Who?), Onde? (Where?), Quando? (When?), Por quê? (Why?), Como? (How?), Quanto? (How Much?). Dessa forma, há maior possibilidade de êxito no Plano de Ação, os Orientadores encontraram facilidade de elaborar seus planos.

Nesta sociedade que demanda por profissionais mais bem preparados para que uma alteração significativa aconteça nas escolas e no mundo, a partir dos resultados, observamos a coerência no discurso e na prática dos orientadores diante do trabalho e da formação. Num paralelo, há o distanciamento das teorias para as práticas, porém os orientadores Educacionais não demonstraram dificuldades de reconstrução de pontos de vistas a reformulação de ideais.

---

<sup>1</sup> **Síndrome de Burnout** é um **distúrbio psíquico** de caráter depressivo, precedido de esgotamento físico e mental intenso, definido por **Herbert J. Freudenberger** como “(...) *um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional*”.

Percebe-se o entrelaçamento do fazer do Orientador com a legislação educacional, inclusive as discussões sobre a Orientação Educacional. Identifica-se a necessidade de várias implementações e melhorias, já que todos os profissionais deveriam ter formação inicial e continuada, se anseia por aperfeiçoamento, qualificação e sistematização das reuniões e do Plano de Ação, por isso que ambos sentiram-se beneficiados com o *Coaching* Educacional. Ainda sugerem apoio e investimentos por parte do poder público, num fortalecimento e garantia da proteção e educação.

## Conclusão

Em uma nação em que tudo é possível, em que tudo sofre mudanças e adaptações, e as regras, constantemente negociadas ou adequadas, o suposto é que indagamos diversos pontos. Assim como o mote principal em qual papel deverá o orientador assumir nesta contemporaneidade?

A princípio, na contemporaneidade, as identidades flutuam no ar, mas certas identidades tendem a ser essencializadas. Há uma tendência a se buscar desmistificar, passar por mutações, metaforicamente, de larvas a borboletas. O paradoxo da contemporaneidade está, então, segundo Young (2002, p. 240), na essencialização de uma identidade e na necessidade de desconstrução dessas essências.

Cabe aqui evidenciar que a análise dos dados revelou que os 23 sujeitos da pesquisa, sendo todos do sexo feminino, apresentam uma atuação excessivamente problemática e fundamental, a qual exige deste profissional uma organização e planejamento, nisto brota a necessidade de intervenções intelectuais eficazes, cabendo ao orientador-*coach* assessorar, acompanhar e compreender tais processos, pois com o *Coaching* Educacional terá uma estruturação mais ordenada, seja Plano de Ação, Reuniões ou Projetos.

Outra questão importante que destacamos é o orientador-*coach* dá uma nova perspectiva à atividade educacional? Em termos gerais, a sociedade demanda por profissionais melhores preparados para que uma mudança significativa aconteça nas escolas e, posteriormente, no mundo. Portanto, integrada com o *Coaching* Educacional, a Orientação Educacional será um processo educativo que cooperará ainda mais com a comunidade escolar, de docentes a educandos.

Por fim, em consonância dos resultados com os objetivos, sustentamos as concepções de Educação contidas na prática profissional dos Orientadores Educacionais da Rede Pública de Ensino de Passo Fundo/RS, enfatizando que o Orientador tem papel principal, sendo altamente necessário no contexto escolar. Também refletimos, a partir dos anseios dos profissionais, algumas estratégias para melhorar o trabalho.

Finalizando, buscamos com o *Coaching* Educacional, conseqüentemente, a melhoria. Alastramos o desafio da prática do *coaching*. As novas tecnologias e as novas gerações estão evoluindo dia-a-dia, surgem novas indagações acompanhadas de novos problemas e desafios a cada momento. Em razão disso, os profissionais devem estimular-se e inovar na realização da sua função sempre buscando qualidade superior.

## Referências

- ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1988.
- ARAÚJO, A. **Coach: um parceiro para o seu sucesso**. São Paulo: Editora Gente, 1999.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2017.
- \_\_\_\_\_. **Lei Nº. 5.564 de 21 de dezembro de 1968 dispõe sobre o exercício da profissão de orientador educacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1950\\_1969/L5564.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/1950_1969/L5564.htm). Acesso em: 10 nov. 2017.
- CARVALHO, Maria de Lourdes R. S. **A função do orientador educacional**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.
- CONCEIÇÃO, L. F. **Coordenação Pedagógica: princípios e ações em formação de professores e formação do estudante**. Porto Alegre: Mediação, 2010.
- COSTA, E. A. da **Gestão estratégica: da empresa que temos para a empresa que queremos**. 2. ed. São Paulo, Saraiva, 2007.
- FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre educação: diálogos**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. V.2.
- GUERREIRO, C. **Profissão: Articulador Escolar**. Revista Educação. Março, 2011, ano 14 – nº 167, p.24-29.
- LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New literacies: changing knowledge and classroom learning**. Buckingham: Open University Press, 2003.
- LEFFA, V. J. **A aprendizagem de línguas mediada por computador**. In LEFFA, Vilson J. (Org.) Pesquisa em lingüística Aplicada: temas e métodos. Pelotas: Educat, 2006, p. 11-36.
- LEMKE, J. L. **Metamedia literacy: transforming meanings and media**. In: REINKING, D. et al (Eds.) Literacy for the 21<sup>st</sup> Century: technological transformation in a post-typographic world. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1998. p. 238-301. Disponível em: <http://academic.brooklyn.cuny.edu/education/jlemke/reinking.htm>. Acesso em: 09 jun. 2017.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999. 264 p.
- LONGO, M.; PEREIRA, Z. C. **O papel do orientador educacional na promoção do relacionamento interpessoal entre alunos e professores, contribuindo no processo ensino-aprendizagem**, PERSPECTIVA, Erechim. v.35, n.132, p.183-196, dezembro/2011. Disponível em: [http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132\\_243.pdf](http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/132_243.pdf). Acesso em: 26 jun. 2017.
- MORAN, José Manuel et al. (Org.) **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas: Papirus, 2000.
- MOURA, T. M. **Foucault e a Escola: disciplinar, examinar, fabricar**. 2010. 89f. Dissertação (PPGE) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- PÉREZ, J. F. B. **Coaching para docentes – motivar para o sucesso**. Portugal: Porto Editora, 2009.

POZO, J. I.; MORTIMER, E. F. (Rev.). **Aprendizes e mestres**: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: ARTMED, 2002. 296 p. (Biblioteca Artmed)

TEDESCO, J. C. **Educação e novas tecnologias**: esperança ou incerteza? São Paulo: Cortez, 2004.

WHITMORE, J. **Coaching para performance**: aprimorando pessoas, desempenhos e resultados: competências pessoais para profissionais. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

YOUNG, J. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

ZAIB, J. ; GRIBBLER, J. **Manual de coaching educacional**: transformando gestores e professores em líderes inspiradores. 1. ed. São Paulo: Editora Leader, 2013.

## ESCOLA DE VIDA: EDUCAR, HUMANIZAR E TRANSFORMAR

*Silvia Regina Ricci*

### **Escola de vida**

Existem momentos que dão significado ainda maior a minha função de pedagoga. Atuar no Centro Oncológico Infantojuvenil, como professora de crianças e adolescentes em tratamento, é certamente um desses momentos.

Em fevereiro de 2016, iniciou no Hospital São Vicente de Paulo, de Passo Fundo, o funcionamento da Classe Hospitalar Escola de Vida. De fato, com o objetivo de possibilitar o acompanhamento pedagógico e a construção do conhecimento, no espaço hospitalar, de crianças e adolescentes que se encontram impossibilitados de frequentar a escola, temporariamente.

### **Pedagogo na equipe multidisciplinar**

Quando o paciente chega ao Centro Oncológico e inicia o tratamento médico, tem todo um suporte da equipe hospitalar, são médicos, enfermeiras, técnicos de enfermagem, psicólogas, nutricionistas, fisioterapeutas, assistente social, e todos os demais profissionais necessários para o tratamento. E nessa equipe multidisciplinar foi incluído o pedagogo, visando assim atender as necessidades do desenvolvimento cognitivo de crianças e adolescentes da pré-escola e do ensino fundamental.

A equipe multidisciplinar realiza reuniões quinzenais para discutir os casos de pacientes previamente selecionados pelos médicos oncologistas. Nesta reunião cada profissional relata as condutas com cada paciente e articula ações necessárias para cada caso.

Como pedagoga relato como estão sendo desenvolvidas as aulas com o paciente, seu desempenho na realização das atividades propostas e todas as questões referentes à aprendizagem.

Trata-se de uma integração de saberes e práticas que garantem a atenção integral às necessidades de saúde dos pacientes em tratamento no Centro Oncológico.

### **As aulas como aliadas no tratamento**

As aulas passaram a ser aliadas no tratamento, devolvendo as crianças e adolescentes um pouco da sua rotina que precisou ser totalmente modificada pela doença. Sendo também uma maneira de humanizar e minimizar o sofrimento vivenciado num tratamento desgastante de internações, exames e procedimentos, os quais são impostos várias limitações, restrições e mudanças na vida dos pacientes e familiares.



## O início das aulas

Quando a criança ou adolescente inicia o tratamento no hospital, se for o caso de ficar afastado temporariamente da escola, é realizada uma entrevista com a família sobre a vida escolar do paciente. Nessa entrevista são coletados alguns dados, como, o nome da escola em que está matriculado, o ano escolar em que se encontra, dados de identificação pessoal e demais informações necessárias que possam contribuir com o histórico escolar do paciente.

Após a conversa com a família é o momento de entrar em contato por telefone com a escola no município de origem e conversar com a direção e coordenação sobre o funcionamento da Classe Hospitalar Escola de Vida. Nesse momento é feita uma coleta de dados da escola e também de informações referente a vida escolar do aluno.

O próximo passo é encaminhar para a escola por e-mail o atestado médico que justifica o afastamento do aluno da escola por tempo indeterminado e as orientações de funcionamento da Classe Hospitalar. Nestas orientações é solicitado a coordenação da escola o encaminhamento por e-mail das atividades escolares para serem desenvolvidas durante o período de internação.

Mantendo assim o vínculo com as escolas de origem de cada aluno, garantido o seu retorno ou ingresso após o tratamento.

Desta forma, a escola de origem da criança ou adolescente deverá subsidiar as atividades referentes aos conteúdos básicos do ano em que o aluno se encontra.

O Hospital São Vicente de Paulo disponibiliza de uma sala de aula adequada e equipada para o desenvolvimento das atividades pedagógicas.

As atividades são desenvolvidas na sala de aula, no leito, no ambulatório ou na sala de quimioterapia, sempre levando em consideração as restrições impostas pelo tratamento.

As aulas são individuais, em duplas ou em grupos, considerando os conteúdos e o ano escolar de cada aluno.

Ao final de cada semestre é repassado à escola de origem um parecer pedagógico dos alunos, relatando todo o processo de aprendizagem nas diferentes áreas de conhecimento e as atividades desenvolvidas durante o semestre para que a escola possa acompanhar o desenvolvimento cognitivo dos alunos.

Quando os períodos de internação não ocorrem com frequência e os alunos permanecem afastados da escola, além das aulas no hospital, é solicitado que a escola de origem organize e repasse a família, as atividades pedagógicas para aluno realizá-las no seu domicílio.

**RESOLUÇÃO Nº 230/97** O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, com fundamento no art. 207 da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e no art. 23, inciso VI, da Lei federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **R E S O L V E**: Art. 1º - Aos alunos do ensino fundamental e do ensino médio, em qualquer de suas

modalidades, incapacitados de presença às aulas e que mantenham condições físicas, intelectuais e emocionais para realizar aprendizagem aplicar-se-á regime de exercícios domiciliares.

As atividades escolares encaminhadas diretamente para as famílias deverão ser feitas pelos alunos com o auxílio dos pais ou familiares no domicílio e quando o paciente vem para consultas, exames e quimioterapia no hospital, eles trazem essas atividades para serem realizadas na Classe Hospitalar.

Em alguns municípios dos alunos atendidos na Classe Hospitalar, a escola de origem dos pacientes disponibilizou professoras do quadro da escola para ir uma ou duas vezes por semana na casa do aluno para aulas domiciliares. Esta prática não é frequente, tendo em vista que a grande maioria das escolas não dispõe de um professor para realizar as aulas domiciliares.

Todas as atividades escolares realizadas pelos alunos, tanto no seu domicílio ou no hospital são encaminhadas para a escola de origem para serem avaliadas pelos professores da turma.

Os pareceres pedagógicos elaborados no final de cada semestre que relatam todo o processo de aprendizagem nas diferentes áreas de conhecimento são encaminhados primeiramente à Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo para validação e após para as escolas nos municípios de origem de cada aluno.

A Classe Hospitalar Escola de Vida é avaliada semestralmente em reunião com o Ministério Público, Secretária Municipal de Educação de Passo Fundo, Hospital São Vicente de Paulo e demais colaboradores do projeto. Através dessas reuniões e outros encontros avaliativos busca-se aperfeiçoar e inovar o trabalho, garantindo às crianças e adolescentes em tratamento no Centro Oncológico Infantojuvenil, a atenção integral as suas necessidades.

### **Retorno ou ingresso na escola**

Quando os alunos recebem liberação médica eles retornam a sua escola de origem ou iniciam a sua vida escolar, que é o caso de quem ainda não havia frequentado a escola em função da doença.

O retorno ou ingresso na escola é um momento muito importante na vida das crianças e dos pais. É preciso ajudar os pais no controle da ansiedade e do medo. Sentimentos comuns ao ver o filho, que passou por um longo período de tratamento, com limitações e restrições, retomar a rotina escolar.

Para auxiliar no retorno a escola, as crianças e adolescentes ficam em acompanhamento pedagógico na Classe Hospitalar. Quando eles vêm no hospital para consultas podem trazer as atividades da escola que tem dificuldade para realizar e esclarecer dúvidas de conteúdos abordados em sala de aula.

O trabalho pedagógico da Classe Hospitalar também se estende a permanecer em contato com as escolas de origem para acompanhar o processo de aprendizagem do

aluno que está retornando ou no caso de ingresso, de auxiliar na adaptação da criança na nova escola.

Em alguns casos específicos é solicitada a escola de origem, através de um atestado médico, a presença de um monitor em sala de aula para as crianças que em função da doença necessitam desse acompanhamento.

### **Além dos conteúdos**

As ações pedagógicas na Classe Hospitalar Escola de Vida, muito além dos conteúdos de cada componente curricular, proporcionam aos alunos e familiares momentos significativos no ambiente hospitalar e fora dele.

Com o objetivo de incentivar a leitura e proporcionar momentos lúdicos para as crianças internadas no hospital, em abril de 2016, elas receberam a visita da personagem Emília, criada por Monteiro Lobato e ganharam de presente livros da literatura para comemorar o dia do livro infantil.

O texto a seguir é um exemplo de atividade desenvolvida durante uma aula, onde as crianças além de falar e desenhar sobre a visita da Emília, também fizeram suas produções escritas.

Neste dia foi maravilhoso! Minha prô se vestiu de Emília e me deu um livro, foi o dia mais incrível. Eu adorei. Tiramos muitas fotos. Não sei como agradecer ela por isso. Foi legal, queria que acontecesse mais vezes. (Thaís Roberta Luciano. 8 anos. 3º ano)

Em 2018 os pais usaram as fantasias dos personagens criados por Monteiro Lobato e na sala de aula brincaram e fizeram atividades com seus filhos referente ao dia do livro. Além disso, foram na Oncologia Adulto e entregaram cartões e livros para presentear os pacientes que estavam aguardando consultas e na sala de quimioterapia. Atividades como estas integram pais e filhos e proporcionam momentos de alegria e descontração enquanto aguardam as consultas ou resultados de exames.

Outro momento significativo aconteceu nos primeiros meses de funcionamento da Classe Hospitalar, onde durante as aulas com pacientes no leito, e as famílias acompanhando o desenvolvimento das atividades, foi proposto a produção de textos para os alunos e as mães também quiseram participar com suas escritas. Durante a aula mães e filhos colocavam suas ideias no papel e realizavam com entusiasmo o trabalho proposto.

Os alunos em seus textos relatam suas experiências com a descoberta do diagnóstico e suas novas vivências no hospital. Eles contam que geralmente essas mudanças ocorrem rapidamente e a rotina muda totalmente. Precisam se adaptar ao hospital, palavras que não faziam parte do seu vocabulário, medicações, exames, pessoas até então desconhecidas, passam a fazer parte do seu dia-a-dia.

O aluno Eduardo Henz descreve sobre essas mudanças em uma de suas produções textuais na sala de aula.

Tudo era simples e normal comigo, mas o tempo foi passando e começou a doer muito minha cabeça. Minha mãe me levou em três médicos e todos me tratavam de sinusite. Até que fui numa doutora que se interessou no meu caso e me mandou fazer um monte de exames, fiz tomografia, ressonância e logo apareceu o que eu tinha. Acharam melhor me mandar para Passo Fundo, fizeram três cirurgias, fiz radioterapia e faço quimioterapia. Mas, no geral estou bem, me recuperando firme e forte.  
(Eduardo Henz, 11 anos. 5º ano)

Eduardo foi um aluno que deixou sua marca em todos que tiveram o privilégio de conviver com ele durante seu tratamento. Era um menino alegre, divertido, curioso, que gostava de contar piadas. Até nos momentos em que sua saúde estava muito fragilizada ele demonstrava disposição para participar as aulas, fazia as avaliações solicitadas e aguardava ansioso a correção feita pelas professoras de sua escola. Realizava com atenção todas as atividades encaminhadas pela escola de origem e mantinha contato por telefone com seus colegas para saber como estavam as aulas na escola.

Expressava em suas conversas e escritas o seu desejo de voltar a fazer as coisas simples que realizava antes de descobrir a doença, como chegar em casa depois da escola, jogar a mochila e sair correndo brincar, comer diversos alimentos que não era permitido em função do tratamento e seu maior sonho era voltar a viajar de caminhão com seu pai.

A aluna Suelen expressa em sua produção textual, solicitada em aula no leito do hospital, a importância de aprender com as aulas o mesmo conteúdo e atividades que os colegas estão aprendendo na escola do município onde reside.

As crianças precisam de aula no hospital, porque eles não podem perder o ano. É muito legal ter aula aqui porque eu ganho aula dentro do quarto, mas eu já fui lá na sala de aula. As crianças se interessam e vale como ano letivo. Aprendemos os mesmos conteúdos que os colegas aprendem na escola. (Suelen Prandi Machado, 9 anos 4º ano)

Os pais descrevem nos seus relatos os sentimentos vivenciados, os medos, as angústias e a esperança, desde a descoberta da doença, os primeiros sintomas dos filhos, o tratamento e a internações hospitalares.

[...] tenho saudade e espero que nossa família volte a ser como antes, tomar chimarrão nas noites de inverno ao redor do fogão a lenha, comer pinhão assado, são coisas simples, mas para nossa família é muito importante. Obrigado! A Deus, a equipe médica aqui do hospital, vocês todos são anjos que conseguem aliviar a dor e a devolver a esperança. Um grande abraço a todos, em especial a professora Sílvia que me deu a oportunidade de contar um pouco da nossa história em forma de desabafo.  
(Sílvia Prandi Machado)

Nesse trecho, a mãe do Renan Santos da Luz relata a importância das aulas no hospital e acredita que as aulas devolveram ao filho um pouco da rotina escolar. Os pais traziam o filho do município onde residia, uma vez por semana para ter aulas na sala de aula do hospital. E quando Renan ficou internado no CTI e era liberado para sair em alguns momentos, além dos passeios com seus pais, era na sala de aula que ele gostava de ficar uns minutos e fazer atividades. Sem conseguir se comunicar através da fala, ele escrevia num papel para expressar suas vontades.

[...] ter aulas no hospital é muito bom, ele não vai esquecer o que já aprendeu e pode continuar a aprender coisas novas. Ele adora! O que passa para mim é que todos acreditam e esperam que a cura aconteça, por isso não deixam as crianças perderem o ano. (Marinês dos Santos)

## Identificando talentos

Em julho de 2017 foi feita uma parceria entre a Classe Hospitalar Escola de Vida e a Academia Passo-Fundense de Letras com o objetivo de dar continuidade a produção dos textos dos alunos e proporcionar no ambiente hospitalar momentos de apreciação do universo literário, oferecendo condições para que os pacientes em tratamento pudessem se expressar através de diferentes linguagens literárias.

Com essa proposta além das aulas na Classe Hospitalar os pacientes teriam todo suporte necessário para fazer suas produções sob o olhar atento dos escritores da Academia de Letras.

As produções foram publicadas no livro *Cultivando Talentos 2017*, e apresentaram os textos dos alunos da rede municipal de ensino de Passo Fundo e dos alunos da Classe Hospitalar Escola de Vida.

Nas produções as crianças e adolescentes compartilham os momentos que viveram na descoberta da doença, os medos, a dor, os cuidados recebidos no tratamento, o amor da família, a fé, a superação, a esperança e a vontade de viver cada momento proporcionado pela vida.

No dia do lançamento na Feira do Livro de Passo Fundo foram cinco, dos sete alunos que participaram desse projeto. Acompanhados das famílias, colegas da escola do município onde residem, amigos e as equipe do Hospital São Vicente de Paulo e da Secretaria Municipal de Educação de Passo Fundo, os alunos tiveram a oportunidade de se apresentar no palco da Feira do Livro. Além de falar um pouco sobre as produções, cantaram para o público que foi prestigiar o evento.

Em seguida tiveram a oportunidade de participar da sessão de autógrafos, momento inesquecível para todas as pessoas que acompanharam as produções de cada uma das crianças e adolescentes.

Entre os textos dessa edição de 2017, destaco um trecho da escrita do Joel Vicari, exemplo de quem lutou sempre com um sorriso no rosto e vivia todos os dias com

muita intensidade e alegria, demonstrando todo seu amor ao seu pai, que foi incansável ao seu lado todos os dias.

Acredito que hoje é o dia mais importante de minha vida, pois o amanhã só a Deus pertence. Os erros e os acertos fazem parte da aprendizagem. Caminho em busca da felicidade, em direção à esperança, para viver cada segundo da melhor maneira possível, pois a vida é linda e única demais para não se dar valor. (Joel Vicari, Cultivando Talentos 2017, p.165)

No ano de 2018 a parceria com a Academia de Letras foi renovada e teve a participação de dezessete alunos da Classe Hospitalar. Nessa edição os alunos compartilham com os leitores as produções de quem tão cedo aprendeu com as perdas, que comecem desde o diagnóstico, o afastamento da família, da escola, dos amigos, a queda do cabelo, um tratamento desgastante, e a vida vai tomando outra direção. Mas no meio de tudo isso é visível como eles lutam bravamente e nos proporcionam momentos de reflexão sobre a vida e o amor.

Nessa edição destaco um acontecimento que marcou a todos os envolvidos, desde o processo de escrita, de ilustração, de revisão de texto, da diagramação e escolha da capa do livro. A História é de Emily da Rocha Stenzel de 16 anos, que escreveu seus textos no leito do hospital.

Entre suas produções havia um texto: O sonho de Lúcio, em que ela relata o desejo de um menino de conhecer o espaço, os planetas e as estrelas, que era a paixão de Emily.

Depois de concluir o texto, que foi entregue para a revisão, Emily fez uma linda ilustração, que não chegou a ser entregue.

Nesse tempo a Emily precisou de cuidados intensivos e foi para CTI do hospital. Ficou muitos dias em estado de saúde grave e acabou não resistindo. Uma semana depois que a Emily faleceu, recebi uma ligação de sua mãe me informando que havia encontrado o desenho da Emily que ilustrava o texto.

Como sabia que o livro já estava na diagramação entrei em contato com a coordenadora do projeto, a qual fez o pedido para incluir o desenho no texto.

Gilberto Cunha membro da Academia de Letras, foi quem colocou o desenho da Emily na capa do livro. Ele escreveu em sua coluna no jornal sobre a Emily e seus sonhos.

[...] Um outro sonho confesso por Emily era ter um opala. Quem sabe, numa noite dessas, se você olhar para o céu e, poeticamente, ouvir um ronco de motor, não seja ela, que ficou encantada, passeando entre as estrelas que tanto amava.

Quanto a ilustração feita por Emily, eu decidi não colocar no texto, como fora solicitado; mas sim em homenagem à sua memória, na capa do livro: Cultivando Talentos 2018<sup>o</sup>.

(Gilberto Cunha. O sonho de Emily. Coluna O Nacional em 09/11/2018)

No lançamento do livro a família da Emily se fez presente, era o 30º dia do seu falecimento, e os pais estavam ali, prestigiando o evento e autografando o livro da sua filha. Momento que ficará para sempre na memória de todos que estavam presentes no lançamento e de quem conheceu a Emily através de seus textos.

Essa homenagem à sua memória trouxe conforto, num momento tão difícil, aos seus familiares. As pessoas que participaram do evento puderam conhecer também os pais da Emily e receber autógrafos de quem em meio a tanta dor e sofrimento tinha o amor como aliado, que os mantinha com um sorriso no rosto e muita emoção em cada abraço recebido.

Outro texto que destaco é o poema da aluna Quetlin Flores, uma menina de alegria contagiante, que de maneira divertida e bem-humorada ela descreve como vê o seu tratamento:

Nesse vai e vem da Oncologia  
Tem muita quimioterapia  
Fisioterapia  
E muitas outras “ias”  
É uma dor  
Que se torna indolor  
Com o carinho e o amor  
Que eu recebo do doutor  
Ele dá injeção  
Mas também é meu amigão  
Venho de outra cidade  
Mas, encontro muita solidariedade  
E amigos de verdade.  
Ficar careca é uma meleca  
Fico com cara de sapeca[...]  
(Quetlin Flores. Cultivando Talentos 2018 p.175)

Nas duas edições do projeto em parceria com a Academia Passo-Fundense de Letras além das aulas no hospital com os escritores, do lançamento do livro e sessão de autógrafos, foi realizada no Hospital São Vicente de Paulo a formatura dos alunos que participaram do projeto.

Nesse momento além do certificado recebido por todos os participantes, os alunos destaque foram presenteados com a pelerine e receberam o título de Acadêmicos Mirins. É um incentivo para que continuem a desenvolver as suas habilidades e também sejam disseminadores da leitura e escrita.

## Amor à flor da pele

Além de proporcionar aos alunos da Classe Hospitalar momentos que possam expressar-se através das diferentes linguagens literárias, foi estendido ao pais um convite para também expressarem seus sentimentos através da escrita.

Com o objetivo de ilustrar as vivências das famílias que enfrentam bravamente o câncer Infantojuvenil, foi criado o projeto: Amor à flor da pele, que consiste em relatos de pais, irmãos e avós sobre as emoções e os mais variados e diferentes sentimentos vivenciados num mundo desconhecido do diagnóstico ao tratamento, das vitórias às perdas.

Esse projeto resultará na publicação de um livro cuja finalidade é mostrar ao público geral, os recursos utilizados pelas famílias ao se depararem com o câncer infantojuvenil, além de auxiliar na elaboração de todo esse processo vivenciado no enfrentamento da doença.

## Sonho realizado

Uma ação que proporcionou momentos inesquecíveis para as pacientes, familiares, equipe hospitalar e voluntários, foi a realização do sonho de uma aluna da Classe Hospitalar.

No quarto 115 do hospital havia uma jovem de 14 anos com um sorriso encantador em tratamento oncológico. Tímida, poucas palavras e com um sonho em sua vida. Sonho que foi revelado numa conversa durante a aula. Ela relatou que nunca teve uma festa de aniversário e que sonhava em ter uma festa de 15 anos e queria um vestido de princesa.

Durante a aula é possível compreender que só foi possível a revelação desse sonho porque existe além da aprendizagem uma relação de afeto. Aprendizagem e afetividade fazem parte do cotidiano escolar. Para Vera Nunes (2014) o afeto é a possibilidade de os ânimos se renovarem, de os sentimentos poderem ser expressos, é quando a vontade de aprender se intensifica, o mundo ganha novo significado, o futuro passa a ser considerado de forma mais promissora e os sonhos podem se transformar em possibilidades reais.

Depois do sonho revelado, pensei em organizar uma festa no município de origem da aluna e pedir para minha mãe, que é costureira, fazer um vestido de princesa. Como estava iniciando meu trabalho como pedagoga no hospital procurei a psicóloga do Centro Oncológico para esclarecimentos de como proceder com essa ideia da festa de 15 anos para a paciente. Pediu que eu aguardasse e que iria me dar um retorno.

Depois de algum tempo sugeri que poderíamos organizar uma festa para todas as pacientes em tratamento que estariam fazendo 15 anos em parceria com grupos de voluntários.

Ao invés de um, minha mãe fez seis vestidos de princesa. Cada uma das pacientes escolheu a cor e o modelo e as provas dos vestidos aconteciam no hospital.



Foram meses de preparação até o dia da festa. E a menina de sorriso encantador pode realizar o seu sonho no dia 21 de outubro de 2016, com seu vestido branco de princesa em uma festa de 15 anos inesquecível.

### **Afetividade e aprendizagem**

Considero importante nas aulas a relação de afetividade e aprendizagem. Para que a aprendizagem dos alunos seja significativa é preciso do afeto. Outro acontecimento para ilustrar que através do afeto os sentimentos podem ser expressos cita um texto de uma aluna que participará do Cultivando Talentos 2019:

Para quem não me conhece me chamo Taniele, tenho 14 anos. Passei por muitos problemas, mas agora para quem me viu antes, eu estou muito bem. Espero sempre melhorar cada vez mais. Eu não me sentia bem e não estava mais enxergando, então fui encaminhada para Passo Fundo para fazer exames [...] Eu tinha um tumor na minha cabeça. Foi muito difícil. Fiz o tratamento, foi um sucesso, mas eu não posso mais enxergar [...] Imagino um dia eu correndo em direção aos meus pais dizendo:  
- Pai, mãe! Eu voltei a enxergar!  
(Taniele Polese. 14 anos)

Descrever o que senti ao escutar o desejo de Taniele revelado no final do seu texto é algo impossível.

### **Considerações finais: Os diferentes olhares**

Atuar como pedagoga no Centro Oncológico infantojuvenil do Hospital São Vicente de Paulo é o que dá significado ainda maior a minha função de professora. É um desafio diário no qual preciso ter diferentes olhares para garantir que as aulas no hospital promovam a humanização e a transformação na vida de todos os envolvidos nesse processo.

Olhar para a criança que tem vontade de aprender, de estar na escola, mas no momento são impostas restrições do tratamento. Olhar para famílias, fragilizadas, que buscam na Classe Hospitalar um pouco da rotina que foi retirada de seus filhos. Olhar para as escolas de origem de cada aluno, suas dúvidas, anseios de como contribuir nesse processo até então muitas vezes desconhecido pela maioria. Olhar para a prática pedagógica que precisa ser muito flexível e adequada a cada um dos alunos. Olhar atento ao planejamento, as estratégias utilizadas, aos planos individualizados. Olhar para as necessidades de cada aluno e contribuir para o seu desenvolvimento cognitivo.

Diante de tantos olhares tem um olhar específico, que é muito importante para que todos os outros possam ser eficazes, olhar como eu estou administrando tantas emoções, sentimentos, dores, perdas, alegrias, vitórias, mortes, luto e conquistas.

Em muitos momentos esses sentimentos acontecem no mesmo dia. Quando chego para a aula acontece um episódio de um aluno que veio até a sala depois de uma consulta onde o médico liberou para voltar as aulas na sua escola. Comemoramos, foi um momento de celebrar o sucesso do tratamento, o retorno a escola, sentimentos de alegria e gratidão. No mesmo dia sou chamada pelos pais do meu aluno para comparecer no CTI do hospital para me despedir de uma criança de apenas 5 anos. Quando chego vejo aquela cena dos pais conversando com o filho, pegando ele nos braços, para o último abraço, o último colo e o adeus ao seu único filho. Estar com uma mãe no momento de despedida de um filho, ver ela aconchegar ele no colo e ao revés de um parto, despedir-se de seu filho, se calam todas as palavras.

Sentimentos extremos vivenciados no mesmo dia. Um de alegria e outro de muita dor e tristeza. Mas aprendi que os dois momentos têm como aliado o amor.

É um desafio constante conciliar todos esses olhares, mas é isso que me move como professora do Centro Oncológico Infantojuvenil e me faz ser apaixonada pelo trabalho desenvolvido na Classe Hospitalar Escola de Vida.

### **Referências**

BRASIL. MEC. CLASSES HOSPITALARES E ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR, 2002.  
NUNES, VERA. O PAPEL DAS EMOÇÕES NA EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: ED. CASA DO PSICÓLOGO, 2014.



## EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO CONTEXTO ONCOLÓGICO: ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO À SAÚDE EM UMA SALA DE ESPERA

*Camila Baldissera  
Martieli Silva da Silva  
Lauren Xavier Pairé  
Melissa Medeiros Braz*

### **Introdução**

O câncer é considerado um problema de saúde pública, haja vista que as neoplasias são as principais causas de mortalidade no mundo, devido à dificuldade no diagnóstico precoce e etiologia desconhecida (INCA, 2010). Trata-se de uma doença crônica e estigmatizada como fatal, envolta por sentimentos adversos, como medo e angústia, tanto nos pacientes quanto em seus familiares. Ademais, a insegurança do tratamento corrobora para o desfecho desfavorável, eleva os níveis de mortalidade, os gastos hospitalares e reflete diretamente na qualidade de vida dessa população (WHO, 2012).

Geralmente, os pacientes dão início ao tratamento oncológico em uma fase avançada da doença, favorecendo o mau prognóstico e dificultando a recuperação. Em vista disso, as orientações para um diagnóstico precoce são de suma importância para a redução das taxas de morbidade e mortalidade. Por outro lado, progressos nos diagnósticos e terapias vêm contribuindo para um maior tempo de sobrevivência (AQUINO et al., 2007).

O manejo do paciente oncológico requer uma atenção global e multiprofissional, devido às consequências da doença, bem como do tratamento, acometerem o bem-estar geral destes indivíduos. A delimitação do tratamento que é dada a partir das condições clínicas e do estadiamento da doença. A quimioterapia, associada à cirurgia e a radioterapia, está entre as principais escolhas (ACS, 2017).

O tratamento sistêmico, conhecido como terapia antineoplásica ou antitumoral, consiste na administração de agentes químicos que atuam sobre as células potencialmente tumorais. No entanto, este afeta também tecidos saudáveis, explicando os efeitos adversos devido ao alto poder de toxicidade sobre as células. Entre eles estão a fadiga oncológica, náuseas e vômitos, perda funcional e alterações hematológicas, na imunidade e na pele (FERREIRA et al., 2017).

Complicações funcionais também afetam os pacientes durante as terapias, sejam sensoriais ou motoras, podendo incluir formigamento, dor, falta de coordenação dos movimentos, perda dos reflexos, dificuldade em realizar habilidades motoras finas, perda da propriocepção, fraqueza e distúrbios do equilíbrio. Além disso, podem estar presentes também dificuldade para deambular, subir escadas, abrir e segurar objetos,

realizar os afazeres domésticos, vestir-se, praticar atividade física e capacidade de interagir com outras pessoas. Também podem ocorrer sofrimento psicológico e distúrbios do sono, refletindo na dificuldade de realizar as atividades de vida diária (FRIESE et al., 2017).

Após a identificação da doença, o tratamento pode dar início de uma maneira apropriada e rápida, diminuindo impactos indesejados. Assim, inicia-se uma longa jornada a partir da descoberta de um câncer e do enfrentamento ao tratamento, sendo esse um processo de adaptação, fragilidade e insegurança, que requer acolhimento, apoio e atenção psicossocial (GASPARELO; SALES; MARCON, 2010).

O tratamento traz inúmeras e significativas implicações na qualidade de vida, exige cuidados e isso se dá através da reabilitação, que tem como base o processo de atenção contínua e individual, objetivando melhorias e adaptações para as capacidades dos indivíduos, dentro das suas limitações (ZAGO, 1999). Dessa forma, percebe-se a importância e necessidade de uma abordagem multiprofissional. A equipe multiprofissional consegue realizar uma abordagem integral, devido aos olhares de atenção de cada profissional, configurando novas ideias de como agir e produzindo cuidados à saúde dos pacientes (FRANCO; MERHY, 2000).

A falta de informação sobre os efeitos adversos do tratamento interfere na adesão à terapêutica, além disso, as consequências que podem perdurar após o tratamento por meses ou anos, geram a necessidade de promover formas de assistência antes, durante e após o tratamento, através de medidas preventivas de informação, no intuito de amenizar essas complicações. Devido à essa necessidade de atenção, a escuta e suas características de individualidade e integralidade, se fazem imprescindíveis como práticas de acolhimento em todos os momentos e ciclos do tratamento, sendo uma maneira de garantir a resolubilidade das demandas e disseminações das informações (SOLLA, 2005).

Infelizmente, os serviços de saúde privilegiam, na maioria das vezes, a patologia, em vista disso, a questão social e psicológica é colocada em segundo plano. O acolhimento baseia-se no apoio social, provendo interação e provoca efeito direto sobre o bem-estar. Este apoio compreende o suporte emocional, material ou instrumental e educacional ou informativo (SILVA; SHIMIZU, 2007).

Os grupos de apoio têm apresentado uma demanda crescente e vêm se consolidando como uma modalidade de cuidado eficaz, pois são facilitadores no processo de educação, na qual a estratégia para a promoção da saúde visa atuar sobre o conhecimento das pessoas, para que elas desenvolvam a capacidade de intervenção sobre suas vidas e ambiente (PONTE et al., 2006).

O Ministério da Saúde em 2012, definiu promoção da saúde como:

“Estratégias do setor saúde para buscar a melhoria da qualidade de vida da população. Seu objetivo é produzir a gestão compartilhada entre usuários, movimentos sociais, trabalhadores do setor sanitário e de outros setores, produzindo autonomia e corresponsabilidade.”

Dentre as estratégias de promoção da saúde, destaca-se a educação, que visa possibilitar a mudança de hábitos e ressignificar a vivência da doença e do tratamento. A educação possui importância inegável para a promoção da saúde, sendo utilizada como veículo transformador de práticas e comportamentos individuais, no empoderamento, desenvolvimento da autonomia e qualidade de vida do usuário em tratamento (SPIEGEL et al., 2005).

Além de contribuir para a promoção a saúde, mudar hábitos e ensinar sobre autocuidado, a educação é um meio para facilitar o entendimento e realizar a capacitação da comunidade. Permite a utilização de diferentes métodos com diversos objetos e recursos, como os materiais educativos (cartilhas, cartazes, folder, etc.), explanando meios de conhecimentos e habilidades em saúde (SOUZA, 2012).

A sala de espera é um espaço favorável para desenvolver habilidades de enfrentamento da doença por meio, principalmente, de ações de educação em saúde, proporcionando conexões entre pessoas com interesses afins e profissionais de saúde, proporcionando um excelente meio empregado na reabilitação física e psíquica dos indivíduos. Nesse sentido, a sala de espera tem como objetivo proporcionar um cuidado humanizado, aproximando usuários e profissionais. Um local de troca de informações, a fim de proporcionar segurança e acolhimento frente às dúvidas e anseios deste público alvo (COLELLA; DELUCA, 2004).

Podemos dizer que a sala de espera ameniza o desgaste físico e emocional associado ao tempo de espera por algum atendimento, espera essa que pode gerar ansiedade, angústia, revolta, tensão e comentários negativos em torno do atendimento dos serviços públicos de saúde (TEXEIRA; VELOSO 2006).

Este estudo tem como objetivo relatar a experiência dos acadêmicos de graduação e pós-graduação do curso de Fisioterapia sobre as atividades desenvolvidas no grupo “Florescer”, grupo de apoio a pacientes oncológicos desenvolvido na sala de espera do Ambulatório de Quimioterapia do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM).

### **Metodologia**

O projeto de extensão “Florescer: grupo de apoio a pacientes oncológicos” conta com a participação de mestrandas e acadêmicas do curso de Fisioterapia, mediante o acolhimento de pacientes com diagnóstico de câncer, bem como seus familiares e acompanhantes, na sala de espera do ambulatório de quimioterapia do Hospital Universitário de Santa Maria - HUSM.

Trata-se de uma ação em saúde, tendo como público alvo pacientes com diversos tipos de câncer, em tratamento quimioterápico ambulatorial, em um hospital referência no tratamento do câncer no centro do estado do Rio Grande do Sul, bem como seus familiares ou cuidadores. As atividades são realizadas no setor de quimioterapia do Hospital Universitário de Santa Maria, Rio Grande do Sul, na sala de

espera e na sala de quimioterapia do ambulatório. Neste espaço há um grande fluxo de pessoas por dia, contando com a participação de pacientes e acompanhantes.

As atividades iniciaram no segundo semestre de 2017, ocorrendo semanalmente, durante o turno da manhã. Em cada encontro os profissionais responsáveis abordam temáticas diferentes e pertinentes ao tratamento oncológico e suas implicações, assim como o enfrentamento da patologia. Essa medida de acolhimento e vínculo promove aceitação ao tratamento e favorece a interação entre os pacientes, acadêmicas e profissionais envolvidos.

Nos encontros, abordam-se temas pertinentes ao tratamento e à promoção da saúde por meio de recursos lúdicos e metodologias ativas de aprendizagem. Também são realizados exercícios, atividades de relaxamento e dinâmicas com uso de balões, bastões e bolas no intuito de minimizar a tensão da espera. Opta-se por terapias integrativas, na expectativa de estimular a interação e aproximação entre os participantes da sala de espera. O autocuidado também é abordado nas atividades do grupo, com a intenção de empoderar os usuários e elevar sua autoestima, que geralmente é afetada pela patologia e a terapêutica adotada.

As temáticas debatidas nos encontros são escolhidas pelo grupo de acordo com as demandas do público alvo, bem como as sugestões da equipe do ambulatório de quimioterapia. As mesmas tem duração aproximada de 60 minutos, e relacionam-se à qualidade de vida, tanto dos pacientes oncológicos, quanto dos seus familiares ou cuidadores. As explicações são conduzidas de forma lúdica, buscando a melhor compreensão do tema pelo público alvo.

O número de participantes varia de acordo com o dia e a demanda da unidade de quimioterapia do ambulatório. As atividades geralmente contam com um público de 20 a 60 pessoas, de ambos os sexos, incluindo pacientes, familiares, acompanhantes, funcionários do ambulatório, alunos da graduação, mestrandos, palestrantes e usuário de outros setores do Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM)- RS.

## **Resultado**

O grupo Florescer promove atividades que visam principalmente a promoção e educação em saúde no aspecto emocional e físico, que consigam abordar as necessidades globais, durante e após o tratamento sistêmico. Os temas, as dinâmicas e os exercícios propostos são planejados com antecedência, por meio da busca de material na literatura, da leitura de periódicos e diretrizes atuais, com objetivo de levar informações fidedignas e de qualidade para os usuários da sala de espera.

Em vista da diversidade do público alvo, uma vez que existe diferença de nível social e intelectual, as abordagens propostas são conduzidas através de uma linguagem clara, excluindo-se os termos técnicos da área da saúde, a fim de atingir o maior público possível. Abordando tanto a patologia, quanto o bem-estar emocional, utilizamos duas vertentes, sendo uma mais voltada para orientações dos efeitos negativos e positivos das

intervenções e a outra para redução dos anseios gerados pela sala de espera, usando principalmente atividades de entretenimento.

Entre os temas desenvolvidos as orientações tendem a ser voltadas para diferenciar o que é verídico e fictício (senso comum) em relação ao tratamento, sendo essa uma das atividades que gerou mais participação ativa dos usuários, uma vez que os mesmos apresentam diversas dúvidas e pré-conceitos devido à pouca informação, além do receio frente ao desconhecido.

As atividades contaram com participação externa de diversos profissionais de outras áreas que elencaram, por exemplo, os direitos do paciente com câncer, as hipóteses de incidência e a quem recorrer se um direito for negado. Outra participação não menos importante, foi da Associação de apoio à pessoa com câncer, que gera um suporte tanto financeiro quanto social a esses pacientes.

Além das atividades supracitadas, abordaram-se ainda assuntos relacionados à atenção ao paciente com câncer, tanto numa visão de autocuidado, bem como, na visão dos profissionais de saúde e familiares que acompanham o processo.

Outro foco das atividades na sala de espera seria ensinar e adaptar alguns exercícios físicos, alongamentos e métodos de relaxamento para melhorar a capacidade funcional e amenizar alguns possíveis desconfortos e alterações físicas-comportamentais. Assim, contribui na realização das atividades de vida diária e consequentemente reduz os possíveis efeitos deletérios que ocorrem em consequência do câncer e do seu tratamento.

Com as especificidades do tratamento, o estresse dessa fase acaba por muitas vezes ser prejudicial, além de favorecer para desistência da terapia por parte do paciente, dessa forma, contamos com atividades como musicoterapia, aromaterapia, dança, entre outras, com a intenção de proporcionar um momento de descontração num ambiente muitas vezes hostil.

Percebe-se que é fundamental que os membros da equipe de saúde adotem no atendimento aos pacientes com câncer uma visão mais ampliada sobre os sentimentos aflorados frente à doença, às suas sequelas e aos resultados alcançados no processo de reabilitação. Dessa forma, ao considerar os aspectos analisados, sugere-se a inclusão desse tipo de abordagem dentre as estratégias oferecidas por programas de caráter interdisciplinar voltado à assistência de pacientes em tratamento oncológico.

Ao longo da execução do projeto, o mesmo contou com a participação de centenas de pacientes, familiares e cuidadores que frequentaram o ambulatório de quimioterapia. No desenvolvimento das atividades, a maioria se mostrava interessados questionando, compartilhando suas experiências, sentimentos, angústias e dúvidas sobre a doença.

A partir dessa estratégia de troca de experiência e interação entre profissionais, pacientes, familiares, acompanhantes, possibilita-se ao paciente a autonomia no cuidado, além de formas de reduzir os efeitos colaterais. Dessa forma, surge a possibilidade de os mesmos resgatarem o controle sobre suas vidas, ou seja, ao invés de continuarem em uma posição submissa frente aos profissionais de saúde, é possível



retomar e adotar atitudes positivas frente às adversidades impostas pelo tratamento, fortalecendo o comportamento de busca de saúde.

## Discussão

O processo de reabilitação do câncer envolve uma equipe multiprofissional com o objetivo de proporcionar um atendimento global e humanizado aos pacientes oncológicos. Deve-se ressaltar que a assistência fisioterapêutica possui papel ímpar ao longo do tratamento oncológico, uma vez que consegue estabelecer um vínculo com o paciente devido ao tempo de assistência, além do fato de que esses profissionais possuem domínio de questões técnicas, tecnologias e suas complexidades. Dessa forma, proporcionam opções de como lidar com os eventos adversos e o sofrimento que abarcam os pacientes oncológicos e seus familiares (RAZERA; BRAGA, 2011).

A atuação da fisioterapia perpassa o tratamento convencional, uma vez que exerce função educativa, através da promoção de esclarecimentos e auxílio no enfrentamento dos obstáculos impostos pela doença, ao longo do tratamento oncológico, visando sua valorização, individualidade, crenças, etc. Afinal, cada indivíduo tem o seu tempo próprio para absorver, organizar e solucionar os problemas relacionados à condição imposta pela doença (SOUZA, 2011).

A educação em saúde é um campo de prática da saúde coletiva, onde se realizam ações em diferentes organizações e instituições por diversos agentes dentro e fora do espaço convencionalmente reconhecido como setor saúde. É um desafio aos gestores e profissionais na busca por práticas integrais voltadas às reais necessidades das populações. Torna-se ainda mais difícil no campo da oncologia, considerando como suporte para essas práticas, tanto processos de informação e comunicação, como de participação popular e participação social. Além disso, para promover a educação em saúde, também é necessário que ocorra atualização dos profissionais (ALVES; AERTS, 2011).

As práticas de educação em saúde envolvem três autores, os profissionais de saúde que valorizem meios de educação, promoção e a promoção tanto quanto as práticas curativas; os gestores que apoiem esses profissionais; e a população, que de forma ativa, necessita construir seus conhecimentos e aumentar sua autonomia nos cuidados, individual e coletivamente. A educação em saúde como processo metodológico e pedagógico requer o desenvolvimento de um pensamento crítico e reflexivo, permitindo questionar e propor ações que levem o indivíduo à sua liberdade, capaz de se impor nas decisões de saúde para cuidado coletivo, individual e da família (MACHADO et al., 2005).

A atuação dos profissionais na educação em saúde são os mais diversos e com o rápido e constante desenvolvimento de novas tecnologias e formas de abordagem, cada vez mais efetiva, conseguem alcançar um maior número de pessoas. O trabalho constante aumenta as exigências diárias, envolve inteligência emocional e relações interpessoais. Em vista disso, é necessário que haja algo para além do que se aprende em

sala de aula, a fim de tornar os profissionais aptos, de maneira a garantir a integralidade do cuidado, a segurança deles próprios como trabalhadores e dos usuários e a resolubilidade do sistema. Nesse processo de múltiplas determinações e relações torna-se fundamental o papel das instituições de serviço para o desenvolvimento das capacidades dos profissionais, de maneira a contribuir para essa formação. Sendo a sala de espera um lugar favorável para a aprendizagem e humanização (FALKENBERG et al., 2013).

A sala de espera é um ambiente que permite estabelecer vínculos com a população, sendo o momento oportuno para formar um grupo de apoio e informação. Os grupos de sala de espera são caracterizados como uma forma produtiva de ocupar determinado tempo ocioso nas instituições, transformando o período de espera em momento de trabalho. Nesse espaço podem ser desenvolvidos processos educativos e de troca de experiências comuns entre os usuários, possibilitando a interação do conhecimento popular com os saberes dos profissionais de saúde (VERISSIMO; VALLE, 2006).

Segundo Japur e Borges (2008), o processo de educação em sala de espera é capaz de empoderar o paciente, estimulando-o à responsabilidade do autocuidado e instruindo-o para situações que não exigem a busca por atendimento especializado. Espaços como esses, fazem-se necessários para a abertura ao diálogo com essa população, gerando momentos de reflexão e problematização, possibilitando a construção de uma relação de corresponsabilidade, favorecendo formas humanizadas e efetivas no processo de trabalho em saúde, tanto para os usuários, como para os profissionais.

Ao longo do tempo a autonomia no processo de reabilitação está se atualizando, os indivíduos que antes eram passivos, estão mais participativos, empoderados e críticos no que diz respeito a busca de melhoria das condições de vida e saúde de forma coletiva, chamado de modelo radical de educação em saúde. Esse modelo propõe a conscientização crítica e de instigar o indivíduo acerca da sua saúde. Nesse contexto, os grupos de apoio propõem uma forma facilitadora de pôr em prática esse modelo, além de ser o momento ideal para troca de experiências entre os participantes, que percebem as suas limitações, mas principalmente as suas possibilidades no contexto coletivo (SOUZA et al, 2005).

Mansano-Schlosser e Ceolim (2012) avaliaram a qualidade de vida de 80 pacientes no mesmo cenário, procurando obter subsídios para uma assistência mais completa e humanizada. As autoras verificaram que os domínios mais comprometidos foram o social e físico, e apontaram a necessidade de os profissionais de saúde estar atentos para os aspectos que podem influenciá-los. Quanto às facetas que mais influenciaram o domínio social, encontraram-se as relações pessoais e o suporte social.

Em vista disso, é fundamental que os membros da equipe de saúde adotem uma visão mais ampliada sobre os sentimentos aflorados frente à doença, às suas sequelas e aos resultados alcançados no processo de reabilitação. Estimulando, dessa forma, a participação do paciente e promovendo estratégias de inclusão dos mesmos.

Acreditamos que isso só será possível por meio de educação continuada, seja por grupos de apoio, gestores ou redes de saúde municipal. Dessa forma, ao considerar os aspectos analisados, sugere-se a inclusão desse tipo de abordagem dentre as estratégias oferecidas por programas de caráter interdisciplinar voltado à assistência de pacientes em tratamento oncológico.

### Considerações finais

Conclui-se que o grupo de apoio ao paciente oncológico tem proporcionado grandes benefícios e oportunidades a todos os envolvidos, pois torna-se uma ferramenta de trabalho mais humanizada, na qual os profissionais ultrapassam barreiras e se tornam mais abertos e solícitos. Assim como o paciente oncológico, sua família e seus cuidadores que possuem um espaço onde sanam suas dúvidas ao longo do tratamento quimioterápico, através da conversa informal entre paciente/família e profissional permitindo a formação de vínculo.

### Referências

- ALVES G. G., AERTS D. **As práticas educativas em saúde e a Estratégia Saúde da Família**. *Ciência & Saúde Coletiva* V.6(1):319-325, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Glossário temático: promoção da saúde / Ministério da Saúde**. Secretaria-Executiva. Secretaria de Vigilância em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 48 p. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- COLELLA. K. M.; DELUCA, G. **Shared decision making in patients with newly diagnosed prostate cancer: a model for treatment education and support**. *Urologic Nursing*, v.24, n.3, p.187-19, 2004.
- FALKENBERG, M. B. et al., **Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3):847-852, 2014.
- FRIESE, C. R. et al. **Treatment-associated toxicities reported by patients with early-stage invasive breast cancer**. *Cancer*, [s. l.], v. 123, n. 11, p. 1925–1934, 2017.
- FERREIRA, R. G. R., FRANCO, L. F. R, **Exercício durante a quimioterapia: revisão bibliográfica**. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde*. v. 14, n. 2, p. 814-820, ago./dez.2016.
- FRANCO. T.B.; MERHY. E.E. **PSF: contradições e novos desafios**. In Conferencia Nacional de Saúde. Tribuna livre 2000. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna.htm>> [Acesso em 14 maio de 2019].
- GASPARELO, C; SALES, C. A; MARCON, S. S; SALCI, M. A. **Percepções de mulheres sobre a repercussão da mastectomia radical em sua vida pessoal e conjugal**. *Revista Ciência cuidado e Saúde*, v. 9, n.3, p. 535-542, 2010.
- GOMES, F. A. et al. **Utilização de grupos nas reabilitações de mulheres com câncer de mama**. *Revista Enfermagem*, v.11, n.3, p. 292-295, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Comunicação de notícias difíceis: compartilhando desafios na atenção à saúde**. Rio de Janeiro: INCA; 2010.

JAPUR, M.; BORGES, C. C. **Sobre a (não) adesão ao tratamento: Ampliando sentidos do autocuidado**. Texto e Contexto em Enfermagem. Florianópolis, 2008. Jan-mar; 17(1): 64-71.

KOLANKIEWICZ, A. C. B., et al, **Avaliação de Conhecimentos acerca da Doença Oncológica e Práticas de Cuidado com a Saúde**. Revista Brasileira de Cancerologia; 59(1): 33-41; 2013.

MARCON, S. S., et al., **Rede social e família: o olhar sensível dos enfermeiros construtores da prática**. Revista Ciência Cuidado e Saúde, v.8, p. 31-39, 2009.

MACHADO M. F. A. S., et al. **Integralidade, formação de saúde, educação em saúde e as propostas do SUS – uma revisão conceitual**. Ciência e Saúde Coletiva 2007; 12(2):335-342.

MANSANO-SCHLOSSER, T. C.; CEOLIM, M. F., **Qualidade de vida de pacientes com câncer no período de quimioterapia**. – Revista Enfermagem, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 600-607, 2012.

PONTE, C. M. et al. **Projeto sala de espera: uma proposta para a educação em diabetes**. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v.19, n. 4, p.197-202, 2006.

RAZERA A.P.R.; BRAGA, E. M. **The importance of communication during the postoperative recovery period**. Revista da Escola de Enfermagem da USP. 2011; 45(3):630-635.

SOUSA, G. R. **Tecnologia educativa em saúde para pacientes em tratamento hemodialítico**. 107 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2012. Disponível em <<http://www.ufpi.br/subsiteFiles/picos/arquivos/files/TCC%20NOVO.pdf>>. Acesso em: 14 de mai. 2019.

SOUZA P. R. C. et al. **Atuação da fisioterapia na promoção de saúde de em dois diferentes focos: Relato de experiencias baseado nas dificuldades**. Anais da Jornada de Fisioterapia da UFC. Fortaleza; 2(1):8, 2011.

SPIEGEL, D. et al. **Group psychotherapy for recently diagnosed breast cancer patients: a multicenter feasibility study**. Revista Psychooncology, v. 8, n. 6, p. 482-493, 1999.

SOLLA JJSP. **Acolhimento no sistema municipal de saúde**. Revista Brasileira Materno Infantil, Recife, 5 (4): 493-503, out./dez., 2005.

SILVA, A. L., SHIMIZU, H. E. **A relevância da rede de apoio ao estomizado**. Revista Brasileira de Enfermagem, v.60, n.3, p. 307-311,2007.

SOUZA, A. C., et al., **A educação em saúde com grupos da comunidade: Uma estratégia facilitadora da promoção em saúde**. Revista Gaúcha em Enfermagem, Porto Alegre (RS) v.2, 146-153, 2005.

TEIXEIRA, E. R.; VELOSO, R. C. **O grupo em sala de espera: território de práticas e representações em saúde.** Texto & Contexto Enfermagem, abril-junho. Vol 15, n 2. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis (SC), Brasil, p. 320-325, 2006.

VERISSIMO, D. S; VALLE, E.R.M. **A experiência vivida por pessoas com tumor cerebral e por seus familiares.** Psicologia Argumenta/pontifica Universidade do Paraná. Curitiba: Champagana – v. 24. n. 45, junho de 2006.

World Health Organization - WHO. **Câncer.** Note descriptive n. 297. [Internet]. 2012. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs297/es/index.html>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

ZAGO, M.M.F. **A reabilitação do paciente cirúrgico oncológico do ponto de vista da enfermagem: um modelo em construção.** [tese de livre-docência]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP; 1999.

## O EMOJI SOB O VIÉS ENUNCIATIVO: A VISÃO INTERSUBJETIVA DO “EU” CANDIDATO INTERPRETADA PELA LÍNGUA

Roberta Costella  
Claudia Toldo

### Introdução

Este texto tem o objetivo de fazer um estudo do *emoji* – palavra derivada da junção dos seguintes termos em japonês: *e* (imagem) + *moji* (letra) – numa perspectiva enunciativa. O que isso significa? Significa que faremos uma reflexão sobre o sentido construído pelos *emojis* em textos disseminados nas redes sociais, tomando como referência seu uso relacionado a dois candidatos à presidência da república nas últimas eleições no Brasil.

Destacamos que o *emoji* é um sistema não linguístico o qual só pode ser interpretado pela língua, interpretante de todos os demais sistemas signícos. Assim, reconhecemos uma relação de interpretância entre língua e *emoji*, uma vez que a semiótica do *emoji* apresenta-se por meio da matriz de outro modo de expressão: a língua. Portanto, buscamos compreender como se dá essa relação interpretativa em uma forma não verbal que é enunciada por um sujeito, para estabelecer uma relação intersubjetiva com seu *tu*, supondo a língua que o produz e o interpreta. A língua, sistema de dupla interpretância, constituída dos níveis semiótico e semântico, ocupa um lugar peculiar em relação aos demais sistemas, pois possui a capacidade de interpretar a si mesma e à sociedade.

Essa relação de interpretância entre a imagem e a escrita, elucidada pela língua, permeia a linguagem dos *emojis* representativos dos candidatos à presidência (nosso *corpus* de pesquisa) sob a perspectiva enunciativo-discursiva. Isso será pensado e discutido a partir do aporte teórico presente no texto *Semiologia da língua* (1969), em *Problemas de linguística geral II* (2006), de Émile Benveniste, e, ainda, com a contribuição de teóricos que se dedicaram ao estudo de sua obra, em especial esse texto de 69.

Estruturalmente, este estudo está assim organizado: para além dessas considerações primeiras, a segunda seção traz à discussão algumas características do *emoji*, sua definição, o surgimento e contexto de circulação, a fim de delimitá-lo sob uma perspectiva enunciativa. Na terceira, abordamos o fenômeno da língua como produtora e interpretante de todos os demais sistemas, com o propósito de elucidar e pontuar alguns conceitos primordiais para a análise do *corpus*. A quarta seção é dedicada à análise do *corpus*. Por fim, as considerações finais destacam algumas conclusões e possíveis estudos que essas reflexões apresentadas aqui de forma inconclusa, sabemos, proporcionam.

## O emoji numa perspectiva enunciativa

Os linguistas os quais se ocupam do estudo da língua em uso concordam que os mais diferentes tipos de comunicação entre os falantes se configuraram em formas mais ou menos estáveis de enunciados. Estes constituem gêneros de discurso, pois “fala-se e escreve-se por gêneros e, portanto, aprender a falar e escrever é, antes de mais nada, aprender gêneros.” (FIORIN, 2006, p. 69). O estudo dos gêneros do discurso por Bakhtin está situado, nas palavras de Flores e Teixeira (2008, p. 55), em “uma concepção de enunciado como possibilidade de uso da língua”, porque o indivíduo se apropria da língua pela necessidade de enunciar. É uma relação na qual língua e vida se expõem como elementos indissociáveis.

As atividades humanas acontecem em esferas, domínios, campos, que são determinados pelos enunciados (unidades reais da comunicação discursiva), pelas atividades desenvolvidas. Os gêneros têm ligação com a cultura, já que os seres humanos se comunicam por meio destes, os quais nascem de uma necessidade comunicativa. A utilização da língua sempre acontece por meio de determinado gênero.

Nessa riqueza e diversidade infinita de gêneros, encontram-se as formas não verbais representadas pelos *emojis*. Segundo informações de Negishi (2014), os primeiros *emojis* foram criados por Shigetaka Kurita para uma companhia telefônica japonesa, a NTT Docomo “uma década antes de serem lançados pela *Apple*”.

A palavra “Emoji” foi oficialmente incluída no dicionário Oxford *online* (2018), e é definida como “ícone de expressão para mensagens”. Deriva das expressões japonesas. “e” (imagem) e “moji” (letra), traduzidas ao português como “pictograma”. Freire (2015) esclarece que são utilizados como ferramentas multimodais dos aplicativos, *sites* e programas de conversação digital, porém se verifica sua aplicação *offline*, ou seja, na publicidade, questionários de satisfação, estampas de camisas, almofadas, embalagens de biscoitos e preservativos, placas de sinalização do tipo “sorria, você está sendo filmado”, e, até mesmo, em um contexto lúdico, substituintes da letra de música e livros.

Segundo Silva e Castro (2016, p. 157-158),

os *emojis* são descendentes dos *emoticons* e contemplam todas as representações faciais deste, além de uma extensa família de ícones com variações gestuais, corporais, simbólicas, comemorativas, animais, objetos, entre muitas outras. O termo “emoticon” deriva do inglês “emotion” (emoção) e “icon” (ícone). O primeiro *emoticon* foi um “simile” (“sorriso” em português), representado pela junção dos caracteres “dois pontos” seguidos de um “hífen” e “fecha parênteses”. O resultado gráfico desta combinação remete a um rosto feliz. Foi criado em 1982 por Scott Fahlman, na época professor assistente de pesquisa de ciências da computação da Universidade Carnegie Mellon, nos Estados Unidos”.

Consoante a essa perspectiva, os *emojis* podem ser compreendidos como unidades discursivas estritamente sociais, capazes de provocar, por parte do sujeito, uma atitude responsiva. Assim, todo enunciado é produzido por alguém, que possui uma intenção predeterminada. Seguindo esse raciocínio, os gêneros vão sofrendo modificações, as quais são consequência do momento histórico em que se inserem. Todo contexto social origina um gênero, que, segundo Marcuschi (2005, p. 19-20), caracteriza-se como evento textual altamente maleável, dinâmico e plástico, o qual surge emparelhado “a necessidades e atividades socioculturais, bem como na relação com inovações tecnológicas. [...]” Logo, há uma integração dos gêneros textuais com as culturas em que se situam e se desenvolvem.

No universo dos gêneros contemporâneos, o *emoji* destaca-se à medida que ele é resultante de um fenômeno discursivo, repleto de enunciados já pronunciados pelos locutores para formularem seus discursos em outras situações, em outras épocas, pois “cada enunciado é um elo na cadeia complexamente organizada de outros enunciados.” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Outra peculiaridade, nessa perspectiva bakhtiniana, do enunciado é sua conclusibilidade específica, pois um falante, ao terminar seu turno, dá lugar à fala do outro, possibilitando uma posição responsiva.

Construídos por certos conteúdos, além de estilo e forma próprios, os gêneros apresentam funções sociais específicas; tornam-se, desse modo, modelos comunicativos que permitem a interação social. Bakhtin (2003) acredita que cada esfera da sociedade possui gêneros específicos. Dependendo da esfera social, haverá, pois, um tipo específico de gênero a ser utilizado. A recorrência de diversos usos da língua e a variedade dos campos da comunicação humana permitem que os enunciados reflitam todas as finalidades e especificidades de cada situação comunicativa.

Segundo Levy (1994, p. 74), a todo momento,

novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das comunicações e da Informática. As relações entre os homens, o trabalho, a própria inteligência dependem, na verdade, da metamorfose incessante de dispositivos informacionais de todos os tipos. Escrita, leitura, visão, audição, criação e aprendizagem são capturados por uma Informática cada vez mais avançada.

Essas novas formas de pensar e conviver relacionam-se à comunicação entre as pessoas, sendo a linguagem apropriada e adaptada aos recursos tecnológicos no espaço virtual. Conforme Bakhtin (2003), a formação de novos gêneros está ligada ao aparecimento de novas esferas de atividade humana, que possuem finalidades discursivas específicas. É o que nos interessa aqui, a saber: tratar dos *emojis* como uma possibilidade outra de comunicação entre sujeitos. Assim, quanto maior for o domínio em relação aos gêneros do discurso, mais facilidade se tem em empregá-los adequadamente nas situações comunicativas em que estamos inseridos. O que exercita a competência linguística do produtor de enunciados é o contato com os diferentes gêneros do discurso e a pró-



pria vivência em situações comunicativas na sociedade, espaço constitutivo do homem que usa a língua para se relacionar com os outros homens. Como é o domínio de um ou de outro gênero que conduz a atividade discursiva, de nada adianta o domínio das formas da língua, se não há o uso delas na prática.

Essa unidade discursiva chamada *emoji*, nosso *corpus* de pesquisa, delimitado com aqueles criados para os candidatos à presidência, será discutida com base na teoria do linguista Benveniste, mais especificamente com a abordagem do seu texto *Semiologia da língua* (1969), assunto da próxima seção.

### **A língua como produtora e interpretante dos demais sistemas e da sociedade**

Esta seção é dedicada ao estudo do texto benvenistiano considerado ponto chave para nossa reflexão. *Semiologia da língua*, texto de 1969, é dividido em duas partes. Na primeira esclarece seu entendimento sobre semiologia e contrapõe os pensamentos de Peirce e Saussure, relacionando a língua e a semiologia. A relação da língua com os demais sistemas semiológicos, é assunto da segunda parte, imprescindível na nossa reflexão.

A questão norteadora do texto já se encontra no primeiro parágrafo: “Qual é o lugar da língua entre os sistemas de signos?” (BENVENISTE, 2006, p. 43). Para responder ao questionamento, Benveniste confronta dois expoentes: Charles Sanders Peirce (1839-1914) e Ferdinand de Saussure (1857-1913) que tomaram o signo – de diferentes perspectivas – como elemento de observação.

Ao referir-se a Peirce, Benveniste argumenta que não há nada de concreto e específico formulado pelo autor no que diz respeito à língua: “Não se interessou jamais pelo funcionamento da língua, nem mesmo lhe prestou atenção. A língua se reduz, para ele, às palavras, e estas são igualmente signos, mas elas não são do domínio de uma categoria distinta ou mesmo de uma espécie constante.” (BENVENISTE, 2006, p. 44). Inicia-se, assim, uma crítica ao posicionamento peirciano, a fim de refutá-lo, mesmo deixando explícito seu reconhecimento à importância da tripartição do autor (símbolo, ícone e índice). Diante dessa refutação teórica, e ao argumentar que o homem inteiro é um signo, seu pensamento, sua emoção, questiona: “Mas finalmente esses signos sendo todos signos uns dos outros, de que poderão eles ser signos que NÃO SEJA signo? Acharemos o ponto fixo onde amarrar a PRIMEIRA relação de signo?” (BENVENISTE, 2006, p. 45). Assim, há semelhança entre todos os signos e a crítica recai sobre a metalinguagem, porque para ser o signo compreendido, é necessário pertencer a um sistema de signos.

Nessa parte do texto, Benveniste apresenta-nos Saussure, do qual a reflexão procede da língua e a toma como objeto. Manifesta-nos várias passagens em que Saussure explana sua preocupação em definir o objeto da linguística: “a língua como princípio de unidade sobre a multiplicidade que é a linguagem e como princípio de classificação entre os fatos humanos.” (FLORES, 2013, p. 148). Esses dois conceitos introduzem a semiologia saussuriana.

Benveniste enuncia que, para Saussure, “o signo é antes de tudo uma noção linguística que mais largamente se estende a certas ordens de fatos humanos e sociais.” (BENVENISTE, 2006, p. 49). É arbitrário, não obedece a uma hierarquia. O signo linguístico é o único que consegue explicar-se por si próprio. É por meio dessa noção de arbitrariedade que Benveniste evidencia a relação da linguística com a semiologia. Define o signo linguístico como pertencente à língua, mas o que caberia à semiologia não foi elucidado.

Flores (2013, p. 149) esclarece que “Benveniste radicaliza a ‘modelagem’ linguística da semiologia”, pois argumenta que todos os outros sistemas de signos mencionados por Saussure necessitam da interpretância da língua. A elucidação sobre o “caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia encontra-se na sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS.” A língua seria o mais importante entre todos esses sistemas.

As relações entre os sistemas semióticos apresentam dois princípios básicos: o princípio da não redundância, já que não dizemos a mesma coisa com dois sistemas diferentes; o princípio da não transsistematicidade, pois é somente no sistema o qual o integra que o signo se define (BENVENISTE, 2006). Portanto, a relação semiótica dar-se-á na ligação entre um sistema interpretante e um interpretado, e a língua, ao ocupar um lugar de destaque, será o sistema interpretante, uma vez que essa sempre interpreta a sociedade. Ao analisar outros sistemas de signos, como a música e as artes plásticas, confirma suas convicções.

Toda semiologia de um sistema não-linguístico deve pedir emprestada a interpretação da língua, não pode existir senão pela e na semiologia da língua. Que a língua seja aqui instrumento e não objeto de análise não muda nesta situação, que comanda todas as relações semióticas; a língua é o interpretante de todos os outros sistemas, linguísticos e não-linguísticos. (BENVENISTE, 2006, p. 61).

Benveniste (2006) esclarece-nos três relações possíveis entre os sistemas semióticos: relações de engendramento, que se dão na construção de um sistema a partir de outro; relações de homologia, quando acontecem correlações entre as partes, instauradas na relação entre sistemas distintos; relações de interpretância, quando um sistema é capaz de interpretar o outro. Essa última relação é tida como primordial, já que os sistemas subdividem-se naqueles os quais articulam e nos que são articulados. Dessa forma, Benveniste (2006, p. 62) justifica a sua tese: “a língua pode, em princípio, tudo categorizar e interpretar, inclusive a si mesma.” É o único sistema que não necessita recorrer a outro sistema para poder se explicar. É esse princípio – o de interpretância – que queremos destacar nas ponderações as quais fazemos diante dos *emojis* empregados nos discursos políticos que destacamos, uma vez que, sem a linguagem, não existiria nem sociedade, nem humanidade, nem discursos de políticos. Conforme afirma Benveniste (2006, p. 223), a “linguagem é a atividade significante por excelência.”

A língua é a organização semiótica por excelência, pois se manifesta por meio da enunciação, é constituída de unidades distintas (signos), é social – produzida e recebida nos mesmos valores de referência – e atualiza a comunicação intersubjetiva (BENVENISTE, 2006). A propriedade de ser a língua interpretante de todos os demais sistemas reside na sua dupla significância, já que duas são as formas de ser língua em Benveniste: como semiótica e como semântica. Sublinhamos que o semiótico deve ser reconhecido, porque “designa o modo de significação que é próprio do SIGNO linguístico e que o constitui como unidade” (BENVENISTE, 2006, p. 64); e o semântico, que deve ser compreendido, uma vez que traz o modo “específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO.” (BENVENISTE, 2006, p. 64). Somente a significação da língua é assim articulada, na combinação de dois modos distintos de significância. De acordo com Toldo e Facin (2019), “dizer semiótica significa intralinguístico, o domínio do signo, que consolida a realidade da língua; já o semântico resulta da realidade da língua que se encontra no domínio do locutor que a emprega e constrói, a cada uso, novos sentidos.”

Assim, no plano semântico, a função da língua é ser “mediadora entre o homem e o mundo, entre o homem e o mundo, entre os espíritos e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo” (BENVENISTE, 2006, p. 229), ou seja, é a língua possibilitando as relações humanas em sociedade. É desse domínio semântico que este artigo se inscreve, cuja proposta compreende uma interpretação – pela língua – dos *emojis*.

Neste texto de 1969, Benveniste insere-nos em uma semiologia a qual se fundamenta sobre o discurso, elucidando que essa “semiologia da língua” seria a capacidade a qual tem a língua de interpretar a todos os demais sistemas e a ela mesma, em razão de sua dupla significância.

Estabelecida essa breve teorização, passaremos, na próxima seção, à análise semiológica do *corpus* escolhido.

### **Análise do *corpus***

Apresentamos, na sequência, os textos e suas respectivas apreciações, divididos em dois itens, um referente ao candidato Jair Messias Bolsonaro, e outro, ao candidato Ciro Gomes. O *Metrópoles* criou um *emoji* para cada um deles; também, elucidou o posicionamento político dos candidatos em *emojis*.

**Emojis representativos do candidato Jair Bolsonaro (psl, prt)**

Figura 1 – *Emoji* candidato 1



Fonte: Metrôpoles (2018).

Figura 2 – *Emojis* representativos do candidato 1



Fonte: Metrôpoles (2018).

**Considerações**

Ao tomar por base o pensamento do linguista Émile Benveniste sobre a concepção a respeito de língua e linguagem, percebemos que essa é entendida como lugar e fundamento da subjetividade. Esta, por sua vez, só é percebida e tem valor numa relação intersubjetiva, de diálogo. Os sentidos são construídos no discurso, por meio da língua, pelo sujeito.

Se, segundo Benveniste (2005, p. 285), “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem”, acreditamos que a comunicação é uma necessidade de todo ser humano. A língua, como todo sistema complexo, está sempre em transformação. Ela muda no tempo e no espaço.

Essas mudanças introduzem novos gêneros discursivos, os quais, segundo Marcuschi (2002, p. 4), “são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam algumas propriedades funcionais e organizacionais características, concretamente realizadas.” Os *emojis*, figuras geradas pelo sistema *Unicode* para representar emoções, linguagem amplamente utilizada e que, na visão de Silva e Castro (2016, p. 168-169), extrapolam sua funcionalidade estrutural: “mais do que agilizar uma conversa entre amigos ou ser uma forma simpática de se comunicar, harmonizam o diálogo e compõem uma manifestação linguística”, ocupando-se de características socioculturais, as quais advêm das mais variadas regiões.

Essa manifestação linguística observada nos dois *emojis* que aludem a mãos apontando, relacionados ao candidato Jair Messias Bolsonaro, remetem ao fato de evocarem a ideia do armamento da população caracterizada como “cidadãos do bem” (in-

clusivo sendo o símbolo extraoficial de sua campanha), como forma de defesa diante da violência disseminada. Esse gesto foi repetido em entrevistas e campanhas.

Simpatizantes usam esse símbolo em várias redes sociais, cujo gesto mencionado (dedos polegar e indicador) evoca uma arma. Isso ficou mais evidente quando, num vídeo, no qual Bolsonaro, em uma aparição em Goiânia (19 jul. 2018), “ensina” uma criança a fazer o gesto de uma arma com as mãos. Argumenta: “Chega de frescura, quando eu era criança brincava de arma o tempo todo. Nas favelas, tem gente de fuzil por todo o lado. Um filho vê o pai policial armado todo dia. Não vejo maldade nenhuma nisso. As crianças do Brasil têm que ver as armas como algo ligado à responsabilidade e de proteção à vida.” (O GLOBO, 22 jul. 2018).

Outro ponto relevante na interpretação desse *emoji* é o fato de que, mesmo hospitalizado, o deputado, entubado, em sua cama de hospital, após ser esfaqueado, aparece, em rede nacional, com o gestual, confirmando sua convicção. Dessa forma, é com o que Benveniste (2006) denomina de segundo modo de significação, ou seja, o semântico, no qual o locutor se torna sujeito e coloca a língua em funcionamento, que podemos interpretar o outro sistema em questão, numa relação entre um sistema interpretante (língua) e um sistema interpretado (*emoji*).

Acreditamos que há relevante impacto gerado pelas tecnologias de comunicação digital na interação humana, especialmente quando mediadas por tecnologias móveis, e, como consequência, introduzem-se mudanças na linguagem e na participação social dos envolvidos na comunicação digital, os quais se apropriam da língua e se tornam sujeitos numa relação intersubjetiva e democrática. Ao se apropriar da língua e significar a partir do *emoji* da arma, segundo apresentado, certamente, há relação com o grande mote de sua campanha: segurança pública. A lei que liberaria o porte de arma está em quase todos os seus discursos. Exemplo disso foi em Curitiba, no mês de março, diante de 2 mil apoiadores, muitos fardados e armados, o candidato fez, mais uma vez, apologia ao uso de armamento de fogo, inclusive por civis. Segundo a *Revista Exame*, estas foram algumas das declarações: “Na próxima vez, quero ver 200 pessoas armadas aqui dentro.” / “A arma, mais que a defesa da vida, é a garantia da nossa liberdade.” (EXAME, 29 mar. 2018). Para o candidato, a maneira mais eficaz para “resolver” o problema seria a já citada liberação, dando o direito, assim, de que a população, a qual está em desvantagem em relação “à bandidagem” – já que essa possui armamento – possa se armar, para enfrentar o crime organizado, por exemplo.

O último *emoji* observado – carro de polícia – é a afirmação da ideia de “melhoraria” das polícias como um todo. É elucidativo lembrar que sua formação é militar: Bolsonaro é ex-capitão do exército e tem como seu vice-candidato um general, também do exército, General Hamilton Mourão. Sua vida pública sempre foi atrelada ao serviço militar, assunto recorrente em seu discurso: “As UPPs têm que ser revistas. Um colégio militarizado ao lado de uma comunidade vai ser mais importante que uma UPP, ela vai tirar mais o pessoal do tráfico de drogas” (UOL, 23 jul. 2017). Afirmou, ainda, que terá muitos ministros militares (GLOBO, 6 jul. 2018). Toda essa descrição, feita pela língua para elucidar a compreensão do signo não verbal, comprova que todo sistema sógnico,

segundo Benveniste (2006), traz a possibilidade de significância, porém só a língua tem a capacidade de interpretar linguisticamente esse sistema.

**Emojis representativos do candidato *Ciro Gomes* (pdt, avante)**

Figura 3 – Emoji candidato 2



Fonte: Metrôpoles (2018).

Figura 4 – *Emojis* representativos do candidato 2



Fonte: Metrôpoles (2018).

**Considerações**

O uso dos *emojis* constitui um espaço comunicativo em que os sujeitos se tornam protagonistas do seu dizer, com a anulação de fronteiras sociais: essa tecnologia comunicacional é usada por todas as classes sociais, em todos os ambientes e por todas as idades. Dessa forma, os indivíduos anônimos comunicam-se livremente, sem hierarquia de classes e convenções discriminatórias. Moro (2016, p. 53) argumenta que “os pictogramas [incluindo os *emojis*] são elementos visuais que, na contemporaneidade, compõem um sistema de sinalização e comunicação.” Seria, assim, uma possibilidade de diálogo capaz de romper tanto os obstáculos linguísticos quanto os que se relacionam a diferentes culturas e níveis de conhecimento.

Portanto, concebendo a língua como sistema interpretante dela mesma e dos demais signos os quais compõem o *emoji*, o primeiro signo que representa o posicionamento do candidato *Ciro Gomes* é, também, uma mão (dedos polegar e indicador) só que colocado em posição oposta à de *Bolsonaro*. Considerando as convicções de *Ciro* e a inversão da mão, fica clara, pois, outra intenção do enunciador. A questão passa pela imposição de suas mãos nos seus discursos, geralmente, com palavras fortes. *Ciro*, além de ter uma retórica incisiva, é um candidato que gesticula enfaticamente, ao dirigir-se às pessoas com as quais debate.

Nos vídeos em que aparece, a linguagem corporal sempre se destaca. Além disso, vale ressaltar que ele não costuma se omitir de dar opiniões, muitas vezes, fortes e não muito “politicamente corretas” ao comparadas às de outros candidatos, inclusive com a promessa de que tentaria ser mais “polido”, especialmente com a imprensa. Ainda, Gomes é chamado, muitas vezes, de “Coronel” com sentido pejorativo. Alguns atribuem esse apelido ao seu temperamento, outros a machismo. Há também os que apontam certa hegemonia da família Gomes no Ceará: “Em Sobral, berço político de Ciro Gomes, candidato do PDT à Presidência da República, impera a lei dos Ferreira Gomes. Obedece quem tem juízo.” (ISTOÉ, 10 ago. 2018).

Tanto para Gomes quanto para Bolsonaro, um mesmo signo foi usado, mas com interpretações diferentes, o que comprova a capacidade da língua de ser interpretante de outro sistema, sempre em determinado tempo e espaço, remetendo a uma determinada situação comunicativa, a qual envolve um posicionamento, que parte da subjetividade do *eu* produtor do enunciado e do *tu* leitor do *emoji* em questão.

No segundo *emoji*, a figura do cartão de crédito remete ao fato de Ciro, em muitos debates, ratificar que houve um endividamento por parte da população; afirmou, inclusive, um número assustador de brasileiros que estariam no SPC e Serasa: de 60 milhões (O POVOonline, 2 set. 18). Ciro prometeu limpar o nome de brasileiros endividados, por meio de um programa de refinanciamento da dívida do consumidor, para que esses saíssem dos cadastros dos referidos órgãos de proteção ao crédito, até 20 de julho de 2018. O consumidor teria até 36 meses para quitar a dívida com até 70% de desconto com o auxílio de uma linha de crédito no Banco do Brasil, Caixa ou banco privado que participe do programa. Essa proposta foi motivo de muitas discussões quanto ao seu cumprimento, além de sua eficácia, já que não resolveria, segundo alguns especialistas, o problema do endividamento. Ainda, para seus adversários, ela não seria mais do que populista, demagoga e eleitoreira.

No último *emoji*, há a figura de um banco. O candidato, em quase todos seus discursos/debates, alegava, entre outras experiências, ter sido Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco em 1994 e uns dos criadores, juntamente com Fernando Henrique Cardoso, do Plano Real, além de estudar economia em Harvard, portanto credenciado a discorrer sobre o que muitos consideram o grande problema brasileiro: a economia. Dito isso, ele afirmava veementemente que o déficit brasileiro (dívida brasileira) era decorrente, principalmente, dos juros que a nação pagava aos bancos, os quais são controlados, segundo ele, “por meia dúzia de famílias brasileiras”. Ciro criticou os “lucros exorbitantes” de banqueiros e as altas taxas de juros cobradas do setor produtivo.

Ao assumir, também, a ideia da necessidade primitiva do homem em transmitir pensamentos por meio de elementos gráficos, apresentando os *emojis* como forma contemporânea de expressão, entendemos serem esses caracteres enunciativos hoje mais do que simples representações de ações comunicativas, pois envolvem emoções, ou seja, subjetividade/intersubjetividade. Ao encontro dessa perspectiva, outras falas que corroboram com o explicitado na figura do banco são: “O Brasil permitiu que apenas cinco bancos, dois dos quais públicos, Banco do Brasil e Caixa Econômica, Bradesco, Santan-

der e Itaú, concentrem 85% de todas as transações do mercado financeiro” (UOL, 21 maio 2018), disse o candidato, criticando o fato de que “eles não competem entre si.” Ainda, “Está aí a explicação: o mundo se acabando e os caras enchendo a pança de ganhar dinheiro. A economia indo para o brejo, financeiro tendo 14% de lucro [...] No meu governo, Banco do Brasil e Caixa começarão, no primeiro dia, a fazer concorrência. Se isso não for suficiente, outras providências haverá.” (UOL, 21 maio 2018). O candidato havia prometido rever esse panorama que chamou de “farra dos bancos”, comprometendo-se a acabar com isso e, assim, colocar o Brasil, no que conduziria a economia ao rumo certo.

Essas leituras referentes aos *emojis* pesquisados só se tornam possíveis com base no que Benveniste (2006) nomeia de “relação de interpretância”: interpreta-se um signo que circula na sociedade por meio dos signos da língua, uma vez que essa é o único sistema que tem dupla significância, articulada em duas dimensões – semiótico e semântico. O sentido de todo o registro não verbal apresentado é definido pelo verbal, as explicações sobre as escolhas subjetivas do “eu” são esclarecidas *na e pela* língua.

Tomando as palavras de Flores (2013, p. 112), ressaltamos: “a relação da língua com a sociedade é vista pelo prisma da análise: a língua é um meio de análise da sociedade.” Não vamos aqui aprofundar as condições que a língua deve preencher para ser o sistema interpretante da sociedade, mas vamos destacar que a língua pode ser *analisada enquanto sistema de signos e enquanto emprego desses signos* (FLORES, 2013, p. 113). Acreditamos que essa dimensão de língua coaduna com nossa proposta de ver a língua interpretando *emojis*, ou seja, o homem, a sociedade, a vida expressa em linguagem verbal e não verbal.

## Conclusão

A visão que o sujeito tem do candidato, a partir do seu discurso, o qual circula nas mídias, faz com que ele crie o *emoji*, sistema o qual só pode ser interpretado *na e pela* língua. O *emoji* é um sistema não linguístico que não pode existir senão *pela e na* semiologia da língua.

Assim, todo e qualquer sistema de signos traz a possibilidade de significância; entretanto, apenas a língua tem a possibilidade de interpretar linguisticamente esses sistemas. O único sistema semântico que possibilita a atualização do semiótico é a língua e, por isso, a construção dos sentidos é irrepetível. É essa a relação semiótica entre sistema interpretante e sistema interpretado, ou seja, entre a língua e o *emoji*. E é, nessa interpretância, que a semiótica se apresenta por meio da matriz de um outro modo de expressão: a língua.



**Referências**

- BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral II**. Tradução Eduardo Guimarães et al. 2. ed. Campinas: Pontes, 2006.
- DICIONÁRIO OXFORD ONLINE**. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/emoji>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- EXAME.ABRIL. **Arma é garantia de nossa liberdade**, defende Bolsonaro em Curitiba. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/arma-e-garantia-de-nossa-liberdade-defende-bolsonaro-em-curitiba/>>. Acesso em: 3 out. 2018.
- FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.
- FLORES, Valdir do Nascimento; TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, Valdir do Nascimento. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.
- FREIRE, R. **Entenda a diferença entre smiley, emoticon e emoji**. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/07/entenda-diferenca-entre-smileyemoticon-e-emoji.html>>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- ISTOÉ. **O curral do coronel**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/o-curral-do-coronel/>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- LEVY, Piérre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.
- METRÓPOLES. **Presidencemojis 2018**. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/materias-especiais/presidencemojis-como-seriam-os-emojis-dos-candidatos-a-presidencia>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- MORO, Gláucio Henrique Matsushita. **Emoticons, emojis e ícones como modelo de comunicação e linguagem: relações culturais e tecnológicas**. *Revista de Estudos da Comunicação*, Curitiba, v. 17, n. 43, p. 51-65, set./dez. 2016.
- NEGISHI, Mayumi. **Meet Shigetaka Kurita, the Father of Emoji**. *Wall Street Journal*, 2014. Disponível em: <<http://blogs.wsj.com/japanrealtime/2014/03/26/meet-shigetakakurita-the-father-of-emoji/>>. Acesso em: 6 nov. 2017.
- OGLOBO. **Vai ter um montão de ministro militar**, diz Jair Bolsonaro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/vai-ter-um-montao-de-ministro-militar-diz-jair-bolsonaro-22953830>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- OGLOBO. **“Chega de frescura”**, diz Bolsonaro sobre foto de criança que imita arma com a mão. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/chega-de-frescura-diz-bolsonaro-sobre-foto-de-crianca-que-imita-arma-com-mao-22909346>>. Acesso em: 20 set. 2018.

O POVOonline. **Entenda como funciona a proposta de Ciro para limpar o nome de devedores no SPC.** Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/ae/2018/09/como-funciona-proposta-de-ciro-para-limpar-o-nome-de-devedores-no-spc.html>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **A linguagem dos emojis.** *Trabalhos de Linguística Aplicada*, Campinas, n. 55.2, p. 379-399, maio/ago. 2016.

SILVA, Vinícius Rocha da; CASTRO, Bruno Ferreira Cesario de. **O uso do emoji na significação e emoção da conversa digital.** *Revista Científica Eletrônica UNISEB*, Ribeirão Preto, v. 7, n. 7, p. 154-172, jan./jun. 2016.

TOLDO, Claudia; FACIN, Débora. **A língua reinventando a Tropicália:** uma análise semiológica. *Alfa: Revista de Linguística*, Araraquara: Ed. da Unesp, 2019. No prelo.

UOL. **Bolsonaro diz que colégio militar é mais eficaz do que UPPs em favelas.** Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/23/bolsonaro-diz-que-colegio-militar-e-mais-eficaz-do-que-upps-em-favelas.htm?cmpid=>>>. Acesso em: 20 set. 2018.

UOL. **Ciro rechaça privatizações e critica “lucro exorbitante” de banqueiros.** Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/05/21/ciro-rechaca-privatizacoes-e-critica-lucro-exorbitante-de-banqueiros.htm?cmpid=>>>. Acesso em: 20 set. 2018.



ANÁLISE CONTRASTIVA ENTRE DOIS OBJETOS FÍLMICOS:  
POCAHONTAS X AVATAR

*Álison Secchi*

*Ricardo Moura Buchweitz*

**Introdução**

A relação existente entre filmes é algo muito importante, pois, a partir das características presentes em cada um, podem-se estabelecer ligações, tendo em vista pequenas adaptações ou, até mesmo, modificações, uma vez que conhecê-los e, portanto, saber relacioná-los, pode facilitar e promover o entendimento por parte do expectador. Com isso, pretende-se, ao longo desse trabalho, apresentar uma análise contrastiva, considerando a intertextualidade existente, em meio às semelhanças e diferenças ideológicas entre os filmes *Pocahontas* (1995) e *Avatar* (2009), através das leituras e interpretações que esses objetos fílmicos nos proporcionam.

Escolheu-se fazer tal análise, partindo do pressuposto de que, de fato, ambos se relacionam, pois revelam diversas características pertinentes ao contexto em que foram criados e, por isso, marcam história a partir de uma determinada época, cercada de personagens, mas que no fim, dialogam entre si. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é analisar as questões ideológicas e políticas presentes nas obras citadas, considerando alguns conceitos sobre pós-colonialismo, uma vez que considera-se pertinente à análise apresentada.

Inicialmente, serão discutidas algumas questões referentes à Ideologia das culturas de dominação, conceitos de cultura e ideologia, juntamente com o período pós-colonialista. Depois disso, resumidamente, serão contados os dois objetos fílmicos analisados, *Pocahontas* (1995) e *Avatar* (2009). Na sequência, será feita uma análise contrastiva entre ambos, considerando as diferentes civilizações, heróis, heroínas, conflitos, invasão de terras e, por fim, a redenção do herói presente nos dois filmes. Ainda, as considerações finais e bibliografia.

Justifica-se, que não serão utilizadas as teorias da Semiótica ou de Adaptação Fílmica, por não se tratar de adaptação feita a partir de texto literário escrito, tampouco de um contraste entre aspectos estéticos das obras em questão. Assim, como suporte teórico para a investigação, utilizar-se-á algumas teorias que tratam do assunto explicitado, especialmente conceitos de cultura, dominação e Imperialismo, tais conceitos são evidenciados pelos grandes estudiosos da área pós-colonialista, Edward Said e Benedict Anderson, por exemplo. Partindo-se do pressuposto de que o pós-colonialismo serve para produzir as diferentes culturas desde o período de colonização, em meio ao imperialismo presente, estuda-se as diferentes características desencadeadas nos variados povos, a partir de diferentes aspectos culturais.

## Fundamentos Teóricos

### Ideologia das culturas de dominação / Pós-colonialismo

A identidade de um povo é marcada por um conjunto de características pertinentes a uma determinada época. Ela é constituída de diferentes ideologias, ou seja, a partir daquilo que as pessoas acreditam, tendo em vista o seu passado e, também, questões políticas e, com isso, formam a sua própria cultura, a sua história. Dessa forma, cada cultura traz consigo as ideias de um grupo social, sendo esta defensora de ideias, fatos, acontecimentos e discursos, sendo que, todos esses, permeiam e dominam as culturas existentes. Edward W. Said, em seu livro intitulado “Cultura e Imperialismo”, considera que

(...) cultura designa todas aquelas práticas, como artes de descrição, comunicação e representação que têm relativa autonomia perante os campos econômico, social e político. (...) é uma fonte de identidade, e, aliás, bastante combativa, ainda, (...) uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente (SAID, 1995, p.12-13).

Como bem vê-se, cultura e identidade andam juntas, uma vez que a cultura de um povo é construída gradativamente, portanto, não é fixa, pois ela molda-se a partir de diferentes ideias e crenças oriundas de uma mesma sociedade, época ou classe social. Obviamente, em cada cultura existem “modelos” a se seguir, “padrões” a serem repetidos, valores a serem preservados, tendo em vista os próprios interesses das pessoas que a constitui. Então, pode-se dizer que a cultura cria identidade, mas “(...) o problema com essa ideia de cultura é que ela faz com que a pessoa não só venere a sua cultura, mas também a veja como divorciada, pois transcende do mundo cotidiano” (Said, 2005, p. 14). Com relação à autoridade, o mesmo autor explicita,

Não há nada misterioso ou natural sobre a autoridade. É formada, irradiada, disseminada; é instrumental, é persuasiva; tem status, estabelece cânones de gosto e valor; é virtualmente indistinguível de certas ideias que dignifica como verdadeiras, e de tradições, percepções e julgamentos que forma, transmite, reproduz (SAID, 2007, p. 49-50).

Dessa forma, a autoridade de um povo constrói-se a partir de inúmeros fatores. Segundo o autor, o que circula nem sempre é a “verdade”, mas representações. Said assevera que,

(...) o valor, a eficácia, a força, a aparente veracidade de uma afirmação, depende tanto de quem a produz como de quem a absorve. E, para obter os seus efeitos, essas representações (tidas como verdades) se baseiam em instituições, tradições, convenções (SAID, 2007, p.52).

Assim, percebe-se que as falas são, de fato, carregadas de sentido, e estão embasadas em costumes e interesses diversos, dentre eles o de dominação de um determinado grupo social, por exemplo. Tanto a ideologia quanto a cultura, estabelecem-se em meio a uma sociedade, e esta é representada a partir de diferentes ideias, através de representações sociais, ou seja, aquilo que as pessoas consideram certo. Nesse meio, a luta entre as variadas classes sociais torna-se algo comum, ainda mais quando lutam por ideias opostas.

Benedict Anderson, em seu livro chamado “Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo”, ressalta que as diferenças existentes entre as diversas nações, residem nas maneiras pelas quais elas são imaginadas. Segundo ele, a nação, ou seja, a identidade nacional é a grande “comunidade imaginada”, pois “(...) seus membros não se conhecem, mas sentem-se parte de um mesmo todo, de uma mesma comunhão” (ANDERSON, 2008, p.32-33). Segundo ele, a palavra nação define um território, serve para distinguir um povo de outro, através de sua cultura e língua. Considera, “A nação é imaginada como limitada, porque ela possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se outras nações” (1989, p. 15).

No que diz respeito a imperialismo (1995), Said cita em seu livro uma fala do grande escritor Michael Doyle,

[...] o império é uma relação, formal ou informal, em que um Estado controla a soberania política efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império (DOYLE apud SAID, 1995, p. 40).

Para o autor, a palavra “imperialismo” é carregada de sentido. “(...) num nível muito básico, o imperialismo significa pensar, colonizar, controlar terras que não são nossas, que estão distantes, que são possuídas e habitadas por outros” (1995, p.35-37). Também, Said afirma que os procedimentos imperiais foram além de práticas econômicas e decisões políticas, por isso promoveram a cultura nacional antigamente. “Devido ao imperialismo, todas as culturas estão mutuamente imbricadas; nenhuma é pura e única, todas são híbridas, heterogêneas, extremamente diferenciadas, sem qualquer monolitismo” (SAID, 1995, p. 28). Ainda, segundo o intelectual, “O imperialismo consolidou a mescla de cultura e identidades em escala global (1995, p. 411)”. Para Michael Barratt-Brown, citado na obra de Said,

O imperialismo ainda é, inquestionavelmente, uma força poderosíssima nas relações econômicas, políticas e militares por meio das quais os países menos desenvolvidos economicamente estão subordinados aos mais desenvolvidos economicamente (BROWN apud SAID, 1995, p. 350).

O professor da Unicamp, Octávio Ianni, em seu livro intitulado “Teorias da Globalização”, no que diz respeito ao capitalismo, revela

(...) desde o desenvolvimento do capitalismo na Europa, ele apresenta diversas conotações internacionais, multinacionais, transnacionais e mundiais, uma vez que são desenvolvidas na acumulação originária do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, da dependência e interdependência (IANNI, 1997, p. 14).

Ainda, segundo o mesmo autor,

(...) o imperialismo diz respeito a um todo histórico e lógico compreendido pela metrópole e as nações dependentes ou colônias. Trata-se de um conjunto articulado de nações, nacionalidades e tribos, sob o mando da nação que exerce um poder de tipo metropolitano. Sem esquecer que os imperialismos se conjugam e se opõem, além de que convivem e se sucedem. Podem estar mais ou menos ativos e agressivos ou decadentes e desativados. (...) é no âmbito do globalismo que se desenvolvem não só o imperialismo, mas o nacionalismo e o regionalismo. Mais que isso, é no âmbito do globalismo que se movem os indivíduos e as coletividades, as nações e as nacionalidades, os grupos sociais e as classes sociais, da mesma forma que aí se movem as organizações multilaterais e as corporações transnacionais. (Disponível em: [http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3\\_Debate.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3_Debate.pdf)) Acesso em: 05/02/19).

De acordo com Said (2003), pode-se dizer que o colonialismo, em suas relações com o outro, criou um discurso de “outremização” entre os povos, raças e gênero, por exemplo, ou seja, o processo de classificar o outro na inferioridade com o objetivo de desempenhar, diante dele, o papel de sujeito. Ele é baseado em ideologias que objetivam legitimizar, difundir e promover determinada questão, tendo em vista a superioridade da raça branca e dos europeus.

Segundo Bonnicci, “a teoria e a crítica pós-colonialistas, constituem uma nova estética pela qual os textos são interpretados “politicamente”, pois baseiam-se na íntima relação entre o discurso e o poder” (2005, p. 223). Nisso, Michel Foucault defende a ideia de que os discursos escrito e oral são indissociáveis do período histórico no qual eles foram produzidos. Nesse ponto, o discurso produzido por cada sujeito é extremamente relevante, pois ele traz consigo grande carga semântica, uma vez que expõe as diferentes ideologias que o cerca, visando o poder em meio aos interesses que ele pode ter sobre determinado povo ou cultura. Com isso, cada civilização tem um conjunto de ideias internalizadas, dominantes, que expressam os seus próprios interesses, e estas as diferenciam das outras pessoas, dos outros povos. Para Mohammed,

Este modelo predominante das relações de poder e de interesse em toda a sociedade colonial é a oposição maniqueísta entre a alegada superioridade do europeu e a suposta inferioridade do nativo. Esse eixo, por sua vez, constitui a característica central da estrutura cognitivista colonialista e da representação literária colonialista: a alegoria maniqueísta – um campo de oposições diversas, porém, intercambiáveis, entre branco e preto, bom e mau, superioridade e inferioridade, civilização e selvageria, inteligência e emoção, racionalidade e sensualidade, o eu e o outro, sujeito e objeto (MOHAMMED, 1985, p. 61).

Cabe dizer, então, que as ideologias existentes em cada povo, uma vez que dominam as relações de poder, elas também explicam o modo de vida de uma civilização.

### Dois temas em duas épocas

#### Pocahontas<sup>1</sup>

A estória se passa no século XVII, durante o período de colonização dos Estados Unidos. Há muitos anos, nas terras de Virgínia, existia uma bela índia que se chamava Pocahontas. Ela morava em uma aldeia indígena, em meio à natureza, e o seu pai, Powatan, era quem mandava naquela tribo. Num belo dia, ele ordenou-a para que casasse com o índio mais valente da tribo, Kocoum, mas ela não o amava. Como de costume, Pocahontas foi visitar a vovó Willow, uma árvore com quem tinha o costume de conversar e pedir conselhos, entretanto, ela enxerga um navio chegando, e vai ver quem era. O navio trazia vários colonos ingleses, e eles objetivavam resgatar aquilo que justamente os índios preservavam, os tesouros, ouros e terras existentes naquela região. A bela índia conhece o herói John Smith, o capitão, do povo oposto ao dela.

Com o passar do tempo, durante alguns passeios ao redor da aldeia, em meio à natureza, os dois apaixonam-se. Certo dia, o índio Kocoum percebe que Pocahontas estava apaixonada pelo inglês e, então, tenta acabar com a vida de John, mas isso não deu certo, e ele acabou morrendo.

O povo indígena não aceita o relacionamento entre os dois. Com isso, a tribo de Pocahontas revolta-se, prendendo John, objetivando matá-lo. Assim, surgiu um grande confronto entre eles, uma guerra entre “selvagens” e “civilizados”. No momento em que o chefe da tribo, portanto, o pai de Pocahontas, vai para matar John, Pocahontas defende-o, falando para ambos os povos que o ama, e que sem ele ela não viveria. Dessa forma, os dois povos, ou seja, os ingleses e os nativos desistem da batalha, e libertam John. O pai da índia quase é atingido por uma bala atirada pelo governador, mas John o salva. No final, o capitão inglês é conduzido para a Inglaterra, em virtude de seus ferimentos e a índia se despede dele, prometendo-lhe que um dia se reencontrariam.

---

<sup>1</sup> Mais informações podem ser encontradas em <<http://www.disney.com.br/filmes/pocahontas/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.



## Avatar<sup>1</sup>

Considerando as dificuldades para sobreviver, através de pesquisas, descobre-se um planeta rico em recursos, chamado Pandora, mas são vários os problemas existentes que dificultam a sua exploração, dentre eles, por exemplo, os gases tóxicos. E, por mais que existissem várias dificuldades, o planeta poderia render muitos lucros.

A partir disso, inicia-se uma expedição, tendo o herói Jack, um ex-fuzileiro como peça fundamental, tendo em vista que ele era uma das únicas pessoas que tinha os genes indispensáveis para atuar no “Programa Avatar”. Em Pandora, os nativos viviam em meio a tribos, chamadas, Na’vis. Eles pertenciam a uma raça bastante distinta, pois eram azuis, em geral, magros, muito fortes, e maiores que um ser humano comum.

Os avatares, corpos criados e controlados pelos seus inventores, ou seja, os cientistas, serviam para aproximá-los dos nativos daquela região. Jack, de ex-fuzileiro a Na’vi, passa a ser visto pelos seus companheiros como um grande aliado, na tentativa de convencer os habitantes de Pandora a deixar o local. Juntamente com Grace, a chefe da expedição, ele percebe que os humanóides eram parecidos com os humanos, embora demonstrassem atitudes de animais, rapidez e muita agilidade.

Como viviam na mata, constantemente os avatares eram atacados por feras. A nativa de Pandora, Neytiri, filha do rei da tribo, conhece o herói Jack. Aos poucos, ele passa a admirar esse novo modo de vida, em meio à natureza, apaixonando-se pela guerreira. O herói é apresentado à tribo de Na’vis, em meio aos costumes daquela civilização, dividindo-se entre dois mundos.

Jake e Grace são vistos como “traidores”, e ambos são aprisionados pelo seu próprio grupo, tendo os seus avatares desligados. A líder da operação é baleada e morre. Os nativos começam a serem atacados pelos integrantes da expedição, instaurando, assim, uma grande batalha no planeta. Nela, muitos nativos morrem.

Neytiri salva John, quando o prédio onde ficava o controle dos avatares é invadido. Por fim, os seres humanos tentam dominar o planeta, mas não conseguem, pois os Na’vis vencem a guerra estabelecida, expulsando todos os seres mal intencionados de habitar em Pandora, permanecendo apenas aqueles que gostavam e lutavam pela cultura e pela natureza local. Dessa forma, Jake, como defensor, permanece no planeta, transferindo o seu espírito e sua alma para o corpo do seu Avatar.

## Análise contrastiva

### Civilização primitiva x avançada

Nos dois objetos filmicos analisados, têm-se, explicitamente, dois tipos de civilização, uma primitiva e outra avançada, sendo que, gradativamente, no decorrer das

---

<sup>1</sup> Mais informações podem ser encontradas em <<http://www.cinepop.com.br/filmes/avatar.php>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

cenar, as características pertinentes a cada tipo de sociedade vão transparecendo e, com isso, vão diferenciando-se enquanto cultura e história, o que está de acordo com as ideias de Edward Said, pois a cultura de uma civilização é uma fonte de identidade que se contrasta em meio às ideologias existentes, como foi apresentado anteriormente.

Tanto em *Pocahontas* como em *Avatar*, a sociedade primitiva revela-se através de tribos, um povo simples e um tanto quanto selvagem. No primeiro, os índios vivem tranquilamente, preservando o seu território, demarcando as suas terras, o seu povo, enfim, a sua cultura, em meio a animais e à natureza. Tem-se aqui, um império indígena, pois a civilização primitiva é dependente dele para sobreviver, quer seja economicamente ou culturalmente, e, por isso opõe-se a outra civilização, a avançada, tendo em vista os interesses alheios, conforme explicitado no capítulo 1.

Ao mesmo tempo, como sugere Benedict Anderson no 1º capítulo, a nação “indígena” contrasta-se com a nação “inglesa”, assim como em *Pandora*, a nação humana contrasta-se com o povo nativo. E, portanto, as diferenças que as distinguem, tornando-as singular, revelam a “comunidade imaginada”, pois, embora seus povos não se conheçam, todos eles integram e formam um todo, composto por várias culturas. E nisso, cada nação define um território, a identidade de um povo, e essas comunidades são imaginadas, porque elas se relacionam, em meio as outras civilizações, conforme posto anteriormente por Benedict Anderson.

Em *Avatar* não é muito diferente, pois os nativos de *Pandora* assemelham-se muito, tanto em aparência quanto em atitudes, em meio aos animais, assim como os índios presentes em *Pocahontas*. A sobrevivência de todos em ambas as culturas é difícil, uma vez que os recursos são muito poucos e, além disso, bastante limitados, o que está de acordo com as ideias de Octávio Ianni, quando diz que o as nações e/ou tribos se opõem, tendo em vista o imperialismo que as cercam.

Em *Pocahontas*, tem-se uma civilização que é dominada por um chefe, ou seja, o povo indígena é pertencente a ele, dominado por ele, e é ele quem impera e, com isso, controla o seu povo, tendo em vista os costumes e leis estabelecidas, enfim, uma tradição, sendo muito semelhante a existente em *Avatar*. Como asseveram Said e Ianni, o imperialismo é, de fato, esse poder de domínio imperial sobre uma civilização que, em ambos os filmes, os chefes possuem.

Os nativos que habitam *Pandora*, vistos como humanóides, também viviam em aldeias. Eles são semelhantes aos seres humanos, mas ao mesmo tempo são seres muito magros, porém muito rápidos, azuis, muito maiores que um ser humano. Já os índios da tribo em *Pocahontas*, são seres humanos comuns que, assim como em *Pandora*, lutam pela sobrevivência de seu povo e de sua cultura, cultivando as suas terras, porém, são regidos pelo poder de dominação, como bem explicitam Bonnicci e Mohammed, com relação ao período pós-colonialista, considerando o quão inferior era visto o nativo, contrastando-se com a superioridade do europeu.

Nesse ponto, a civilização avançada contrasta-se à civilização primitiva, opondo-se a ela, tendo em vista os seus próprios interesses. Cabe considerar o contexto histó-

rico no qual os discursos foram produzidos, e quem os produziu, tendo em vista as ideologias presentes em ambos os povos, conforme explícita Foucault anteriormente.

No que diz respeito a isso, tanto os ingleses que invadiram as terras em Pocahontas quanto os participantes do “Programa Avatar”, objetivavam terras, ouro e metais preciosos, enquanto os povos nativos, ou seja, os índios e os habitantes de Pandora as preservavam. Os deuses fazem-se presentes, com o intuito de auxiliá-los quando preciso, fortalecendo-os nas escolhas ainda mais.

Os chefes das tribos predominam em ambos os filmes, nas duas civilizações, quer seja em Pocahontas ou em Avatar, em meio aos índios nas terras de Virgínia, ou em Pandora, em meio aos humanóides. E, na civilização avançada, tem-se John, o chefe da invasão de terras indígenas, e a chefe da expedição em Pandora, chamada Grace. Quer dizer, ao mesmo tempo em que as civilizações opõem-se, elas relacionam-se, pois o imperialismo, de acordo com Said, faz com que as culturas se mesquem, e as variadas identidades se misturem.

## Herói

O herói apresenta-se de forma semelhante nos filmes ora analisados. Em Pocahontas, John Smith é aquele jovem por quem a índia guerreira filha do chefe daquela tribo, apaixonou-se, e esse amor é recíproco. Em Avatar, Jake apaixonou-se por Neytiri, que era, também, filha do rei da tribo. Assim, percebe-se que a relação entre os filmes explicitados é muito grande, uma vez que, em ambas as situações, tanto Pocahontas quanto Neytiri, são elas que ensinam e mostram aos seus amores, ou seja, John e Jake, um novo modo de vida, em meio à natureza, conforme posto anteriormente por Edward Said, quando revela que as culturas apresentam-se de diferentes formas, a partir das ideologias pertencentes. Outra semelhança a ser destacada é o fato de as duas serem mulheres, quer dizer, eles conhecem outro estilo de vida, outra cultura, a partir delas.

John e Jake eram homens com ideologias e culturas totalmente inversas às do povo de Pocahontas e Neytiri, assim como elas, mas isso não os impede em nada, embora eles vivessem em diferentes impérios, tendo em vista o poder territorial existente, conforme posto anteriormente por Ianni. Antes, eram homens comuns, iguais aos outros de sua civilização, tendo em vista a cultura a qual pertenciam e o contexto em que viviam.

Eles tinham um único objetivo, invadir e explorar as terras, mas isso, ao longo do filme, em virtude de alguns acontecimentos, vai mudando, e a vontade de dominar as terras, por parte deles, distancia-se, revoltando-se contra a sua própria civilização. Como foi citado anteriormente, de acordo com Said, a cultura de um povo também pode fazer com que ela mesma se afaste ou distancie-se da sua própria cultura, do seu próprio povo, uma vez que ela transcende barreiras.

Em muitas cenas percebe-se que os personagens misturam-se dentre as duas civilizações, encontram-se divididos, pois ao mesmo tempo em que eles querem dominar as terras planejadas, juntamente com o seu povo, estão apaixonados pelas filhas dos

chefes que dominam uma civilização que é totalmente diferente da deles, a civilização primitiva, mantendo, assim, um império, conforme pondera Said. Também, conforme explicitado anteriormente por Mohammed, a predominância das relações entre poder denota oposições e contrariedades.

O fato de John ser aprisionado pela tribo de Pocahontas, não significa que ela deixou de amá-lo, muito pelo contrário, isso só fortaleceu o sentimento existente entre os dois, tanto que Pocahontas opõe-se. E, é nesse momento que as duas civilizações/impérios entram em conflito, conforme posto anteriormente por Bonnicci, estabelecendo-se uma relação de discurso, poder e ideologia entre os povos.

### **Heroína**

As heroínas possuem um papel fundamental ao longo dos filmes, pois é através delas que os heróis apresentados tornam-se pessoas diferentes. Pocahontas e Neytiri são extremamente importantes para o desfecho das histórias, tendo em vista a civilização a que pertenciam e o que representavam dentro da sua própria cultura, o que está em consonância com as ideias de Said, pois a identidade e a história de um povo revela quem ele é.

Ambas eram garotas selvagens, filhas de chefes de tribos, e acreditavam em deuses, sendo que apaixonam-se por dois homens de uma cultura totalmente oposta, com outros ideais, de uma outra sociedade, cercados de ideologias muito distante das suas, enfim, de uma outra civilização.

O inglês John e o novo habitante de Pandora, Jake, encantaram-se com o simples jeito de ser e de viver dessas mulheres, em meio à natureza, diferentemente do que estavam acostumados. As heroínas Pocahontas e Neytiri transformam a vida desses guerreiros, tornando-os pessoas pertencentes à civilização que, até então, eram rivais. Elas ensinam a John e a Jake, ou seja, aos heróis, costumes e valores de seus povos, e é a partir da convivência com elas e da compreensão desses valores que os heróis irão, ao longo da história, aproximar-se de sua redenção.

A ideologia que forma o sujeito Pocahontas é explicitada no momento em que ela coloca-se contra a morte de John, seu amado. E, em Avatar, a ideologia de Neytiri também revela-se no final, quando permite que Jake permaneça em Pandora, integrando seu povo, conforme posto anteriormente por Said, quando fala que a cultura permite que a pessoa não se renda apenas ao seu próprio povo.

### **Herói x conflito**

O conflito estabelecido entre os ingleses e a tribo indígena assemelha-se ao ocorrido em Avatar, entre os moradores de Pandora e os participantes da expedição. Em ambos os filmes tem-se a civilização avançada querendo dominar e, com isso, apropriar-se do território da civilização primitiva, entretanto, não é isso bem que acontece. A luta entre os diferentes povos ganha maior proporção à medida que os habitantes de cada

região tentam defender-se, ou seja, os índios e os habitantes de Pandora, dos grandes vilões, os humanos, não que os índios não sejam. Os “índios” e os “aliens” encontram-se encurralados, na busca pela própria sobrevivência e, em meio a isso, a disputa por território é inevitável.

### **Invasão de terra**

A invasão de terras é o objetivo da civilização avançada. Tanto em Pocahontas como em Avatar, a civilização primitiva é o alvo dos invasores. As culturas são muito próximas, uma vez que os povos da civilização primitiva vivem em tribos. Quando os ingleses invadem as terras de Pocahontas, os nativos descobrem que a filha do chefe de sua tribo, está envolvendo-se com um “rival” e, portanto, resolvem atacá-lo.

Os nativos em Pocahontas descobrem que o herói John, embora pertencesse à outra civilização, ao contrário do que eles pensavam, ele estava do lado deles, e isso, de fato, modifica totalmente a estória. Assim como em Pandora, quando Jake volta-se contra o seu próprio povo, defendendo o povo primitivo, na disputa por território e pela própria sobrevivência. No momento em que a índia defende o herói, tanto os povos indígenas quanto os ingleses encontram-se divididos, pois ao mesmo tempo em que existe o choque de culturas entre as diferentes civilizações, há também o amor entre duas pessoas, assim como em Avatar, entre Jake e Neyriti.

Tem-se aqui, portanto, uma situação bastante complexa, pois os companheiros do inglês John o consideram um verdadeiro traidor, tendo em vista que ele esquece-se do objetivo que tinham, e em Avatar não é diferente, uma vez que Jake passa a defender o povo de Pandora, ao invés de ajudá-los na expedição.

### **Redenção do herói**

John, o herói de Pocahontas, no final do filme, despede-se da índia. E, já em Avatar, o herói junta-se aos outros, ou seja, ele permanece em Pandora. Os dois heróis, inicialmente a serviço das forças mais desenvolvidas tecnologicamente, passam a entender, gradativamente, os valores e necessidades dos povos subjugados e, com isso, passam a vê-los de uma forma diferente, em meio a descobertas inesperadas por eles mesmos. As heroínas são responsáveis pela ascensão dos heróis, e isso, no final, os leva à redenção, tendo em vista que eles lutam para salvar uma civilização, aquela pertencente às heroínas, ou seja, a primitiva, com muita garra e determinação, ao contrário do que esperava-se. Isso os faz revelar-se contra o próprio povo a que pertenciam, ultrapassando ideologias e quebrando barreiras que, até então, jamais tinham sido alteradas, provando que o amor pode transcender culturas, diferentes civilizações, enfim, “dois mundos”.

## Considerações Finais

Diante do exposto, percebe-se que os filmes analisados, como já foi dito anteriormente, relacionam-se. *Pocahontas* e *Avatar* apresentam histórias bastante parecidas, embora tenham características bastante específicas de cada povo, de cada civilização, enfim, de cada cultura. A análise contrastiva apresentada no capítulo 3 deste trabalho, comprova que os objetos filmicos explicitados, dialogam entre si. O confronto entre os discursos nos diferentes lugares e de ideologias voltadas aos seus próprios objetivos, é o que, de fato, promove a ascensão dos heróis e heroínas em ambos os filmes. A visão que os ingleses têm dos índios em *Pocahontas* e a visão obtida sobre os humanóides pelos visitantes em *Pandora*, revela a situação e a própria contrariedade existente entre eles, tendo em vista a cor de pele, por exemplo, brancos contra índios, ou se não, como no caso em *Avatar*, semelhantes em muitas coisas. A relação entre os personagens expõe a força, coragem e perseverança revelada em ambos os filmes, o que gera o revide à própria condição de dominação, na tentativa de buscar uma nova identidade, ultrapassando a cultura de um único povo.

Pensa-se ser bastante pertinente o trabalho com filmes desse tipo, que propiciam estabelecer relações, utilizando-os principalmente para contrastar e comparar situações, em diferentes contextos históricos, dentre elas as questões ideológicas, políticas e culturais que dominam e que, portanto, diferenciam um povo de outro. Acredita-se ser relevante, em outro estudo, discutir, por exemplo, o processo de (re)construção de identidade, tendo em vista o “choque de culturas”, pois tanto *Pocahontas* como *Neyriti*, assim como John e Jake, antes reduzidos e voltados a uma condição totalmente diferente, em meio a civilizações distintas e de uma ideologia dominante, libertam-se, gradativamente, das “amarras” de um povo, levando-os a um novo modo de vida. Acredita-se que a expressão “Tecno-ecológica futurista” descreve muito bem o filme *Avatar*, em meio às tecnologias existentes relacionadas à natureza.

Como percebe-se, o imperialismo pode exercer um grande poder de subordinação sobre um determinado povo, mas ao mesmo tempo em que ele tem a capacidade de manter um império, ele também tem a capacidade de promover culturas, identidades, em meio aos diferentes impérios, classes e grupos sociais. Ainda, como ele é relevante no ensino não apenas de literatura, mas também de língua inglesa, afinal, é justamente devido a essas relações de poder que ensina-se o idioma nas escolas, tendo em vista o poder de influência que uma língua tem sobre o seu povo, sobre a sua civilização, sobre a sua cultura, afinal, a língua revela a identidade de um povo, de uma nação.

## Referências bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

BONNICCI, Thomas. **Conceitos-chave da teoria pós-colonial**. Maringá: UEM, 2005. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais> (Acesso em: 20 de março de 2019).

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

IANNI, Octávio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MOHAMED, Abdul R. Jan. **A economia da alegoria maniqueísta: a função da diferença racial na literatura colonialista**. Chicago, 1985.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cultura e Resistência**. Edward Said: entrevistas do intelectual palestino a David Barsamian. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

\_\_\_\_\_. **O choque da ignorância: Cultura e Política**. São Paulo: Bom tempo, 2003.

### Sites pesquisados:

<<http://www.disneyepedia.com.br/filmes/pocahontas/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

<[http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3\\_Debate.pdf](http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/3_Debate.pdf)>. Acesso em: 05 mar. 2019.

<<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=932>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

<<http://www.cinepop.com.br/filmes/avatar.php>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

<<http://jus.com.br/revista/texto/18477/modernidade-social-e-a-contemporaneidade-do-orientalismo>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

<<http://smtp.ciadasleytras.net/trechos/80186.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/viewFile/8812/6176>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

<[http://www.scifitupiniquim.com.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=346:resenha-do-filme-avatar&catid=34:filmes&Itemid=54](http://www.scifitupiniquim.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=346:resenha-do-filme-avatar&catid=34:filmes&Itemid=54)>. Acesso em: 18 mar. 2019.

## A IMPORTÂNCIA DO AFETO NA APRENDIZAGEM DE CRIANÇAS DE 0 A 7 ANOS

*Maria Angélica Lopes Morbach*

### **Introdução**

O presente artigo pretende por meio de revisão teórica abordar a afetividade que segundo a psicanálise está diretamente ligada a fenômenos psíquicos que são expressos em forma de sentimentos e emoções, seguidos da imagem expressa de dor ou prazer, alegria ou infelicidade, carinho ou desagrado. A afetividade, bem como a aprendizagem são processos concomitantes, pois existem estudos que comprovam que tanto uma como a outra possuem forte ligação para o desenvolvimento humano. O tema que será exposto no artigo foi escolhido por suas contribuições para o aprendizado da acadêmica, na realização do Estágio de Psicopedagogia Clínica e Institucional. É importante considerar para tanto, que a acadêmica trabalha em uma Escola de Educação Infantil, no vale do Paranhana, como Coordenadora de um grupo de crianças de 0 a 5 anos, com base nas experiências vivenciadas no dia a dia da escola, observa-se que a falta do afeto contribui diretamente na relação entre familiares, alunos e professores.

A falta de afetividade e transtornos de aprendizagem avançam de modo progressivo por crianças de toda a sociedade, o que pode vir a evoluir para uma condição crônica e acarretar imensuráveis dificuldades no processo de desenvolvimento humano. Considerando que, termos como afetividade e aprendizagem, vem sendo abordado cada vez mais pela sociedade, ainda que, em cada período, as pessoas apresentem uma maneira diferente de enxergar, enfrentar e tratar tais questões, conforme os conhecimentos e interesses de cada época (WALLON,2005).

O tema escolhido representa uma relevância, considerando que a afetividade e a aprendizagem, nos dias atuais correspondem a uma questão amplamente divulgada e discutida, uma vez que a falta do afeto e transtornos de aprendizagem tornou-se um problema social importante a ser analisado refletindo diretamente na realidade da sociedade brasileira (MOREIRA,1996). Neste sentido, aprofundar o conhecimento s/obre a afetividade e a aprendizagem em crianças de 0 a 7 anos de idade, bem como compreender como suas dificuldades acontecem, suas causas, que inevitavelmente aparecem, são os objetivos presentes neste artigo.

Para abordar o tema proposto serão apresentados, inicialmente, pressupostos teóricos sobre a afetividade. Após, pretende-se aperfeiçoar o entendimento do processo de desenvolvimento cognitivo e a afetividade nas crianças, suas causas e consequências que inevitavelmente ocorrem. Em seguida, será aprofundado o papel da família na construção do afeto e o afeto na escola entre professores e alunos e os reflexos ocasionados pela falta dos mesmos.



A metodologia utilizada para a construção do presente artigo, foi a revisão bibliográfica de teóricos ligados a educação, com base em suas pesquisas e conhecimentos e experiências vivenciadas pela acadêmica.

## **Afetividade**

De acordo com a psicanálise, a afetividade está ligada a fenômenos psíquicos que são expressos em forma de sentimentos ou emoções e seguidos da imagem expressa de dor ou prazer, alegria ou infelicidade, carinho ou desagrado. A psicanálise foi buscar o termo afeto, na nomenclatura psicológica alemã, que manifesta qualquer situação afetiva, intensa ou desagradável, vazia ou caracterizada, se apresentando seja por tonalidade geral ou por sob forma de uma descarga maciça. Segundo Freud (1987), toda pulção se manifesta nos dois registros, da representação e do afeto.

O afeto para Freud (1987) é a expressão qualitativa da quantidade de energia pulsional e das suas alterações, sendo um impulso inerente a vida orgânica a restaurar um estado anterior as coisas. Para o psicanalista, o desenvolvimento psíquico se dá por interferência das experiências emocionais vividas desde o nascimento. O bebê divide com a mãe do mesmo ego, e essa ideia de união que o bebê tem com sua mãe ao mamar em seu peito lhe proporciona fantasias inconscientes. Se o bebê ao mamar experimenta sensações de bem-estar, sensações físicas de conforto sentirá satisfação e prazer; se as sensações são inversas, o sentimento será de desconforto, insatisfação e rejeição.

John Bowlby (1997) esclarece que a ansiedade, o medo ou a segurança que o bebê sente são determinados pela forma que a quantidade e qualidade de atenção, afeto e amor são dadas por parte das figuras de apego como sua mãe, pai ou responsável.

Winnicott (1965/2001) destaca uma espécie de dependência do bebê em relação ao seu cuidador, tal dependência é marcada por um momento de experiências fundamental para a construção de um vínculo afetivo e para a construção da personalidade da criança. Dessa maneira, a mãe, ou o cuidador substituto, mostra-se como peça fundamental para preparação dos estados emocionais da criança, o que irá influenciar na relação das suas experiências e na relação com o meio em que está inserida.

De acordo com Henri Wallon (2003), o desenvolvimento afetivo está diretamente ligado ao desenvolvimento cognitivo, já que é diferente a maneira de agir de uma criança e um adulto, imagina-se que a partir disto existe uma inclusão de construções de inteligência criada por ela, acompanhando a disposição que há em racionalizar-se.

Atualmente a afetividade vem sendo esquecida, e na maioria das vezes não faz parte do dia a dia da escola. É comum se deparar com dificuldades em sala de aula, como agressividade, indisciplina, falta de concentração, porém muitos dos alunos que apresentam tais dificuldades possuem um histórico familiar complicado. Em alguns casos, os pais não encontram tempo, nem expressam vontade em estreitar o vínculo familiar, nem priorizam o amor e o afeto.

A afetividade é um dos elementos principais do desenvolvimento humano. De acordo as propostas de Wallon (2003), a escola infelizmente continua limitando a crian-

ça em sua classe, não permitindo que expresse suas emoções e pensamentos com fluidez tão importante para o desenvolvimento completo da criança. Para ele, falar de afetividade na relação aluno/professor é falar de emoções, disciplina, comportamento e conflitos dentro de si e com os outros. Isto faz parte na vida da criança, em qualquer lugar no qual ela está inserida, seja na família, na escola ou em outro ambiente que ela frequente, são situações que estarão sempre presentes, assim sendo toda vez que o aluno apresenta dificuldade de aprendizagem, indisciplina ou problemas de relacionamentos, é fundamental a escola pesquisar sobre sua estrutura familiar.

Diante da teoria da aprendizagem Social, de Wallon e Vygotsky, (2005/1992) a criança adquire um autoconceito por meio de imitação. A criança passa a imitar e a identificar-se com alguém absorvendo as suas particularidades, adquirindo um conceito semelhante ao das pessoas que a rodeiam. Tanto na teoria de Wallon, quanto na teoria de Vygotsky, são os pais que desempenham um papel importantíssimo na formação do autoconceito de seus filhos. A autoestima da criança, por exemplo, estão diretamente ligadas as atitudes de seus pais para com elas. “Pais e filhos afetivos e carinhosos, geralmente possui grau maior de autoestima do que outros em que pais são afetivamente frios e desinteressados” (Sánchez e Escribano, 1999, p.19).

É através da afetividade que se relaciona e identifica-se com diferentes pessoas. Para tanto, uma criança carente de afeto está propícia a encontrar dificuldades em relacionar-se com as pessoas, o que pode vir a impedi-la de participar corretamente do processo ensino aprendizagem.

A afetividade está ligada aos princípios de valores que são cultivados desde que a criança é pequena. Colocam-se em um contexto que está ligado aos vínculos afetivos recebidos pela criança de quem as cuida que desenvolve a partir do seu nascimento (LAMB, 1987 apud WEINTEN, 2002; TOGNETTA, 2003; GONÇALVES, 2003; ANDRADE, 2007). Para Wallon, de acordo com Werebe e Nadel-Brulfer(1999),

A escola é a instituição que tem por finalidade prover atividades para desenvolver esses aspectos. Sendo a educação um fato social, ela deve refletir a realidade concreta na qual esse ser social vive, atua e, muitas vezes, procura modificar. A função da educação é integrar a formação da pessoa e a sua inserção na sociedade e, assim, assegurar sua plena realização. Cabe à educação, dessa forma, formar indivíduos autônomos, pensantes, ativos, capazes de participar da construção de uma sociedade contextualizada. Os métodos pedagógicos não podem ser dissociados desses enfoques, eles devem ser apoiados no conhecimento do aluno e no meio, pois todas as crianças, sejam quais forem suas origens familiares, sociais, étnicas, tem direito igual ao desenvolvimento máximo que a personalidade comporta. Elas não devem ter outras limitações a não ser suas aptidões. (WEREBE, BRULFER, 1999, apud. p52).

## O desenvolvimento cognitivo e a afetividade

De acordo com o desenvolvimento cognitivo na perspectiva de Piaget, “a criança de 0-2 anos não possui função simbólica, o bebê não apresenta pensamentos de

afetividade que estejam vinculados a representações, que aceitem evocar pessoas ou objetos na ausência deles” (Piaget,1982, p.27). Isto é, os recém-nascidos possuem reflexos básicos que vão sendo transformados à medida que aconteçam o amadurecimento do sistema nervoso e a sua interação ao meio que está inserido. Tais fatores sensoriais e motores aceitem que o bebê desenvolva seus primeiros planos de ação sem que aconteça reproduções mentais e pensamentos. Esta conduta fundamentalmente a prática permite que a criança edifique esquemas de ação mais complexos que servirão de base para todas as futuras construções cognitivas. Levando em consideração o quanto as emoções e sua importância, é essencial fortalecer o vínculo afetivo na inclusão entre professor e aluno para que esse vínculo venha estimular e melhorar a autoestima é fundamental.

O segundo estágio Piaget, denomina como estágio pré-operatório, que vai dos 2-7 anos de idade, neste estágio a criança passa a não ser dependente unicamente de suas sensações e movimentos, pois já começa a desenvolver uma capacidade simbólica (Piaget,1982). Os esquemas que a criança já tem permitem que ela seja capaz de distinguir imagens, palavras ou símbolo, daquilo que ele significa. De acordo com Piaget a criança passa por mais dois estágios que é o operatório concreto que vai dos 7-13 anos de idade e o operatório formal que se dá dos 13 anos em diante, segundo ele é por meio destes quatro fatores que a criança completa a construção dos mecanismos cognitivos, que continuam a se desenvolver ao longo de sua vida, dependendo da estimulação vinda do meio em que está inserida.

A psicologia possui forte influência na educação, assim sendo procura-se compreender e resolver algumas situações relacionadas as dificuldades educativas. Busca-se através de teóricos como Vygotsky, Piaget e Wallon, compreender a relação entre afetividade e desenvolvimento de uma criança, assim como sua importância para um crescimento saudável tanto cognitivo, quanto emocional.

De acordo com Piaget (1976), a afetividade está diretamente ligada a motivação para realizar atividades cognitivas, e destaca-se que a afetividade e a razão se complementam. Para ele, o afeto pode antecipar ou adiar o desenvolvimento cognitivo das estruturas. Devido ao afeto o desenvolvimento estrutural se dá de forma acelerada, em situações de necessidade e interesse, e tal desenvolvimento quando a afetiva é considerada uma barreira, acaba causando um atraso no desenvolvimento intelectual. Não se explica a afetividade na construção da inteligência, porém as construções intelectuais estão relacionadas ao aspecto afetivo. Todo comportamento tem um aspecto afetivo e um cognitivo, e estão diretamente ligados um ao outro.

Segundo Piaget,

(1976, p. 16) o afeto é essencial para o funcionamento da inteligência. (...) vida afetiva e vida cognitiva são inseparáveis, embora distintas. E são inseparáveis porque todo intercâmbio com o meio pressupõe ao mesmo tempo estruturação e valorização. Assim é que não se poderia raciocinar, inclusive em matemática, sem vivenciar certos sentimentos, e que, por outro lado, não existem afeições sem um mínimo de compreensão.

Vygotsky (1998), possui abordagem, onde apresenta de um modo global e explica a ligação entre o intelecto e o afeto e, contesta a separação entre o cognitivo, o afetivo e o psicológico. Para ele, não se pode dividir os interesses os aspectos intelectuais dos afetivos.

Oliveira afirma que:

Vygotsky menciona, explicitamente, que um dos principais defeitos da psicologia tradicional é a separação entre os aspectos intelectuais, de um lado, e os volitivos e afetivos, de outro, propondo a consideração da unidade entre esses processos. Coloca que o pensamento tem sua origem na esfera da motivação, a qual inclui inclinações, necessidades, interesses, impulsos, afeto e emoção. Nesta esfera estaria a razão última do pensamento e, assim, uma compreensão completa do pensamento humano só é possível quando se compreende sua base afetivo-volitiva (OLIVEIRA, 1992, p.76).

A teoria de Wallon (1992), está centralizada na afetividade. Entre diversas contribuições para a teoria do desenvolvimento humano, deve-se levar em consideração as emoções, pois segundo ele, as emoções possuem papel fundamental para que o ser humano possa sobreviver, expressar suas necessidades desde seus primeiros anos de vida.

De acordo com Wallon,

é por meio da atividade emocional que se realiza a transição entre o estado orgânico do ser e a sua etapa cognitiva racional, que só pode ser atingida através da mediação cultural, isto é, social. A consciência afetiva é a forma pela qual o psiquismo emerge da vida orgânica: corresponde à sua primeira manifestação. Pelo vínculo imediato que se instaura com o ambiente social, ela garante o acesso ao universo simbólico da cultura, elaborado e acumulado pelos homens ao longo de sua história. Dessa forma é ela que permitirá a tomada de posse dos instrumentos com os quais trabalha a atividade cognitiva. Neste sentido, ela lhe dá origem (WALLON, 1992, p.85).

A partir teóricas de Wallon, explica que no dia a dia escolar “quanto maior a clareza que o professor apresentar relacionados aos fatores que provocam os conflitos, maior será a possibilidade de controlar e manifestar suas reações emocionais e, assim encontrar meios para solucioná-los” (WALLON,1998, p.113), para tanto, na relação entre aluno e professor, de acordo com a teoria de Wallon, “falar de afetividade no âmbito educacional é falar de como lidar com as suas emoções”.

### **O papel da família na construção do afeto**

Pode-se dizer, que a afetividade, tanto para Freud quanto, Wallon e em Piaget, embora tenham lados e olhares diferentes, possui um lugar especial no desenvolvimento intelectual e psíquico, da criança. Se os pensamentos de Freud e de Wallon são mais próximos uma da outra, na maneira em que, para os dois, as raízes afetivas encontram-

se no topo de toda atividade psíquica, incluindo a atividade intelectual, o posicionamento de Piaget não precisa ser interpretado, da mesma maneira como outros fazem, como tendo mantido em segundo plano o papel da afetividade no desenvolvimento cognitivo da criança.

A afetividade, nas diferentes percepções teóricas, exerce um papel, em um nível maior ou menor, de organização e de conservação das atividades psíquicas, sendo imprescindível e inseparável das diversas atividades e tarefas desenvolvidas pelo ser humano.

A base para construir a personalidade de um sujeito está na família, na família que se procura encontrar referências, proteção e carinho, “as crianças se tornam melhores na escola quando o ambiente familiar é de união, colaboração e afetividade, associadas ao desenvolvimento escolar estão: as regras, as rotinas e a autonomia” (CHALITA, 2004, p.17), portanto, aquelas que recebem, apoio, incentivo e segurança, geralmente os lares mais tranquilos e harmoniosos, possivelmente terão maior sucesso na sua caminhada escolar, pois estará com sua autoestima elevada para acreditar em suas habilidades para aprender e desenvolver as informações recebidas na escola.

Segundo Ferreira (1999) afetividade é um Conjunto de acontecimentos psíquicos que aparecem sob a forma de emoções, paixões e sentimentos, seguidos da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de alegria ou tristeza. Para Ferreira (1999), não existe nada que possa preencher ou substituir a falta de atenção familiar e o amor, pois segundo ele uma pessoa pode até encontrar outros meios para amenizar a carência afetiva deixada pela família, mas isso não substituirá o afeto perdido, pois o vínculo familiar possui uma intensidade maior do que em outros acontecimentos.

Uma educação entre alunos e professores que não fale sobre a emoção na sala de aula como o afeto, traz perdas para o trabalho pedagógico, pois podem afetar não só o professor, mas também o aluno. E se o professor não souber lidar com as crises emocionais isso poderá provocar desgastes físico e psicológico (FERREIRA, 1999, p. 62).

Nos dias de hoje a criança está indo para a escola crianças cada vez mais cedo, devido à necessidade de seus pais precisarem trabalhar fora, porém está entrada precoce na instituição pode vir a ocasionar nas crianças ansiedade, medos e angústia. Por meio de novas ligações sociais, a criança passa a se interagir com novos exemplos de comportamento, materiais e valores sociais. Tal conhecimento de mundo acontece do real para o mental. (WALLON, ALMEIDA, 1993, p. 14)

Diante de tal realidade, de uma ausência maior de tempo dos pais em relação às crianças, os pais não devem deixar de escutar o que a criança tem a contar, sendo uma forma de estarem presentes mesmo ausentes. Pais e escola precisam andar juntos, pois a escola não é sozinha responsável pelo desenvolvimento da personalidade, porém possui um papel de complementar ao da família (Tiba 2002).

Na maioria das vezes os jovens acabam entrando no mundo das drogas e do crime por não ter orientação e atenção dos seus pais. É necessário que se coloquem limites, pois é na família que o sujeito irá buscar informações e dúvidas existentes. Se a família nos momentos em que a criança ou jovem não estiver pronta a atendê-lo, com

certeza outros estarão, mas quem sabe não será com boas intenções. A chance que um jovem tem de entrar no mundo das drogas é enorme e a melhor forma de prevenir é dar formação ao filho para que consiga enfrentar as mais diferentes situações ao longo de sua vida.

É fundamental que pais assumam seus compromissos em relação a educação de seus filhos e sejam participantes ativos na construção do caráter e personalidade de seus filhos, sabendo impor limites, falar não quando se faz preciso e corrigindo se for necessário, porém não esquecer que o amor é o alicerce de tudo.

Tiba ressalta que “Os pais podem oferecer alegria, bem-estar, satisfação e roupas boas para os filhos, mas não podem lhes dar a felicidade. O que os pais podem fazer é estimular a autoestima dos filhos, que é a base da felicidade” (TIBA 2002, p.275). Os pais devem demonstrar aos filhos o quanto eles são importantes por meio de atitudes de amor e carinho. Um pequeno gesto de amor feito pelos pais já é o suficiente para que os filhos se sintam estimulados, seguros e felizes. Os pais podem até oferecer conforto, comprar roupas caras e proporcionar alegria para os filhos, porém não vai conseguir lhes dar o principal que é a felicidade. O que os pais devem fazer é incentivar a autoestima dos filhos, que é a base para a felicidade. Vale lembrar que a autoestima é essencial para que um sujeito se realize tanto no lado como pessoal quanto no profissional e, a autoestima aumenta a cada gesto de afeto vivenciado.

### **O afeto na escola**

Henri Wallon (2205), médico, psicólogo francês e filósofo, foi o pioneiro a indicar a importância de trabalhar as emoções com a criança em sala de aula suas. Para ele, as emoções possuem importante papel no desenvolvimento de uma pessoa. Wallon (2005), também chama a atenção para o espaço escolar, no qual as crianças passam a maior parte dos dias, precisa ser acolhedora e passar para os alunos a percepção de que este ambiente é a sua segunda casa, pois muitas crianças são abandonadas emocionalmente, e acabam buscando sanar tal sentimento na escola, procurando encontrar no professor as referências e exemplos que não encontram em casa. Galvão (1998), fala sobre o fato de que as emoções acarretam efeitos positivos ou negativos em quem as recebe como, por exemplo, alguém chega ao trabalho alegre e sorrindo e ao chegar a seu local de trabalho se depara com um clima tenso, as pessoas discutindo e extremamente irritadas.

“Desse confronto de emoções, resultará em duas possíveis situações; ou a pessoa que entrou alegre e feliz contagia o grupo ou se deixa contaminar pelo clima tenso deixando de sorrir” (GALVÃO, 1998, p64). Assim também em sala de aula, se o aluno encontrar um professor triste, grosseiro e sem paciência, não terá como reagir com afeto e ternura, pois acaba se deixando levar pelo clima pesado do ambiente. Por outro lado, se encontrar um professor contente, receptivo, lhe desejando felicitações, sempre paciente e pronto para ajudá-lo, com certeza buscará fazer o mesmo para agradá-lo.

O afeto provoca cumplicidade, e constrói coletividade, não importa qual for o projeto, quando unido com o amor gera o compromisso, a necessita de continuar de estudar e o respeito, necessidades de preparar aulas mais participativas, de repreender com cuidado, de utilizar da paciência. É triste quando o educador não acredita mais na capacidade de aprendizado, que não se esforça para analisar melhor a característica de cada aprendiz. “A educação sem dúvida um desafio em todas as dimensões.” (CHALITA, 2001, P.12).

De acordo com Cury (2003), ao construir um laço afetivo e uma amizade, os dois sentirão maior segurança e o convívio em sala de aula será muito mais prazeroso. Com isso, o aprendizado passa então a ganhar lugar para acontecer de maneira natural. Contudo se a autoestima, que é produto de incentivos e atitudes de afetividade estiver baixa, a tristeza e as apreensões acabam dando lugar e a tomar o espaço, a atenção que estaria disponível para a aprendizagem. Desta maneira é que os problemas e conflitos em sala de aula começam a surgir. O professor não consegue apagar as dificuldades encontradas em casa pelos alunos, mas certamente consegue preencher os vazios emocionais ocasionados pelo desamparo e a indiferença de algumas famílias.

Ser educador é uma responsabilidade muito grande, pois necessitam entender que em todos os dias irão encontrar vários olhinhos buscando uma esperança, um motivo para reencontrar a alegria pela vida e a motivação pelo aprendizado, e por não se darem conta do compromisso que tem nas mãos acabam deixando de fazer gestos simples que contribuiria muito para quem carece de pouco em termos afetivos.

Ser promover a afetividade é estimular, amparar, aconselhar. Pequenos gestos podem fazer a diferença para aquela criança que chega à escola desmotivada e deprimida, sem estímulos para novas oportunidades de aprendizado. Se, o professor ao contrário de criticar, utilizar para tal criança uma estratégia diferente em relação as outras da turma, passar a elogiar suas qualidades, ressaltando os aspectos positivos, já estará fazendo uma grande diferença em sua vida. Quem sabe a escola é o único lugar onde está criança terá de ter suas qualidades reconhecidas.

É sempre bom lembrar que o poder aquisitivo não tem influência no que diz respeito à afetividade. Várias crianças de famílias com ótimo poder aquisitivo acabam deixadas de lado, esquecidas diante de tantos presentes e passatempos que os pais consideram fazê-los felizes. Não se compra afeto, se expressa, se sente. A felicidade passageira ocasionada por um lindo presente termina assim que este se perde o interesse e utilidade, pois nenhum bem material consegue suprir a falta do afeto.

Seguidamente se questiona sobre o espaço que a tecnologia ocupa e de certa forma interfere na educação. As crianças mesmo pequenas já possuem um entendimento em como utilizar o celular ou computador por exemplo, porém quanto maior intimidade a criança constrói com o mundo virtual, maior também apresentam dificuldades em relacionar-se com o mundo real. “Conversam através dos meios de comunicação da internet, mas não conseguem conversar com seus colegas em sala de aula e nem com seus professores”. São chamados “filhos da tecnologia”, que a maior parte do tempo com

aparelhos eletrônicos como o celular, computador e o vídeo game do que com seus pais e amigos (CURY, 2003, p.145).

E onde ficam o afeto e a educação? Em alguns momentos pode-se levantar citar hipóteses de que os professores no futuro se tornarão desnecessários, pois podem vir a serem substituídos por máquinas. “Tal especulação provavelmente não ocorrerá, já que os professores, assim como os pais, possuem um papel tão fundamental na vida afetiva dos alunos que nenhuma máquina conseguiria preencher” (CHALITA 2004, p. 161).

Faz-se necessário que os professores em sala de aula sejam apaixonados pelo que fazem que não tenham limites para conseguir alcançar os objetivos propostos, que queiram fazer a diferença diante de uma era onde a maioria das pessoas prefere ser indiferentes. Muitos questionam a profissão de professor, pensam que ser professor é apenas cumprir seu trabalho, que não é algo que se define por dentro, por amor. Educador, porém, é ao contrário, não é profissão; é vocação (TIBA 2002).

Tal esperança necessita guiar o trabalho do professor, que possui em suas mãos a habilidades de fazer a felicidade de uma criança. Tiba (2002) ressalta o quanto uma criança necessita ser amada, pois o amor é transformado em autoestima seguido de seu crescimento e nutrindo suas realizações. Qualquer conquista que o professor venha a reconhecer terá um significado importantíssimo na vida de um aluno que não possui nenhum reconhecimento familiar, contribuindo para que a criança se sinta especial e útil na sociedade.

Diante disso um aluno com dificuldades é necessário avaliar como é sua vida familiar, pois na maioria dos casos existe uma grande ausência emocional, que deve ser pesquisada e compreendida pelo professor. Crianças que não possui uma estrutura familiar adequada e uma convivência ausente de afeto, amor e carinho, não conseguem expressar tais sentimentos para com as demais pessoas da sociedade.

De acordo com Chalita, “Tudo o que diz respeito ao aluno deve ser de interesse do professor. Ninguém ama o que não conhece, e o aluno precisa ser amado” (2004, p.162). Para tanto é preciso entender que a criança acaba se sentindo diminuída ao se deparar com realidades diferentes de seus colegas, baixando assim ainda mais sua autoestima. Existem aqueles que têm a necessidade de aparecer, fazendo com que sua presença seja notada, através atitudes inadequadas se tornando alunos vistos como “problemáticos” por não ter disciplina. Outros se fecham e acabam se excluindo do grupo. Nos dois casos a aprendizagem fica afetada, já que ao se agitar com a intenção de fazer com que sua presença seja notada, o aluno acaba se desinteressando nas aulas e sem saber qual é o motivo que o trouxe até a escola ou, ao se isolar, acaba inventando uma espécie de bloqueio que não o deixa se concentrar na aula e tiver uma aprendizagem concretizada.

Conforme Chalita (2004) destaca que para que consiga transmitir afeto é preciso vivenciar e senti-lo. “Não se dá o que não tem”. Depositar amor no que se faz é fundamental em qualquer profissão. Educadores auxiliam na formação de pessoas e as prepararam para a vida e por tanto devem transmitir amor e afeto para que seus alunos consigam passar adiante os aprendizados. Falar de afeto pode parecer lindo, porém tal



sentimento falta a muitos professores, que não o praticam, porque não admitem sentir e demonstrar tal atitude tão digna.

Chalita (2004) ainda ressalta que entre tantas outras questões, uma dificuldade de relacionamento entre professor e aluno pode vir a, atrapalhar o processo de avaliação, pois alguns profissionais acabam deixando que problemas pessoais interfiram em suas decisões no momento em que precisa avaliar. Com isso o aluno passa a ser injustiçado e desmotivado, criando um ambiente tenso e nem um pouco favorável para o ensino e a aprendizagem.

Usando o afeto no momento de ensinar, o professor muda a escola para um ambiente acolhedor, que estimula o aluno a se dedicar e buscar aprimorar buscando avanços consideráveis a cada dia que passa.

Para Vygotsky (1984) é importante para o aluno saber que tem um professor que o ampara, e quem possa confiar. Os professores costumam marcar a vida dos alunos, tanto no lado positivo, quanto no lado negativo, compete a cada professor fazer a escolher, se quer deixar uma boa impressão e lembrança em seu aluno ou escolher deixar lembranças negativas, que possam ocasionar traumas, seja qual for sua escolha o professor deverá ter em mente que suas escolhas passarão para seus alunos e estes levarão para a vida. Diante disto, Chalita nos faz pensar:

Quantas pessoas recordam seus grandes professores com saudade, demonstrando que foi um tempo importante em sua vida? E quantos existe que se lembram com terror alguns professores que só lhes deixaram traumas, trazendo medo e frustração? “É necessário observar os exemplos do passado para se estabelecer um presente e um futuro melhor. Se cada professor pudesse lembrar do tempo em que foi aluno, dos momentos positivos e negativos, dos exemplos que deveriam ser seguidos ou evitados, contribuiria muito a refletir em sua prática de educador” (CHALITA 2004, p.154).

Conforme Cury (2003) os professores precisam deixar de serem bons e se tornarem fascinantes para que suas aulas e conteúdos façam sentido e possam ser assimilados por seus alunos, o professor precisa ter sensibilidade para entender que o aluno que não gosta de interagir nas atividades realizadas em sala, por mais rebelde ou indiferente que seja, na maioria das vezes, não age desta forma por não gostar de seu professor, mas por sentir insegurança, por necessitar de sua atenção e ajuda.

Cury também ressalta que são inúmeros os problemas de comportamento que acabam atrapalhando na aprendizagem são causados por carências emocionais e poderiam ser solucionados com um simples gesto de carinho do professor. As crianças que são recriminadas em sala de aula por qualquer motivo, acabam acumulando sentimento de rejeição e magoa que só fazem piorar suas dificuldades.

De acordo com Chalita (2001, p.12) “A educação não pode ser vista como um depósito de informações. Há muitas maneiras de transmitir o conhecimento, mas o ato de educar só pode ser feito com afeto, esta ação só pode se concretizar com amor”. Percebe-se que há uma grande diferença entre transmitir o conhecimento e educar. A dife-

rença de educar seres humanos que se encontram nas primeiras etapas da vida é uma tarefa para os docentes que se preocupam na formação global do educando e não apenas na formação parcial, obtida em sala de aula. As demonstrações de carinho, bem como a afetividade nas palavras ditas pelo professor, resultarão no auxílio e conforto para o aluno, quando este necessitar acomodar as informações recebidas, sem que haja repulção ou aversão ao conteúdo apresentado, ou até mesmo ao próprio ato de aprender algo novo.

Chalita (2004) ainda ressalta que isso não quer dizer que não deve ser colocado limites. A criança necessita de limites, pois a vida é repleta de regras que precisam ser cumpridas, porém uma criança precisa ter limites, na escola, na sociedade e em casa. Ser afetuoso não significa permitir e deixar o aluno fazer o que quiser para não o magoar, mas sim fazê-lo entender o que é correto e o que não é correto, analisar seus comportamentos, refletir, mas sem utilizar palavras agressivas, pois não se pode esquecer que não adianta falar que tal comportamento está errado se não explicar o porquê, pois se o que for explicado para a criança, não fizer sentido para ela, a mesma não dará importância.

Educar no mundo de hoje se torna um desafio. Só resta ter consciência da importância que tem um professor na vida emocional de um aluno e ter esperança de que é possível a construir um mundo melhor e que as pessoas que passarem pelas suas mãos siga tais ensinamentos e atitudes.

### **Metodologia**

O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura realizada por meio de pesquisa bibliográfica de livros e artigos na internet. Conforme Luna (1997), por intermédio de uma revisão de literatura busca-se compreender materiais já publicados, aspectos que já foram questionados por outros autores e dados atuais sobre o tema. Tomando como ponto de partida o objetivo desta pesquisa é aprofundar os conhecimentos sobre a afetividade e aprendizagem em crianças de zero a sete anos.

Para a realização deste trabalho foram lidos oito livros e 10 artigos, além das pesquisas realizadas no *google* acadêmico nos períodos entre fevereiro e março de 2019, em busca das resoluções sobre a afetividade e aprendizagem em crianças de zero a sete anos, suas causas e efeitos.

### **Considerações finais**

Por meio do estudo realizado pode-se concluir que a afetividade é essencial na vida de uma criança, na construção do seu “eu”, nos seus relacionamentos futuros, no seu desenvolvimento social e emocional e psíquico, pois a criança aprende e cresce com exemplos relacionados ao meio em que está inserida.

Portanto torna-se necessário que os pais possam repensar seus costumes e responsabilidades relacionados ao desenvolvimento e a afetividade de seus filhos. A melhor maneira para conviver em um ambiente saudável e prazeroso se dá através do diálogo,

pois permite que as famílias se mantenham unidas e em harmonia. As maiores dificuldades existentes no mundo é a falta de diálogo, um instrumento simples, mas que faz uma enorme diferença.

Em relação as questões educacionais o professor deve ter consciência do quanto é importante diante de uma comunidade e aceitar que os alunos olhem a escola como uma extensão de suas casas e descubram nela uma referência de carinho e amor, para que possam auxiliar e propagar em um mundo que tão carente de afeto.

Assim sendo é possível relacionar a junção de família e escola como fundamental no processo de desenvolvimento, ensino e aprendizagem da criança, para que consiga crescer saudável, tanto cognitivamente como emocionalmente.

## Referências

- ANDRADE, A. S. **A influência da afetividade na aprendizagem**. Monografia. Unievangélica Centro Universitário: Brasília. 50p.; 2007.
- BOWLBY, J. **Formação e Rompimento dos Laços Afetivos**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CHALITA, G. B. I. **Educação: A solução está no afeto**. 7ed. São Paulo: Gente, 2001.
- CHALITA, G. **Educação: a solução está no afeto**. 4ed. São Paulo: Gente, 2004.
- CURY, Augusto Jorge. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
- DE LA TAILLE, Yves; OLIVEIRA de, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo: Summus, 1992.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FONTANA, R. A. C.; CRUZ, M. N. **Psicologia do trabalho pedagógico**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- GALVÃO, I. **Henri Wallon: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GONÇALVES, M.F.C. **Educação escolar: Identidade e diversidade**. Florianópolis: Pioneira, 2003(p.69-96).
- LAMB, M.E. **The Father's role**. Cross Cultural Perspectives. Lawrance Erlbaum Associates, 1987. In: WEINTEN, W. **Introdução à Psicologia: Temas e variações**. 4 ed., cap. 11, p. 316-7. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- MOREIRA, P. R. **Psicologia da Educação: interação e identidade**. São Paulo: FTD, 1996.
- PIAGET, J; INHLEDER, B. **A psicologia da criança**. São Paulo: Difel, 1982.
- PIAGET, Jean. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- SANCHÉZ, A. V. e ESCRIBANO, E. **Medição do autoconceito**. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- SÁNCHEZ, A.; ESCRIBANO, E. **Medição do autoconceito**. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: EDUSC, 1999.

- TIBA, I. **Quem ama educa**. São Paulo: Gente, 2002.
- TOGNETTA, L. R. P. **A Por uma pedagogia das virtudes**. IN: **Construção da Solidariedade e a Educação do Sentimento na Escola: uma proposta de trabalho com virtudes numa visão construtivista**. 3ed. Campinas/ SP: Mercado de Letras, 2003.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 194 p.
- VYGOTSKY, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Icone, 1998.
- VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. 6ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Edições 70, 2005.
- WALLON, Henri. **Ciclo da Aprendizagem**: Revista Escola, ed. 160, Fundação Victor Civita, São Paulo, 2003
- WALLON, Henri. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- WEINTEN, W. **Introdução à Psicologia**: Temas e variações. 4 ed., cap. 11, p. 316-7. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.
- WEITEN, Wayne. **Introdução à psicologia**: temas e variações. 4.ed. Tradução de Zaira Batelho e outros. São Paulo: Pioneira, 2002.
- WINNICOTT, D. (2001). **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1965).
- WINNICOTT, D. W. (1983b). **Os objetivos do tratamento psicanalítico**: O ambiente e os processos de maturação.
- WINNICOTT, D. W. (2001). **Influências de grupo e a crianças desajustada**: A família e o desenvolvimento do individual. São Paulo, SP: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1965)

## Site

Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/img/pt/fbpelogp.gif>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Disponível em: <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/a-importancia-da-afetividade-na-aprendizagem-escolar-o-afeto-na-relacao-aluno-professor>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

Disponível em: <<https://www.caecosta.com.br/material-didatico/sugestao-de-livro/metodologia-cientifica/planejamento-de-pesquisa-luna>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

Disponível em: <<https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/111.pdf>> Acesso em: 22 fev. 2019.



## A MÚSICA E A APRENDIZAGEM INFANTIL

*Adriane Cilene da Silva*

*Bruna Eduarda Rocha*

*Fernanda Pichek*

*Sílvia Mara Zanatta*

### Introdução

Atualmente, convivemos com a presença da música em nossa vida. Desde a antiguidade, vimos na história da humanidade, a presença da música em todos os lugares como uma forma de expressão.

A concepção do aprender passa por um questionamento do porquê devemos trabalhar com a musicalização já na educação infantil? A música estimula as áreas do cérebro da criança e amplia os campos de conhecimento, beneficiando o desenvolvimento de outras linguagens.

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia. (BRASIL, 1998, p. 45).

O contato com a música acontece já no ventre materno, onde a criança reconhece os sons reproduzidos pela mãe e segue-se assim, por toda sua vida, habituando-se a expressar-se musicalmente desde os primeiros anos de vida. As crianças, devemos conviver e utilizar a música, como forma de expressão, auxiliando na elaboração de regras, combinados, brincadeiras, relacionamento com colegas e aprendizagem. Para Loureiro (2008), o aprendizado da música deve ser um ato prazeroso, que comungue com as experiências da criança, sem ser uma imposição, mas sim que domine sua sensibilidade e criatividade.

A música deve ser utilizada de forma interdisciplinar a fim de incentivar as possibilidades de aprendizagem em todas as etapas de ensino, permitindo avanços no desenvolvimento lúdico, criativo, emotivo e cognitivo, e na busca do conhecimento. De acordo com Bréscia (2003, p. 25), a música é uma linguagem universal, estando presente em todos os povos, independentemente do tempo e do espaço em que se localizam.

O ensino da música é benéfico no desenvolvimento das crianças da educação infantil, quando ouve música, aprende uma canção, dança, canta, participa de brincadeiras rítmicas, de roda ou de jogos, recebe estímulos que florescem o gosto musical, o som, ritmo, movimento. É, portanto, indicada como parte importante para criar a harmonia pessoal, deixando fluir as integrações e, as inclusões sociais da criança na sociedade. A utilização da música e dos meios artísticos, incentiva a participação, socialização e a linguagem destruindo barreiras que atrasam o desenvolvimento curricular do ensino.

A criança interage com o meio o tempo todo, e a música provoca esta interação, pois, através dela criam-se ideologias, emoções, histórias e sentimentos parecidos com os de quem os ouve. Nas escolas a música é utilizada para criar uma rotina ou a fim de dar comandos como: na hora da higiene, hora do lanche, e comemorações, e esse ponto esta sendo de suma importância para criar desde cedo noções de horas, tempo e espaço. A música na Educação Infantil significa o desenvolvimento de uma forma mais espontânea e divertida, através da exploração dos sons e repertórios musicais da infância. As atividades musicais visam uma vivência e compreensão da linguagem musical, proporcionam a abertura de canais sensoriais, aprimorando a expressão de emoções, ampliando a cultura e contribuindo para a formação integral do ser.

Contudo se faz necessário a revisão dos métodos tradicionais, da fundamentação, uma busca de novas formas metodológicas e didático-pedagógicas a serem desenvolvidas e introduzidas no meio educacional.

Dentro deste enfoque, o objetivo do artigo é analisar o que o ensino da música pode trazer de benéfico na aprendizagem das crianças na educação infantil. Os procedimentos utilizados além da pesquisa bibliográfica foram à pesquisa de campo.

### **Desenvolvimento**

De acordo com Gainza (1988), entendemos como conceito de musicalização: “O objetivo específico da educação musical é musicalizar, ou seja, tornar o indivíduo sensível e receptivo ao fenômeno sonoro, promovendo nele, ao mesmo tempo, respostas de índole musical”. (p. 101).

Já, de acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil (RCNEI):

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas etc. (BRASIL, 1998, p. 45).

A LDB torna o ensino da arte da música obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural. A LDB é alterada,

em 18 de agosto de 2008, tornando obrigatório o ensino da música na Educação Básica. O artigo 26 da Lei nº. 11.769 afirma: “A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular”.

Para Penna (2008) musicalizar é:

[...] desenvolver os instrumentos de percepção necessários para que o indivíduo possa ser sensível à música, apreendê-la, recebendo o material sonoro/musical como significativo. Pois nada é significativo no vazio, mas apenas quando relacionado e articulado ao quadro das experiências acumuladas, quando compatível com os esquemas de percepção desenvolvidos. (p. 31).

Com isso, podemos verificar que através desse processo desenvolvem-se a sensibilidade e a percepção ao som, atribuindo-lhe qualidades. De acordo com Brito (2003) o modo como às crianças aprendem, percebem e se relacionam entre si e com os sons, no tempo-espaço, revela o modo como muda a percepção de mundo que vêm explorando e descobrindo no dia a dia. As crianças perceber os mais variados tipos de sons existentes em um ambiente, despertando suas emoções, ritmos, expressões, sentido artístico e criativo e suas habilidades, ajudando na construção de seu conhecimento. Utilizando as palavras ou gestos para manifestar suas ideias e expressar-se através da música. A RCNEI nos mostra que a aprendizagem musical é uma forma de conhecimento e expressão que deve estar ao alcance de bebês e crianças, incluindo as que apresentem necessidades especiais. A linguagem musical é fonte para o desenvolvimento humano, transformação e integração social.

A relação da criança com o fazer musical, inicia-se muito antes do seu nascimento, já que desde dentro do ventre materno, o bebê tem o primeiro instrumento sonoro que é a sua voz. E é por meio dela que manifesta suas necessidades, desejos, dores e emoções. Os bebês, desde os primeiros dias de vida, expressam-se através de balbucios, cantarolando, gritando e imitando sons que ouve ou vê. Com isso é possível explorar suas possibilidades vocais, acompanhadas dos movimentos corporais, que lhe darão condições de se expressar e produzir a comunicação verbal. Tal interação contribuirá para o desenvolvimento afetivo e cognitivo, auxiliando na elaboração da comunicação sonora.

É por isso que ela assume significados diferenciados em cada cultura, pois segundo Penna (2008) devido a ela ser:

[...] uma linguagem cultural, consideramos familiar aquele tipo de música que faz parte de nossa vivência; justamente porque o fazer parte de nossa vivência permite que nós nos familiarizemos com os seus princípios de organização sonora, o que torna uma música significativa para nós. (p. 21).



É de extrema importância que os educadores, proporcionem às crianças contato com os mais diversos tipos de sons, pois, dessa maneira, ao mesmo tempo em que descobrem seu potencial sonoro, começam a incorporá-lo aos movimentos. Dessa forma, as canções tornam-se elementos presentes nas atividades que a criança desenvolve. Aumentando seu potencial sonoro e tornando-a capaz de criar um repertório próprio, utilizando melodias já conhecidas ou por ela elaboradas.

De acordo com Brito (2003, p. 145):

É fato indiscutível que o ritmo se aprende por meio do corpo e do movimento. Partir dos movimentos naturais dos bebês e crianças, ampliando suas possibilidades de expressão corporal e movimento garante a boa educação rítmica e musical, além de equilíbrio, prazer e alegria, pois o ser humano é – também – um ser dançante.

A Música é parte do dia a dia nas escolas de educação infantil, em todas as atividades desenvolvidas ela se faz presente dando suporte para a aprendizagem, auxiliando nos ensinamentos de valores éticos e morais, rotinas desenvolvidas, e principalmente na socialização, através dela, abre-se um leque de oportunidades onde as mais diversas atividades lúdicas e contextualizadas podem ser realizadas.

Gainza (1988, p. 109-110) afirma:

[...] por princípio, todo conceito deverá ser precedido e apoiado pela prática e manipulação ativa do som: a exploração do ambiente sonoro, a invenção e construção dos instrumentos, o uso sem preconceitos dos instrumentos tradicionais, a descoberta e a valorização do objeto sonoro.

Através das brincadeiras com objetos sonoros, manuseio em diferentes tipos de instrumentos musicais, canções de roda, dvd's de música, dança, teatro, e etc., experimentam as inúmeras possibilidades de criar com sua voz e imitar o que escutam, a criança começa então a categorizar e a dar significado aos sons que antes eram imperceptíveis, agrupando-os de forma que comecem a fazer sentido.

As atividades de investigação sonora devem partir de casa, onde este contato deve existir junto com os familiares e se estender para o ambiente escolar. Cantar com as crianças quando chegam, na hora do lanche na hora de dormir e no banho, nas atividades, e na saída é uma forma simples e divertida de colocar a música na vida de cada uma. É papel do educador, trazer sons diferentes e de vários ritmos, cantando e fazendo com que eles interajam e identifiquem a origem dos mesmos, fazendo-os produzir sons com objetos, identificando, ou descobrindo o som que produz cada um. O educador deve trabalhar as propriedades do som:

**Altura:** agudo, médio, grave.

**Intensidade:** forte, fraco. Duração: longo, curto.

**Timbre:** a característica de cada som, o que nos faz diferenciar as vozes e os instrumentos, estimulando-as a perceber as características musicais e deixando fluir a sua criatividade e a vontade de escutar e sentir.

E os questiona-los: De onde vem o som? Quem som é esse? Para que serve a música?

Com o intuito de torna-los desde cedo, seres pensantes e investigadores, já que as cantigas, as músicas os diversos tipos de sons tendem a influenciar a criança desde muito cedo, ajudando-os a criar seu desenvolvimento musical, reconhecendo as vozes que os rodeia.

A musicalização Infantil, quando propiciada à crianças de 3 a 6 anos, estimula o gosto pela música e auxilia na formação da criança. Em contato com a música ela aprende a conviver melhor com outras crianças, estabelecendo assim uma comunicação mais harmoniosa. Nesta faixa etária a música as encanta, dá-lhes segurança emocional, confiança, e respeito mútuo. A música traz benefícios à formação da criança, ou seja, melhora o raciocínio lógico. desenvolve a disciplina e a paciência, aumenta a habilidade de socialização, concentração e coordenação motora, além de estimular a sensibilidade musical e artística. De acordo com Mársico (1982, p.148) “[...] uma das tarefas primordiais da escola é assegurar a igualdade de chances, para que toda criança possa ter acesso à música e possa educar-se musicalmente, qualquer que seja o ambiente sociocultural de que provenha”.

A música contribui para tornar a escola em um ambiente mais alegre e favorável à aprendizagem, já que, “propiciar uma alegria que seja vivida no presente é a dimensão essencial da pedagogia, e é preciso que os esforços dos alunos sejam estimulados, compensados e recompensados por uma alegria que possa ser vivida no momento presente” (SNYDERS, 1992, p. 14).

Pode ser usada também para proporcionar uma atmosfera mais receptiva aos estudantes, oferecendo um efeito calmante após atividades físicas ou entrada e volta de intervalos, reduzindo a tensão nas avaliações, além de usada como um recurso no aprendizado em outras disciplinas. O trabalho com a musicalização infantil na escola é um poderoso instrumento que desenvolve, além da sensibilidade à música, fatores importantíssimos no desenvolvimento da criança, ela mexe com os sentidos e pode interferir no modo de agir e pensar.

Conforme Barreto (2000, p.45):

Ligar a música e o movimento, utilizando a dança ou a expressão corporal, pode contribuir para que algumas crianças, em situação difícil na escola, possam se adaptar (inibição psicomotora, debilidade psicomotora, instabilidade psicomotora, etc.). Por isso é tão importante a escola se tornar um ambiente alegre, favorável

Conforme Gardner a área cerebral responsável pela música está próxima da área de raciocínio lógico-matemático. A música pode ser usada como ferramenta lúdica para estimular os neurônios, levando em consideração, à hipótese de que o aprendizado ocorre como resultado de um processo sem pressão ou cobranças. O uso da música como ferramenta didático-pedagógica possibilita aos estudantes a oportunidade de integração das habilidades da língua, tais como: ouvir, falar, ler e escrever, ajudando assim, a revisão do vocabulário, as estruturas gramaticais e os aspectos linguísticos e culturais da língua encontrados na letra. Para GAINZA (1988), a música é um elemento muito importante, pois movimenta, mobiliza e contribui para a transformação e o desenvolvimento. Através música desenvolve-se a motricidade, sensibilidade e a afetividade, por meio do ritmo do som, e por meio da melodia. Além de contribuir para o desenvolvimento da linguagem e comunicação.

Katsch e Merle-Fishman apud Brésica (2003, p.60) salientam que:

[...] a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas nas crianças.

Alguns educadores usam desse recurso também para ensinar conteúdos de geografia, português, história, filosofia e até matemática aos seus estudantes. Na fase da alfabetização trabalhar com a musicalidade e sonoridade da poesia, onde através das rimas a criança poderá descobrir as semelhanças entre oralidade e escrita. No processo de alfabetização, isso acontece ensinando as letras, através de cantigas de roda e brincando com as palavras em forma de música.

Para Brésica (2003, p. 81):

[...] o aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo.

O processo de construção do conhecimento musical, dá-se em despertar e desenvolver o gosto musical, estimulando e construindo na formação de cada um. A música adaptada a cada realidade, conteúdo humano e social, interligada e interdisciplinada, a outros tipos de arte, como a pintura, escultura, teatro e dança, torna o indivíduo muito mais atento, desenvolvido, desinibido e focado em qualquer atividade que pratique. Um dos recursos mais eficazes para despertar o interesse da criança é o movimento associado à canção. Usando desde pequenas, sons corriqueiros do dia a dia para fazer penas associações. FARIA (2001), acredita que a música é um importante fator na aprendizagem, já que as crianças desde o seu nascimento, escutam música, a qual muitas vezes é cantada pela mãe, conhecidas como: cantigas de ninar.

Em algumas canções, é possível o desenvolvimento da memória e do raciocínio rápido, onde a sequência de movimentos aumenta, sendo assim necessária uma lembrança imediata do que acabou de ser dito e escutado. Na aprendizagem da música, o aluno que convive com ela desde muito pequeno. Compreende-se, portanto, que quando bem trabalhada desenvolve habilidades, dons e aptidões. A música e a dança atuam no corpo e despertam os sentidos, equilibrando o metabolismo, e interferindo na receptividade sensorial, minimizando os efeitos de fadiga ou desmotivação dos alunos. A dança juntamente com os gestos que a música desperta, ajudam a trabalhar com a coordenação motora e, fazem com que descubra capacidades que até então demorariam muito tempo para serem percebidas e desenvolvidas, estabelecendo relações com o meio em que vive.

A escola, enquanto espaço educacional, responsável pela transmissão de conhecimentos, deve promover a aproximação das crianças com outras propriedades da música. Cabe aos educadores proporcionar situações de aprendizagem nas quais possam estar vivenciando relação com variados tipos de produções musicais de diversos gêneros culturas, comunidades e estilos.

De acordo com FARIA (2001, p. 24).

A música como sempre esteve presente na vida dos seres humanos, ela também sempre está presente na escola para dar vida ao ambiente escolar e favorecer a socialização dos alunos, além de despertar neles o senso de criação e recreação". As atividades musicais nas escolas devem partir do que as crianças já conhecem, desta forma, se desenvolve dentro das condições e possibilidades de trabalho de cada professor.

Sua finalidade esta em ampliar e facilitar a aprendizagem do educando, ensinando o indivíduo a ouvir e a escutar de maneira ativa. Conforme Gerárd Ducourneau (1984), o primeiro passo para que a criança aprenda a escutar bem consiste em permitir que ela faça experiências sonoras com as qualidades do som como o timbre, a altura e a intensidade, depois disso, estará em posição de escuta. Ela tem o dom de harmonizar o ser humano, construindo pensamentos, sentimento e ação mais saudáveis. A música afeta o corpo do indivíduo de duas maneiras: com o efeito do som sobre as células e os órgãos, e indiretamente, agindo sobre as emoções, influenciando numerosos processos corporais provocando a ocorrência de tensões e relaxações em várias partes do corpo.

De acordo com STEFANI (1987, p.23)

[...] emoções, pois as pessoas vivem mergulhadas em um oceano de sons. Em qualquer lugar e qualquer hora se respira a música, sem se dar conta disso. A música é ouvida porque faz com que as pessoas sintam algo diferente, se ela proporciona sentimentos, pode-se dizer que tais sentimentos de alegria, melancolia, violência, sensualidade, calma e assim por diante, são experiências da vida que constituem um fator importantíssimo na formação do caráter do indivíduo. Portanto, as atividades com música possibilitaram novas experiências, pois as crianças pensaram e criaram meios próprios de expressão.

Percebemos que, a música adaptada ao currículo escolar, traz inúmeros benefícios, seja na organização, ou no relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A importância da música vem através da sua representação a uma importante fonte de estímulos, equilíbrio e felicidade, através dela, é possível se reconhecer e reconhecer os outros. Aprender música é essencial para o crescimento e desenvolvimento das crianças;

Um dos objetivos da música na educação infantil é contribuir na formação e desenvolvimento da personalidade da criança, ampliação cultural, enriquecimento da inteligência e evolução da sensibilidade musical. É um tipo de linguagem que, ajuda o ser humano a expressar com mais facilidade suas emoções, sentimentos e criatividade. A linguagem musical é um excelente meio para o desenvolvimento da expressão, do equilíbrio, autoestima e autoconhecimento, e um poderoso meio de interação social.

Um plano pedagógico musical deve realizar-se em contextos educativos que compreendam a música como processo continuado da construção, que envolve o perceber, sentir, experimentar, imitar, criar e refletir. As crianças revelam o modo como percebem e se relacionam com o mundo, neste sentido é papel do educador analisá-las. A educação musical não tem como objetivo principal formar possíveis músicos, mas sim a formação integral das crianças. A música nesses contextos torna-se um meio para atingir objetivos considerados adequados à formação infantil, o que antes não eram considerados modos significativos na aquisição de aprendizagem da criança de educação infantil.

A musicalização infantil esta relacionada a elementos primordiais ao desenvolvimento do intelecto. As diversas situações contidas nas brincadeiras que envolve música, fazem a criança crescer procurando e analisando soluções e alternativas para melhor adaptar as suas relações sociais. A importância que a música tem no cotidiano das crianças mostra que ela deve ser preservada e valorizada, onde deve ser trabalhada com dedicação, empenho, e muito amor.

Na Educação Infantil podemos trabalhar com a música de diferentes maneiras, com cantigas, parlendas e através de histórias contadas fazendo com que apreciem e aprendam a gostar da música, sentindo prazer em escutar uma bela canção. Algumas cantigas são passadas de geração em geração, como o exemplo a cantiga do “Boi da cara preta”, “Nana neném”, “Ciranda cirandinha”, essas canções são repetidas para nossas crianças até hoje. Com estes sons, a criança começa a descobrir e fazer suas próprias músicas. Iniciando sentidos como: sentir, refletir, perceber e experimentar os sons criados por ela mesma. A cultura infantil é de grande importância para que as crianças troquem experiências, umas com as outras.

Teca destaca que somos seres musicais, que a música é importante para nossa vida e por isso deve fazer parte do currículo das escolas.

Segundo Teca (Ferramentas com Brinquedos - A Caixa de Música, 2014)

O fazer musical é um modo de resistência, de reinvenção (questões caras ao humano, mas ainda pouco valorizadas no espaço escolar) que, ao mesmo tempo, fortalece o estar juntos, o pertencimento a um grupo, a uma cultura. O viver (e conviver) na escola - espaço de trocas, de vivências e construção de saberes, de ampliação da consciência - deve, obviamente, abarcar todas as dimensões que nos constituem, incluindo a dimensão estética.

Analisando registros históricos da trajetória humana, concluiu-se que a música é algo constante na vida da humanidade. As crianças sabem que se dança a música, ou seja, a dança está associada à música. Se os educadores levarem isso em conta é possível expandir este repertório comum com o repertório do seu grupo e de outros grupos cultural, contribuindo significativamente para a formação das crianças.

Devemos trabalhar com a música de uma forma que ela influencie no desenvolvimento das crianças, trazendo assim, o interesse pela música, e os gêneros musicais que ela traz, diante de diferentes culturas. Usando ela como nossa aliada no desenvolvimento infantil e assim pensando no futuro curricular da criança, pois ela precisa ter uma base forte para ultrapassar os desafios que irão surgir, e enfrentar os novos obstáculos de um mundo que muda o tempo todo, e somente através de um ambiente acolhedor e bem motivador os maiores objetivos serão cumpridos.

A música acalma a alma, abre sorrisos e acalenta corações entristecidos, com isso podemos concluir que a música para as crianças que estão em pleno desenvolvimento, ela irá, se usada da forma correta, abrir possibilidades grandiosas para o desenvolvimento da criança.

### Considerações

“Sem a música, a vida seria um erro.”  
Friedrich Nietzsche

A música tem por finalidade aguçar o sentir, o ouvir, o saber e o interpretar. Através dela, se consegue um grandioso progresso em todos os sentidos, desenvolvendo várias formas de percepções para seu crescimento.

A proposta apresentada pelos Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Infantil é apreciação e reflexão sobre a música. Pois a música caminha junto com outras linguagens expressivas da infância, tais como: movimento, expressão cênica, artes visuais e realização de projetos, entretanto não se pode deixar de lado o trabalho com a especificidade da música (RCNEI, 1998, p.49).

A música como podemos ver, auxilia no desenvolvimento, na linguagem, na sociabilidade, além de trazer paz, calma, entretenimento e prazer para quem escuta. Esta arte deve ser cada vez mais utilizada com as crianças nas escolas de educação infantil, para um desenvolvimento mais rápido de suas habilidades e sensibilidades.

Este estudo pode ampliar os horizontes dos educadores na temática da musicalidade e aprendizado infantil, pois, pode-se perceber a relevância da musicalidade como instrumento didático e pedagógico para o desenvolvimento de múltiplas inteligências envolvendo as áreas cognitivas, afetivas e motoras. Para assim, ensinarmos o valor da musicalização para as crianças, que estão cada vez mais avançadas.

## Referências

- BARRETO, Sidirley de Jesus. **Psicomotricidade: educação e reeducação**. 2. ed. Blumenau: Acadêmica, 2000.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil -. Conhecimento de Mundo**. Brasília, MEC/SEF 1998.
- BRÉSCIA, Vera Pessagno. **Educação musical: bases psicológicas e ação preventiva**. Campinas: Átomo, 2003.
- BRITO, Teca Alencar de. **Música na educação infantil**. São Paulo; Petrópolis, 2003.
- CHIARELLI, L. K. M.; Barreto, S. DE J. **A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental: a música como meio de desenvolver a inteligência e a integração do ser**. Revista Recre@rte. n. 3, 2005.
- GAINZA, Violeta Hemsy de. **Estudos de Psicopedagogia Musical**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1988.
- GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- KOELLREUTTER educador: **O humano como objetivo da educação musical**. São Paulo: Petrópolis, 2001. LOUREIRO, A. M. A. O ensino da música na escola fundamental. Campinas: Papirus, 2003.
- MÁRSICO, Leda Osório. **A criança e a música: um estudo de como se processa o desenvolvimento musical da criança**. Rio de Janeiro: Globo, 1982.
- PENNA, Maura. **Música(s) e seu ensino**. Porto Alegre: Sulina, 2008
- SNYDERS, Georges. **A escola pode ensinar as alegrias da música?** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- STEFANI, Gino. **Para entender a música**. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- Endereços Eletrônicos:**
- Disponível em: **TODOS SOMOS SERES MUSICAIS**. <Teca Alencar de Brito - Ferramentas com brinquedos: a caixa da música>. Revista da ABEM. Acesso em: 08 jan. 2018.
- Disponível em: **O QUE É EDUCAÇÃO MUSICAL?** <<http://Abemeducaçãomusical.com.br>> Acesso em: 18 jan. 2018.
- Disponível em: NOGUEIRA, Monique Andries. <A música e o desenvolvimento da criança.> Acesso em: 16 jan. 2018.
- Disponível em: O Ensino de música na escola fundamental. 4.ed. Campinas: Papirus, 2008. Coleção Papirus Educação. Acesso em: 19 jan. 2018.

## A IMPORTÂNCIA DA MÚSICA NOS ANOS INICIAIS

*Maria Angélica Lopes Morbach***Introdução**

A música faz parte da nossa vida e está presente em vários momentos de nosso dia, seja assistindo televisão ou rádio ou até mesmo o cantar dos pássaros, invadindo o ambiente e o nosso cérebro, que faz a seleção do que queremos ou não queremos ouvir, é através da tecnologia, como aparelhos de sons, computadores e rádios que fazemos essas escolhas, procurando escutar o que nos proporciona prazer, tranquilidade e energia.

A música nos traz lembranças, do nosso passado, momentos alegres e triste que vivenciamos, nos faz expressar sentimentos, nos envolve em momentos de descontração e alegria e quando escutamos uma música dançante, por exemplo, logo colocamos o nosso corpo em movimento, pois a música e dança está interligada.

Hoje em dia a música é utilizada nas escolas de educação infantil, para trabalhar o corpo, a coordenação motora, entre outros, porém nas escolas de ensino fundamental essa prática já não é muito comum, nos dando a impressão que a música não é importante, na escola infantil é trabalhada a musicalidade, histórias encenadas, uma diversidade de brincadeiras e de forma lúdica a criança aprendi a entender e descobrir o mundo. Quando a criança sai da escola infantil e ingressa na escola fundamental se depara com uma realidade totalmente diferente, pois na escola de ensino fundamental a prioridade é cumprir o plano de ensino deixando de lado o lúdico, assim as brincadeiras, a música fica em segundo plano, causando com isso certa frustração em relação ao estudar.

A partir de 18 de agosto de 2008 foi sancionada “a lei 11.769 veio transformar a LDB lei de Diretrizes e bases tornando a música em conteúdo obrigatório incluindo assim a música na grade curricular de todas as escolas públicas e privadas do Brasil devendo ser obrigatório na educação básica, com o objetivo de trabalhar a concentração, o trabalho em o senso ritmo, o saber ouvir e respeitar o outro.” (DCNEB, 20013)

A pesquisa a importância da música nos anos iniciais, foi escolhido com o objetivo de compreender a música e o que ela representa ao aprendizado e para as crianças, através desta pesquisa buscou a investigar a participação em sala de aula de que tem a música como disciplina e os que não trabalham a música, analisando as dificuldades que a escola enfrenta para incluir a música, identificar os benefícios da música na escola, realizando entrevista e relatando a opinião de professores em relação ao tema proposto, justificando a importância do trabalhar da música com as crianças.

Para Keith Swanwick (2012) professor emérito do instituto de educação da universidade de Londres e formado em música criou várias teorias sobre o desenvolvi-



mento musical da criança e do adolescente e afirma que o professor precisa dominar um leque de atividades para atender a essa demanda, com isso ainda a dúvidas quanto à funcionalidade da nova lei, se professores polivalentes poderão dar aula, se isso realmente irá acontecer na prática ou ficará somente na teoria.

É essencial que o professor busque conhecimento teórico e prático seja em bandas ou em coral o importante é que o professor consiga dar suporte ao aluno para que o mesmo desenvolva o lado afetivo e cognitivo. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, para que a criança consiga aprender a música é necessário que todos tenham oportunidades de participar como ouvinte interprete compositores, improvisando dentro e fora da sala de aula. (PCNS 1997, p.77)

Estudos mostram que ao trabalhar a música a criança também trabalha várias partes do corpo, como concentração, coordenação motora, percepção entre outros. Através da música a criança consegue expressar seus sentimentos, suas angustias, suas alegrias, aprende a interagir com o outro, a música traz benefícios incríveis para as crianças despertando sua criatividade e proporcionando momentos de descontração.

De acordo com a autora do livro o ensino de música na escola fundamental Alicia Maria Almeida Loureiro, o ensino das artes especialmente da música, deve ser considerado na educação escolar da mesma forma que outras áreas do conhecimento, como matemática, história, língua portuguesa entre outras, porém deve ser de forma coerente, organizado, tendo compreensão, expressão e conhecimento específico (Loureiro 2012,12p).

Podemos levar para dentro da sala de aula formas de trabalhar a matemática ou qualquer outra disciplina utilizando a música, existem várias possibilidades, onde entra a criatividade do professor, o querer inovar, buscar motivar os alunos, construir métodos para transformar a sala de aula em um momento de aprendizado, mas também em um momento prazeroso onde as crianças queiram ficar e aprender, a escola precisa incentivar os alunos a participarem de eventos como shows, festivais entre outros.

Teóricos como Platão, Vygotsky e Pestalozzi também defendem a importância da música para a criança, cada um a sua maneira, pois a música envolve não apenas o cantar, mas o expressar de várias formas, sem contar o encanto que proporciona, pois é difícil encontrarmos crianças que digam que não gostam da música, que não se divertem com ela, pelo contrário basta colocar um instrumento musical qualquer em sua mão para que fique feliz e comece a tocar.

É preciso trazer para dentro da sala de aula períodos onde os alunos se sintam envolvidos com a matéria, queira participar, interagir, questionar, explorar o ambiente em que está inserido e a música pode fazer isso, resgatar o aluno, motivá-lo, fazê-lo enxergar que a escola pode ser sim um lugar para aprender brincando, ou melhor, aprender cantando. Além do comprometimento do professor é preciso que aja comprometimento do governo para que seja cumprida a lei 11.769 onde torna a música nas escolas de ensino fundamental conteúdo obrigatório para que realmente funcione e não fique somente no papel, pois se sabe das dificuldades ao encontrar profissionais qualifi-

cados para a área e que a realidade das escolas na maioria das vezes não coincide com a realidade da nova lei.

### **A musicalização**

A musicalidade nas escolas básicas será reconhecida e respeitada no momento em que as autoridades entenderem que não basta somente criar uma lei, é preciso dar suporte para isso, é necessário que aja condições básicas como exemplo: o apoio para cursos de formação e projetos para todos para e que todos entendam a importância da música para as crianças.

“Ensinar música nas escolas significa o indivíduo construir e conquistar sua autonomia de criador e interprete de sua própria trama musical inserido na grande sinfonia da vida. A vivência dos elementos sonoros proporcionada pelos atos musicais se constitui em uma oportunidade de aprender e inventar para si e para o mundo tramas sonoros cada vez mais harmônicos.” (Victorio 2011,14p.).

A música é essencial para o aprendizado da criança, pois desenvolve sua imaginação, sua habilidade, sua coordenação motora, percepção etc. Através da música a criança consegue expressar seus sentimentos, suas angústias, aprende a interagir com o outro, melhora sua comunicação, pois música é interagir, brincar, enfim entrar em contato com o outro, com tudo que está a sua volta. Ao falar sobre música Caro Greaves diz:

“E não quero deixar de mencionar um dos meios mais eficientes que podem ajudar-nos na educação moral. Você sabe que estou me referindo à música, e não só conhece minha opinião sobre este particular, mas pode também observar os resultados tão satisfatórios que em nossas escolas temos obtido com a música.” (2010, p. 95).

Caro Greaves cita também Lutero que foi um dos maiores representantes e defensores da música e baseou-se em princípios e experiências adquiridas com escolas e familiares no qual conservaram seu caráter puro e alegre que a música proporciona, tendo participação importante na produção e conservação de sentimentos no qual o ser humano é capaz. (Pestalozzi 2010 p96)

O Brasil é um país onde a música se faz presente em todos os lugares, basta sairmos na rua para nos darmos conta do quanto às pessoas gostam e escutam música, seja nos carros ou casas, ou qualquer outro tipo de estabelecimento aonde vai lá está ela, sendo tocada, nos mais variados ritmos e gostos.

Para Platão “A música era capaz de exercer forte influência sobre a alma e sobre o caráter das pessoas podendo transmitir tantos valores éticos quanto estéticos de maneira direta sem a intervenção de palavras” (2006 p38). Quem nunca ouviu falar em

Pitágoras, o criador da teoria de Pitágoras, grande matemático também foi músico e acreditava na música para educar, fundador de uma comunidade voltada exclusivamente para estudos filosóficos e metafísicos descobriram inúmeras propriedades da aritmética, astronomia, geometria e da música (2008 p30).

Para Pitagóricos “o sentido era o ponto de partida para atingir o conhecimento de realidades que transcendiam os próprios sentidos. Assim o estudo da música não podia prescindir da prática musical, apesar da sistematização teórica desenvolvida.” (2008 p30).

### **A importância da música na escola**

No ambiente escolar a música contribui para o conhecimento da criança aprendendo a se relacionar, interagir entre outros, sendo inúmeras as possibilidades de desenvolver a criatividade, o raciocínio e a inteligência.

A música está presente em nossas vidas nos proporcionando prazer, tranquilidade e energia, nos traz lembranças do passado, pois quando escutamos uma música logo nos lembramos de alguma coisa ou de alguém, a música tem o dom de nos fazer voltar no tempo.

Segundo o PCNS

“A canção oferece ainda a possibilidade de contato com toda a riqueza e profusão de ritmos do Brasil e do mundo, que nela se manifestam principalmente por meio de um de seus elementos: o arranjo de base. Nas atividades com esse elemento é importante lembrar que se considera música, por exemplo, tanto a batucada de samba quanto uma canção que utilize como arranjo de base.” (PCNS1997, p77).

A criança ao ingressar na escola básica se depara com uma realidade diferente da escolinha infantil onde a música fazia parte do seu cotidiano, e ao chegar à escola de ensino fundamental se deparam com uma realidade diferente o que resulta por vezes em frustração. A lei 11.769 sancionada em 18 de agosto de 2008 é obrigatória à música na escola, com o objetivo de trabalhar a concentração, o trabalho em grupo, o senso rítmico, o saber ouvir e respeitar o outro, mas sabemos da falta de professores que tenham formação adequada para isso, e da falta de conhecimento em relação à música, pois muitos professores ainda não valorizam a música como ensino aprendizagem dando pouca importância para ela.

Swanwick afirma:

“Muitas vezes o ensino torna tão penoso que fica fácil esquecer o valor da música”. Eu diria cada professor também pode atuar para recuperar esse entusiasmo, independentemente de o reconhecimento existir ou não. Uma das maneiras é experimentar a música por si mesmo. Fiz um trabalho para uma organização do Reino Unido que queria avaliar a qualidade de seus professores de música. Eu dei vários cursos para docentes e, um dia, um deles me disse:

“Eu estava desmotivado e suas aulas me despertaram”. Eu até voltei a tocar piano. “Imagine só: ele era professor e tinha parado de tocar seu instrumento”! Ale de tocar, o professor deve ouvir boa música- enfim, ficar em contato com a área de uma forma prazerosa fora da sala de aula. “(Swanwick, 2012)”.

Apesar de esforço para que a música seja reconhecida como essencial no aprendizado da criança no ensino fundamental ainda existe a dificuldade de fazer com que a esta tenha destaque no que diz respeito a aprendizado. Se olharmos em outros países como: Alemanha, Suíça e Prússia podemos perceber que a música está inserida em todas as escolas, de todas as localidades, estimulando a musicalidade e seu aprendizado, o que comprova que a música tem relação direta com o desenvolvimento da criança, pois influencia em seus sentimentos, traz harmonia para o corpo e mente.

Segundo Froebel:

“O menino pode mostrar seus sentimentos através de canções sem fins moralizadores, o que lhe dará liberdade interna, tão necessária para o desenvolvimento e fortalecimento; porém, é indispensável à correspondência entre vida interna e externa do menino. Quanto mais raro isso na prática tanto mais há de alimentar-se sempre que seja possível; essa relação deve estar presente no ensino, na escola”; (capítulo XVIII, p175 apud).

Sabe-se das dificuldades que as escolas enfrentam para trazer a música para a sala de aula, quando falamos em música não se tem a pretensão em formar grandes músicos ou profissionais da área, fala-se em música como meio de aprendizado, podendo a música ser usada em outras matérias como português, matemática, história entre outros, não necessariamente em aulas de música. Para isso existe a necessidade do professor ter conhecimento e conscientização do quando a música traz benefícios aos alunos, como o cognitivo, a percepção, criatividade, inteligência entre outros, o professor poderá usar de sua criatividade para incluir a música em suas disciplinas.

Para que o professor consiga trazer com êxito a música para sala de aula é preciso que este tenha conhecimento da realidade de seus alunos, seus gostos musicais, e ritmos para então poder trazer para seus alunos, estilos musicais diferentes, fazendo com que os mesmos se envolvam participem das aulas com maior entusiasmo.

Segundo os PCNS

“Nas produções musicais em sala de aula, é importante compreender claramente a diferença entre composição e interpretação. Numa canção, por exemplo, elementos como melodia ou letra fazem parte da composição, mas a canção só se faz presente pela interpretação, com todos os demais elementos: instrumentos, arranjos em sua concepção formal, arranjos de base com seus com seus padrões rítmicos, características interpretativas, improvisações, etc. O interprete experiente sabe permitir que as mais sutis nuances da canção interpretada inscrevessem-se na sua voz, que passa a ser portadora de uma grande quantidade de elementos da linguagem musical. Para que possa ser capaz de fazer o mesmo, o aluno necessita das interpretações como referências e de tempo para se desenvolver por meio

delas, até que adquira condições de incorporar a canção com todos os elementos.” (1997 p77).

Hoje existe uma grande variedade musical, seja pela facilidade de acesso aos meios de comunicação ou por ambientes públicos, como restaurantes, salão de beleza, etc., onde quer que se vá escutamos a música, mas dificilmente encontramos a música ao entrar em uma escola, o que é no mínimo curioso, pois ali neste lugar onde a música deveria estar incluída é onde existe a exclusão, sendo os alunos na maioria das vezes proibidos de escutar qualquer tipo de música enquanto estão na escola. A verdade é que tal proibição é tida como forma de evitar atrapalhar as aulas, tumultuando-a ou causando distração entre os alunos, o que poderia ser resolvido caso tivesse a música como disciplina.

Segundo Patrícia Kebach “Em tempos de inclusão, não podemos negligenciar a importância da implementação de atividades que envolvam a pluralidade cultural na educação musical” (2009 p132). Fazer música é fazer arte, é trabalhar o corpo, a mente é colocar para formas seus sentimentos, por isso precisa estar inserido na escola, no dia a dia da criança, nas disciplinas, fazendo com que o aluno crie sua música, construa seu instrumento musical, o importante é fazer com que o aluno interaja, queira participar, queira estar em sala de aula.

Para Patrícia Kebach

“A música não possui somente um caráter lógico estrutural. Ela representa, como em todas as áreas artísticas, um espaço de expressão do símbolo, o que é uma das características das regulações dinâmicas que definem sua expressão e funcionamento.” (2009 p 149).

## **A música na escola dos anos iniciais**

Para concretização deste trabalho foi utilizado a pesquisa bibliográfica que é a realização de estudos através de análise de livros, artigos entre outros..., buscando em primeiro lugar fundamentação teórica, leis, e atualizações sobre o estudo da música na escola. Tive como base principal alguns teóricos como Keith Swanwick que ressalta ser “fundamental unir atividades de execução, apreciação e criação para que os alunos desenvolvam artisticamente.”(2012)

A escolha deste tema se deu após trabalhar em uma Escola de Ensino Fundamental no interior do Estado do Rio Grande do Sul, uma escola com ótima estrutura, professores capacitados, com cerca de 560 alunos e 26 professores, me foi dada a oportunidade de trabalhar com crianças do pré ao 9º ano, fazendo substituição, mas foi com os anos iniciais que obtive maior proximidade, através do projeto hora do conto, foi possível obter melhor conhecimento da realidade em sala de aula, percebendo então que a música não é algo que faz parte do dia a dia da escola. A música na escola é mais do que

uma disciplina obrigatória, é necessário um projeto de integração proporcionando uma formação mais condizente com as pretensões do ser humano.(Granja, 2006 p.101)

Na Escola de Ensino Fundamental no qual o estágio foi realizado existe alguns projetos como a dança, e outro em que um professor vem uma vez por semana, mas isso não são para todos, pois a dança tem limites de vaga e a música é somente para o pré, ficando as outras turmas sem disciplina que envolva a música. Trago um pensamento de Platão que vem de encontro ao meu estudo e ao tema que estou defendendo. “Platão acreditava que a música e a ginástica eram disciplinas mais apropriadas para educar e formar cidadãos, para ele a música era capaz de exercer forte influência sobre a alma e sobre o carácter das pessoas.”(apud Granja 2006,p.38)

Em minhas aulas, a música sempre esteve presente, e acredito que isso contribuiu para ganhar o carinho e a confiança das crianças tornando as aulas atrativas, isso tudo foi chamando minha atenção, onde foi crescendo a vontade de entender mais sobre a música na escola e entender o que os professores pensam sobre o assunto.”A música é uma linguagem que permite a expressão singular dos valores e dos sentimentos de cada pessoa e de cada grupo social.”(Granja 2006,p 103)

A certeza da escolha do tema venho através de um mini curso sobre Musicalidade na Escola, ministrado por Patricia Kebach, professora e autora do livro Pedagogia da Música. Fiquei realmente encantada, com as diversas possibilidades de trabalhar a música, neste curso obtive o conhecimento do trabalho do grupo Barbatuque, no qual serviu de inspiração para meu estágio na educação infantil, amei a possibilidade de trabalhar os sons que sai de nosso corpo com as crianças no qual responderam as atividades com muita alegria e entusiasmo.

Volto a afirmar que trazer a música para a sala de aula é o começo para melhorar a educação. Com os resultados que obtive com minha pesquisa de campo, só veio confirmar o que relato em meu artigo, que existe dificuldades em inserir a música na escola devido a falta de profissionais qualificados e devido ao pouco reconhecimento da música como fundamental para a educação.

Enfim, segundo Almeida.

“são muitos os problemas enfrentados pela área de educação musical, dentre eles, consideramos como os de maior importância a falta de sistematização do ensino de música nas escolas de ensino fundamental e o desconhecimento do valor da educação musical como disciplina integrante do currículo escolar.”(Almeida, 2010 p.108)

### **Considerações finais**

Considero minha pesquisa de campo construtiva e satisfatória, pois pude concluir meu pensamento em relação à música em uma Escola de Ensino Fundamental em um município do interior do Estado do Rio Grande do Sul M.C.R, onde obtive resultados positivos, encontrando nas respostas dos professores e alunos, o que precisava para

confirmar minha tese de que a música em sala de aula se faz essencial, que auxilia na criatividade, coordenação motora entre outros aspectos. Hoje afirmo que a música em sala de aula, contribui indiscutivelmente para o sucesso do aprendizado do aluno, em sua formação de caráter, melhora o convívio entre os colegas, a participação em sala de aula, o relacionamento professor e aluno enfim são inúmeros os benefícios proporcionados pela música.

Em cada livro que pesquisei cada site, todos encontram na música um caminho para melhorar a educação, melhorar o aprendizado, resgatar o gosto pelo estudo, comprovadamente a música precisa estar inserida na escola, mas para isso é preciso que todos, tomem consciência do quanto à música é fundamental para o desenvolvimento da criança. A escola necessita de amparo do governo para inserir a música em sala de aula, pois não basta criar uma lei, é preciso dar suporte para isso, é preciso incentivo aos professores, para cursos de capacitação, pois por vezes o professor até pode ter vontade de inovar, mas não tem instrutora adequada para isso.

## Referências

### Sites:

**Disponível em:** <http://pt.scribd.com/doc/56033135/A-PEDAGOGIA-DE-VIGOTSKI-E-A-EDUCACAO-MUSICAL>. ACESSO EM: 03 MAR. 2014

DISPONÍVEL EM: <HTTP://MUSICALIZABRASIL.BLOGSPOT.COM/2011/03/KEITH-SWANWICK-FALA-SOBRE-O-ENSINO-DE.HTM>. ACESSO EM: 21 OUT. 2014

### LIVROS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO: DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013. 542P.

GRANJA, CARLOS EDUARDO DE SOUZA CAMPOS; MUSICALIDADE A ESCOLA: MÚSICA, CONHECIMENTO E EDUCAÇÃO/CARLOS EDUARDO DE SOUZA CAMPOS GRANJA. SÃO PAULO: ESCRITURAS EDITORA, 2006. 151P.

HEILAND, HELMUT. FRIEDRICH FROEBEL /HELMUT HEILAND; TRADUÇÃO: IVANISE MONFREDINI-RECIFE: FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO, EDITORA MASSANGANA, 2010 138P.:IL.-(COLEÇÃO EDUCADORES)

IVIC, IVAN. LEV SEMIONOVICH VYGOTSKY/IVAN IVIC; EDGAR PEREIRA COELHO (ORG.)-RECIFE:140P.:IL.(COLEÇÃO EDUCADORES)

KEBACH, BEYER, PATRÍCIA, ESTHER. PEDAGOGIA DA MÚSICA EXPERIÊNCIAS DE APEREÇIÇÃO MUSICAL. PORTO ALEGRE: RS, 2009. 160P.

LOUREIRO, ALÍCIA MARIA ALMEIDA, O ENSINO DE MÚSICA NA ESCOLA FUNDAMENTAL. ALÍCIA MARIA ALMEIDA, CAMPINAS, SP: PAPIRUS,2003, 233P.

PCNS, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DESPORTO, 1997, 130P. SÃO PAULO: MODERNA, 2003.

SOETARD, MICHEL. JOHANN PESTALOZZI/ MICHEL SOETARD; TRADUÇÃO: MARTHA APARECIDA SANTANA MARCONDES, CIRIELLO MAZZETTO. (ORG.): JOÃO LUIS GASPARIN,

## EDUCAÇÃO BRASIL

MARTHA APARECIDA SANTANA MARCONDES.- RECIFE: FUNDAÇÃO JOAQUIN NABUCO, EDITORA MASSANGANA, 2010. 112P.:IL.-(COLEÇÃO EDUCADORES)

SWANWICK, KEITH. ENSINANDO MÚSICA MUSICALMENTE. TRADUÇÃO DE ALDA OLIVEIRA E CRISTINA TOURINHO.

TINHORÃO, JOSÉ RAMOS, 1928-T588M. MÚSICA POPULAR: UM TEMA EM DEBATE/JOSÉ RAMOS TINHORÃO;3º EDIÇÃO REVISTA E AMPLIADA. - SÃO PAULO:ED.34,1997

VICTORIO, MARCIA. O BÊ-A-BÁ DO DÓ-RÉ-MI;REFLEXÕES E PRÁTICAS SOBRE EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS DE ENSINO BÁSICO/ MARCIA VICTORIO-RIO DE JANEIRO: WAK EDITORA, 2011. 92P.:28CM.





## SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

### **Adriane Cilene da Silva**

Licenciatura Matemática (UPF), Mestranda em Ciências e Matemática (UPF).  
**adrianidasilva15@gmail.com**

### **Aline Baldissera Leal**

Enfermeira graduada pela Faculdade Integrada de Santa Maria (FISMA). Especialista em Urgência, Emergência e Trauma. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS.

### **Alisson Secchi**

Graduação em Letras e em Psicologia pela Universidade de Passo Fundo. Especialização em Educação. Docente na rede pública de ensino de Passo Fundo. E-mail: **95802@upf.br**

### **Ana Maria Silva Pantoja**

Professora e Pedagoga na SEMED/Manaus; Mestra em Ensino Profissional Tecnológico IFAM. Bolsista FAPEAM/AM

### **André de Oliveira Melo**

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

### **Bruna Eduarda Rocha**

Licenciatura pedagogia (FABE). **brunaerocha@hotmail.com**

### **Camila Baldissera**

Fisioterapeuta, especialista em Atenção ao Câncer pelo Programa de Residência . Mestranda em Reabilitação Funcional pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria-RS, Brasil.

### **Diego George Cavalcante Marialva**

Especialista em Engenharia Da Qualidade Seis Sigma – IDAAM/ Manaus

### **Dinora Baccin**

Professora de Graduação e Pós-Graduação Faculdades IDEAU/PF, Professora Orientadora dos Cursos de Pós-Graduação Faculdade IDEAU/PF; Diretora Escola Estadual de Ensino Médio Visconde de Araguaia- Coxilha R/S; Mestre em Educação UPF/PF. E-mail: **dinoracastelli@ideau.com.br**

**Dione dos Anjos Pantoja**

Professor na Faculdade Salesiana Dom Bosco/Manaus; Mestrando em Engenharia de Processos Industriais IDETEC-ITEGAM/UFPA

**Fernanda Pichek**

Licenciatura pedagogia (Universidade Luterana), [fernandapichek25@gmail.com](mailto:fernandapichek25@gmail.com)

**Fernando Pizoni**

Mestre em Educação pela Faculdade de Filosofia e ciências de Marília- Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail: [ferpizoni@gmail.com](mailto:ferpizoni@gmail.com)

**Francisco Cleyton Antonio**

Especialista em Ensino de Filosofia no Ensino Médio pela Universidade de Brasília-UnB. Professor efetivo de Filosofia na Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo. E-mail: [cleyton.filo@hotmail.com](mailto:cleyton.filo@hotmail.com)

**Iarema Fabieli Oliveira de Barros**

Fisioterapeuta graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Gerontologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Santa Maria, RS.

**Jemiffer Karol Rodrigues Vieira**

Especialista em Engenharia Da Qualidade – FUCAPI/ Manaus.

**Josiane Müller**

Orientadora Educacional/AOERGS. Editora-Adjunta na Editora Livrologia. Consultora Administrativa na Confraria de Literatura Passo-Fundense. Profa. Esp. Linguagens e Tecnologias na Educação. Aluna do Programa de Pós-Graduação em Letras/UPF. E-mail: [josianemllr@gmail.com](mailto:josianemllr@gmail.com)

**Jucinara Figueiredo Pinheiro**

Psicóloga Clínica e Hospitalar, Especialista em Psicologia Jurídica, Professora, Mestranda do Programa Sociedade e Cultura na Amazônia, da UFAM-AM.

**Luana Priscila Rodrigues Silva de Melo**

Pós-Graduação em Educação inclusiva – Gestão, Orientação e Supervisão Escolar e Graduação em Pedagogia pela Faculdade Anhanguera de Campinas. E-mail: [luanapris-cila84@yahoo.com.br](mailto:luanapris-cila84@yahoo.com.br)

**Luiz Claudio Pires Costa**

Advogado, Especialista em Direito Público e em Direito Eleitoral, Mestre em Direito Ambiental e Professor.

**Maria Angélica Lopes Morbach**

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário da Grande Dourados UNIGRAN 2015. Pós-graduada em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional Pelo Centro Universitário UNINTER 2018. Graduanda do Curso de Psicopedagogia Clínica e Institucional- Centro Universitário Internacional UNINTER 2019.

**Marli França Silva**

Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Agente de Educação Infantil pela Prefeitura Municipal de Campinas. Email: [mfrancab@yahoo.com.br](mailto:mfrancab@yahoo.com.br)

**Martieli Silva da Silva**

Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria-RS, Brasil.

**Mirlândia Arruda De Castro**

Graduação em Engenharia Química – ULBRA/ Manaus

**Morgana Secchi**

Acadêmica do curso de Mestrado em Administração do ppgadm pela Universidade de Passo Fundo. MBA em Administração Estratégica e Inovação de Negócios – UPF. E-mail: [124166@upf.br](mailto:124166@upf.br)

**Patricia Alves da Silva**

Graduação em Engenharia Mecânica – Instituto Federal De Educação, Ciência e Tecnologia/ Manaus.

**Ricardo Moura Buchweitz**

Mestrado em Letras pela UFSC. Docente no Curso de Letras da Universidade de Passo Fundo. E-mail: [ricb@upf.br](mailto:ricb@upf.br)

**Rita de Lourdes Carnevale Santos**

Pós-Graduação em Metodologias para Educação à Distância pela Universidade Anhanguera. Agente de Educação Infantil da Prefeitura Municipal de Campinas. E-mail: [rita-carnevale12@gmail.com](mailto:rita-carnevale12@gmail.com)

**Roberta Franklin dos Santos**

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2007); Graduada em Pedagogia (2006), Professora de Ensino Fundamental I do Colégio Gabriel Taborin desde de o ano de (2016).

**Sílvia Mara Zanatta**

Graduanda pedagogia (FAEL). [silviamarazanatta@bol.com.br](mailto:silviamarazanatta@bol.com.br)

**ÍNDICE REMISSIVO**

alunos12, 13, 14, 30, 31, 34, 35, 36, 39,  
43, 44, 45, 46, 47, 49, 53, 55, 57, 58,  
59, 62, 100, 101, 102, 104, 108, 128,  
139, 144, 147, 150, 151, 152, 153,  
155, 186, 188, 191, 192, 193, 194,  
200, 202, 203, 204, 206, 207, 210,  
212, 215, 216, 217, 224, 227, 232,  
233, 234, 236, 237, 239, 240, 241,  
247, 288, 289, 290, 294, 296, 297,  
298, 299, 300, 301, 310, 311, 312,  
319, 320, 323, 324, 325, 326  
bondade, ..... 66, 75  
Educadores16, 169, 178, 299, 327, 328  
educando41, 115, 135, 136, 160, 166,  
206, 215, 216, 300, 312  
escola3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14,  
15, 16, 19, 24, 31, 32, 33, 34, 39, 40,  
41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 53,  
57, 58, 61, 63, 88, 101, 102, 110, 116,  
117, 119, 128, 132, 134, 135, 136,  
139, 140, 141, 143, 144, 145, 149,  
151, 152, 153, 154, 155, 157, 158,  
185, 189, 190, 192, 193, 195, 198,  
199, 200, 201, 202, 203, 204, 205,  
206, 207, 208, 209, 210, 212, 213,  
214, 216, 217, 220, 223, 224, 230,  
231, 232, 233, 235, 237, 241, 288,  
289, 290, 291, 294, 295, 296, 297,  
298, 299, 300, 301, 302, 310, 312,

314, 316, 317, 318, 319, 320, 322,  
323, 324, 325, 326, 327, 332  
ética43, 46, 75, 128, 134, 135, 136, 140,  
142, 144, 190, 195, 200  
formação1, 7, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17,  
27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,  
48, 56, 58, 62, 66, 76, 82, 83, 84, 85,  
90, 92, 95, 96, 100, 101, 104, 105,  
106, 107, 108, 109, 110, 111, 114,  
122, 124, 127, 128, 134, 135, 136,  
137, 138, 139, 140, 141, 142, 143,  
148, 149, 151, 152, 155, 156, 157,  
158, 183, 184, 185, 187, 191, 199,  
201, 202, 203, 205, 206, 208, 210,  
213, 215, 217, 219, 223, 225, 226,  
250, 251, 253, 259, 265, 290, 291,  
295, 299, 300, 303, 305, 306, 309,  
311, 313, 314, 320, 322, 325, 326, 329  
Freire..... 132, 135, 195, 257  
professor1, 3, 12, 13, 28, 29, 31, 57, 58,  
59, 62, 63, 82, 94, 102, 106, 138, 147,  
148, 149, 150, 151, 152, 153, 154,  
155, 200, 207, 211, 220, 232, 258,  
275, 290, 291, 293, 294, 296, 297,  
298, 299, 300, 301, 304, 312, 319,  
320, 322, 323, 325, 326, 327  
sonhos..... 59, 96, 238, 240  
Universidade3, 10, 15, 24, 31, 32, 50,  
98, 125, 156, 184, 196, 227, 252, 253,  
254, 258, 329, 330, 331, 332, 333, 334  
utopia.....214



**Editora Livrologia**  
**www.livrologia.com.br**

Título	Educação Brasil – Volume VIII
Autor/Organizador	Josiane Müller
Coleção	Educação Brasil
Assistente Editorial	Ivanio Dickmann
Assistente Comercial	Julie Luiza Carboni
Bibliotecária	Karina Ramos
Projeto Gráfico	Ivo Dickmann, Ivanio Dickmann
Capa	Ivanio Dickmann
Diagramação	Ana Laura Baldo
Preparação dos Originais	Ivo Dickmann
Revisão	Ivanio Dickmann
Formato	16 cm x 23 cm
Tipologia	Minion, entre 8 e 10 pontos
Papel	Capa: Supremo 280 g/m <sup>2</sup> Miolo: Pólen Soft 80 g/m <sup>2</sup>
Número de Páginas	320
Publicação	2019
Impressão e Acabamento	META – Cotia - SP



---

Queridos leitores e queridas leitoras:

Esperamos que esse livro tenha sido útil para você  
e seu campo de leitura, interesse, estudo e pesquisa.

Se ficou alguma dúvida ou tem alguma sugestão para nós,

Por favor, compartilhe conosco pelo e-mail:

[franquia@livrologia.com.br](mailto:franquia@livrologia.com.br)

---

PUBLIQUE CONOSCO VOCÊ TAMBÉM  
ENCONTRE UM FRANQUEADO LIVROLOGIA MAIS  
PERTO DE VOCÊ  
[www.livrologia.com.br](http://www.livrologia.com.br)

Trabalhos de Conclusão de Curso

Dissertações de Mestrado

Teses de Doutorado

Grupos de Estudo e Pesquisa

Coletâneas de Artigos

Poesias e Biografias

**EDITORA LIVROLOGIA**

Rua Vicente Cunha, 299  
Bairro Palmital - Chapecó-SC

CEP: 89.815-405

(49) 98802-4703

[franquia@livrologia.com.br](mailto:franquia@livrologia.com.br)

Esta obra que tens em mãos, é uma união de esforços e de partilhas de vários educadores e várias educadoras que sintetizam suas leituras e práticas em artigos acadêmicos para dialogar – mesmo à distância - e através das páginas deste livro, com os leitores e leitoras.

Você é convidado/a a fazer esta experiência. Ao mesmo tempo que se debruça sobre a leitura terá que imaginar quem escreveu estas palavras pra você. É um diálogo em potencial... pense assim... você pensa sobre o texto porque houve alguém que o escreveu. E a pessoa que escreveu, também o fez porque sabia que haveria quem leria suas linhas.

É lindo imaginar esse movimento intencional de ambos os lados.

Boa Leitura!

**Ivo Dickmann e Ivania Dickmann**



WWW.  
**LIVROLOGIA**  
.COM.BR

